



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 641

Quarta-feira - 22 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Arroio Trinta.....	3
Ascurra.....	4
Braço do Trombudo .....	16
Caçador.....	16
Campo Alegre .....	23
Campos Novos.....	38
Capinzal .....	45
Chapadão do Lageado .....	47
Concórdia .....	49
Cordilheira Alta .....	133
Forquilha .....	134
Fraiburgo.....	135
Garopaba.....	155
Governador Celso Ramos .....	161
Guaramirim.....	161
Herval do Oeste .....	162
Imbituba .....	168
Iomerê .....	170
Irineópolis .....	171
Joaçaba.....	174
Luzerna .....	188
Massaranduba.....	194
Paulo Lopes .....	201
Porto Belo.....	203
Porto União.....	204
Rio do Sul.....	206
Santa Terezinha do Progresso .....	228
São Lourenço do Oeste.....	229
Timbó .....	230
Tunápolis.....	231
Videira.....	233

## Antônio Carlos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 173/2010

DECRETO 173/2010

Autoriza a suplementação e anulação de Dotação Orçamentária e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica suplementada a importância de R\$ 225,20 (duzentos vinte e cinco reais e vinte centavos) a dotação da verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

2.001.3.1.91.00.00.0.000 - Func. e Manutenção da Câmara de Vereadores

Aplicações Diretas R\$ 225,20

Artigo 2º - A despesa resultante no disposto no artigo anterior correrá por conta da anulação das seguintes Dotações:

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

2.001.3.3.90.00.00.0.001 - Func. e Manutenção da Câmara de Vereadores

Aplicações Diretas R\$ 225,20

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de Dezembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

#### Decreto 174/2010

DECRETO 174/2010

Autoriza a suplementação e anulação de Dotação Orçamentária e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica suplementada a importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a dotação da verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES  
2.001.3.1.90.00.00.0.000 - Func. e Manutenção da Câmara de Vereadores  
Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Artigo 2º - A despesa resultante no disposto no artigo anterior correrá por conta da anulação das seguintes Dotações:

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES  
2.001.3.3.90.00.00.0.001 - Func. e Manutenção da Câmara de Vereadores  
Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 175/2010**

DECRETO Nº. 175/2010 de 20 de Dezembro de 2010  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

#### **DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.500,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
07.02.15.452.0007.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.500,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 15.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 176/2010**

DECRETO Nº. 176/2010 de 20 de Dezembro de 2010  
Auxílios e convênios no Orçamento programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

#### **DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$

14.912,50 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
05.03.16.481.0006.1.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 14.912,50

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair convênio R\$ 14.912,50

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 177**

DECRETO Nº. 177/2010 de 20 de Dezembro de 2010  
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

#### **DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.602,64 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01.10.301.0005.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.575,29  
11.01.10.301.0005.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.027,35

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 7.602,64

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 152/2010**  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 152/2010; Objeto: Locação de caminhão equipado com compactador, o dia, por um turno de oito horas, com 01 (um) motorista, para a coleta dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição do Município de Antonio Carlos; Contratado: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Valor do contrato: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais); Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 178, de 22/12/2010.**

PORTARIA Nº 178, de 22/12/2010.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 1043/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Exonerar a partir desta data, a servidora municipal, SIRLEIA MARIA PASSONI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Jacob Casaletti, no Município de Arroio Trinta - SC, inscrita no CPF sob nº 047.757.979-56 e Identidade nº 3.535.452, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por prazo determinado, pelo período entre 08/11/2010 a 22/12/2010, para exercer a função de PROFESSOR I (GRADUADO), por 20:00 (vinte) horas semanais conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 167 de 08/11/2010.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 179, de 22/12/2010.**

PORTARIA Nº 179, de 22/12/2010.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 1043/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Exonerar a partir desta data, a servidora municipal, NEIDE MARIA ZAPELINI GEMELI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 386.080.069-87 e Identidade nº 861.374, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por prazo determinado, pelo período entre 21/06/2010 a 22/12/2010, para exercer a função de PROFESSOR I (GRADUADO), por 40:00 (quarenta) horas semanais conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 119 de 21/06/2010.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 180, de 22/12/2010.**

PORTARIA Nº 180, de 22/12/2010.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 1043/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Exonerar a partir desta data, a servidora municipal, KELI DAIANE VIERO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 031.763.519-09 e Identidade nº 4.133.358, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por prazo determinado, pelo período entre 11/06/2010 a 22/12/2010, para exercer a função de PROFESSOR I (MAGISTÉRIO - INGLÊS), por 10:00 (dez) horas semanais conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 118 de 11/06/2010.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de dezembro de 2010.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

**Extrato Pregão Nº 0021 2010 - Merenda Escolar - Fevereiro A Abril 2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0021/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar para alunos Educação Infantil - Creche e Alunos do Ensino Fundamental, do Município de Arroio Trinta, para os meses de Fevereiro a Abril de 2011.

Regimento: Lei 10.520, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 05/01/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 05/01/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 20 de dezembro de 2011.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei de Nº 1181, de 27 de julho de 2010.

LEI DE Nº 1181, de 27 de julho de 2010.

DETERMINA ÀS AGÊNCIAS BANCÁRIAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE ASCURRA, A OBRIGATORIEDADE DE ADOTAREM O SISTEMA DE SENHAS, DE CADEIRAS E "WC" MASCULINO E FEMININO PARA SEREM UTILIZADOS PELAS SUAS RESPECTIVAS CLIENTELAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As agências bancárias do Município de Ascurra ficam obrigadas a adotarem o sistema de senhas com a finalidade de atendimento ordenado e preferencial junto aos caixas, a instalem cadeiras, bancos, poltronas ou similares para acomodar os clientes enquanto nas filas de espera e WC masculino e feminino para serem utilizados por suas respectivas clientelas.

Parágrafo Único - As cadeiras destinadas a acomodar o público nas filas de espera deverão ser na quantidade mínima de 15 (quinze) unidades, com elevação gradativa proporcional ao número de atendimentos, e os WCs masculino e feminino deverão estar devidamente identificados, com a informação de que é destinado ao uso dos clientes.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação da presente lei, para as agências bancárias se adequarem às exigências do artigo anterior.

Art. 3º - O Município regulamentará a presente lei através de decreto no prazo máximo de 90 (noventa) dias de sua publicação, estabelecendo, inclusive, penalidades para o caso do não cumprimento das determinações legais.

Art. 4º - Compete ao Executivo Municipal expedir notificação às agências bancárias para a fiel execução das determinações do presente texto legal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de julho de 2010.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 27 de julho 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### Lei N.º 1182, de 12 de agosto de 2010

LEI N.º 1182, de 12 de agosto de 2010

AUTORIZA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar na

propriedade do Sr. Nilo Quiarelli, localizado na Rua Francisco Chiarelli, Bairro Vila Nova, neste município e Comarca de Ascurra/SC, os seguintes serviços:

- a) aproximadamente 20 (vinte) horas máquina Retro escavadeira;
- b) 12 (doze) horas de pá carregadeira;
- c) 20 (vinte) horas de caçamba;
- d) 15 (quinze) horas de patrôla e
- e) aproximadamente 30 (trinta) cargas de barro/macadame, para o aterramento e macadamização do referido terreno.

Parágrafo único: os serviços acima descritos, visam viabilizar a realização do "Campeonato Copa Santa Catarina de Automobilismo", junto ao Autódromo Max Mohr, anexo ao Centro de Eventos Luiz Quiarelli Ltda, cadastrado neste município sob o Cadastro Econômico nº 1147.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos financeiro a empresa e incremento na arrecadação de imposto.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de barro/macadame necessário ao aterro e macadamização supracitados.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 12 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 12 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### Lei nº 1184, de 25 de agosto de 2010.

Lei nº 1184, de 25 de agosto de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), conforme quadro abaixo:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
001.031.0010.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 77.000,00  
02.001 Gabinete do PREFEITO  
004.122.0020.1020 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO GAB. PREF. E VICE  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 17.500,00  
03.001 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANE.  
004.121.0100.0004 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
30000000000000 Despesas Correntes



33900000000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 03.001 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.  
 004.121.0100.1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
 40000000000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000000000 Investimentos  
 44900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 35.000,00  
 03.002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 016.482.0115.1041 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES  
 40000000000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000000000 Investimentos  
 44900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 30.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.1006 CONSTRUÇÃO E REF. CENTROS ENS. FUND.  
 40000000000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000000000 Investimentos  
 44900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 12.500,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.1007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS  
 40000000000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000000000 Investimentos  
 44900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 35.000,00  
 TOTAL 217.000,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias através da transposição de recursos e a criação de vínculos, conforme quadro a seguir:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000000000 Despesas Correntes  
 31000000000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 31900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 117.000,00  
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33710000000000000000 Transferências a Consórcios Públicos  
 010000 Recursos Ordinários 50.000,00  
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 50.000,00  
 TOTAL 217.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 25 de agosto de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
 Município de Ascurra em, 25 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

## Lei Nº 1185 de 31 de agosto de 2010

LEI Nº 1185 de 31 de agosto de 2010

AUTORIZA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ascurra, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o executivo municipal autorizado a executar serviços de limpeza e aterro com aproximadamente 200 (Duzentas) cargas de barro, no terreno de propriedade de MARCO ANTONIO DA SILVA NUNES, sócio administrador da EMPRESA CASARÃO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, CNPJ 07.297.900/0001-91, terreno este localizado na Rua Ribeirão São Paulo, 1384, Bairro Ribeirão São Paulo, neste município.

Art. 2.º - Os serviços serão efetuados com os equipamentos do município, a título de incentivos a ampliação do parque fabril da mesma, tendo em vista que hoje desenvolvem suas atividades provisoriamente em um galpão, que não comporta a produção atual.

Art. 3.º - Para a execução dos serviços o município poderá utilizar todos os equipamentos e fazer o transporte de barro necessário ao aterro supra citado.

Art. 4.º - Os serviços serão executados de acordo com a disponibilidade dos equipamentos de modo que não haja interrupção e prejuízo dos demais encargos e responsabilidades em relação à comunidade como um todo e atendidas as disponibilidades financeiras previamente disponíveis na legislação vigente.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 31 de agosto de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
 Município de Ascurra em, 31 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

## Lei Nº 1186, de 14 de setembro de 2010.

LEI Nº 1186, de 14 de setembro de 2010.

Dispõe Sobre o Pagamento de Aluguel Social.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a concessão do benefício denominado Aluguel Social pelo Município de Ascurra, na hipótese de declaração de estado de emergência ou de calamidade pública.

Art. 2º - A medida autorizada pela presente Lei será implementada com os seguintes objetivos:

I - minimizar as perdas sofridas pelas vítimas diretas de desastres;

II - garantir o direito de moradia digna as pessoas atingidas por desastres;

Art. 3º - O benefício Aluguel-Social compreenderá o pagamento do valor mensal de 200 UFM's (duzentos Unidades Fiscais Municipais) por família, devendo ser empregado na locação ou outro

meio de obtenção de moradia para a família beneficiária.

Parágrafo único - O Aluguel Social terá prazo de vigência de até 6 (seis) meses, podendo ser renovado por iguais períodos, desde que mantida a necessidade do benefício e desde que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 4º - São condições cumulativas para a concessão dos benefícios, que a família tenha efetivamente sofrido os efeitos dos desastres, conforme cadastro efetuado sob a coordenação do Setor de Assistência Social e Defesa Civil do Município.

§ 1º. São condições específicas para a concessão do Aluguel Social que a residência da família:

I - tenha sido total ou parcialmente destruída, ou;

II - tenha que ser demolida em decorrência dos desastres ou para evitar novos desastres, em especial nos casos de apresentarem problemas estruturais graves, estejam situadas em área sob risco iminente de desabamento ou desmoronamento ou em área de preservação permanente.

§ 2º. A aceitação de qualquer dos benefícios implica na autorização de demolição das residências cuja segurança esteja definitivamente comprometida, a ser efetuada pelo Poder Público.

Art. 5º - O benefício será pago diretamente ao proprietário da residência locada, mediante emissão de recibo de pagamento;

Art. 6º - Os contratos de locação remunerados por esta lei serão lavrados exclusivamente pela assessoria jurídica do Município de Ascurra;

Art. 7º - Os recursos necessários para a consecução desta lei serão oriundos do Fundo Municipal de Habitação - FMH.

Art. 8º - O pagamento dos benefícios será cancelado, antes mesmo do término de sua vigência, nas seguintes hipóteses:

I - quando for dada solução habitacional definitiva para as famílias;

II - quando, comprovadamente, os beneficiários deixarem de usá-lo em suas finalidades, assegurada a ampla defesa.

Art. 9º - Os valores dos benefícios previstos na presente lei poderão, mediante decreto, ser reduzidos em até 50% ou ampliados em até 10% quando tal medida for necessária para adequar o total de gastos levando-se em consideração:

I - o número de famílias atingidas em cada desastre e;

II - a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 14 de setembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 14 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## **Lei nº 1188, de 20 de setembro de 2010.**

LEI nº 1188, de 20 de setembro de 2010.

Autoriza Criação de Elemento de Despesa e Vínculos.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Cria vínculo de recursos - 012354 - no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, conforme quadro abaixo:

05.001 SECRETARIA DE SAÚDE  
010.301.0070.2025 MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
012354 Transf. De Convênios da União Saúde  
05.001 SECRETARIA DE SAÚDE  
010.301.0070.2025 MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
012354 Transf. De Convênios da União Saúde

Art. 2º - Cria elemento de despesa - 33.90.00 - e vínculos de recursos -012454 - 012455 - 010000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo :

03.002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
016.482.0115.1041 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários  
03.002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
016.482.0115.1041 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
012454 Transf. De Convênios da União Outros  
07.001 SECRETARIA DE TRANSP. E SER. URBANOS  
017.512.0030.1010 IMPLANTAÇÃO SANEAMENTO BÁSICO E EST.  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários  
07.001 SECRETARIA DE TRANSP. E SER. URBANOS  
017.512.0030.1010 IMPLANTAÇÃO SANEAMENTO BÁSICO E EST.  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
012455 Transf. De Convênios do Estado Outros  
04.002 ESPORTE E CULTURA  
027.812.0060.2008 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
012454 Transf. De Convênios da União Outros

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 20 de setembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 20 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Lei Nº 1183, de 25 de agosto de 2010**

Lei nº 1183, de 25 de agosto de 2010

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009,

Art. 1º - Anula dotações orçamentárias, do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ascurra, no valor de R\$ 250.500,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos reais) conforme quadro abaixo:

**04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

012.364.0050.2012 APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR/BOLSAS EST.

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 45.000,00

06.001 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABST. MEO A.

020.606.0090.2015 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 30.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.

015.451.0030.1008 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 25.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.

015.451.0030.1012 MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 53.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.

017.512.0030.1010 IMPLANTAÇÃO SANEAMENTO BÁSICO E EST.

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 40.000,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLE.

008.243.0110.2041 MAN. FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLE.

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 31.500,00

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

008.244.0080.2021 ATENDIM. A CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 19.000,00

10.001 SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECON. TURIS.

023.691.0025.1016 AQUISIÇÃO DE TERRENOS P/AREA INDUSTRI.

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 7.000,00

TOTAL 250.500,00

Art. 2º - Os recursos anulados no artigo primeiro da presente Lei suplementam as dotações orçamentárias a seguir especificadas:

01.001 CAMARA DE VEREADORES

001.031.0010.0001 MANUT. ENCARGOS INATIVOS E PENSION.

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 6.500,00

01.001 CAMARA DE VEREADORES

001.301.0010.2001 MANUTENÇÃO ATIVIDADES LEGISLATIVAS

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 14.000,00

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.

04.121.0100.2004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

40000000000000 Despesas de Capital

46000000000000 Amortização da Dívida

46900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 50.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS

015.451.0030.1009 PAVIMENTAÇÃO E ABERTURA DE RUAS

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 30.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS

015.452.0030.2016 MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTR. ROD.

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 150.000,00

TOTAL 250.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 25 de agosto de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 25 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Lei Nº 1187 de 17 de setembro de 2010**

LEI Nº 1187 de 17 de setembro de 2010

DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA VALDIR JOSÉ FACHINI.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "Rua Valdir José Fachini", a via pública localizada no bairro São Francisco (atual PM 37), com início na rua Rodeio.

Art. 2º - A referida rua apresenta as seguintes medidas:

Extensão: 98,00 metros;

Largura: 12,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de setembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 17 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto N.º 2206, de 17 de novembro de 2010.**

DECRETO N.º 2206, de 17 de novembro de 2010.

Homologa Resultados Finais do Processo Seletivo referente ao Edital nº 06/2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os resultados finais do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 006/2010, conforme quadro de classificação segue:

#### SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

MEDICO CLINICO GERAL (72004)				
INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
03	Luis Carlos Villagran Peres	199.195.900-10	8,5	1º

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (72001)				
INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
02	Carmem Miranda Alves Fernandes Prussek	824.886.069-87	8,0	1º

#### QUADRO DE PESSOAL DO PSF - Lei nº 065/2006 de 08/12/2006

AGENTE COMUNITÁRIO (999082)				
INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	Marcia Po-benga	692.691.309-91	7,0	1º

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 17 de novembro de de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto N.º 2212, de 01 dezembro de 2010.**

DECRETO N.º 2212, de 01 dezembro de 2010.

Altera localização do Ponto de Taxi nº 09 - localizado na Rodovia BR 470 - Defronte Bar Mansueto Pisa, Bairro Monte Alegre, para a Rua 7 de Abril, defronte ao Comercial Pisa's Ltda - ME.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto n.º 130/72,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada localização do Ponto de Taxi nº 09 - hoje localizado na Rodovia BR 470 - Em frente ao Bar Mansueto Pisa, nº 418, Bairro Monte Alegre, para a Rua 7 de Abril, Defronte ao Comercial Pisa's

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando a alínea "a" do Art. 1º do Decreto nº 378 de 17/05/1983.

Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Mural público, em 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto N.º 2219, de 09 de dezembro de 2010.**

DECRETO N.º 2219, de 09 de dezembro de 2010.

Atualiza Valor da Cesta Básica

AIRES ROGÉRIO DALFOVO, Prefeito Municipal de Ascurra em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 3.º, da Lei n.º 1117, de 25/02/2009, e

CONSIDERANDO, o decurso do prazo estabelecido, pela referida Lei;

CONSIDERANDO o índice do INPC dos meses de junho/2010 a novembro/2010, estabelecido em 2,25% (dois virgula vinte e cinco por cento);

DECRETA:

Art. 1.º - Fica atualizado o valor da cesta básica do programa de suplementação alimentar dos Servidores Públicos Municipais, para R\$ 110,67 (Cento e dez Reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 09 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 09 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto No 2202, de 08 de novembro de 2009**

DECRETO No 2202, de 08 de novembro de 2009

Altera o item III, do Art. 1º do Decreto nº 2193, de 19/10/2010, que Concede Férias Coletivas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, Incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, bem como na Lei Complementar Municipal nº 14, de 20/04/1995 (Estatuto dos servidores);

DECRETA:

Art. 1o - altera o item III do Art. 1º do Decreto nº 2193, de 19/10/2010, que passa ter a seguinte redação:

Art. 1º-

III - Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica plantão das 8:00 horas as 14:00 horas.

Art. 2o - Permanecem inalterados os demais itens e artigos do Decreto supracitado.



Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE ASCURRA, em 08 de novembro de 2010  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Ascurra, 08 de novembro de 2010

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº 2213, de 01 de dezembro de 2010**

DECRETO nº 2213, de 01 de dezembro de 2010  
Reduz o número de horas de atendimento nos Centros de Educação Infantil Professora Onorata Zonta - Bairro Centro e Dona Júlia Bonelli - Bairro Estação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e de acordo com o artigo 258 da Lei Complementar nº 14, 20/04/1995 (Estatuto dos Servidores), e:

CONSIDERANDO o ofício nº 03, de 29/11/2010, do Conselho Municipal de Educação, requerendo a mudança no horário de funcionamento dos Centros de Educação Infantis (creches), argumentando que hoje as referidas creches funcionam das 04:00h as 23:30h. Sendo que a partir das 20:00h o número de crianças é insuficiente para justificar a manutenção de todo o aparato necessário ao seu funcionamento;

CONSIDERANDO que as crianças que permanecem após este horário são de funcionárias da Empresa SULFABRIL;

CONSIDERANDO a manifestação escrita da Empresa SULFABRIL, que a partir do ano de 2011, as funcionárias necessitarão dos serviços oferecidos pelas creches, no período matutino, ou seja, 1º turno, que corresponde o horário das 04:00h as 14:18h.

CONSIDERANDO o relatório encaminhado pela Secretaria de Educação, corrobora com as informações fornecidas pela Empresa SULFABRIL, e ainda informando que em prévio contato e acordo com as demais empresas do município de Ascurra, das quais as funcionárias dependem dos serviços oferecidos pelos Centros de Educação Infantil - Creches, estas serão concentradas no primeiro turno e/ou no turno denominado Geral, ou seja, das 08:0h as 18:00 h.;

CONSIDERANDO que com a redução do número de horas de atendimento, a Administração Municipal de Ascurra, concentrará os funcionários lotados nestes Centros de Educação Infantis - Creches, em dois turnos, com jornada de 8:00h cada, proporcionando uma melhor qualidade no atendimento e economia aos cofres públicos.

#### **DECRETO:**

Art. 1º - Fica estabelecido que o atendimento nos Centros de Educação Infantis - Creches, do Município de Ascurra, estará a disposição da comunidade no seguinte horário:

a) De 2ª a 6ª feira das 04:00horas de forma ininterrupta até as 20:00 horas .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/01/2011.

MUNICÍPIO DE ASCURRA, em 02 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Ascurra/SC, em 02 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2199, de 03 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2199, de 03 de novembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$2.000,00 (dois mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

04.002 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E TURISMO  
13.392.0060.2022 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.002 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E TURISMO  
13.392.0060.2022 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 03 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 03 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2200, de 08 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2200, de 08 de novembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$2.000,00 (dois mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 MANUTENÇÃO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL  
30000000000000 Despesas Correntes

3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 MANUTENÇÃO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL  
4000000000000000 Despesas de Capital  
4400000000000000 Investimentos  
4490000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 08 de novembro de 2010.

Moacir Polidoro  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de novembro de 2010.

Maria de Fátima Martins  
Fiscal de Tributos

#### **Decreto Nº. 2201, de 08 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2201, de 08 de novembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Provável Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS  
15.452.0030.2061 Manutenção Melhoria de Iluminação Pública  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.11700 Contribuição para o COSIP 20.000,00  
TOTAL 20.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Provável Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 08 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

#### **Decreto Nº. 2203, de 16 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2203, de 16 de novembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$13.000,00 (treze mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
01.031.0010.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 13.000,00  
TOTAL 13.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
01.031.0010.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 13.000,00  
TOTAL 13.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 16 de novembro de 2010.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

#### **Decreto Nº. 2204, de 16 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2204, de 16 de novembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.11800 Transf. Do FUNDEB - (aplic.profis) 46.000,00  
TOTAL 46.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente

Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 16 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 16 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2205, de 17 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2205, de 17 de novembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1188, de 20/09/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS  
17.512.0030.1010 Implantação de Saneamento Básico e Estações de TRA  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
012455 Transf. De Convênio da União Outros 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS  
17.512.0030.1010 Implantação de Saneamento Básico e Estações de TRA  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
012455 Transf. De Convênio da União Outros 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 17 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 17 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2207, de 25 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2207, de 25 de novembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$9.000,00 (nove mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2013 Manutenção Ensino Infantil  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 9.000,00  
TOTAL 9.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2013 Manutenção Ensino Infantil  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 9.000,00  
TOTAL 9.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 25 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2208, de 25 de novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2208, de 25 de novembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0070.2025 Manutenção Saúde - Recursos SUS  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.16702 Farmácia Básica - Estado 3.517,52  
TOTAL 3.517,52

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 25 de novembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 25 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2209, de 01 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2209, de 01 de dezembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.11800 Transf. FUNDEB - (aplic. Profis.) 20.000,00  
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2011 Manutenção Transp. Escolar (Nucleado)  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
Vinc. 12255 Transf. Convênio do Estado 10.000,00  
TOTAL 30.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2210, de 01 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2210, de 01 de dezembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$100.208,40 (cem mil, duzentos e oito Reais e quarenta Centavos) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
01.031.0010.2001 Manutenção das Atividades Legislativas  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 6.000,00  
02.001 Gabinete do PREFEITO

04.122.0020.2005 Manutenção das Atividades Executivas  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 8.000,00  
03.001 SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
04.121.0100.2002 Manutenção Ativ. Adm. Financ. e Orçamentária  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 17.000,00  
03.001 SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
04.121.0100.2002 Manutenção das Atividades Financ. e Orçament.  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 9.000,00  
03.001 SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
04.122.0100.2007 Manutenção Convênio de Trânsito  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
015600 Convênio de Trânsito - Prefeitura 5.000,00  
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
015800 Salário Educação 5.208,40  
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2011 Manutenção Transp. Escolar (nucleado)  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010100 Rec. de Impostos e Transf. De Imp- Educ. 6.000,00  
06.001 SECRETARIA DE AGRIC. ABAST. E MEIO AMBIENTE  
20.606.0090.2015 Manutenção das Atividades Agrícolas  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 11.000,00  
06.001 SECRETARIA DE AGRIC. ABAST. E MEIO AMBIENTE  
20.606.0090.2015 Manutenção das Atividades Agrícolas  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 14.000,00  
07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS  
15.452.0030.2016 Manutenção Dep. De Obras  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 14.000,00  
10.001 SECRETARIA MUN. DESENV. ECONÔM. E TURISMO  
23.691.0025.2017 Manutenção Ativ. Desenv. Econômico e Turismo  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 3.000,00  
10.001 SECRETARIA MUN. DESENV. ECONÔM. E TURISMO  
23.691.0025.2017 Manutenção Ativ. Desenv. Econômico e Turismo  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 2.000,00  
TOTAL 100.208,40



Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
 01.031.0010.2001 Manutenção das Atividades Legislativas  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3350000000000000 Transf. a inst. Priv. s/fins lucrativos  
 010000 Recursos Ordinarios 2.000,00  
 01.001 CAMARA DE VEREADORES  
 01.031.0010.2001 Manutenção das Atividades Legislativas  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 4.000,00  
 02.001 Gabinete do PREFEITO  
 04.122.0020.2005 Manutenção das Atividades Executivas  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 1.000,00  
 02.001 Gabinete do PREFEITO  
 04.122.0020.2005 Manutenção das Atividades Executivas  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 7.000,00  
 03.001 SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
 04.121.0100.2002 Manutenção Ativ. Adm. Financ. e Orçamentária  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 26.000,00  
 03.001 SECRETARIA DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO  
 04.121.0100.2007 Manutenção Convênio de Transito  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 015600 Convênio Transito Prefeitura 5.000,00  
 04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 015800 Salário Educação 5.208,40  
 04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0040.2011 Manutenção Transp. Escolar (nucleado)  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3139000000000000 Aplicações Diretas  
 010100 Rec. de Impostos e Transf. De Imp- Educ. 6.000,00  
 06.001 SECRETARIA DE AGRIC. ABAST. E MEIO AMBIENTE  
 20.606.0090.2015 Manutenção das Atividades Agrícolas  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 25.000,00  
 07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS  
 15.452.0030.2016 Manutenção Dep. De Obras  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3190000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 14.000,00  
 10.001 SECRETARIA MUN. DESENV. ECONÔM. E TURISMO  
 23.691.0025.2017 Manutenção Ativ. Desenv. Econômico e Turismo  
 4000000000000000 Despesas de Capital

4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 5.000,00  
 TOTAL 100.208,40

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01 de dezembro de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
 Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2211, 01 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2211, 01 de dezembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3190000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 24.000,00  
 TOTAL 24.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinarios 24.000,00  
 TOTAL 24.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01 de dezembro de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
 Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2214, de 01 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2214, de 01 de dezembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.



## DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$2.110,00 (dois mil cento e dez Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 2.110,00  
TOTAL 2.110,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 2.110,00  
TOTAL 2.110,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2215, de 01 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2215, de 01 de dezembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

## DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$2.110,00 (dois mil cento e dez Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 2.110,00  
TOTAL 2.110,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0080.2019 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 2.110,00  
TOTAL 2.110,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 01 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2216, de 06 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2216, de 06 de dezembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

## DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$15.000,00 (quinze mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2013 Manutenção Ensino Infantil  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 15.000,00  
TOTAL 15.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2013 Manutenção Ensino Infantil  
30000000000000 Despesas Correntes  
31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
31900000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 15.000,00  
TOTAL 15.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 06 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 06 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2217, de 06 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2217, de 06 de dezembro de 2010.  
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

## DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2013 Manutenção Ensino Infantil  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
016200 Outros Recursos FNDE 4.612,00  
TOTAL 4.612,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 06 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 06 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2218, de 06 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2218, de 06 de dezembro de 2010.  
Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03.001 SECRETARIA ADMINIST. E PLANEJ  
004.121.0100.2003 Contribuições financeiras a Entidades  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3350000000000000 Transf. a inst. privadas s/fins lucrativos  
30000 Vínculo - Recursos Ordinários 5.000,00  
TOTAL 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 06 de dezembro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 06 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2220, de 10 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2220, de 10 de dezembro de 2010.  
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.365.0040.2011 Manutenção Transp. Escolar (NUCLEADO)  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
016100 Prog. Nac. Apoio Trans. Escolar - PNATE 150,72  
TOTAL 150,72

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 10 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 10 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2221, de 13 de dezembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2221, de 13 de dezembro de 2010.  
Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Aires Rogerio Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$1.300,00 (mil e trezentos Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0088.2019 Manutenção Geral da Assist. Social  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 1.300,00  
TOTAL 1.300,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0088.2019 Manutenção Geral da Assist. Social  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinarios 1.300,00  
TOTAL 1.300,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 13 de dezembro de 2010.  
AIRES ROGÉRIO DALFOVO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 13 de dezembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 058/2010

DECRETO 058/2010 20.12.2010

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 7.924,96 (sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10.01 - Secretaria de Educação

12.365.0120.2.026 - Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar - Ensino Médio

3390.00.00.00.00.00.0061 - Aplicações Diretas R\$ 7.924,96

- Total R\$ 7.924,96

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

#### Extrato de contrato 052/2010

EXTRATO DE CONTRATO 52/2010

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

CNPJ 09.427.503/0001-12, Praça XV de Novembro, 270, Centro, Cidade de Florianópolis - SC

Objeto: disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Braço do Trombudo ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 16/2008.

Valor mensal: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais)

Valor Total: R\$ 2.688,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais)

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 21.12.2010

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

## Caçador

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 4.710

DECRETO nº 4.710, de 09 de dezembro de 2010.

Revoga o Decreto nº 4.706 de 03 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 4.706 de 03 de dezembro de 2010, que Nomeia Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno urbano com 111.053,32m<sup>2</sup> (cento e onze mil, cinquenta e três metros e trinta e dois decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.238, pertencente a Alcides Edes Mandelli, localizado na Perimetral Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

#### Decreto Nº 4.711

DECRETO nº 4.711, de 09 de dezembro de 2010.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 2.622,93m<sup>2</sup> (dois mil, seiscentos e vinte e dois metros e noventa e três decímetros quadrados), de propriedade de Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - FUNIARP, localizado entre a Avenida Fahdo Thomé e a Rua Blumenau, bairro dos Municípios, objeto da matrícula nº 27.308, do R.I. desta Comarca, ficando após o desmembramento constituído de seis lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 01 com 430,07m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta metros e sete decímetros quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Blumenau, medindo 19,34 metros; ao Sul, com o Lote 4, medindo 18,37 metros; ao Leste, com o Lote 2, medindo 23,31 metros; e a Oeste com Carlos Antônio Colussi - ME, medindo 22,36 metros.

II - Lote 02 com 448,52m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e oito metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Blumenau, medindo 19,33 metros; ao Sul, com o Lote 5, medindo 18,37 metros; ao Leste, com o Lote 3, medindo 24,31 metros; e a Oeste com o Lote 1, medindo 23,31 metros.



III - Lote 03 com 467,27m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e sete metros e vinte e sete décimos quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Blumenau, medindo 19,33 metros; ao Sul, com o Lote 6, medindo 18,38 metros; ao Leste, com Helena Royer, medindo 25,33 metros; e a Oeste com o Lote 2, medindo 24,31 metros.

IV - Lote 04 com 406,98m<sup>2</sup> (quatrocentos e seis metros e noventa e oito décimos quadrados), confrontando; ao Norte com o Lote 1, medindo 18,37 metros; ao Sul, com a Avenida Fahdo Thomé, medindo 17,46 metros; ao Leste, com o Lote 5, medindo 23,30 metros; e a Oeste com Carlos Antônio Colussi - ME, medindo 22,35 metros.

V - Lote 05 com 425,55m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e cinco metros e cinquenta e cinco décimos quadrados), confrontando; ao Norte com o Lote 2, medindo 18,37 metros; ao Sul, com a Avenida Fahdo Thomé, medindo 17,46 metros; ao Leste, com o Lote 6, medindo 24,30 metros; e a Oeste com o Lote 4, medindo 23,30 metros.

VI - Lote 06 com 444,54m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), confrontando; ao Norte com o Lote 3, medindo 18,38 metros; ao Sul, com a Avenida Fahdo Thomé, medindo 17,48 metros; ao Leste, com Francisco Odelir Picolotto, medindo 25,33 metros; e a Oeste com o Lote 5, medindo 24,30 metros.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Decreto Nº 4.714**

DECRETO nº 4.714, de 14 de dezembro de 2010.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 14.406,10m<sup>2</sup> (quatorze mil, quatrocentos e seis metros e dez décimos quadrados), de propriedade de Ivanilda Figuerôa Formighieri, localizado na Rua Ricardo Fendt, bairro Figuerôa, objeto da matrícula nº 27.321, do R.I. desta Comarca, ficando após o desmembramento constituído de três lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 01 com 5.946,24m<sup>2</sup> (cinco mil, novecentos e quarenta e seis metros e vinte e quatro décimos quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Ricardo Fendt, medindo 105,30 metros; ao Sul, com Marisa Aparecida Figueroa Ribeiro e José Luiz Figueroa, medindo 117,73 metros; ao Leste, com a Rodovia Honorino Moro, medindo 51,22 metros; e a Oeste com o Lote 2, medindo 58,18 metros.

II - Lote 02 com 2.160,91m<sup>2</sup> (dois mil, cento e sessenta metros e noventa e um décimos quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Ricardo Fendt, medindo 38,03 metros; ao Sul, com José Luiz Figueroa, medindo 35,86 metros; ao Leste, com o Lote 1, de Ivanilda Formighieri, medindo 58,18 metros; e a Oeste com o Lote 3, de Ivanilda Formighieri, medindo 58,88 metros.

III - Lote 03 com 6.298,95m<sup>2</sup> (seis mil, duzentos e noventa e oito metros e noventa e cinco décimos quadrados), confrontando; ao Norte com a Rua Ricardo Fendt, medindo 139,49 metros; ao Sul, com José Luiz Figueroa, medindo 126,58 metros; ao Leste, com o Lote 2, medindo 58,88 metros; e a Oeste com os Lotes 01 e 02, da quadra "D", do Loteamento José Figueroa, medindo 27,27 metros.

Parágrafo único. O lote 02 será doado para a Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Decreto Nº 4.715**

DECRETO nº 4.715, de 15 de dezembro de 2010.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei Municipal nº 2.119/04,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área de 2.898,21m<sup>2</sup> (dois mil, oitocentos e noventa e oito metros e vinte e um décimos quadrados), de propriedade de Unidas Indústria e Comércio Ltda, localizado na Rua Campos Novos, Bairro Centro, objeto da matrícula nº 27.320, do Registro de Imóveis desta Comarca, ficando após o desmembramento constituído de duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - área 01 com 1.396,02m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e noventa e seis

metros e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Norte com Ivo José Casagrande & Cia Ltda. (matrícula 6.389) com a "área 02" medindo 54,45 metros; ao Sul, com a Rua Ônio Pedrassani, medindo 38,10 metros; ao Leste, em dois planos com Jaqueline Pegoraro Foresti (matrícula 9.687) medindo 27,45 metros e 6,10 metros respectivamente; e a Oeste com a Rua Campos Novos, medindo 29,47 metros.

II - área 02 com 1.502,19m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e dois metros e dezenove decímetros quadrados), confrontando: ao Norte com a Rua 25 de Março, medindo 29,00 metros; ao Sul, com a "área 01", medindo 25,45 metros; a Oeste com o Edifício Júpiter (matrícula 10.434) e com Ivo José Casagrande & Cia Ltda (matrícula 6.839), medindo 53,60 metros; e a Leste em dois planos com Jaqueline Pegoraro Foresti (matrícula 9.687) medindo 22,80 metros e 32,04 metros respectivamente.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Decreto Nº 4.716**

DECRETO nº 4.716, de 15 de dezembro de 2010.  
Revoga o Processo de Compra nº 06/2010 - Fundema.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Compra nº 06/2010- Fundema, emitido em 22/11/2010, processo de licitação nº 32/2010, haja vista que nenhuma empresa compareceu o certame, caracterizando uma licitação deserta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Decreto Nº 4.717**

DECRETO nº 4.717, de 15 de dezembro de 2010.  
Revoga o Processo de Compra nº 07/2010 - Fundema.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Compra nº 07/2010- Fundema, emitido em 22/11/2010, processo de licitação nº 35/2010, haja vista ter três propostas válidas nos termos da Decisão 472/1999 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Decreto Nº 4.718**

DECRETO nº 4.718, de 15 de dezembro de 2010.

Fixa data de vencimento do IPTU, para o exercício de 2011, por ordem alfabética, de acordo com o disposto no artigo 17, § 2º da Lei nº 54/83- Código Tributário Municipal.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 17, § 2º da Lei nº 54/83- Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - A cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício de 2011, será efetuada da seguinte forma:

I - o contribuinte poderá optar pelo pagamento em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), ou em 10 parcelas, sem desconto, iniciando em março/2011, conforme tabela abaixo, por ordem alfabética de nome:

Letras de A a G	Letras de H a N	Letras de O a Z
Parcela única- 16/03/2011	Parcela única- 17/03/2011	Parcela única- 18/03/2011
1ª Parcela- 16/03/2011	1ª Parcela- 17/03/2011	1ª Parcela- 18/03/2011
2ª Parcela- 16/04/2011	2ª Parcela- 20/04/2011	2ª Parcela- 22/04/2011
3ª Parcela- 18/05/2011	3ª Parcela- 20/05/2011	3ª Parcela- 21/05/2011
4ª Parcela- 16/06/2011	4ª Parcela- 17/06/2011	4ª Parcela- 18/06/2011
5ª Parcela- 16/07/2011	5ª Parcela- 17/07/2011	5ª Parcela- 20/07/2011
6ª Parcela- 17/08/2011	6ª Parcela- 17/08/2011	6ª Parcela- 18/08/2011
7ª Parcela- 16/09/2011	7ª Parcela- 17/09/2011	7ª Parcela- 18/09/2011
8ª Parcela- 16/10/2011	8ª Parcela- 19/10/2011	8ª Parcela- 20/10/2011
9ª Parcela- 16/11/2011	9ª Parcela- 17/11/2011	9ª Parcela- 18/11/2011
10ª Parcela- 16/12/2011	10ª Parcela- 21/12/2011	10ª Parcela- 22/12/2011

Art. 2º - Após o vencimento, incidirá sobre o imposto devido, multa e juros conforme prevê o art. 100, da Lei nº 54/83- Código Tributário Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Decreto Nº 4.719

DECRETO nº 4.719, de 17 de dezembro de 2010.

Edita o calendário dos feriados nacionais e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, para os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas do Poder Executivo Municipal.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais e nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, mais o previsto na Lei nº 7 de 02 de maio de 1967, e do Decreto Estadual nº 015, de 26 de janeiro de 2007,

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Editar o calendário dos feriados nacionais e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, para os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme segue:

- I - 1º de janeiro - feriado nacional;
- II - 07 e 08 de março - Carnaval (ponto facultativo);
- III - 25 de março - Feriado Dia do Município;
- IV - 21 de abril - quinta-feira - Tiradentes (feriado nacional);
- V - 22 de abril - sexta-feira - Paixão de Cristo (feriado nacional e religioso municipal);
- VI - 23 de junho - quinta-feira - Corpus Christi (feriado nacional);
- VII - 24 de junho - sexta-feira (ponto facultativo);
- VIII - 07 de setembro - quarta-feira - Independência do Brasil (feriado nacional);
- IX - 12 de outubro - quarta-feira - Dia de N. S. Aparecida (feriado nacional);
- X - 28 de outubro - sexta-feira - Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- XI - 02 de novembro - quarta-feira - Finados (feriado nacional e religioso municipal);
- XII - 14 de novembro - segunda-feira (ponto facultativo);
- XIII - 15 de novembro - terça-feira - Proclamação da República (feriado nacional);
- XIV - 24 de dezembro - sexta-feira (ponto facultativo);
- XV - 25 de dezembro - domingo - Natal (feriado nacional).

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo 1º, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviços ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 19.993

PORTARIA Nº 19.993, de 26 de novembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, e apresentarem os respectivos Laudos Médicos, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 02/12/2010

Servidora:	MARA LUZIA CACHINSKI
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Claudio Araldi
Servidora:	ÁUREA DO CARMO MELLO
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e José R. Queiroz
Servidora:	SILVALINA TRINDADE SOBIESKI
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e José R. Queiroz

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.036

PORTARIA Nº 20.036, de 1º de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no parágrafo único do art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano, as Portarias nºs 19.315 e 19.316, de 11/01/2010, que colocaram a disposição do Cartório Eleitoral de Caçador os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011:

Nome	Cargo	Secretaria Lotação
Luiz Carlos Loch	Mecânico Chapeador	003
Roseli Ap. Costenaro	Técnico em Administração	006

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.037**

PORTARIA Nº 20.037, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

**RESOLVE:**

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal MICHELLE DE SOUZA SANTOS, ocupante do cargo de Professora, lotada no CMEI, com 40 (quarenta) horas semanais, para a EMEB Ulysses Guimarães, 40 (vinte) horas semanais e desta para aquela JANE MARISTELA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora, com 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 02 de dezembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.038**

PORTARIA Nº 20.038, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

EXCLUIR da Portaria nº 17.786, de 30 de novembro de 2010, a retificação da Portaria nº 8.845, de 15/09/2000, pois a mesma constou indevidamente naquela portaria.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.039**

PORTARIA Nº 20.039, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, a contar de 09 de novembro de 2010, conforme laudo da perícia médica:

Nome	Cargo	Tempo de licença
Daniela Monteiro	Merendeira Escolar	90 dias

Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	120 dias
Mariluci Lopes Stanke	Servente Educação	120 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda

**Portaria Nº 20.040**

PORTARIA Nº 20.040, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

TORNAR sem efeito a Portaria nº 19.907, de 30/09/2010, que REMOUEU POR PERMUTA, as Servidoras Públicas Municipais IZABEL CRISTINA SALAMONI DE ARAÚJO e SIMONE STELA CACHOEIRA, haja vista não terem mais interesse na permuta, com efeitos a contar de 03 de dezembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.041**

PORTARIA Nº 20.041, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E :**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, dias de licença e período de afastamento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	Nº DE DIAS	PERÍODO
3557	Sidnea Dominiak	16	02/12/2010 a 17/12/2010
5701	Dalva Bolduan	15	03/12/2010 a 17/12/2010
3303	Luciane Maria Medeiros	11	06/12/2010 a 16/12/2010

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO



Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Portaria Nº 20.042**

PORTARIA Nº 20.042, de 10 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal LUZIA TORTATO DO-BROCHINSKI, ocupante do cargo de Professor 5ª a 8ª, Referência 1.3A, lotada na Secretaria de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 06 de dezembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Portaria Nº 20.043**

PORTARIA Nº 20.043, de 14 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

CESSAR os efeitos da Portaria nº 17.953, de 06/03/2008, que colocou a disposição diversos Servidores Públicos Municipais, no que se refere ao Servidor NELSON BERTULINO, que retornou as suas atividades junto à Secretaria de Infra-Estrutura, a contar de 12 de novembro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Portaria Nº 20.044**

PORTARIA Nº 20.044, de 14 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 17.249, de 31/01/2007, que concedeu licença prêmio a diversos Servidores Públicos Municipais, no que se refere ao período de aquisição do Servidor ALAOR LEBEILEIN,

que passa a ser de 01/01/1992 a 01/01/1997.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### **Edital de Convocação Nº 004**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004, de 13 de dezembro de 2010.  
Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

#### **C O N V O C A:**

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

BIOQUÍMICO  
ALICE REGINA STURMER BLANK

ENGENHEIRO AGRÔNOMO  
MICHELE ADRIANA BASEGGIO

ENGENHEIRO ELETRICISTA  
NELSON KAKUO ONUKI

OPERADOR DE ESTAÇÃO AERONÁUTICA  
ALAN ROCHA LIEGEL

FISCAL DE OBRAS  
ADEMILSON FERNANDES

AUXILIAR ADMINISTRATIVO  
WILLIAN CASTILHO PINTO  
RAFAEL JULIANO PICCININI  
ALEXANDRE GRANEMANN LANZINI  
DEISIELE BASSO VIDAL  
PAULO EDUARDO ESTANISLOVSKI  
SIMONE MARIA FOSCARINI  
ANGELA MARIA TOMAZI

TELEFONISTA  
REGINA VILLWOCK  
LIANE CAPELIN

AUXILIAR DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS  
JOSÉ LUIZ FURLIN  
ANTONIO VANDERLEI MOREIRA

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO  
VIVIANE KUSTER  
MIRIAN FICAGNA  
VERONI TEREZINHA CORREA ZAMBONIN  
FRANSOIZE FREITAS PEREIRA  
PAULA RAFAELI SANTIN

SARA NADIESA VELASQUES  
KATIA CILENE BRONNER  
MARILENA TIBES KEMP

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### Edital de Convocação Nº 86

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 86, de 13 de dezembro de 2010.  
Convoca aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

#### C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com os Decretos nºs 3.699, de 01/03/2007 e 3.763, de 15/06/2007, que homologaram o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Helena Janeth Locatelli  
Neivair Xavier de Oliveira  
Amanda Roberta Pereira Camargo Bilibio

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

## IPASC

### Portaria n.º 388, de 03 de Dezembro de 2010.

PORTARIA n.º 388, de 03 de Dezembro de 2010.

Encerra benefício de aposentadoria de REINALDA VERGETTE COSTA

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

#### R E S O L V E M:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria da Servidora Inativa, REINALDA VERGETTE COSTA matrícula nº 96, aposentado pelo Decreto nº, 14/80 de 08 de Maio de 1980, em virtude de seu falecimento ocorrido no dia 28/11/2010, com efeitos a contar de 01/12/2010.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 03 de Dezembro de 2010.

FERNANDO SCOLARO  
Diretor Presidente.

JOICE LUIZA.FLORES DE MATIAS WAGNER  
Diretora Administrativa.

### Portaria n.º 391, de 17 de Dezembro de 2010.

PORTARIA n.º 391, de 17 de Dezembro de 2010.

Encerra benefício de aposentadoria de WILLY GOETTEN

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

#### R E S O L V E M:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do Servidor Inativo, WILLY GOETTEN matrícula nº 102, aposentado pelo Decreto nº, 558 de 03/04/1991, em virtude de seu falecimento ocorrido no dia 16/12/2010, com efeitos a contar da data do falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de Dezembro de 2010.

FERNANDO SCOLARO  
Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER  
Diretora Administrativa.

### Portaria n. 387, de 03 de Dezembro de 2010.

PORTARIA n. 387, de 03 de Dezembro de 2010.

Concede aposentadoria a ESTACIO HELIO DE MORAES, nos termos do art. 40, §1º, I, da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar por Invalidez Permanente, ESTACIO HELIO MORAES, portador do CPF- 4224706159920, CI -168597 PIS 107.567.894.83 a partir de 03 de Dezembro de 2010 nos termos do art.40, §1º, I, da CF, detentor da matrícula nº 228, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, da Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez Permanente em caráter integral correspondente a 100% da última folha de pagamento, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 1.096,54 mensais, que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 03 de Dezembro de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

#### **Portaria n.º 386, de 07 de Novembro de 2010.**

PORTARIA n.º 386, de 07 de Novembro de 2010.

Encerra o pagamento de pensão de Inês Copatti Visloski

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seu Artigo 40, § 4º, II,

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Cessar o pagamento de pensão de Inês Copatti Visloski matrícula nº 200, em virtude de seu falecimento ocorrido em 07/11/2010 conforme certidão de óbito.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de Novembro de 2010 .

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

#### **Portaria n.º 389, de 17 de Dezembro de 2010**

PORTARIA n.º 389, de 17 de Dezembro de 2010.

Encerra o contrato de JEAN GUSTAVO BRUSCO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no Art. 178, I, da Lei Complementar nº 56, de 24/12/2004 - Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Encerrar o contrato por prazo determinado de JEAN GUSTAVO BRUSCO, contratado pela portaria nº 364 de 20 de Julho de 2010, no cargo de Coordenador Administrativo ref. 42 partir de 31 de Dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 31 de Dezembro de 2010

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

#### **Portaria n.º 390, de 17 de Dezembro de 2010.**

PORTARIA n.º 390, de 17 de Dezembro de 2010.

Encerra o contrato de CRISTIANO ZANCHI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no Art. 178, I, da Lei Complementar nº 56, de 24/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Encerrar o contrato por prazo determinado de CRISTIANO ZANCHI, contratado pela portaria nº 332 de 14 de Fevereiro de 2010, no cargo de Advogado, ref. 76-A , a partir de 31 de Dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 31 de Dezembro de 2010

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

## Campo Alegre

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Decreto Nº 6.304 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.304 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

Considerando o objetivo em atender as necessidades temporárias de excepcional Interesse Público, previsto no Inciso VII Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro

de 2002; para atendimento de Plantão no Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" no período de férias coletivas dos Servidores públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que nada justifica a paralisação do serviço público, especialmente em se tratando de atividade precípua da administração, como é no presente caso, o serviço de atendimento as crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil, cuja paralisação certamente trará prejuízos à população de Campo Alegre/SC;

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo e 300 Inciso VII;

**DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato de Trabalho Temporário da Srª. JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, matrícula nº 954859, para exercer o cargo de Professor Auxiliar - Ensino Infantil, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA2, Sub-Nível 22, Referência A, no valor de R\$ 1.060,54 (um mil, sessenta reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, pelo período de 17 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.305 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.305 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO  
DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

Considerando o objetivo em atender as necessidades temporárias de excepcional Interesse Público, previsto no Inciso VII Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; para atendimento de Plantão no Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" no período de férias coletivas dos Servidores públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que nada justifica a paralisação do serviço público, especialmente em se tratando de atividade precípua da administração, como é no presente caso, o serviço de atendimento as crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil,

cuja paralisação certamente trará prejuízos à população de Campo Alegre/SC;

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo e 300 Inciso VII;

**DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato de trabalho Temporário da Srª. JOSEANE KIESKI, matrícula nº 954805, para exercer o cargo de Professora Auxiliar - Ensino Infantil, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com vencimentos no valor de R\$ 1.060,54 (um mil, sessenta reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente ao Nível PA2 Sub-Nível 22 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 17 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.306 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.306 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO  
DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

Considerando o objetivo em atender as necessidades temporárias de excepcional Interesse Público, previsto no Inciso VII Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; para atendimento de Plantão no Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" no período de férias coletivas dos Servidores públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que nada justifica a paralisação do serviço público, especialmente em se tratando de atividade precípua da administração, como é no presente caso, o serviço de atendimento as crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil, cuja paralisação certamente trará prejuízos à população de Campo Alegre/SC;

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo e 300 Inciso VII;

**DECRETA:**



Art.1º) Prorrogar o Contrato de trabalho Temporário da Srª. MARCIA DOLORES RUNSHKA, matrícula 954810, para exercer o cargo de Professora Auxiliar - Ensino Infantil, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA2, Sub-Nível 22, Referência A, no valor de R\$ 1.060,54 (um mil, sessenta reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, pelo período de 17 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.307 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.307 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO  
DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

Considerando o objetivo em atender as necessidades temporárias de excepcional Interesse Público, previsto no Inciso VII Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; para atendimento de Plantão no Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" no período de férias coletivas dos Servidores públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que nada justifica a paralisação do serviço público, especialmente em se tratando de atividade precípua da administração, como é no presente caso, o serviço de atendimento as crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil, cuja paralisação certamente trará prejuízos à população de Campo Alegre/SC;

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo e 300 Inciso VII;

#### **DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato de trabalho Temporário do Sr. NILSON FELICIANO, matrícula 954846, para exercer o cargo de Professor Auxiliar - Ensino Infantil, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 709,50 (setecentos e nove reais, cinquenta centavos) mensais, pelo período de 17 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.308 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.308 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO  
DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

Considerando o objetivo em atender as necessidades temporárias de excepcional Interesse Público, previsto no Inciso VII Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; para atendimento de Plantão no Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" no período de férias coletivas dos Servidores públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que nada justifica a paralisação do serviço público, especialmente em se tratando de atividade precípua da administração, como é no presente caso, o serviço de atendimento as crianças matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil, cuja paralisação certamente trará prejuízos à população de Campo Alegre/SC;

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo e 300 Inciso VII;

#### **DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato de Trabalho Temporário da Srª. TE-REZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, matrícula 954799, para exercer o cargo de Professora Auxiliar - Ensino Infantil, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA2, Sub-Nível 22, Referência A, no valor de R\$ 1.060,54 (um mil, sessenta reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, pelo período de 17 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 6.309 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.309 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. JEANE IENSEN CLEMENTE, Professora, matrícula nº 954826, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 6.310 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.310 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. MARIA DORALICE SESTREN ARBIGAUS, Professora, matrícula nº 954853, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 6.311 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.311 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, Professora, matrícula nº 954844, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 6.312 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
DECRETO Nº 6.312 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. TATIANE CHELLIKA CARLINI, Professora, matrícula nº 954819, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.313 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.313 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ, Professora, matrícula nº 954860, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.314 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.314 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, Professora, matrícula nº 954803, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.315 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.315 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

**DO CONTRATO TEMPORÁRIO.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. MERI TEREZINHA MACHADO HUBNER, Professora, matrícula nº 954798, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.316 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.316 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. GERSON ENGLER, Professor, matrícula nº 954817, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.317 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.317 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO

DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de

setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. SCHEILA SUSY SILVEIRA, Professora, matrícula nº 954798, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.318 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.318 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ROSANE JOHANSON, Professora, matrícula nº 954831, a partir de 17 de dezembro de 2010.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.319 de 20 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.319 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. GEOVANE TADEU CANDIDO, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Regime Jurídico: Especial

Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 801,00 (oitocentos e um reais) mensais, pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de junho de 2011.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 008/2010, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.320 de 20 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.320 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. IVAIR ALBERTO TEIXEIRA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 801,00 (oitocentos e um reais) mensais, pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de junho de 2011.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 008/2010, em 2º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010





PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.321 de 20 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.321 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

**DECRETA:**

Art.1º) Contratar o Sr. EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 801,00 (oitocentos e um reais) mensais, pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de junho de 2011.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 008/2010, em 4º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.322 de 20 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 6.322 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

**DECRETA:**

Art.1º) Contratar o Sr. DJONI MÜLLER, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 801,00 (oitocentos e um reais) mensais, pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de junho de 2011.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 008/2010, em 3º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.701 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.701 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:  
Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal - CRISTIANO STELZNER, Agente Operacional I, matrícula nº 000559, referente ao período aquisitivo: 03 de julho de 2009 à 02 de julho de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 01 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.702 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.702 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR  
DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:  
Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias Ao Diretor de

Planejamento, Transportes e Obras - FRANCISCO OSNI DE LIMA, matrícula nº 000021, referente ao período aquisitivo 13 de outubro de 2008 à 12 de outubro de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.703 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.703 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional III - GIOVANI JOSÉ TOMAZ, matrícula nº 000477, referente aos períodos aquisitivos: 03 de outubro de 2008 à 02 de outubro de 2009 e 03 de outubro de 2009 a 02 de outubro de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2008 a 02 de outubro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.704 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.704 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional I - ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 292, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2009 à 30 de junho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.705 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.705 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal - CRISTIANO STELZNER, Motorista, matrícula nº 338, referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2009 à 31 de maio de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 01 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.706 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.706 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE  
DO SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Chefe do Serviço de Transporte e Frota - JARBAS JORGE CATONI, matrícula nº 000182, referente ao período aquisitivo 20 de março de 2009 à 19 de março de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Chefe de Serviço gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 01 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.707 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.707 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional III - JOÃO DE PAULA MUNHOZ, matrícula nº 000030, referente aos períodos aquisitivos: 09 de março de 2009 à 08 de março de 2010 e 09 de março de 2010 a 08 de março de 2011; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 09 de março de 2010 a 08 de março de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.708 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.708 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - JOÃO FRANCISCO DE LIMA, matrícula nº 000032, referente aos períodos aquisitivos: 01 de maio de 2008 à 30 de abril de 2009 e 01 de maio de 2009 a 30 de abril de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de maio de 2009 a 30 de abril de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.709 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.709 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Técnico em Nível Médio - JOÃO SAMUEL CUBAS, matrícula nº 000384, referente aos períodos aquisitivos: 03 de março de 2008 á 02 de março de 2009 e 03 de março de 2009 a 02 de março de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de março de 2009 a 02 de março de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.710 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.710 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Motorista - JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula nº 000265, referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2009 a 18 de junho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 18 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.711 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.711 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Motorista - LUIZ CARLOS COTHOVISKY, matrícula nº 000040, referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2009 a 03 de janeiro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.712 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.712 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional V - LUIZ ANTONIO CANDIDO, matrícula nº 000409, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2009 a 14 de abril de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 01 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE



Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.713 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.713 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal - LUIZ CARLOS STEFANES, Agente Operacional III, matrícula nº 000209, referente ao período aquisitivo: 01 de dezembro de 2008 à 30 de novembro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 27 de dezembro de 2010 à 05 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.714 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.714 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, matrícula nº 000265, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2009 a 31 de maio de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.715 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.715 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional I - MARIO OSVALDO ATNER, matrícula nº 000055, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.716 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.716 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional I - NEURI NAGEL, matrícula nº 0267, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2009 a 14 de abril de 2010, pagamento de um

Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.717 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.717 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional IV - PAULO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 0267, referente aos períodos aquisitivos: 01 de julho de 2008 á 30 de junho de 2009 e 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.718 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.718 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional I - PEDRO VITOR HOTZ DE ASSUMPÇÃO, matrícula nº 000483, referente aos períodos aquisitivos: 03 de outubro de 2008 á 02 de outubro de 2009 e 03 de outubro de 2009 a 02 de outubro de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2009 a 02 de outubro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.719 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.719 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional III - RENATO RONSKA, matrícula nº 000405, referente aos períodos aquisitivos: 15 de abril de 2008 á 14 de abril de 2009 e 15 de abril de 2009 a 14 de abril de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2009 a 14 de abril de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.720 de 10 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.720 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Agente Operacional III - SANDRO JOSÉ CARDOSO DE MEIRA, matrícula nº 000558, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.721 de 13 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.721 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Auxiliar de Educador - LÚCIA APARECIDA SMENTCÓSKI LINZ-MEYER, matrícula nº 000091, por motivo de doença, pelo período de 18 de novembro de 2010 à 23 de dezembro de 2010.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal

- Poder Executivo a partir de 18 de novembro de 2010 à 02 de dezembro de 2010, já o período de 03 de dezembro de 2010 à 23 de dezembro de 2010, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.722 de 13 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.722 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 04 (quatro) dias de férias a Servidora - Agente Operacional I - EVA SANDRA UHLIG FUECKNER, matrícula nº 000578, referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará as férias a partir de 29 de novembro de 2010 à 18 de dezembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.723 de 16 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.723 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de

setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Chefe do Serviço de Contabilidade - MARIA ELIANE FRIEDRICH, matrícula nº 000046, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 a 01 de novembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 17 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.724 de 16 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.724 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar a servidora Técnico em Nível Médio - ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, matrícula nº 000001, para substituir a Chefe do Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre, a partir do dia 17 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, por motivo da titular encontrar-se em gozo de Licença Prêmio.

Art.2º) A servidora Técnico em Nível Médio será remunerada com 50% (cinquenta por cento) do valor da Gratificação da Função de Confiança atribuída ao cargo de Chefe do Serviço de Contabilidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.725 de 16 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.725 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA TESOUREARIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo IV item I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Designar o Servidor Público Municipal JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, para responder interinamente, a partir de 17 de dezembro de 2010 á 15 de janeiro de 2011, pelo Núcleo da Tesouraria desta Prefeitura Municipal; IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social e do FIA - Fundo da Infância e Adolescência a partir desta data.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.726 de 16 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO

PORTARIA Nº 7.726 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde concedida através da Portaria nº 7.614 de 10 de novembro de 2010, a Servidora Pública Municipal - Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE, matrícula nº 000051, até a data de 23 de dezembro de 2010.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo, será custeada pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 10 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 16 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal



AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.727 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.727 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Engenheiro Agrônomo - GILSON OMAR BRUNNQUELL, matrícula nº 000240, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2008 á 01 de março de 2009 = 15 (quinze) dias; 28 de fevereiro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010 = 15 (quinze) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 28 de fevereiro de 2009 a 28 de fevereiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 18 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.728 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.728 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora Auxiliar - GABRIELE QUOST TABERT, matrícula nº 000520, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 á 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de dezembro de 2010 á 20 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.729 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.729 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de Férias ao Motorista - DANIEL MARINO MUNHOZ, matrícula nº 000528, referente ao período aquisitivo 03 de março de 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 á 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.730 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.730 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Odontóloga - SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETTO, matrícula nº 000180, referente ao período aquisitivo 11 de maio de 2009 à 10 de maio de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de dezembro de 2010 à 18 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.731 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.731 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Técnico em Nível Médio - JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 23 de dezembro de 2005 à 23 de dezembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.732 de 17 de Dezembro de 2010**

Gabinete do PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.732 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DA  
PORTARIA Nº 7.367 DE 22 DE JUNHO DE 2010.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 1º da Portaria nº 7.367 de 22 de junho de 2010, o qual passam a ter a seguinte redação:

Art.1º) Autorizar o Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo ao Médico II - RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, matrícula nº 000549, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2010 a 05 de maio de 2011.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de junho de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre "SC", 17 de dezembro de 2010.

VILMAR GORSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Campos Novos**

### **CÂMARA DE VEREADORES**

#### **Decreto Nº 20/2010**

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO Prefeito Municipal REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2008.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas do Município de Campos Novos referente ao ano de 2008, conforme parecer exarado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, favorável ao parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo ao processo PCP - 09/00155922.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 07 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

#### **Decreto Nº 21/2010**

DECRETO Nº 21/2010

VISA CONCEDER O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO CAMPO-NOVENSE AO SENHOR LUIZ CARLOS CHIOCCA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa Conceder o "Título de Cidadão Honorário Camponovense" ao Senhor "LUIZ CARLOS CHIOCCA", pelos relevantes serviços prestados ao nosso município e na região, em especial nas áreas de agronegócios e cooperativismo.

Parágrafo Primeiro - O senhor Luiz Carlos Chiocca, é natural de Capinzal, engenheiro agrônomo, realizou vários cursos em sua área profissional, como: Cooperativismo, Fruticultura, Crédito Rural, Conservação de Água e do Solo, Planejamento Estratégico, M.B.A., entre outros.

Desenvolveu diversas atividades como Gerente Comercial/Consumo no período de 1967/1968 - Cooperativa dos Alunos do Colégio Agrícola de Camboriú; Foi monitor do Departamento de Fitotenia na Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" em Pelotas no ano de 1974; Realizou estágio de milho, trigo e fertilidade do solo na Estação Experimental de Rio Caçador, em 1972; Foi Extensionista Rural na ACARESC de 1975 à 1977; É agropecuarista desde 1976; Também foi presidente de 1977 a 1984 da Copercampos de Campos Novos; Presidente da Federação das Cooperativas do estado de Santa Catarina - FECOAGRO no período de 1982 a 1984; Presidente do Sindicato Rural de Campos Novos no período de 1989 a 1991; Foi vice-prefeito em Campos Novos de 1989 a 1992; Diretor vice-presidente da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - Copercampos entre 1993/2008; Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Campos Novos - SICOOB, desde 1994 até a presente data; Também foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos Novos - ACIRCAN de 2000 a 2004; É Conselheiro Fiscal da Associação Brasileira dos Produtores de Milho - ABRAMILHO, desde 2007 - 2010; atualmente exerce o cargo de diretor Presidente da Empresa Copercampos Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - Copercampos e ainda, desde 2009 é Vice-presidente para o setor de Agronegócio da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 08 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

### **Decreto Nº 22/2010**

DECRETO Nº 22/2010

VISA CONCEDER O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO CAMPO-NOVENSE AO SENHOR JOSÉ PATRÍCIO NEVES DA FONTOURA.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A

CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa Conceder o "Título de Cidadão Honorário Camponovense" ao Senhor "JOSÉ PATRÍCIO NEVES DA FONTOURA", pelos relevantes serviços prestados ao nosso município e região, em especial no Tribunal do Júri e frente a OAB/SC.

Parágrafo Primeiro - O senhor José Patrício Neves da Fontoura, é natural de Cachoeira do Sul -RS, advogado desde 1983, onde formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Logo após sua formação, assumiu a condição de advogado do Grupo Bamerindus, de quem foi fundador de seu departamento jurídico na Capital catarinense. Sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina aconteceu em 1984. Em 20 de outubro de 1984 escolheu retornar para Campos Novos, onde iniciou sua profissão, podendo se dedicar ao tribunal do Júri, sua grande paixão à época, onde fez mais de 150 (cento e cinquenta) defesas em plenário, o que faz até a presente data. Foi presidente da Subseção da OAB de Campos Novos na gestão 91/92. Foi Conselheiro Estadual da OAB no biênio 93/94, onde exerceu a vice-presidência da seccional Catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil; Advogou para o município de Campos Novos nas administrações de Romildo Luiz Titon e Athos de Almeida Lopes; Advogou para a Câmara de Vereadores de Campos Novos sob a presidência de Alexandre Alvadi Di Domenico e Nei Titon; Exerceu, por 10 anos, a condição de professor de Direito em várias disciplinas perante a UNOESC; Ocupou, por indicação do Conselho Estadual da OAB/SC, a condição de membro julgador do tribunal de Ética e Disciplina, tanto em Florianópolis quanto em Joaçaba; Especializou-se, no nível de pós graduação em Direito Processual Civil perante a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Direito Civil perante a Universidade Federal de Santa Catarina; Atualmente ocupa o honroso cargo de Diretor Financeiro da OAB-PRÉV, Seção de Santa Catarina, estando também indicado pela subseção camponovense da OAB para retornar ao V TED (Tribunal de Ética e Disciplina) em Joaçaba - SC. Advoga em todas as áreas de Direito, com atuação em âmbito regional, com ênfase nas áreas do Direito Civil, Comercial e do Consumidor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 08 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

### **Decreto Nº 23/2010**

DECRETO Nº 23/2010

VISA CONCEDER O "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO CAMPO-NOVENSE" AO SENHOR "CLEBI RENATO DIAS".

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa Conceder o "Título de Cidadão Honorário Camponovense" ao Senhor "CLEBI RENATO DIAS", pelos relevantes serviços prestados ao nosso município e na região, em especial nas áreas de gestão empresarial e cooperativismo.



Parágrafo Primeiro - O senhor Clebi Renato Dias, é natural de Criciúma, graduado em Tecnologia em Gestão Empresarial, tem especialização na modalidade Formação para o Mercado de Trabalho em Comércio Exterior e Gestão Financeira e Mercado de Capitais. Realizou e participou de vários cursos durante sua vida profissional, entre eles: - 1975 - Curso de Comercialização/Técnicas de Comércio Exterior pela Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná - ASSOCEP - Curitiba - PR; Encontro Regional de Cooperativismo da Região Norte e Meio Oeste Catarinense em Mafra - SC; 1975 - Participação no III Congresso Catarinense de Cooperativismo em Florianópolis - SC; 1976 - Participação do Programa Nacional de Treinamento de Executivos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Curitiba - PR; 1976 - Curso do "Trato com Arroz" em Chapecó - SC; 1983 - Participação no Encontro Nacional das Cooperativas de Produtores Rurais do Brasil em Brasília - DF; 1984 - Curso sobre Técnicas de Atendimento ao Associado de Cooperativas, promovido pelo Instituto Técnico das Cooperativas ITEC, em Florianópolis - SC; 1987 - Curso de Introdução e Aperfeiçoamento ao Mercado a Termo, promovido pela Bolsa de Mercadorias e Cereais de São Paulo em Florianópolis - SC; 1994 - Curso de Auto-Gestão com instrumentos de Fortalecimento do Cooperativismo; 1994 - Curso de Gerente Empreendedor em Curitiba - PR; 1994 - Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Negociação em Guarapuava - PR; 1994 - Curso de Planejamento Estratégico em Erechim - RS.; 1994 - Curso de Administração Financeira em Lajeado - RS; 1994 - Curso sobre Gestão pela Qualidade Total - Florianópolis - SC; 1995 - Curso sobre Orçamento Integrado à Contabilidade em Bento Gonçalves - RS; 1996 - Participação no Seminário Internacional Safras & Mercado - Agribusiness; 1997 - Curso prático de Exportações e Importações, Mercosul em Chapecó - SC; 1997 - Seminário "Marketing para Competitividade da Empresa Cooperativa; 1997 - Curso de Agribusiness e Comércio Exterior no Rio de Janeiro - RJ; 1997 - Curso de Commodities e Mercado Futuros no Rio de Janeiro - RJ; 1997 - Seminário Internacional sobre Economia Mundial e Comércio Exterior em Brasília - DF - dias 13 e 14 de novembro; 1997 - 1998 - Curso de Aperfeiçoamento em Comércio Exterior (participação especial) nas Matérias Integração Econômica - Câmbio no Comércio Exterior- Estrutura e Princípios do Comércio Internacional - Operações de Importação e Exportação - Economia Internacional - Marketing Internacional na UNOESC - Joaçaba - SC; 2000 - Curso de Gerência Participativa por Resultados em Rio do Sul - SC; 2001 - Participação do Workshop Brasileiro de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento - e 3º. Seminário Catarinense de Gestão do Conhecimento e da Tecnologia - Florianópolis - SC.

Parágrafo Segundo - O homenageado citado no caput anterior desenvolveu várias atividades importantes e que com certeza agregaram valor e geraram desenvolvimento para o nosso município nos últimos anos, como por exemplo: Gerente Comercial da COPERCAMPOS - Comercialização 240.000 toneladas anuais de Cereais no mercado Local, Regional, Estadual, Nacional e Internacional; Diretor Executivo da COPERCAMPOS - responsável pela Coordenação de 02 Gerências = Comercial e Operacional. Atuação na exportação, importação e negociações no mercado domésticos, de todos os Cereais do portfólio da empresa, além da Coordenação da Logística nas operações de compra e venda de Cereais. Presidente e Membro do Conselho Fiscal da AACCC - Associação Atlética COPERCAMPOS; Presidente, Vice-Presidente e Diretor de Patrimônio da ACIRCAN - Associação Comercial, Industrial e Rural de Campos Novos. Presidente e Secretário = LIONS CLUBE DE CAMPOS NOVOS. Ainda, realizou várias viagens ao exterior: 1979 - Viagem de estudos aos Estados Unidos - New York, Chicago, Memphis, Blomington, Decatur, Etc. objetivo conhecer a Bolsa de Chicago visitar Cooperativas e Empresas ligadas a Agropecuária. 1990 - Viagem a Portugal - Intercâmbio Luso Catarinense de Cooperativismo com objetivo de viabilizar negócios entre o Estado de Santa Catarina e as Cooperativas Portuguesas. 1994 - Viagem de

estudos ao Estados Unidos, visita a Farmers Progress Show (maior feira agropecuária do Mundo), Bolsa de Chicago, Bolsa de Kansas, e principalmente acompanhamento da colheita de soja e milho nos estados unidos de Illinois e Iowa. 1995 - Viagem de negócios a Argentina, com interesse de importar trigo para a Copercampos - Visita aos Portos de Rosário, Mar Del Plata e Necochea e a empresa Tradigrain. 1996 - Viagem de negócios a Argentina, com interesse de verificar a produção de Feijão preto para importação e ver possibilidades de exportarmos semente de feijão Carioca. 1996 - Viagem de Estudos aos Estados Unidos, verificar a situação da colheita de soja e milho, nos estados de Illinois, Iowa e Indiana. 1998 - Viagem de Estudos a Estados Unidos, verificar a situação da colheita de soja e milho, nos estados de Illinois, Iowa, Indiana e Missouri. 1998 - Viagem de Estudos ao Chile, visita a vinhedos e lavouras de milho e frutas com irrigação. 2000 - Viagem de estudos ao Oeste dos estados Unidos, visitas as lavouras de Milho e Alfafa - Irrigados. Confinamentos de Gado Leiteiro de Corte em alta escala. 2002 - Viagem de Integração a Argentina com Cooperativas e Revendas de Defensivos, promovida pela Empresa Israelense Millenia. 2002 - Viagem de estudos aos Estados Unidos para acompanhamento das Colheitas de Soja e Milho, percorrendo 5.400 kms de estradas na área agrícola daquele país. 2004 - Viagem de Estudos aos Estados Unidos para acompanhamento das colheitas de milho e soja nos Estados Indiana, Illinois e Iowa. 2007 - Viagem de Estudos aos Estados Unidos para acompanhamento das de milho e soja nos Estados de Indiana, Illinois e Iowa. 2009 - Acompanhamento das COOPERADOS aos Estados Unidos para acompanhamento das colheitas de milho e soja em Indiana, Illinois e Iowa. 2010 - Argentina - Feira Internacional de Agropecuária - EXPOAGRO 2010 - Março de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

### **Decreto Nº 24/2010**

DECRETO Nº 24/2010

VISA CONCEDER O "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO CAMPO-NOVENSE" AO SENHOR "JOÃO FIDÊNCIO REGINATTO".

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder o "Título de Cidadão Honorário Camponovense" ao Senhor "JOÃO FIDÊNCIO REGINATTO", pelos relevantes serviços prestados ao nosso município, em especial, na área agrícola.

Parágrafo único - O senhor João Fidêncio Reginatto é natural de Flores da Cunha - Rio Grande do Sul. Com 16 anos de idade começou as suas atividades agrícolas, plantando a sua primeira lavoura de trigo em Vacaria - RS. Em 1951 mudou-se para Erval Velho, na época Distrito de Campos Novos -SC, onde iniciou nesta região o plantio e transformação do trigo, com a instalação de um Moinho de Trigo, com a produção da farinha de trigo Santa Branca, junto com a família Bordin. Em 1961 começou a produção de semente



de trigo para o Ministério da Agricultura, mas as dificuldades eram muitas, pois faltava local adequado para o armazenamento. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Produtores Rurais em Erval Velho, sendo por mais de um mandato presidente. Contribuiu com o desenvolvimento do nosso município, ajudando na construção da Igreja, de associações, de clubes e escolas. Já em 1970, encontrando dificuldades, juntamente com outros agricultores da região surgiu a idéia de cooperativismo, e com várias reuniões fundaram a COPERCAMPOS, sendo sócio fundador número 18, fazendo parte da diretoria também. Utilizou em suas lavouras as primeiras tecnologias de plantio, contribuindo com a adaptação das máquinas na agricultura e acesso aos primeiros financiamentos de lavouras no banco do Brasil S/A.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

### **Decreto Nº 25/2010**

DECRETO Nº 25/2010

DISPÕE SOBRE ANÁLISE DAS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2010.

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente aos meses de Outubro e Novembro de 2010.

Art. 2º. O presente projeto será submetido a análise das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação Final, e Orçamento, Finanças e Tributação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

### **Dectreo Nº 26/2010**

DECRETO Nº 26/2010

VISA CONCEDER O "TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO" AO SENHOR "SADY JACOMEL".

O cidadão Maurílio Castro Campagnoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder o "Título de Cidadão Benemérito" ao Senhor "SADY JACOMEL", pelos relevantes serviços prestados ao nosso município, em especial, na área engenharia civil.

Parágrafo único - O senhor Sady é formado em Engenharia Civil e atua em sua profissão a 31 anos. Tem especialização em Engenharia de Produção Mecânica e Mercado de Trabalho - Gestão do Meio Ambiente. Participou de diversos cursos entre eles: Curso sobre Linha de Produtos e processos da SIKA S/A - Produtos Químicos para Construção - MONTANAS S/A; várias palestras sobre: Análise Matricial de Estruturas - UEM; Grandes Barragens - UEM; Aerofotogrametria - UEM; Saneamento - UEM. Sempre preocupado em atualizar-se e acompanhar a evolução tecnológica para poder atender os camponovenses, realizou os seguintes cursos: AUTOCAD - SENAI; Utilização do Sistema de Projeto de Edificações em Concreto Armado Alto QiEberick - 2001, 2002, 2004 e 2010. Teve como atividades profissionais: Banco Comercial do Paraná - 1974; Estágio no Departamento Autônomo de Edificações - DAE - 1977/1978; Professor da Escola Técnica de Comércio Dom João Batista Sacalabrini; Prefeitura Municipal de Campos Novos = Engenheiro Responsável - 1980/1982; Secretário de Obras e Transportes - 1982 à 1983; Assessor de Planejamento - 1983; Secretário de Administração e Finanças - 1986 à 1989. É um profissional comprometido com o trabalho de qualidade, é objetivo, claro e sempre procura manter a ética, tem muito amor e dedicação ao seu trabalho. Sempre lutou e continua lutando muito pela melhoria da mão-de-obra em Campos Novos -SC, ensinando e treinando pedreiros e mestres de obras.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de dezembro de 2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)

Presidente da Mesa

### **Moção Nº 63/2010**

MOÇÃO Nº 63/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhor

"FLARES ROSAR"

O Poder Legislativo de Campos Novos/SC, manifestam os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja, abençoe dando tranquilidade neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 02/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

### **Moção Nº 64/2010**

MOÇÃO Nº 64/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhor

“ARI DE SOUZA”

O Poder Legislativo de Campos Novos/SC, manifestam os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja, abençoe dando tranquilidade neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 02/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

### **Moção Nº 65/2010**

MOÇÃO Nº 65/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos/SC, por seus representantes legais parabenizam ao Senhor

“Antonio Salvador Marques”

Pelo excelente trabalho desenvolvido com os alunos da UEC - Unidade de Educação Complementar, na “V Noite Cultura”, com espetaculares apresentações de teatro, dança e interpretações musicais, com o tema: “Um Mundo Melhor é Possível”, que mais uma vez emocionou aos presentes.

Somos gratos pelo compromisso e carinho que tens, no decorrer do ano todo, em transformar nossas crianças em cidadãos conscientes com seu papel na sociedade.

Outrossim, desejamos pleno sucesso!

Sala das Sessões, em 07/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO

1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

CIRILO RUPP

Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA

Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES

Vereador

LEONILDO RECALCATTI

Vereador

### **Moção Nº 66/2010**

MOÇÃO Nº 66/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do

Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos/SC, por seus representantes legais parabenizam ao Senhor

“Marcos Moraes”

Pelo excelente trabalho desenvolvido junto com os alunos da UEC - Unidade de Educação Complementar, no decorrer do ano todo, em especial na “V Noite Cultura”, com espetaculares apresentações de musicais e instrumentais, com o tema: “Um Mundo Melhor é Possível”, que mais uma vez emocionou aos presentes. Somos gratos pelo compromisso e carinho que tens permanentemente, em ensinar nossas crianças a serem cidadãos conscientes com seu papel na sociedade. Outrossim, desejamos pleno sucesso!

Sala das Sessões, em 07/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO  
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

CIRILO RUPP  
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA  
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES  
Vereador

LEONILDO RECALCATTI  
Vereador

**Moção Nº 67/2010**

MOÇÃO Nº 67/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

**MOÇÃO DE PESAR**

Consternados com o falecimento da Senhora

“HONÓRIA MENDES TEIXEIRA”

O Poder Legislativo de Campos Novos/SC, manifestam os mais

profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja, abençoe dando tranquilidade neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 07/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO  
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

CIRILO RUPP  
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA  
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES  
Vereador

LEONILDO RECALCATTI  
Vereador

**Moção Nº 68/2010**

MOÇÃO Nº 68/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam ao Senhor

“José Fabrício Melo”

Pelo excelente trabalho desenvolvido frente a UNOESC - Campus Aproximado de Campos Novos, com ações como o Projeto Cinearte, Capacitação de Professores da Rede Municipal, e assim integrando a Universidade com a comunidade camponovense. Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 09/12/2010.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO  
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES

2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

CIRILO RUPP  
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA  
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES  
Vereador

LEONILDO RECALCATTI  
Vereador

### **Moção Nº 69/2010**

MOÇÃO Nº 69/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam a

“E.E.B. Cel. Gasparino Zorzi”

Pela excelente iniciativa em promover um Informativo público, dando aos munícipes, a oportunidade de melhor conhecimento nas áreas de Alfabetização, Práticas Esportivas, Ensino Técnico, Viagens de Estudos, Laboratório de Informática, entre outros. Outrossim, parabenizamos à todos que de uma forma ou de outra, fizeram com que esse Informativo fosse possível, e desejamos sucesso nas próximas edições.

Sala das Sessões, em 14/12/2010.  
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO  
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

CIRILO RUPP  
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA  
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES  
Vereador

LEONILDO RECALCATTI  
Vereador

### **Moção Nº 70/2010**

MOÇÃO Nº 70/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais manifestam integral e irrestrita parabenização aos clubes de serviço

“LEO CLUBE e LIONS ALIANÇA”

Pelo desempenho que todos os organizadores tiveram para que se realizasse o grandioso bingo beneficente em prol da A.C.A.D.A.V.. Parabenizamos à todos pela ilustre atitude, de reunir pessoas de diversos segmentos de nosso município na busca de um mundo melhor.

Outrossim, desejamos pleno sucesso à todos os organizadores deste evento.

Sala das Sessões, em 16/12/2010.  
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)  
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vice-Presidente

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO  
1º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

CIRILO RUPP  
Vereador

JOÃO VALDENIR DA SILVA  
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES  
Vereador

LEONILDO RECALCATTI  
Vereador



# Capinzal

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Chamamento Público para Cadastramento e/ou Atualização de Registro Cadastral

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
CADASTRAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO  
DE REGISTRO CADASTRAL

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 34 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que encontra-se permanentemente abertas inscrição e/ou atualização no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Capinzal.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Capinzal, sala de Licitações e no sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Endereço: Rua Carmelo Zocolli, 155. CEP - 89.665-000.

Telefone: (0\_\_49) 3555-8716

Fax: (0\_\_49) 3555-8744

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

PREFEITURA DE CAPINZAL, 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

### Contrato 179/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0179/2010

Dispensa de Licitação 0148/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: EPAGRI - EMP. DE PESQ. AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL EM SC

OBJETO: Contratação da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, com objetivo de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Município de Capinzal, contendo as ações descritas no Plano anual de Trabalho (PAT).

VALOR R\$: 17.000,00

VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 31/12/2011

### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 144/2009 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0144/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENV. SUSTENTAVEL DE SC

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original por mais 04 (quatro ) meses, findando em 18/04/2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 18/12/2010 A 18/04/2011

### Termo Aditivo 001/2010 Contrato 77/2006 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 77/2006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: NEI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é o reajuste anual de valores previsto na cláusula 8.1 do contrato original. O percentual dos últimos 12 meses do INPC foi de 6,08% (seis vírgula zero oito pontos percentuais) ficando os valores reajustados conforme quadro a seguir:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor unitário ANTIGO	Valor unitário REAJUSTADO
01	Mês	Serviços de coleta, seleção, reciclagem, industrialização, transporte e deposição dos resíduos domiciliares e comerciais do perímetro urbano e interior. Mensal, conforme projeto básico em anexo ao processo licitatório.	54.002,63	57.285,99
02	km	Serviço de varrição e raspagem em logradouros e vias públicas, com recolhimento e destinação dos resíduos resultantes, que deverá ser executado conforme projeto básico em anexo ao processo licitatório.	44,41	47,11
03	Km	Serviços de roçadas em estradas interioranas, a qual será efetuada à 3 (três) metros de distancia, contados da borda da estrada ou rua. Devendo ser efetuada com máquinas roçadeiras e com equipamentos manuais como foice; que deverá ser executado conforme projeto básico em anexo ao processo licitatório.	200,13	212,30

VALOR R\$: 355.151,46

VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 04/05/2011

### Termo Aitivo 001/2010 Contarto 141/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0141/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original até dia 23/02/2011 e o acréscimo de 54.293,60 (Cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos), conforme documentação em anexo.

VALOR R\$: 54.293,60

VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 23/02/2011

## SIMAE

### Extrato de Contrato Nº CAO/39/2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/39/2010

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AUTOMATIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 76.576.198/0001-18



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/28/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.  
DATA DA ASSINATURA: 03/12/2010  
VIGÊNCIA: 05.12.2010 A 02.02.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/40/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/40/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: ELETROPNEUS OURO LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 01.627.484/0001-66  
OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/29/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.  
DATA DA ASSINATURA: 03/12/2010  
VIGÊNCIA: 13.12.2010 A 10.02.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/41/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/41/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: POSSEIDON PRODUTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 04.857.284/0001-98  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO À REDE INTERNET.  
VALOR: R\$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS) MENSAIS.  
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/42/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/42/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: TORNEFEL TORNEARIA FELIPON LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 74.129.883/0001-70  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TORNO MECÂNICO.  
VALOR: R\$ 25,00 (VINTE E CINCO REAIS) POR HORA DE SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO.  
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2010  
VIGÊNCIA: 03.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/43/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/43/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: IRMÃOS DAMBRÓS LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 81.372.708/0001-75  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011.  
VALOR: R\$ 2,49 (DOIS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS) POR LITRO DE GASOLINA COMUM.  
R\$ 1,89 (UM REAL E OITENTA E NOVE CENTAVOS) POR LITRO DE ÓLEO DIESEL COMBUSTÍVEL  
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2010  
VIGÊNCIA: 03.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/44/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/44/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 46.481.156/0004-85  
OBJETO: FORNECIMENTO DE APROXIMADAMENTE 4.000 (QUATRO MIL) QUILOGRAMAS DE CLORO GÁS (CL 98%), PARA TRATAMENTO DE ÁGUA.  
VALOR: R\$ R\$ 6,31 (SEIS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS) POR QUILOGRAMAS DE CLORO GÁS.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2010  
VIGÊNCIA: 03.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/45/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/45/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: C.S.M PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 03.337.080/0001-63  
OBJETO: FORNECIMENTO DE APROXIMADAMENTE 1.200 (UM MIL E DUZENTOS) QUILOGRAMAS DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12% DE CLORO ATIVO, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA.  
VALOR: R\$ 0,80 (OITENTA CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2010  
VIGÊNCIA: 03.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/46/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/46/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 81.322.141/0001-22  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS APLICADOS NA COLETA E NA REALIZAÇÃO ANÁLISES MENSAIS, TRIMESTRAIS E SEMESTRAIS DA ÁGUA TRATADA DA ESTAÇÃO TRATAMENTO DE ÁGUA CENTRAL E DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO ISOLADOS DO INTERIOR E DA ÁGUA BRUTA DO RIO DO PEIXE EM CUMPRIMENTO A PORTARIA 518/04, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RESOLUÇÃO Nº 357/2005 DO CONAMA  
VALOR TOTAL: R\$ 25.350,00 (VINTE E CINCO MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2010  
VIGÊNCIA: 03.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/47/2010**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/47/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.  
CNPJ DO CONTRATADO: 34.028.316/0028-23  
OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/04/2009 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À ÓRGÃO PÚBLICO, NAS MODALIDADES CARTA COMERCIAL, SERVIÇOS DE ENCOMENDA DA LINHA ECONÔMICA (PAC) E ENCOMENDA SEDEX).  
VALOR: VALORES CONFORME TABELAS ESPECÍFICAS A CADA

SERVIÇO, VIGENTES E PRATICADAS PELA ECT.  
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/48/2010**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/48/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: CPL - ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 00.462.389/0001-97  
OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/03/2009, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.  
VALOR: R\$ 232,07 (DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETE CENTAVOS) MENSAIS.  
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/49/2010**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/49/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 84.590.900/0001-26  
OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/02/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.  
VALOR: R\$ 1.694,40 (UM MIL SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)  
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Contrato Nº CAO/50/2010**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/50/2010  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.  
CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28  
OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/33/2009, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.  
VALORES:  
- SISTEMA (SOFTWARE) DE EMISSÃO E CONTROLE DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO (SISTEMA DE FATURAMENTO).  
VALOR: R\$ 1.379,04 (UM MIL TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS;  
- SISTEMA (SOFTWARE) PARA GERENCIAMENTO E CADASTRAMENTO TÉCNICO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES COLETORAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS.  
VALOR: R\$ 551,62 (QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS;  
- SISTEMA (SOFTWARE) PARA ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DE OPERAÇÕES E RESULTADOS DE ANÁLISES DE ÁGUA E ESGOTO, REALIZADAS NOS LABORATÓRIOS JUNTO ÀS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.  
VALOR: R\$ 509,18 (QUINHENTOS E NOVE REAIS E DEZOITO CENTAVOS) MENSAIS.  
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

**Extrato de Convênio Nº CAO/02/2010**

## EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/02/2010  
CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONVENIENTE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC.  
CNPJ DO CONVENIENTE: 04.310.564/0001-81  
OBJETO: TERMO DO SEXTO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº CAO/02/2008, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONVENIADOS.  
VALORES: R\$ 39,40 (TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS) PARA CADA ESTUDANTE QUE ESTÁ CURSANDO O ENSINO MÉDIO.  
R\$ 64,48 (SESENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS) PARA CADA ESTUDANTE DE CURSOS UNIVERSITÁRIOS.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2010  
VIGÊNCIA: 01.01.2011 A 31.12.2011

## Chapadão do Lageado

**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 090/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 090/2010  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Nº 458 de 22 de dezembro de 2009,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado a importância de R\$ 19.657,50 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2042 - Manutenção das Estradas Vicinais - Transportes  
R\$ 6.320,00

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 3.987,50

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 4.350,00

Art. 2º - Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 19.657,50 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2042 - Manutenção das Estradas Vicinais - Transportes  
R\$ 6.320,00

08 - Secretaria dos transportes, Obras e Serviços  
02- Divisão do DMER  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2093 - Manutenção das Estradas Vicinais - Urbanismo R\$ 13.337,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 378/2010 de 17.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 378/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº 008, de 23.12.99, Lei Complementar Nº 011 de 30.04.2002,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar ELIAS BATISTI, ocupante do Cargo em Comissão de Agente de Controle Interno, no Gabinete do Prefeito, nomeado pela Portaria Nº 007/2009 de 05.01.2009, a partir de 31.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 379/2010 de 20.12.2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 379/2010

CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do benefício Auxílio-doença da Previdência Social,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o prazo referenciado na Portaria nº. 347/2010 de 05.11.2010, da Servidora SIRLEI CHIQUIO MEDEIROS; com a seguinte alteração: onde se lê: prorrogar pelo prazo de mais 75 (setenta e cinco) dias, leia-se: prorrogar pelo prazo de mais 103 (cento e três) dias.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 379/2010

CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do benefício Auxílio-doença da Previdência Social,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o prazo referenciado na Portaria nº. 347/2010 de 05.11.2010, da Servidora SIRLEI CHIQUIO MEDEIROS; com a seguinte alteração: onde se lê: prorrogar pelo prazo de mais 75 (setenta e cinco) dias, leia-se: prorrogar pelo prazo de mais 103 (cento e três) dias.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal



# Concórdia

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº 573, de 13 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2011; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, na forma do Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2011, com vistas ao recolhimento dos tributos abaixo relacionados:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

III - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF;

IV - Taxas de Limpeza Pública, de Coleta de Lixo e do Corpo de Bombeiros;

V - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em 6 (seis) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações - Código Tributário Municipal e no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.179, de 10 de maio de 2010.

Art. 3º As Taxas referidas no inciso IV e a Contribuição referida no inciso V do art. 1º desta Lei serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal - DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a CIP, dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no convênio firmado com a CELESC Distribuição S.A.

Art. 4º Os tributos não constantes neste calendário fiscal, vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

Art. 5º Os tributos serão lançados em reais, exceto o ISSQN, que será lançado em UFIR, instituída no âmbito do Município de Concórdia pela Lei Complementar nº 176, de 11 de dezembro de 2000 e alterações.

Art. 6º Em casos de celebração de convênios ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

### CALENDÁRIO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2011

IPTU	Parcelas	Vencimento
	Única	15.3.2011
	1ª	15.3.2011
	2ª	15.4.2011
	3ª	16.5.2011
	4ª	15.6.2011
	5ª	15.7.2011
ISSQN	6ª	15.8.2011
	Mês de competência	Vencimento
	Janeiro	25.2.2011
	Fevereiro	15.3.2011
	Março	15.4.2011
	Abril	16.5.2011
	Maio	15.6.2011
	Junho	15.7.2011
	Julho	15.8.2011
	Agosto	15.9.2011
	Setembro	17.10.2011
	Outubro	16.11.2011
TLLF	Novembro	15.12.2011
	Dezembro	16.1.2012
Vencimento único		25.2.2011

### Lei Complementar Nº 574, de 13 de Dezembro de 2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 574, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Legislativo, institui novos Padrões de Vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Legislativo obedece ao regime estatutário e estrutura-se em quadros permanentes, com os respectivos grupos ocupacionais e classes de cargos.

Art. 2º Esta Lei dispõe sobre o PCCS do Poder Legislativo, estruturado por Quadro Permanente de Cargos, na forma do Anexo I.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - quadro permanente de cargos: o conjunto de classes de cargos de carreira;

II - cargo público: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei e com denominação própria;

III - cargo de carreira: aquele de provimento efetivo, que se escalona em padrões de vencimento, para acesso privativo de seus titulares;

IV - servidor efetivo: servidor habilitado em concurso público e empossado no cargo;

V - servidor estável: servidor habilitado em concurso público, empossado no cargo e aprovado no estágio probatório;

VI - efetivo exercício: desempenho das atribuições do cargo público;

VII - cargo em comissão: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VIII - classes de cargos: o agrupamento de cargos com mesmo padrão inicial de vencimento e semelhantes quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade para o seu exercício;

IX - carreira: o desenvolvimento funcional do servidor por meio de promoções;

X - grupo ocupacional: o conjunto de cargos de carreira com mesmo grau de escolaridade exigido para seu desempenho;

XI - faixa de vencimentos: a escala horizontal de padrões de vencimento atribuídos a uma determinada categoria;

XII - padrão de vencimento: o valor do vencimento, identificado por letras de "A" a "L" atribuído ao cargo na faixa de vencimentos;

XIII - interstício: o lapso de tempo mínimo de 3 (três) anos, fixado para que o servidor se habilite à promoção horizontal.

Art. 4º Os cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo são os constantes do Anexo I, que contém classe, denominação, grupo ocupacional - GOC, quantidade - QTD, carga horária semanal de trabalho - CH e padrão de vencimento.

Art. 5º A missão, as responsabilidades, as exigências mínimas de escolaridade e conhecimento para os cargos dos grupos ocupacionais previstos nesta Lei, são os estabelecidos no Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Cargos - Anexo II.

Art. 6º Os cargos de carreira do Quadro Permanente do Poder Legislativo integram os seguintes grupos ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - Grupo Ocupacional Técnico - GT;

III - Grupo Ocupacional Funcional - GF.

§ 1º O Grupo Ocupacional Especialista - GE compreende os cargos cujas funções requerem conhecimentos teóricos e práticos e formação de Ensino Superior.

§ 2º O Grupo Ocupacional Técnico - GT compreende os cargos que exigem conhecimentos profissionais, com qualificação técnica

de Ensino Médio.

§ 3º O Grupo Ocupacional Funcional - GF compreende os cargos que exigem formação de Ensino Médio.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA NORTEADORA DO PCCS

Art. 7º A política norteadora do PCCS do Poder Legislativo, com fundamento nos princípios de flexibilidade e maximização do potencial individual do servidor, tem por objetivos:

I - a valorização do servidor, pelo reconhecimento dos esforços individuais, na direção do crescimento profissional;

II - proporcionar aos servidores conhecimento das oportunidades de acesso na carreira;

III - estabelecer clima participativo e de confiança entre o Legislativo e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal;

VI - buscar a equidade interna na estrutura organizacional do Poder Legislativo;

VII - alinhar a estrutura de remuneração.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DAS CLASSES DE CARGOS DE CARREIRA

Art. 8º A estruturação das classes de cargos de carreira do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, resultante de avaliação sobre a natureza, o grau de responsabilidade e complexidade, bem como as peculiaridades de cada cargo, observa os seguintes fatores:

I - instrução;

II - iniciativa/complexidade;

III - supervisão recebida;

IV - esforço mental e visual;

V - impacto dos erros;

VI - responsabilidade por contatos;

VII - responsabilidade por patrimônio;

VIII - responsabilidade por supervisão exercida;

IX - ambiente de trabalho;

X - riscos/segurança.

Parágrafo único. Os valores dos padrões de vencimento dos cargos componentes das classes são fixados por ordem crescente da pontuação final dos fatores de avaliação previstos neste artigo, observados, ainda, os requisitos para a investidura nos cargos e a realidade mercadológica.

## CAPÍTULO IV

### DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Art. 9º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II - gozo dos direitos políticos;
- III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - escolaridade exigida para o exercício do cargo;
- V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI - aptidão física e mental.

Parágrafo único. As atribuições do cargo poderão justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei ou em edital de concurso público.

Art. 10. Os cargos públicos se classificam em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, estes estabelecidos em legislação própria.

## CAPÍTULO V

### DOS CARGOS DE CARREIRA

Art. 11. Os cargos de carreira, de provimento efetivo, constantes do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, são preenchidos:

I - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores;

III - pelas demais formas de provimento previstas na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Concórdia.

Art. 12. O provimento dos cargos de carreira no âmbito do Poder Legislativo, dar-se-á, por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 13. Os valores dos padrões de vencimento dos cargos de carreira são os constantes do Quadro Permanente de Pessoal, previsto no Anexo I desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DAS CARREIRAS

Art. 14. O ingresso do servidor na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento da faixa I do cargo para o qual foi concursado.

Art. 15. Para os efeitos desta Lei, compreende-se como:

I - vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

II - vencimentos: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei, acrescido das vantagens pecuniárias de caráter permanente;

III - remuneração: o vencimento do cargo efetivo fixado em lei, acrescido das vantagens pecuniárias de caráter permanente e temporário.

Art. 16. O vencimento dos servidores públicos do Poder Legislativo, somente poderá ser fixado ou alterado por lei, observada a iniciativa privativa do Poder Legislativo, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

## CAPÍTULO VII

### DAS PROMOÇÕES

Art. 17. O desenvolvimento da carreira do servidor efetivo dar-se-á

por meio das promoções horizontal e vertical.

Art. 18. É proibida qualquer promoção ao servidor que não atender às exigências previstas neste Capítulo e que possibilite avançar padrão de vencimento, que não seja o imediatamente posterior àquele que estiver enquadrado.

#### Seção I

##### Da Promoção Horizontal

Art. 19. Promoção horizontal é a passagem do servidor efetivo, integrante dos Grupos Ocupacionais previstos no art. 6º desta Lei, de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, na mesma faixa de vencimentos, observados:

I - os interstícios e percentuais previstos no Anexo I desta Lei;

II - a obtenção de conceito positivo na média das avaliações anuais de desempenho ocorridas no interstício;

III - a participação em cursos de áreas afins ao cargo que ocupa.

§ 1º Não alcançado o conceito positivo mínimo, previsto no inciso II deste artigo, a média será recalculada por ocasião da avaliação subsequente, descartada a avaliação de menor pontuação realizada no interstício, e assim sucessivamente, até o servidor atingir o conceito mínimo necessário para obter direito à promoção.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, será iniciada a contagem de novo interstício, no mês subsequente àquele em que o servidor alcançar o conceito mínimo, necessário para obter a promoção.

§ 3º O servidor penalizado em sindicância ou processo administrativo disciplinar, no interstício da avaliação, não integrará a lista dos avaliados, para efeito da concessão da promoção horizontal, sem prejuízo de aproveitamento, no próximo interstício, da carga horária dos cursos realizados.

Art. 20. Para efeito da promoção de que trata o art. 19 desta Lei, será considerada a participação do servidor em cursos, com carga horária mínima total de:

I - 120 (cento e vinte) horas, para os ocupantes de Cargos Especialistas - GE;

II - 90 (noventa) horas, para os ocupantes de Cargos Técnicos - GT;

III - 80 (oitenta) horas, para os ocupantes de Cargos Funcionais - GF.

§ 1º As horas de curso que ultrapassarem a carga horária mínima exigida para o interstício, não serão aproveitadas para novas promoções.

§ 2º Os servidores que participarem de cursos oferecidos ou realizados pela Administração Municipal e pelo Poder Legislativo poderão, após certificação, averbá-los para fins de promoção.

§ 3º Para os ocupantes de cargos dos Grupos Ocupacionais: Especialista - GE, Técnico - GT e Funcional - GF, poderão ser consideradas para até 50% (cinquenta por cento) das horas exigidas nos incisos I a III do caput deste artigo, as horas comprovadas de participação:

I - na Rede Vivaviva ou outra nomenclatura que vier substituí-la, sob a responsabilidade do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia - SSMC;

II - na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT;

III - em cursos de atendimento ao público.

§ 4º Se no período aquisitivo da promoção horizontal, a Administração Municipal não proporcionar as horas de curso previstas no parágrafo 3º deste artigo, estas serão consideradas realizadas.

Art. 21. O servidor cedido não será prejudicado para fins de obtenção de promoção horizontal se, no período da cessão, tiver preenchido os requisitos exigidos no art. 19 desta Lei.

Art. 22. O servidor estável, no exercício de cargo em comissão, terá a contagem do tempo de serviço assegurada, bem como garantida a possibilidade de reconhecimento dos cursos, para fins de promoção horizontal.

Parágrafo único. Os cursos realizados durante o exercício do cargo em comissão deverão ser relacionados:

I - 50% (cinquenta por cento) às atribuições do cargo efetivo;

II - 50% (cinquenta por cento) àquelas do cargo em comissão.

Art. 23. Serão considerados como de efetivo exercício, para efeito da promoção horizontal, durante o interstício, os afastamentos previstos no art. 116 e nos incisos I, III, IV, VI, VII, alíneas "a", "c", "d", "e" e "f" do inciso VIII, incisos IX, X, XI e XII do art. 137 da Lei Complementar nº 90/94 e os em virtude de exercício de cargo em comissão em órgão público municipal.

Art. 24. Suspendem o interstício exigido para fins da promoção horizontal:

I - as licenças e afastamentos, sem remuneração;

II - os afastamentos, previstos no art. 23 desta Lei, superiores a 1 (um) ano, exceto quando, comprovadamente, em decorrência de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho;

III - os afastamentos do exercício do cargo para a investidura em cargo público eletivo.

Parágrafo único. A contagem de novo período aquisitivo iniciará a partir do retorno às atividades.

Art. 25. O acréscimo pecuniário decorrente de cada promoção horizontal será de 4% (quatro por cento), devido:

I - automaticamente, no mês subsequente ao término do interstício, se o servidor preencher os requisitos previstos nos incisos II e III do art. 19 desta Lei;

II - a contar da data de protocolização do requerimento, se o servidor preencher o requisito previsto no inciso III do art. 19 desta Lei, após o término do interstício;

III - no mês subsequente à data em que o servidor alcançar o conceito mínimo necessário na avaliação de desempenho.

Art. 26. O período aquisitivo para obtenção de nova promoção horizontal iniciará a partir do dia seguinte ao da promoção anterior.

## Seção II

### Da Promoção Vertical

Art. 27. Promoção vertical é a passagem do servidor para a faixa

de vencimento imediatamente superior na carreira, observada a conclusão de:

I - curso de pós-graduação, conforme legislação educacional vigente, afim ao cargo que ocupa, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, para os ocupantes de Cargos Especialistas - GE;

II - curso de graduação em nível superior, conforme legislação educacional vigente, afim ao cargo que ocupa, para os ocupantes de Cargos Técnicos - GT e Funcionais - GF.

Parágrafo único. Serão consideradas as titulações adquiridas pelo servidor antes ou depois do ingresso no Legislativo Municipal, após conclusão e aprovação do estágio probatório.

Art. 28. Será considerado para efeito de promoção vertical, o título cuja afinidade com o cargo de carreira ocupado, seja previamente apreciada e aprovada pela Comissão de que trata o Capítulo VIII desta Lei.

Art. 29. O acréscimo pecuniário decorrente da promoção vertical será de 7% (sete por cento), será devido a partir do mês subsequente ao de protocolização do requerimento, se o servidor preencher o requisito do art. 27 desta Lei.

Art. 30. O servidor estável poderá acessar a promoção vertical durante o exercício de cargo em comissão.

Parágrafo único. A formação concluída no período do exercício de cargo em comissão deverá estar relacionada às atribuições do cargo efetivo e não àquelas do cargo em comissão.

Art. 31. O servidor poderá acessar apenas uma promoção vertical, mediante requerimento protocolizado, acompanhado de certificado de conclusão de curso e grade curricular.

## Seção III

### Da Avaliação de Desempenho

Art. 32. A avaliação de desempenho para fins da promoção horizontal será realizada anualmente e regulamentada por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º O servidor perderá o direito a avaliação de desempenho se permanecer afastado do exercício do cargo efetivo, durante a periodicidade da avaliação, por período igual ou superior a 3 (três) meses, exceto quando, comprovadamente, em decorrência de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, no exercício do cargo em comissão e em licença maternidade.

§ 2º Se a administração da Câmara Municipal não proporcionar a realização da avaliação de desempenho aos servidores, esta será considerada positiva, com conceito máximo, naquele ano.

§ 3º O servidor que na época da avaliação de desempenho estiver exercendo cargo comissionado ou função gratificada receberá, automaticamente, o conceito mínimo necessário para concorrer à promoção horizontal.

## CAPÍTULO VIII

### DA COMISSÃO DO PCCS

Art. 33. O Poder Legislativo constituirá e designará, por ato próprio, Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles, obrigatoriamente, servidores efetivos integrantes do Poder Legislativo



Municipal de Concórdia.

Art. 34. A CPCCS será composta por 1 (um) presidente, 1 (um) secretário e 1 (um) relator.

Art. 35. A constituição da CPCCS deverá ser renovada a cada 2 (dois) anos, sendo vedada a recondução total de seus membros.

Art. 36. Será de competência da CPCCS:

I - realizar o enquadramento dos servidores abrangidos por esta Lei;

II - receber os requerimentos de promoções horizontal e vertical dos servidores do Legislativo Municipal;

III - avaliar se os requisitos legais para autorizar as promoções horizontal e vertical estão sendo observados;

IV - decidir sobre a concessão da promoção e encaminhar os processos ao setor competente;

V - receber e decidir os pedidos de revisão de enquadramento.

Art. 37. A CPCCS terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo, para decidir sobre o requerimento da promoção.

Parágrafo único. Por razão motivada poderá haver prorrogação do prazo, por igual período.

Art. 38. O servidor será notificado da decisão e poderá pedir reconsideração, por escrito, à CPCCS no prazo de 5 (cinco) dias úteis, da ciência da decisão.

Parágrafo único. Do pedido de reconsideração, a Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, para decisão.

Art. 39. Da nova decisão, o servidor será novamente notificado, da qual caberá recurso escrito ao Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara terá o prazo de 15 (quinze) dias para decisão definitiva.

Art. 40. O servidor, no requerimento da promoção, deverá encaminhar cópia do certificado do curso autenticado em cartório ou por servidor do Setor de Protocolo, para fins de instrução do processo.

## CAPÍTULO IX

### DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 41. Será pago adicional por tempo de serviço, em rubrica própria e linha à parte no demonstrativo de vencimentos, a cada ano de efetivo exercício do servidor, após conclusão do estágio probatório.

Art. 42. O adicional por tempo de serviço será pago sob a rubrica "Anuênio", no valor equivalente a 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor.

Art. 43. O marco inicial para contagem do prazo para concessão do adicional por tempo de serviço, previsto neste Capítulo, será a data da nomeação e investidura do servidor no cargo, ou a data da concessão do último anuênio, o que tiver ocorrido por último.

Art. 44. Este adicional por tempo de serviço substituirá o anuênio previsto na Lei Complementar nº 100, de 27 de março de 1995 e

alterações.

§ 1º Fica assegurado ao servidor que já recebia o adicional por tempo de serviço, o direito de receber o valor nominal que recebia a este título, na data do início de vigência desta Lei.

§ 2º O valor nominal será majorado em decorrência da aplicação dos índices resultantes da revisão geral anual dos vencimentos.

## CAPÍTULO X

### DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

Art. 45. A jornada semanal de trabalho dos cargos de carreira é a prevista no Anexo I desta Lei.

## CAPÍTULO XI

### DA MANUTENÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

Art. 46. Cargos poderão ser criados, transformados e modificados no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, observadas as disposições deste PCCS.

Parágrafo único. A criação de novos cargos e sua estruturação poderá determinar a ampliação do número de classes fixadas no Anexo I desta Lei.

Art. 47. Da proposta de criação de cargos deverá constar:

I - denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento dos cargos;

II - justificativa.

Art. 48. O padrão de vencimento dos novos cargos será definido, observadas as disposições do Capítulo III desta Lei.

## CAPÍTULO XII

### DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 49. Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento estável serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua vigência, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 50. No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I - a igualdade de denominação e de atribuições dos cargos;  
II - as transformações de cargos previstas no Anexo I desta Lei;  
III - o vencimento do cargo ocupado e o vencimento do cargo no qual se dará o enquadramento;  
IV - a habilitação legal para o exercício do cargo, quando for o caso;  
V - a escolaridade.

§ 1º As transformações a que se refere o inciso II deste artigo são promovidas com cargos efetivos que guardam similitude de natureza, grau de responsabilidade, complexidade de atribuições e nível de escolaridade.

§ 2º A escolaridade definirá, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo VII desta Lei, a faixa de vencimento que o servidor será enquadrado.

§ 3º Para acessar a promoção vertical prevista na Seção II do

Capítulo VII desta Lei, será considerado o nível de escolaridade de acesso exigido para o cargo na Resolução nº 209/2002, desde que, na entrada em vigor desta, o servidor estável possua a escolaridade estabelecida para a promoção.

Art. 51. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, XV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 52. Os atos de enquadramento dos atuais servidores para o Quadro Permanente de Pessoal, criados por esta Lei, serão expedidos pela Mesa Diretora da Câmara.

Art. 53. O servidor enquadrado ocupará, na faixa de vencimentos do novo cargo, o padrão cujo vencimento seja igual ao do cargo que estiver ocupando.

Parágrafo único. Não havendo coincidência entre os vencimentos, o servidor ocupará o padrão imediatamente superior.

Art. 54. Aos servidores inativos e pensionistas até o início de vigência desta Lei, cujos benefícios são previstos de forma paritária, fica assegurada a reclassificação, de acordo com o cargo em que se deu a aposentadoria, observadas as regras aqui estabelecidas.

Art. 55. As vantagens pecuniárias decorrentes do enquadramento promovido na forma deste Capítulo serão devidas a partir da data de vigência desta Lei.

Art. 56. O servidor poderá requerer à CPCCS a revisão do enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, mediante petição fundamentada.

§ 1º A Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para emissão de parecer, e ciência ao servidor.

§ 2º O servidor será notificado da decisão e poderá pedir, fundamentadamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a reconsideração da decisão, à CPCCS, que terá 15 (quinze) dias para nova decisão.

§ 3º Da decisão sobre o pedido de reconsideração, o servidor será novamente notificado e poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recorrer, de forma fundamentada, ao Presidente da Câmara, a quem caberá decisão definitiva, em 15 (quinze) dias.

§ 4º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão serão retroativos à data de vigência do enquadramento.

### CAPÍTULO XIII DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 57. Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração da Mesa Diretora da Câmara, observada a legislação específica.

Art. 58. O servidor de carreira, que for nomeado para cargo comissionado, poderá optar entre a remuneração da função para a qual foi nomeado ou aquela do cargo efetivo.

§ 1º Se o servidor optar pela remuneração do cargo em comissão, durante o seu exercício, receberá a remuneração relativa ao cargo em comissão, com as vantagens permanentes do cargo efetivo.

§ 2º Ao servidor efetivo que optar pela remuneração do cargo em comissão, em nenhuma hipótese, esta será incorporada no todo ou em parte, aos vencimentos do cargo.

### CAPÍTULO XIV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. A Mesa da Câmara Municipal expedirá os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 60. O adicional por merecimento previsto nos arts. 94 a 98 da Lei Complementar nº 90/1994, é extinto com a entrada em vigor dos novos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Os servidores que possuem períodos aquisitivos não completados, na forma do § 1º do art. 94 da Lei Complementar nº 90/1994, na entrada em vigor da presente Lei serão avaliados, em até 90 (noventa) dias.

§ 2º Os servidores aprovados na forma do previsto no art. 95 da Lei Complementar nº 90/1994, receberão o adicional por merecimento, proporcionalmente, aos meses completados do período aquisitivo.

§ 3º Fica assegurado ao servidor que já recebia o adicional por merecimento, o direito de receber o valor nominal que recebia a este título, na data do início de vigência desta Lei, somado, quando for o caso, ao valor resultante do previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 4º O valor nominal será majorado em decorrência da aplicação dos índices resultantes da revisão geral anual dos vencimentos.

Art. 61. Os adicionais percebidos pelo servidor, em caráter permanente, a qualquer título, até o início de vigência desta Lei, serão agregados e lançados em valor nominal no demonstrativo de vencimentos, sob a rubrica "Adicionais da LC 100/1995".

Art. 62. Por ato da Mesa da Câmara Municipal, o Anexo I desta Lei, será atualizado, sempre que houver alteração em qualquer dos itens previstos no art. 4º desta Lei.

Art. 63. Ficam extintos os cargos de Diretor Administrativo, Motorista de Automóvel e Agente de Serviços de Copa e Limpeza do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 64. Fica criada mais uma vaga para o cargo de Auxiliar Administrativo, constante do Anexo I desta Lei, passando para 3 (três) a quantidade de vagas.

Art. 65. As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 66. Ficam revogadas as Resoluções nºs. 41, de 28 de abril de 1993; 83, de 25 de abril de 1995 e 209, de 9 de setembro de 2002.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 15

LEI COMPLEMENTAR Nº 574, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

## ANEXO I

### QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO

CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QT DE	CH	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	PADRÃO DE VENCIMENTO										
						3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
						4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
					FAIXAS DE VENCIMENTO	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO	GF	1	35	I	1.592,87	1.656,58	1.722,84	1.791,75	1.863,42	1.937,96	2.015,48	2.096,10	2.179,94	2.267,14	2.357,83
					II	1.704,36	1.772,53	1.843,43	1.917,17	1.993,86	2.073,61	2.156,55	2.242,81	2.332,52	2.425,82	2.522,85
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GF	3	35	I	1.898,19	1.974,12	2.053,08	2.135,20	2.220,61	2.309,43	2.401,81	2.497,88	2.597,80	2.701,71	2.809,78
					II	2.031,06	2.112,30	2.196,79	2.284,66	2.376,05	2.471,09	2.569,93	2.672,73	2.779,64	2.890,83	3.006,46
3	AGENTE LEGISLATIVO	GT	2	35	I	2.594,26	2.698,03	2.805,95	2.918,19	3.034,92	3.156,32	3.282,57	3.413,87	3.550,42	3.692,44	3.840,14
					II	2.775,86	2.886,89	3.002,37	3.122,46	3.247,36	3.377,25	3.512,34	3.652,83	3.798,94	3.950,90	4.108,94
4	CONTADOR	GE	1	35	I	3.005,73	3.125,96	3.251,00	3.381,04	3.516,28	3.656,93	3.803,21	3.955,34	4.113,55	4.278,09	4.449,21
					II	3.216,13	3.344,78	3.478,57	3.617,71	3.762,42	3.912,92	4.069,44	4.232,22	4.401,51	4.577,57	4.760,67

## ANEXO II MANUAL DE OCUPAÇÕES DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO

### AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO

#### Atribuições e Responsabilidades

- Executar os serviços de gravação e transcrição das reuniões da Câmara Municipal de Vereadores.
- Auxiliar na organização das reuniões solenes e especiais da Câmara Municipal.
- Auxiliar nos serviços relativos ao controle do Patrimônio da Câmara.
- Auxiliar nos serviços de arquivo da Câmara.
- Auxiliar no recebimento e conferência de mercadorias, na estocagem de materiais de expediente e no controle de estoque.
- Auxiliar nos serviços de reprodução de documentos, como fotocópias ou escaneamento.
- Executar os serviços relativos aos encaminhamentos, determinados pela Tesouraria, às agências bancárias e outros setores.
- Executar os trabalhos relativos ao regime de adiantamento da Câmara Municipal de Vereadores.
- Efetuar o controle de quilometragem dos veículos da Câmara.
- Contribuir para a conservação dos veículos, verificando estado de pneus, nível de combustível, de água, de óleo e outros componentes, solicitando manutenção quando necessário.
- Abastecer os veículos de acordo com os procedimentos estabelecidos.
- Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.
- Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e planejamento estratégico do Poder Legislativo.
- Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.

#### Requisitos

- Formação: Ensino Médio completo.
- Conhecimentos Desejados: Noções básicas de informática, noções básicas de arquivamento de documentos, noções básicas de estoque de materiais.
- Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

#### Atribuições e Responsabilidades

- Prestar atendimento ao público.
- Protocolar as correspondências e demais documentos.
- Elaborar correspondências da Câmara Municipal de Vereadores, efetuar envio das correspondências e documentos através de fax, correio eletrônico e outros meios.
- Executar os serviços de arquivo e organizar os documentos do acervo da Câmara Municipal de Vereadores.
- Efetuar os serviços de reprodução de documentos, como fotocópias ou escaneamento.
- Receber, conferir e estocar materiais de expediente, de forma a preservar a sua integridade física e condições de uso, de acordo com as características de cada material, bem como para facilitar a sua localização e manuseio.
- Realizar o controle e a entrega de materiais de expediente, conforme as solicitações efetuadas pelos Vereadores, a fim de viabilizar a continuidade das atividades nos gabinetes.
- Manter o controle de cedência do Plenário da Câmara.
- Auxiliar na execução dos trabalhos inerentes à Contabilidade, mediante orientações e acompanhamento do profissional adequado e habilitado.
- Auxiliar na execução dos serviços relativos à área de Compras, mediante orientações e acompanhamento do responsável pelo Compras da Câmara.
- Auxiliar na execução dos trabalhos inerentes à área de Recursos Humanos, mediante orientações e acompanhamento do responsável pelo Recursos Humanos da Câmara.
- Auxiliar na organização das reuniões solenes e especiais da Câmara Municipal.
- Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.
- Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e Planejamento estratégico do Poder Legislativo.
- Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.

#### Requisitos

- Formação: Ensino Médio completo.
- Conhecimentos Desejados: Noções de informática, rotinas administrativas, arquivo, protocolo, atendimento ao público.
- Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

### AGENTE LEGISLATIVO



## Atribuições e Responsabilidades

- Elaborar atos administrativos, projetos de resolução, projetos de decreto e projetos de lei, de acordo com a técnica legislativa.
- Controlar o processo legislativo.
- Encaminhar ao Executivo Municipal os projetos aprovados pelo Poder Legislativo, para sanção.
- Efetuar o controle da legislação municipal e dos atos do Poder Legislativo.
- Efetuar o arquivamento de projetos, resoluções, decretos, leis e demais atos administrativos.
- Elaborar as pautas das reuniões da Câmara Municipal de Vereadores.
- Auxiliar na elaboração das atas das reuniões da Câmara Municipal de Vereadores.
- Auxiliar na organização das reuniões solenes e especiais da Câmara Municipal.
- Executar os serviços relativos à área de Recursos Humanos.
- Elaborar as folhas de pagamentos dos servidores e agentes políticos do Poder Legislativo.
- Realizar procedimentos relacionados às atividades funcionais dos servidores, tais como cadastro de servidores, escalas de férias, controle do ponto.
- Executar procedimentos relativos ao processo de aposentadoria dos servidores, sob a supervisão do Procurador do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
- Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.
- Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e planejamento estratégico do Poder Legislativo.
- Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.

## Requisitos

- Formação: Ensino Médio Completo.
- Conhecimentos Desejados: Noções de Informática, rotinas administrativas, redação oficial, processo e técnica legislativa, legislação trabalhista e previdenciária, legislação administrativa e constitucional.
- Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

CONTADOR

## Atribuições e Responsabilidades

- Garantir que todas as atividades relativas aos atos e fatos da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração e análise de balancetes, balanços, registros e demais demonstrações contábeis sejam executadas em tempo, de forma plena, legal, contínua e assertiva, emitindo e conferindo empenhos, efetuando controle bancário, organizando e atualizando os serviços contábeis, patrimoniais, financeiros e de compensação, efetuando a tomada de contas.
- Atender à legislação vigente e procedimentos da contabilidade pública, realizando o empenhamento de despesa na Câmara Municipal de Vereadores.
- Coordenar as atividades de controle e contabilização de custos.
- Receber e conferir documentos hábeis para pagamento, conforme legislação, conferindo dados de notas, valores, visto, certificado, assinaturas e quantidades.
- Planejar e preparar relatórios contábeis, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação.
- Preparar os lançamentos contábeis dos fatos e atos administrativos, com vistas à elaboração do balanço patrimonial.
- Atender à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados.
- Guardar sigilo em razão do exercício profissional, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes.
- Efetuar o inventário físico dos bens do Poder Legislativo junto ao Patrimônio.
- Executar os serviços relativos à área de Compras da Câmara Municipal de Vereadores.
- Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.
- Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e planejamento estratégico do Poder Legislativo.
- Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.

## Requisitos

- Formação: Superior em Ciências Contábeis, com registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.
- Conhecimentos Desejados: Noções de informática, contabilidade pública, leis, normas e regras que regem os órgãos públicos.
- Outros, estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do Plano de Carreira.

**Lei Nº 4.243, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.243, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede gratificação, a título de valorização profissional, aos profissionais do Ensino Fundamental, do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida, unicamente no mês de dezembro de 2010, gratificação ao profissional do Magistério, em Unidade Escolar, que esteja em efetivo exercício de docência, aos Diretores Escolares e Especialistas em Educação com atuação no Ensino Fundamental, a título de valorização profissional.

§ 1º A gratificação será concedida da seguinte forma:

I - R\$ 100,00 (cem reais), ao profissional com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

II - R\$ 200,00 (duzentos reais), ao profissional com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º A gratificação será devida, também, aos profissionais:

I - que estiverem em gozo de férias ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares;

II - remunerados no mês de dezembro de 2010, inclusive os que tiverem seus contratos vencidos, rescindidos ou extintos por qualquer motivo, no decorrer do mês de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.244, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.244, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre baixa de Dívida Ativa e remissão de créditos tributários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a baixar Dívida Ativa referente a créditos tributários e não tributários, lançados sem a ocorrência de fato gerador, nos exercícios financeiros e fiscais de 1997 a 2009, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Município autorizado a baixar Dívida Ativa referente

a créditos que, por ínfimo valor, tornam a cobrança ou execução notoriamente antieconômica, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica o Município autorizado a baixar créditos tributários, inclusive inscritos em Dívida Ativa, em conformidade com o Capítulo VII do Título III da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981, alterado pela Lei Complementar nº 454, de 17 de maio de 2006, na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**ANEXO I**

DÍVIDA ATIVA – EXERCÍCIOS FINANCEIROS E FISCAIS DE 1997 A 2009

NOME – Inscrição – Processo Administrativo	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Adobe Engenharia Ltda. – 32763 / 31830 – 15421/2010	ISSQN	2006	1.105,36
André Gomes Machado – 34782 – CI ASJUR/EF 12/2010	Multa de Trânsito	2005	962,66
Antonio Rodrigues – 5584 – CI ASJUR/EF 13/2010	Multa de Trânsito	2005	304,00
Arno Gross – 6773 / 99414 – 14834/2009	CM	2005, 2006, 2007, 2008	3.515,24
Ativa Segurança de Eventos Ltda. – 23098 / 22318 – 9498/2010	TLLF	2007, 2008	324,06
Davi Altamir Brandt – 9799 / 134643 – 4691/2010	CM	2005, 2006, 2007	5.749,86
Eloir Dalprá – 32529 / 31188 – CI ASJUR/EF 63/2010	Multa de Trânsito	2004	256,66
Evandra Cesari – 10802 / 133361 – 5028/2010	CM	2005, 2006, 2007, 2008	6.795,35
Gabriel Bussolaro – 35146 / 39144 – CI ASJUR/EF 84/2010	Multa de Trânsito	2005	1.140,02
Genoir Heinrichs – 34857 / 38841 – CI ASJUR/EF 83/2010	Multa de Trânsito	2005	228,00
Gilberto Domingos Percio – 9149 / 42641 – 7106/2010	CM	2007, 2008, 2009	2.699,61
Gilvano Garcia – 35276 / 39254 – CI ASJUR/EF 20/2010	Multa de Trânsito	2005	684,01
Honestino Malacarne – 2733 / 749349 – 10730/2008	CM	2008, 2009	2.898,56
Ilton Fridolino Heydt – 12569 / 970455 – 17315/2009	CM	1997	2.926,85
Imilton Conte – 19917 / 165174 – 16162/2010	CM	2006	3.866,83
Ivete Aparecida Batista Delgado (Leomar do Amaral) – 12918 / 165123 – 8908/2010	CM	2006, 2007, 2008, 2009	1.919,45

NOME – Inscrição – Processo Administrativo	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
João de Souza – 32535 / 31201, 31202 e 31203 – CI ASJUR/EF 19/2010	Multa de Trânsito	2004	374,32
Jucílio Vieira – 4250 / 38661 – CI ASJUR/EF 80/2010	Multa de Trânsito	2005	152,00
Luciane Fátima Soares – 35156 / 39180 e 39181 – CI ASJUR/EF 55/2010	Multa de Trânsito	2005	329,33
Marcelo Luis Jacinto – 32506 / 31124 – CI ASJUR/EF 57/2010	Multa de Trânsito	2004	256,66
Marco Antônio Gava – 8679 / 169137 e 169145 – 13375/2010	CM	2005, 2006, 2007, 2008	5.088,34
Margarete Barbieri – 32226 – 14307/2010	ISSQN	2006, 2007	809,77
Margarete Barbieri – 32226 – 14307/2010	TLLF	2007	162,03
Nei Eletrificações – 18077 / 38721 – CI ASJUR/EF 78/2009	Multa de Trânsito	2005	152,00
Nelso Blank – 3452 / 126047 – 5085/2010	CM	2004, 2005, 2006	1.982,19
Rudinei Fagundes Nunes – 35815 – 40956 – CI ASJUR/EF 40/2010	Multa de Trânsito	2006	689,72
Sérgio Matias Warken Júnior – 32407 – CI ASJUR/EF 122/2010	Multa de Trânsito	2001, 2002	804,63
Therezinha Juliani – 35645 / 750151 – 11943/2010	CM	2007, 2008, 2009	2.366,52
Vanda Ana Frizon Minusculi – 35100 – 39029 e 39049 – CI ASJUR/EF 41/2010	Multa de Trânsito	2005	253,33
Wilson Mariano de Paula – 769 / 165131 – 6810/2010	CM	2006, 2007, 2008, 2009	2.126,23

CM – Contribuição de Melhoria;  
 ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;  
 TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

## ANEXO II DÍVIDA ATIVA – VALORES ÍNFIMOS

NOME – Código do Contribuinte	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Adão Antonio Zanella – ME – 14613 / 61858 – CI ASJUR/EF 34/2010	Multa PROCON	2008	433,46
Ademir Pedro Schons – 34831 / 38789 e 38790	Multa de Trânsito	2005	380,00
Adriana Carla Locatelli – 26260 / 167550	IPTU	2006	127,15
Alberto Antonio Mauro – 29455 / 31042	Multa de Trânsito	2003	289,41
Alceu Borges – 21763 / 21596	TLLF	2004	236,27
Alcidir José Fagundes – 35811 / 40945	Multa de Trânsito	2006	229,90
Alvir Andriolli – 40986 / 132411	IPTU	2007	101,28
Amarildo Antonio Stedile – 35128 / 39094	Multa de Trânsito	2005	228,00
Amélio Bertussi – 8306 / 90891	IPTU	2007	86,25
Antonia Tonello Deitos – 27556 / 149225	IPTU	2007	46,56
Antônio Brum de Camargo – 4270 / 131865	IPTU	2007	122,25

NOME – Código do Contribuinte	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Antônio Luis Foscarin – 9355 / 169870	IPTU	2007	220,75
Arduino Tonini – 18904 / 11142	IPTU	2007	230,76
Armando Cerutti – 3327 / 39244	Multa de Trânsito	2005	228,00
ASSCCON Cobrança e Consultoria Ltda. 25578 / 22169	TLLF	2004	149,72
Avelino dos Santos – 6943 / 136093	IPTU	2007	74,67
Avelino Lunardi – 3735 / 749903	IPTU	2007	196,74
Bolívar Maziero – 21012 – 135089	IPTU	2007	35,22
Caetano Scalcon Muraro – 21939 / 53228	IPTU	2007, 2009	23,04
Carlito Maxreiter – 7886 / 78158	IPTU	1997, 1998, 1999, 2000	455,56
Catharin Waldemar Ampese – 118 / 104019	IPTU	2007	172,80
Celio Alves – 35596 / 23303	TLLF	2007	79,58
Claudemir José Reichert – 11103 / 169285	IPTU	2000, 2002, 2005, 2006	197,56
Claudemir Varela de Souza – 27040 / 15599	Restituição de valor recebido indevidamente	2004	175,04
Comercial Odontomédica Ltda. ME – 21617 /	Receitas Diversas	2005	336,95
Condomínio Moacir Dassi – 16499 / 2291	IPTU	1998, 1999, 2000	210,61
Cristine Paula Santin Cadore Mater – 35102 / 39034	Multa de Trânsito	2005	228,00
CS Consultoria & Representações Ltda. ME – 16234 / 5973	TLLF	2007	176,88
Daniela Kirsten Ficanha – 34772 / 98833	IPTU	2007	36,02
Décio Luis Dal Posso – 35979 / 193712	IPTU	2007	22,48
Dilda & Colla Ltda. ME – 14254 / 7728	TLLF	2004	162,02
Edir Dezzanetti – 26429 / 167118	CM	2008	68,70
Édison Luis Dilda – ME – 24184 / 21943	TLLF	2006, 2007	244,84
Edivan Luis Salvadori – 1867 / 101567	IPTU	2007	120,18
Eletrônica Rigo Ltda. – ME – 16841 / 846	TLLF	1997, 1998, 1999, 2000	63,97
Elis Regina Lorenzet – 13086 / 95737	IPTU	2007	72,36
Empresa de Transporte Rio Manso – 16013 / 9393	TLLF	2004	176,87
Evandro de Lima – 32538 / 31214 – CI ASJUR/EF 126/2010	Multa de Trânsito	2004	256,66
Fátima Gonçalves de Cândido – 33435 / 748549	IPTU	2007	28,68
Fátima Lenir Schuastetz – 33160 / 745578	IPTU	2007	40,86
Felisbino Dias – 33370 / 748925	IPTU	2007	109,69

NOME – Código do Contribuinte	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Flávio Kirch – 33910 / 18821	IPTU	2007	53,36
Geni Prudente – 1841 / 25534	IPTU	2007, 2008, 2009	99,43
Germínio Luiz Bee	IPTU	2007	158,95
GR Pinturas Ltda. – 34033 / 23110	TLLF	2007	162,03
Helena Maria Skowronski – 27035 / 168149	CM	2007	205,26
Helena Maria Vieira – 24074 / 23259	IPTU	2007, 2008	259,57
Henderson Luis de Carli – 25825 / 38802	Multa de Trânsito	2005	228,00
Hilário Antunes – 7629 / 19984	IPTU	2007	30,06
Hot Café Expresso Ltda – ME – 21652 / 21580	TLLF	2004	162,02
Idenilson Luiz Binda – 19274 / 142263	IPTU	2006, 2007	76,14
Ilse Helmi Krause – 12263 / 121878	IPTU	2007	137,10
Iseo Antonio Bergamini – 3261 / 14290	IPTU	2007	51,96
Ivan Rodnei Tavares – 13072 / 22390	IPTU	2007	31,64
Ivanir Terezinha de Souza – ME – 22099 / 21669	TLLF	2004	177,21
João Rauber – 33620 / 748883	IPTU	2007	114,37
João Martinho Franke – 21835 / 21619	ISSQN	2005, 2006	209,69
Joel Colla – 25647 / 38662, 38663 e 38664	Multa de Trânsito	2005	443,33
Joenir Luis Ansolin – 10329 / 175552	IPTU	2007	102,72
Jorge de Almeida – 4915 / 47279	IPTU	2007	197,70
Jorge Luis Dias dos Santos – 33321 / 174041	IPTU	2007	13,72
José Marsio Bueno Cunha & Cia. Ltda. – 29129 / 22615	ISSQN	2005	114,17
José Scharf – 32672	Multa de Trânsito	1999	424,88
Juraci Bernardi – 35016 / 38994 e 38995	Multa de Trânsito	2005	380,00
Laércio Jair Thomaz – 34847 / 38820	Multa de Trânsito	2005	228,00
Latina Centro de Educação Profissional Ltda. – 29118 / 22612	TLLF	2007	162,03
Laury Roncaglio – 6056 / 145890	IPTU	2007, 2008	49,66
Leonildo Alves de Borba – 24443 / 21984	ISSQN	2003	8,65
Leonildo Alves de Borba – 24443 / 21984	TLLF	2003, 2004	38,33
Leonir Magnaguagno – 30718 / 22812	ISSQN	2007	233,64
Lino Tecchio – 7199 / 511	ISSQN	1999, 2000	244,48
Lourdes Sunti – 11749 / 112542	IPTU	2007	134,96
Luciane Maito – 25312 / 20923	IPTU	2007	53,05
Luciano Marcelo Bizolo – 34840 / 38808	Multa de Trânsito	2005	228,00

NOME – Código do Contribuinte	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Maicon André Vieira – 35141 / 39135 e 39136	Multa de Trânsito	2005	456,00
Maikel Luiz Torriani – 38180 / 51343	Serviços de Cemitério	2007	242,32
Marcelo Giombelli – ME – 15766 / 39242	Multa de Trânsito	2005	101,33
Marcelo Giombelli – ME – 15766 / 9891	TLLF	2004	162,02
Marcos Roberto da Silva – 25488 / 170461	IPTU	2007	57,36
Maria Dejanira Telles – 26552 / 20150	IPTU	2007	81,00
Maria Inês Ruth Schmidt – 23093 / 21816	TLLF	2005	127,92
Maria Pereira Zainer – 18602 / 10393	TLLF	2007	162,03
Mário Adelar Kunz – 36135 / 23319	TLLF	2007	30,96
Mário Adelar Kunz – 36135 / 23319	ISSQN	2007	148,68
Maudeni Ines Zolet – 8424 / 38848	Multa de Trânsito	2005	228,00
Milton Pelin – 5500 / 38803	Multa de Trânsito	2005	228,00
Nelso Blanck – 3452 / 126047	IPTU	2007	18,40
Neuri Fernando Rizzo – 35926 / 41033	Multa de Trânsito	2006	229,90
Noely da Silva – 33032 / 748405	IPTU	2007	27,03
Odair José Delai – 11892 / 168157	CM	2007	205,26
Paulo Aristides – 34811 / 38717	Multa de Trânsito	2005	228,00
Paulo Silvestre Cancelli – 5011 – 44711	ISSQN	2007	242,78
Pedrinho Bressan – 5334 / 40746	IPTU	2007	48,48
Prestação de Serviços Oliveira Junior Ltda. – 23977 / 22020	TLLF	2007	258,56
R. de Oliveira & Cia. Ltda. – 33770 / 23168	TLLF	2007	236,28
Roberto Antonio Franke – ME – 17550 / 238 – 670/2010	TLLF	2003	162,03
Roberto Antonio Franke – ME – 17550 / 238 – 670/2010	ISSQN	2005	89,27
Rosi Maria Thums – 10986 / 166030	IPTU	2004	39,92
Sadi Tedesco – 22539 / 195855	IPTU	2007	119,88
Sérgio Bocca – ME – 18154 / 5118	TLLF	1985	112,29
Sérgio Luiz de Souza Comércio de Alarmes – 18818 / 10474	TLLF	2005	112,53
Sérgio Luiz Possamai – 7370 / 8612	ISSQN	1999, 2000	302,74
Sérgio Luiz Possamai – 7370 / 8612	TLLF	2000	29,04
Sérgio Munaretto – 8025 / 83615	IPTU	2007	111,54
Shaniel Lazzari – 34846 / 38819	Multa de Trânsito	2005	228,00
Sidnei Claudécir Eberts – ME – 32877 / 22968	TLLF	2007	206,57



NOME – Código do Contribuinte	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Silvana P. Tochetto & Cia. Ltda. – ME – 32640 / 22947	TLLF	2007	172,36
SJN Construtora e Incorporadora Ltda. – 16818 / 60542	IPTU	2007	25,86
Solange Renosto – 33395 / 748517	IPTU	2007	195,42
Sonia Elisa Fracasso – 38185 / 51351	Serviços de Cemitério	2007	242,32
Star Limp Serviços de Limpeza Ltda. – 28920 / 43792	ISSQN	2007	120,20
Terezinha Cadore – 10370 / 109479	CM	2005	75,04
Terezinha Saretta Bassani – 6258 / 180009	IPTU	2007	103,75
Transcab Transportes Rodoviários Ltda. Me – 24943 / 22108	TLLF	2007	162,03
Transportes Rodo Garcia Ltda. – 18229 / 7507	TLLF	2007	162,03
Tropical Dedetizadora e Desentupidora Ltda. ME – 16448 / 31495 – CI ASJUR/EF 52/2010	Multa de Trânsito	2000	260,07
Valdecir Venite – 12146 / 180734	IPTU	2004	105,78
Valdir Raizer – 9314 / 189618	IPTU	2007	62,64
Valdir Toerhorst – ME – 16703 / 960	TLLF	2007	162,03
Valfrido Veiga – 7763 – 25690	IPTU	2007	35,64
Valmor Antonio Segalla – 744 / 164755	IPTU	2003	124,62
Valmor de Souza – 34793 / 38657 e 38658	Multa de Trânsito	2005	380,00
Valmor Weber – 7160 / 64211	IPTU	2007	61,16
Walter Roman – 3284 / 40177	IPTU	2008	11,30
Vanderlei Olkowski – 35996 – 167100	CM	2007	68,70
Vilma Godin – 35417 / 748554 – CI SEMURB 29/2010	IPTU	2007	81,00
WC – Serviços e Manutenções Ltda. – 36252 – 23326	TLLF	2007	72,98

CM – Contribuição de Melhoria;  
 IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;  
 ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;  
 TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

### ANEXO III CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – CAPÍTULO VII DO TÍTULO III DA LEI Nº 1.766/1981

NOME – Inscrição – Processo Administrativo	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Albina Mezacasa – 7962 / 79081 – 12901/2009	IPTU	2000, 2003, 2008, 2009	1.024,38
Albina Mezacasa – 7962 / 79081 – 12901/2009	IPTU	2010	76,87
Belarmino Bussolaro – ME – 14001 / 7710 – 7975/2010	TLLF	1998, 1999, 2000, 2001	486,04
Eliseu Vicari (Maria de Lurdes Vicari) – 6415 / 124591 – 10583/2009	CM	2009	323,20

NOME – Inscrição – Processo Administrativo	RECEITA	EXERCÍCIO	VALOR ORIGINAL – R\$
Eliseu Vicari (Maria de Lurdes Vicari) – 6415 / 124591 – 10583/2009	CM	2010, 2011	1.486,49
Gerci Xavier Alves – 801 / 165654 – 4055/2010	CM	2010, 2011	840,56
Ireno Arcenio Spelmeyer (Almira Spellmeier) – 3290 / 131660 – 5388/2010 (Almira Spellmeier)	IPTU	2010	250,33
Ivoni Hoffmann – 8567 / 82910 – 14529/2009	CM	2002, 2003, 2004, 2005	3.198,20
Jandir Florindo Bee (Adelina da Campo Bee) – 28661 / 168807 e 186961 – 17247/2009	CM	2009	154,00
Jandir Florindo Bee (Adelina da Campo Bee) – 28661 / 168807 e 186961 – 17247/2009	CM	2010, 2011, 2012	5.389,30
Nilton Carlos dos Santos (Silvana Inês Pissaia) – 11534 / 128120 – 14707/2009	CM	2007, 2008, 2009	2.704,10
Roberto Antonio Frank (Vanda Franke) – 2882 / 88684 – 1942/2009	IPTU	1989, 1991, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004	246,73
Rovan Franke (Vanda Franke) – 30469 / 88684 – 1942/2009	IPTU	2006, 2007, 2008, 2009	604,24
Valmiro Ademar Doerzbacher (Sirlei Terezinha Kostaneski) – 2105 / 122440	CM	2005, 2006, 2007, 2008	3.543,54
Valmiro Ademar Doerzbacher (Sirlei Terezinha Kostaneski) – 2105 / 122440 – 11773/2010	IPTU	1999, 2000, 2001	280,20
Waldemar Mews (Angela Maria de Almeida) – 8400 / 13420 – 4526/2010	IPTU	2000, 2001, 2002, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009	962,50
Waldevino da Silva (Irene da Silva) – 30426 / 150185 – 18368/2009	CM	2009	327,66
Waldevino da Silva (Irene da Silva) – 30426 / 150185 – 18368/2009	CM	2010	655,20

CM – Contribuição de Melhoria;  
 IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.  
 ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;  
 TLLF – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

### Lei Nº 4.245, de 13 de Dezembro de 2010

#### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.245, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a edição de livros relacionados à cultura concórdien- se, pelo Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Município de Concórdia a editar, anual- mente, até 2 (dois) livros, que farão parte de seu acervo biblio- gráfico.

Parágrafo único. Os livros deverão enfocar temas regionais

relacionados à cultura concordiense, classificados nos gêneros de poesia, crônica, romance ou história/novela.

Art. 2º A seleção será realizada por concurso, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º É de responsabilidade do candidato cujo livro foi selecionado, a apresentação da diagramação com a mancha gráfica previamente estabelecida e arte final da obra.

Art. 4º O Município se responsabilizará pela impressão de 500 (quinhentos) exemplares de cada livro selecionado.

Parágrafo único. Serão disponibilizados aos autores 400 (quatrocentos) exemplares do livro e o restante será distribuído gratuitamente para bibliotecas e instituições da Rede Pública Municipal.

Art. 5º Os autores dos livros selecionados deverão ceder seus direitos autorais ao Município de Concórdia.

Art. 6º O lançamento dos livros ocorrerá em data a ser definida pela Administração Municipal, como atividade integrante das comemorações alusivas ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Concórdia.

Art. 7º O livro deverá ser registrado na Biblioteca Nacional, no ano de sua publicação.

Art. 8º Os recursos necessários para a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 9º O Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.246, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.246, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza celebrar convênios com entidades; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau, inscrita no CNPJ sob nº 05.770.614/0001-76, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo ao desenvolvimento e difusão do turismo no Município de Concórdia, mediante apoio logístico a eventos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 36.000,00 (trinta

e seis mil reais);

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento da clientela da Rede Municipal de Ensino que necessite de atendimento especial, podendo o Município participar com o valor de R\$ 83.790,00 (oitenta e três mil, setecentos e noventa reais);

III - Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia - OMARC, inscrita no CNPJ sob nº 03.722.762/0001-90, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de regularizar os centros comunitários da área rural do Município de Concórdia, à legislação vigente, e assim proporcionar à população, local para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais);

IV - Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a crianças, quando ausentes do período escolar, reforçando seus valores sociais e culturais, e também, atendimento a idosos e mães, nos grupos de convivência, podendo o Município participar com o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);

V - União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de regularizar os centros comunitários da área urbana do Município de Concórdia, à legislação vigente, e assim proporcionar à população, local para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

VI - Voluntários da Solidariedade, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.549/0001-14, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a pessoas carentes do Município, a fim de propiciar melhores condições e dignidade aos necessitados, podendo o Município participar com o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Art. 2º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Associação de Portadores de Fissuras Lábio-Palatais - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a pacientes que necessitem de atendimento especial fora do domicílio, podendo o FMS participar com o valor de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais);

II - Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Concórdia, no Pronto-Socorro do Hospital São Francisco, nos casos de urgência e emergência, mediante escala de sobreaviso, nas especialidades médicas de ortopedia, anestesiologia, clínica médica, clínica pediátrica, ginecologia e obstetrícia, clínica cirúrgica, neurologia, cardiologia, oftalmologia, pneumologia e otorrinolaringologia, podendo o FMS participar com o valor de R\$ 383.395,48 (trezentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), a ser reajustado pelo índice de referência máximo do IPC-DI (FGV).

Art. 3º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a celebrar convênio com a Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº

06.540.506/0001-70, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a idosos, na modalidade asilar, podendo o Município participar com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º Fica a Fundação Municipal de Cultura - FMC autorizada a celebrar convênio com a Associação dos Blocos Carnavalescos de Concórdia - ABCC, inscrita no CNPJ sob nº 12.584.464/0001-71, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão da cultura, mediante a realização do Carnaval de Rua 2011, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Art. 5º Fica a Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA autorizada a celebrar convênio com a Sociedade Concordeense de Ajuda e Proteção Animal - CON ANIMAL, inscrita no CNPJ sob nº 08.157.243/0001-40, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de implementar o projeto de controle de natalidade de cães e gatos de rua e de propriedade de pessoas carentes, e posse responsável no Município de Concórdia, podendo a FUMDEMA participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 6º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 7º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município, pertinentes ao exercício de 2011.

Art. 8º O objeto do Convênio a ser celebrado com o Grupo de Idosos Veteranos de Lageado Paulino, inscrito no CNPJ sob nº 00.715.697/0001-87, constante no Anexo Único da Lei nº 4.214, de 2 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:  
"conjunção de esforços para incentivo e difusão da cultura da dança folclórica alemã no Município de Concórdia." (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.247, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.247, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o programa denominado Orçamento Participativo - OP.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o programa denominado Orçamento Participativo - OP, com a finalidade de atender às disposições previstas nos arts. 9º, § 4º e 48,

parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A execução do Programa será mediante a realização de reuniões e demais atos coordenados e auxiliados por servidores municipais, cujas atribuições são de responsabilidade da Assessoria de Planejamento.

Art. 2º As despesas para execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.248, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.248, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2009, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências  
de Impostos - Saúde R\$ 360.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 360.000,00.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009, 4.125, de 26 de novembro de 2009 e 4.145, de 21 de dezembro de 2009, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.249, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.249, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia - COPÉRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.573.212/0001-95, objetivando a conjugação de esforços, no sentido de facilitar o acesso dos agricultores às novas tecnologias e incentivar a difusão do turismo de eventos, mediante a realização do Show Tecnológico Rural do Oeste Catarinense - TECNOESTE, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais);

II - União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, objetivando a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar às associações de moradores urbanas ligadas à UMAMC, a manutenção de suas atividades administrativas, culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Fica a Fundação Municipal de Esportes - FMEC autorizada a celebrar convênio com a Associação Concordeense de Futsal, inscrita no CNPJ sob nº 07.830.972/0001-52, objetivando a conjugação de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município nas competições de futsal, desenvolvidas por Ligas, Federações e Confederações e nos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 3º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município, pertencentes ao exercício de 2011.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.250, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.250, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza baixa de bens integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar baixa de bens furtados, pertencentes ao patrimônio do Município, abaixo discriminados:

I - 1 (um) aparelho de som, código patrimonial 36977;

II - 2 (dois) aparelhos de som, marca CCE, modelo CS 360, séries 460321 e 463401, códigos patrimoniais 25752 e 25766;

III - 1 (um) aparelho de som, marca Philips, modelo AZ1004, série HC257276, código patrimonial 32962;

IV - 2 (dois) aparelhos de som, marca Toshiba, modelo RG8168B, séries AB102766 e AB102860, códigos patrimoniais 35735 e 35729;

V - 1 (um) aparelho de televisão, 20 polegadas, marca CCE, modelo HPS2003 C, cor bege, série 303831, código patrimonial 25223;

VI - 1 (um) duplicador a álcool, com contador, modelo 1908, código patrimonial 15740;

VII - 1 (um) espremedor de frutas, inoxidável, marca Electrolux, modelo Tensão, série 41100319, código patrimonial 33862;

VIII - 1 (um) forno micro-ondas, marca CCE, modelo M-200, 20 litros, cor branca, código patrimonial 38948;

IX - 1 (uma) furadeira elétrica, marca Bosch, código patrimonial 53612;

X - 1 (uma) furadeira elétrica, marca Skil Hobby, cor preta, série 48700779, código patrimonial 33849;

XI - 1 (uma) máquina de escrever, manual, marca Facit, modelo 1742/4221-0, código patrimonial 6894;

XII - 1 (uma) máquina fotográfica digital, marca Sony W55, série 943133, código patrimonial 44724;

XIII - 1 (uma) máquina lavadora de alta pressão, marca Karcher, modelo HD585, cor amarela/preta, série 027189, código patrimonial 32956;

XIV - 1 (um) microcomputador, marca MegaWare, modelo Mega Corp, código patrimonial 27638;

XV - 2 (duas) unidades de terminal multi usuário, marca Cashway Ory, séries T5CS84A905076 e T5CS81A900852, códigos patrimoniais 43525 e 43531.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI



Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.251, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.251, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ação de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 470.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 490.000,00.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009, 4.125, de 26 de novembro de 2009 e 4.145, de 21 de dezembro de 2009, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.252, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.252, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta os arts. 74, inciso I e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam fixadas as gratificações a servidores efetivos ou estáveis, previstas nos arts. 74, inciso I e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, que dispõem sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Concórdia, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais, na forma abaixo:

I - gratificação pelo exercício de função de direção: será concedida a servidores que exerçam coordenação de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, de áreas de formação continuada e do Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - gratificação pelo exercício de função de chefia: será concedida a servidores que exerçam, em unidade administrativa, uma função distributiva e de controle de serviços ou de gerência de projetos especiais;

III - gratificação pelo exercício de função de assessoramento: será concedida a servidores que executem funções de assessoramento às diretorias ou chefias ou quando designados em comissões especiais, temporárias ou comissões de serviços técnicos/especializados ou, ainda, quando respondam ou acumulem funções de servidores em férias ou em gozo de qualquer uma das licenças previstas no art. 107 da Lei Complementar nº 90/1994.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no inciso I deste artigo, os servidores que ocupem o cargo de Coordenadora.

Art. 2º As gratificações previstas no art. 1º desta Lei serão concedidas após exame da justificativa do titular da unidade administrativa requerente, nos seguintes percentuais, sobre o vencimento base do cargo:

I - gratificação de direção pela coordenação de CMEIs, de áreas de formação continuada e do Abrigo Provisório Anjo Gabriel: 50% (cinquenta por cento);

II - gratificação de chefia: 30% (trinta por cento);

III - gratificação de assessoramento: 20% (vinte por cento).

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nºs. 3.382, de 24 de junho de 2002 e 4.202, de 13 de julho de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.253, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.253, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Município celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênios com as entidades consignadas no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, pertinentes ao exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **ANEXO ÚNICO**

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Comunitária de Alto Periquito	03.186.175/0001-23	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Periquito e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores do Bairro das Nações	80.626.989/0001-82	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro das Nações e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores da Vila Militar	03.261.192/0001-88	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da Vila Militar e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores de Lageado Guilherme	01.377.790/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante a manutenção da frota agrícola, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Linha Guarani	01.703.934/0001-52	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores de Linha São Geraldo	07.086.898/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Geraldo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Moradores de Linha Três Ilhas	07.186.066/0001-67	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Ilhas, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, com a contratação de horas/máquina, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Associação de Moradores de Rui Barbosa	01.404.596/0001-58	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Rui Barbosa e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de São Luiz	01.347.479/0001-08	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Luiz e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Moradores de Sede Brum	02.595.847/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Sede Brum e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Tamanduá	02.357.755/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Tamanduá, maior agilidade para suas atividades, por meio de investimento em telefonia, oportunizando maior qualidade e desenvolvimento no meio rural, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Industriários	80.623.457/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro dos Industriários e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Petrópolis	80.641.244/0001-92	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Petrópolis e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Primavera	72.446.495/0001-98	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores do Bairro Sintrial – Quintino	01.501.266/0001-80	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Sintrial – Quintino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Associação de Moradores Fontana, do Loteamento Catarina C. Fontana	95.995.502/0001-06	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Catarina Fontana e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação de Moradores Nossa Senhora de Lourdes, do Bairro da Gruta	80.638.976/0001-23	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro da Gruta e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente – APACA – Concórdia Toni Gol	11.599.392/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar à Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente – APACA – Concórdia Toni Gol, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Linha Boa Esperança	02.805.517/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga	04.908.684/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida, Barra do Jacutinga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Atlântico Futebol Clube, de Linha Santa Catarina	05.924.648/0001-78	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Catarina e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Esporte Clube Palmeiras, de Linha Canaveze	78.507.829/0001-72	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Canavesi e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Esporte Clube Vasquinho, de Linha Oito de Maio	78.507.142/0001-37	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Oito de Maio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Grêmio Esporte União, de Linha Marchesan	78.479.300/0001-92	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Grupo de Idosos Sagrada Família de Terra Vermelha	02.523.323/0001-95	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Grupo de Senhoras e Moças Sempre Avante, de Linha Baixo São Luiz	80.631.153/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Baixo São Luiz e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Grupo de Veteranos Só o Amor Constrói, do Bairro Nossa Senhora da Salete	95.995.189/0001-06	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Nossa Senhora da Salete e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Juventus Futebol Clube, de Cachimbo	80.627.417/0001-18	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
SER Barriga Verde, de Presidente Kennedy	78.507.753/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Presidente Kennedy e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa Terra Vermelha, de Terra Vermelha	80.623.309/0001-77	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)



Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sport Clube Corinthians, de Alto Boa Esperança	78.479.045/0001-88	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Boa Esperança e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Ypiranga Futebol Clube, de Presidente Juscelino	00.383.070/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Presidente Juscelino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

**Lei Nº 4.254, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.254, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera dispositivos da Lei nº 3.040, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.040, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - O § 1º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O Setor de Controle, Avaliação e Auditoria será composto por 4 (quatro) membros e a coordenação deste, será de responsabilidade de 1 (um) profissional da área de saúde, sendo 1 (um) médico e 3 (três) administrativos.” (NR)

II - O art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Será paga aos componentes do Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.” (NR)

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos pecuniários a partir de 1º de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

**Lei Nº 4.255, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.255, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Esportiva e Recreativa Imigrantes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Esportiva e Recreativa Imigrantes, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, protocolado sob o nº 48977, no livro A-00015 e registrado sob o nº 04831, no livro A-00023, em 22 de julho de 2009 com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 80.630.940/0001-01.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.256, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.256, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Concordeense de Karatê.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Concordeense de Karatê, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas, protocolado sob o nº 52384 e registrado sob o nº 05933, no livro A-00029, em 29 de novembro de 2010, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 97.372.437/0001-98.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.004/2010, de 7 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.004/2010, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Suspende gratificação a título de locomoção, concedida à servidora CLAUDINETE DE SOUSA LEANDRO NARDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando que no período de 6 a 31 de dezembro de 2010, a servidora exercerá suas atividades no Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia - SSMC.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suspensa, no período de 6 a 31 de dezembro de 2010, a gratificação a título de locomoção, concedida à servidora CLAUDINETE DE SOUSA LEANDRO NARDI, ocupante do cargo de Odontólogo, objeto do Decreto nº 331/2006, de 26 de maio de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.005/2010, de 7 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.005/2010, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Suspende gratificação a título de locomoção, concedida ao servidor RAFAEL SUZIN MARINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando que no período de 1º de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, o servidor exercerá suas atividades na Policlínica Concórdia.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suspensa, no período de 1º de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, a gratificação a título de locomoção, concedida ao servidor RAFAEL SUZIN MARINI, ocupante do cargo de Odontólogo, pelo inciso IV do art. 1º do Decreto nº 145/2007, de 7 de março de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.006/2010, de 8 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.006/2010, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010  
Cancela inscrições no Cadastro Geral de Contribuintes do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a necessidade de atualização do Cadastro Geral de Contribuintes;
- que as empresas e os profissionais autônomos relacionados no Anexo Único deste Decreto não se encontram mais em atividade;
- que a manutenção desses contribuintes no Cadastro Municipal culminará com a inscrição dos mesmos em Dívida Ativa e a inscrição, sem a efetiva ocorrência de fato gerador, obrigará, num futuro próximo, o cancelamento através de autorização legislativa.

**DECRETA:**

Art. 1º Os contribuintes da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLLF e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relacionados no Anexo Único, parte integrante deste ato, inativos, têm canceladas suas inscrições no Cadastro Geral de Contribuintes do Município.

Art. 2º O cadastro dos contribuintes referidos no art. 1º deste Decreto que, eventualmente, não tenham cessado suas atividades, será reativado a qualquer tempo, a requerimento do interessado ou ex-officio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI  
Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2010.

**ANEXO ÚNICO**

**RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES CADASTRAIS A SEREM CANCELADAS**

INSCRIÇÃO	CONTRIBUINTE
23219	A. Engel e Filho Ltda. - ME
9150	Ademar Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
10083	Ademar Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
23598	Adilson Augusto Zamboni
23752	Ani Antonio Fantin

22847	Antonio Peretti
23490	Bar Tamanduá Ltda. - ME
23878	Basic Black Boutique Ltda. - ME
31	Basic Confeccões
23747	Bom Preço Materiais de Construção
6880	Caritter - Transportes e Representações Ltda.
10097	Cavalo de Aço Comércio e Serviços Ltda. - ME
23444	Comercial de Eletrodomésticos Pedro Obino Jr. S/A
8596	Comercial Sanlor
23282	Comércio de Bijouterias Paviani
21599	Contrucal - Construtora Calvi
22964	Costa e Peres Serviços de Pecuária Ltda. - ME
23055	Cristiano de Oliveira Prestadora de Serviços - ME
23889	Daiana Rosseto e Cia
4867	Dalla Libera & Vitto Ltda. - ME
22130	Daniel Faganello
21587	Daniela Neumann - ME
23704	De Camargo Materiais de Construção
23645	Diego Ricardo Angoneze
10221	Edit Salet Brol
24126	Elohim Chaves e Carimbos Ltda. - ME
7203	Empreiteira de Mão-de-Obra Biezus Ltda.
23097	Empreiteira de Mão-de-Obra P.A. Ltda.
7168	Fernando Guiliani - ME
21629	FJ Representações Ltda.
22002	Floeste Empreendimentos Florestais Ltda.
22673	Floricultura Essência do Amor
23244	Francieli Schiavini Boff
23505	Gisele Bettin Müller Badwan
23712	Goronski Pinturas Ltda.
10276	Heldemar Maciel & Cia Ltda.
23761	Isaias Ferreira e Cia Ltda.
10479	Jaco Comércio de Motos Ltda.
23318	Kopplin Construções Ltda.
21679	Lanchonete e Sorveteria D'Itália Ltda. - ME
4388	Lazzaroti e Pandolfi Ltda.
22434	Lenoir Vieira - ME
23833	Lenoir Rodrigues Transportes
23226	Lot Center Loterias e Diversões Ltda.
22566	LX Informática
24218	M2 Conveniência Ltda.
9944	Mag Representações Ltda.
22893	Magazil - Consultoria e Negócios Empresariais Ltda.
23132	Marilda Mazetto
22608	Marilu Transportes Ltda. - ME
110	Maxxi Polimento Automotivo Ltda. - ME
23309	Mello Loterias Eletrônicas Ltda. - ME
9830	Mercearia C & S
23688	MMR Comercial Ltda.
23068	Modacom Modas Ltda. - ME
23876	MS Comércio de Acessórios Para Veículos
4778	Nadir Muraro - ME
8573	Neuri Antonio da Rosa
23448	Noiri Ademir Muller
24114	Onice Pinto
5234	Polati & Cia
54	Pozza Pré Moldados
22223	Real Serviços de Fotocópias Ltda. - ME
23502	Regiane T. Dos Santos - ME
23515	Rilda Jaquini
23600	RLM Construções Ltda.
7829	Ronaldo Detoni & Cia Ltda.
7387	Rui Remor - ME
23102	S. P. Comércio de Materiais Decorativos Ltda. - ME

21627	Selart - Casa da Construção Ltda. EPP
21736	Selart - Casa da Construção Ltda. EPP
23320	Silveira D'Ávila Comércio Varejista do Vestuário Ltda.
21977	Silvestre Morelato Junior
24193	Simone Maria Richardi
10124	Simonei Tiepo & Cia Ltda. - ME
22631	SM Presentes e Confeccões Ltda.
4211	Thana Modas Ltda. - ME
22873	Transporte Rodoviário de Cargas Gaditas Ltda. - ME
9094	Transportes Amend Ltda. - ME
3193	Transportes AS Ltda.
23010	Transportes Pellizzaro Ltda. - ME
22809	Ubialli Veículos Ltda.
24007	Vanessa Fátima Bortoli
9081	Vetmor Agroveterinária Ltda.
21718	Viação São Luiz Ltda.
1009	Vinício Mattei
23367	Wurzius e Wurzius Ltda.
24294	Zilá Silveira Neves

### **Decreto Nº 1.007/2010, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.007/2010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora WALI SCHOENELL ASEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2011, à servidora WALI SCHOENELL ASEN, ocupante do cargo de Escrivão, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 24 de novembro de 2005 a 23 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 1.008/2010, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.008/2010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dá nova redação ao inciso I do art. 3º do Decreto nº 293/2009, de 3 de março de 2009, que nomeia articulador municipal e dispõe



sobre a constituição da Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do Programa Prefeito Amigo da Criança.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 3º do Decreto nº 293/2009, de 3 de março de 2009, que nomeia articulador municipal e dispõe sobre a constituição da Comissão Municipal de Avaliação e Acompanhamento do Programa Prefeito Amigo da Criança, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ( )

I - FERNANDA VIVAN, representante da Vara da Infância e da Juventude do Poder Judiciário da Comarca de Concórdia;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.009/2010, de 13 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 1.009/2010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora FABIA SUSANNE FARINA.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, à servidora FABIA SUSANNE FARINA, ocupante do cargo de Psicólogo, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de janeiro de 2005 a 15 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.010/2010, de 13 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 1.010/2010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora VERANIS TEREZINHA CELANT.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2011, à servidora VERANIS TEREZINHA CELANT, ocupante do cargo de Agente Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2005 a 7 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.011/2010, de 14 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 1.011/2010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dá nova redação à alínea “a” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 743/2009, de 14 de setembro de 2009, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações e no Decreto nº 4.708, de 3 de novembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “a” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 743/2009, de 14 de setembro de 2009, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - COMDEAGRO, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

a) titular: IGOMAR NESPOLO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.012/2010, de 14 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.012/2010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

Designa o servidor SILVIOMAR BERNARDI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989 e na Lei Complementar nº 217, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor SILVIOMAR BERNARDI, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 20 de dezembro de 2010 a 3 de janeiro de 2011, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse interím, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação da conta bancária nº 027.290-8, da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Superintendente designado da FMEC, senhor SILVIOMAR BERNARDI, no período de 20 de dezembro de 2010 a 3 de janeiro de 2011, na forma estabelecida no art. 1º do Decreto nº 59/2009, de 2 de janeiro de 2009.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2010.

**Decreto Nº 1.013/2010, de 14 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.013/2010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CLAUDIO ROBERTO GUAITA PERALTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2011, ao servidor CLAUDIO ROBERTO GUAITA PERALTA, ocupante do cargo de Médico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de julho de 2000 a 2 de julho de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 1.014/2010, de 14 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.014/2010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CARLA TESSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, à servidora CARLA TESSMANN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1998.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.556, de 8 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.556, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para o exercício de 2011.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 176, de 11 de dezembro de 2000 e 262, de 26 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 2,2990, a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, no âmbito do Município de Concórdia, para o exercício de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.557, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.557, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.248, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2009, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 360.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 360.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.558, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.558, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.251, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ação de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde R\$ 470.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 490.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 5.559, de 14 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.559, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

Baixa Escala de Plantão para Serviços Funerários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e nos Decretos nºs. 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e 4.939, de 4 de fevereiro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2011, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 5.559, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2011

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
A	05-QUA	04-SEX	01-TER	05-TER	05-QUI	04-SAB	04-SEG	03-QUA	02-SEX	02-DOM	01-TER	01-QUI
	10-SEG	09-QUA	06-DOM	10-DOM	10-TER	09-QUI	09-SAB	08-SEG	07-QUA	07-SEX	06-DOM	06-TER
	15-SAB	14-SEG	11-SEX	15-SEX	15-DOM	14-TER	14-QUI	13-SAB	12-SEG	12-QUA	11-SEX	11-DOM
	20-QUI	19-SAB	16-QUA	20-QUA	20-SEX	19-DOM	19-TER	18-QUI	17-SAB	17-SEX	16-QUA	16-SEX
	25-TER	24-QUI	21-SEG	25-SEG	25-QUA	24-SEX	24-DOM	23-TER	22-QUI	22-SAB	21-SEG	21-QUA
	30-DOM		26-SAB	30-SAB	30-SEG	29-QUA	29-SEX	28-DOM	27-TER	27-QUI	26-SAB	26-SEG
			31-QUI									31-SAB

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
B	01-SAB	05-SAB	02-QUA	01-SEX	01-DOM	05-DOM	05-TER	04-QUI	03-SAB	03-SEG	02-QUA	02-SEX
	06-QUI	10-QUI	07-SEG	06-QUA	06-SEX	10-SEX	10-DOM	09-TER	08-QUI	08-SAB	07-SEG	07-QUA
	11-TER	15-TER	12-SAB	11-SEG	11-QUA	15-QUA	15-SEX	14-DOM	13-TER	13-QUI	12-SAB	12-SEG
	16-DOM	20-DOM	17-QUI	16-SAB	16-SEG	20-SEG	20-QUA	19-SEX	18-DOM	18-TER	17-QUI	17-SAB
	21-SEX	25-SEX	22-TER	21-QUI	21-SAB	25-SAB	25-SEG	24-QUA	23-SEX	23-DOM	22-TER	22-QUI
	26-QUA		27-DOM	26-TER	26-QUI	30-QUI	30-SAB	29-SEG	28-QUA	28-SEX	27-DOM	27-TER
	31-SEG				31-TER							

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
C	02-DOM	01-TER	03-QUI	02-SAB	02-SEG	01-QUA	01-SEX	05-SEX	04-DOM	04-TER	03-QUI	03-SAB
	07-SEX	06-DOM	08-TER	07-QUI	07-SAB	06-SEG	06-QUA	10-QUA	09-SEX	09-DOM	08-TER	08-QUI
	12-QUA	11-SEX	13-DOM	12-TER	12-QUI	11-SAB	11-SEG	15-SEG	14-QUA	14-SEX	13-DOM	13-TER
	17-SEG	16-QUA	18-SEX	17-DOM	17-TER	16-QUI	16-SEX	20-SAB	19-SEG	19-QUA	18-SEX	18-DOM
	22-SAB	21-SEG	23-QUA	22-SEX	22-DOM	21-TER	21-QUI	25-QUI	24-SAB	24-SEG	23-QUA	23-SEX
	27-QUI	26-SAB	28-SEG	27-QUA	27-SEX	26-DOM	26-TER	30-TER	29-QUI	29-SAB	28-SEG	28-QUA
							31-DOM					

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D	03-SEG	02-QUA	04-SEX	03-DOM	03-TER	02-QUI	02-SAB	01-SEG	05-SEG	05-QUA	04-SEX	04-DOM
	08-SAB	07-SEG	09-QUA	08-SEX	08-DOM	07-TER	07-QUI	06-SAB	10-SAB	10-SEG	09-QUA	09-SEX
	13-QUI	12-SAB	14-SEG	13-QUA	13-SEX	12-DOM	12-TER	11-QUI	15-QUI	15-SAB	14-SEG	14-QUA
	18-TER	17-QUI	19-SAB	18-SEG	18-QUA	17-SEX	17-DOM	16-TER	20-TER	20-QUI	19-SAB	19-SEG
	23-DOM	22-TER	24-QUI	23-SAB	23-SEG	22-QUA	22-SEX	21-DOM	25-DOM	25-TER	24-QUI	24-SAB
	28-SEX	27-DOM	29-TER	28-QUI	28-SAB	27-SEG	27-QUA	26-SEX	30-SEX	30-QUA	29-TER	29-QUI
								31-QUA				

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
E	04-TER	03-QUI	05-SAB	04-SEG	04-QUA	03-SEX	03-DOM	02-TER	01-QUI	01-SAB	05-SAB	05-SEG
	09-DOM	08-TER	10-QUI	09-SAB	09-SEG	08-QUA	08-SEX	07-DOM	06-TER	06-QUI	10-QUI	10-SAB
	14-SEX	13-DOM	15-TER	14-QUI	14-SAB	13-SEG	13-QUA	12-SEX	11-DOM	11-TER	15-TER	15-QUI
	19-QUA	18-SEX	20-DOM	19-TER	19-QUI	18-SAB	18-SEG	17-QUA	16-SEX	16-DOM	20-DOM	20-TER
	24-SEG	23-QUA	25-SEX	24-DOM	24-TER	23-QUI	23-SAB	22-SEG	21-QUA	21-SEX	25-SEX	25-DOM
	29-SAB	28-SEG	30-QUA	29-SEX	29-DOM	28-TER	28-QUI	27-SAB	26-SEG	26-QUA	30-QUA	30-SEX
										31-SEG		

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA



**Decreto Nº 5.560, de 15 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.560, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.228, de 7 de outubro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.274, de 20 de novembro de 2000.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de dezembro de 2010.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

## ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

## CAPÍTULO I

## DA FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento ao Governo Municipal, na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, junto aos estabelecimentos de educação infantil, pré-escolar e ensino fundamental, mantidos pelo Município, competindo-lhe:

I - acompanhar a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo PNAE;

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber, avaliar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com parecer conclusivo acerca da regularidade da aplicação dos recursos, a prestação de contas do PNAE encaminhada pelo Município, na forma de Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira.

Parágrafo único. O cardápio do PNAE, sob a responsabilidade do Município, será elaborado por nutricionista, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência por produtos básicos, na forma abaixo:

I - consideram-se produtos básicos os produtos semielaborados e os produtos in natura;

II - o Município utilizará, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos do PNAE na aquisição de produtos básicos;

III - na aquisição de insumos terão prioridade os produtos da região, visando, entre outros fatores, a redução de custos.

## CAPÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º O CAE terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo;

II - 2 (dois) representantes das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores da área de educação, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelas Associações de Pais e Professores - APPs e Associações de Pais e Funcionários - APFs;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos II, III e IV deste artigo, deverão ser escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento que representa, com exceção dos membros titulares de que trata o inciso II deste artigo, que poderão ter como suplentes representantes de qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 3º Os membros do CAE serão indicados pelas respectivas entidades e nomeados por Decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O mandato dos membros do CAE será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação do segmento que representa.

§ 5º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das entidades executoras para compor o CAE.

§ 6º A função de conselheiro do CAE é considerada serviço público relevante, e não será remunerada.

§ 7º O CAE terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares por, no mínimo, 2/3 (dois terços) destes, em sessão plenária especialmente voltada para esse fim, com mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 8º O Presidente e/ou Vice-Presidente, poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto neste Regime Interno, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato.

§ 9º A escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes de que tratam os incisos II, III e IV deste artigo.

## CAPÍTULO III

## DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 3º São atribuições do Presidente:

I - coordenar as atividades do Conselho;  
II - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;  
III - organizar a ordem do dia das reuniões;  
IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;  
V - determinar a verificação da presença;  
VI - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;  
VII - assinar as atas aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;  
VIII - conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;  
IX - colocar as matérias em discussão e votação;  
X - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;  
XI - proclamar as decisões tomadas em cada reunião;  
XII - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos o Regimento;  
XIII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;  
XIV - solicitar anotações dos precedentes regimentais para solução de casos análogos;  
XV - designar relatos para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;  
XVI - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;  
XVII - determinar o destino do expediente lido nas sessões;  
XVIII - agir em nome do Conselho, mantendo os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;  
XIX - representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;  
XX - conhecer as justificativas de ausência dos membros do Conselho;  
XXI - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;  
XXII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.  
Parágrafo único. O substituto do Presidente, no exercício da Presidência do Conselho, terá as mesmas atribuições do titular.

#### CAPÍTULO IV DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 4º Compete aos membros do conselho:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;  
II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;  
III - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;  
IV - comparecer às reuniões na hora prefixada;  
V - desempenhar as funções para as quais for designado;  
VI - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;  
VII - obedecer as normas regimentais;  
VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho;  
IX - apresentar retificações ou impugnações às atas;  
X - justificar seu voto, quando for o caso;  
XI - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições;  
XII - realizar visitas fiscalizadoras junto às Unidades Educacionais e depósito central.

#### CAPÍTULO V DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 5º Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário-Executivo, servidor efetivo designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, competindo-lhes entre outras, as seguintes atividades:

I - secretariar as reuniões do Conselho;  
II - receber, preparar, expedir e controlar as correspondências;  
III - providenciar os serviços de digitação e impressão;  
IV - providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;  
V - lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;  
VI - recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;  
VII - registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;  
VIII - anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;  
IX - distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações.

Art. 6º O poder Executivo Municipal será responsável pela infraestrutura de forma a dar condições plenas para o funcionamento do Conselho, inclusive com disponibilidade de veículo para as visitas.

#### CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 7º As reuniões do CAE serão realizadas na sede do órgão, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário, realizar em outro local.

Art. 8º O CAE reunir-se-á ordinariamente, com a presença de, pelo menos, metade de seus membros efetivos, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mediante solicitação de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros efetivos.

§ 1º Ficarão extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas do CAE ou a quatro alternadas.

§ 2º O prazo para apresentação de justificativa de ausência em reuniões é de 1 (um) dia útil anterior e posterior a data da reunião.

§ 3º Declarado extinto o mandato do membro, o presidente do CAE oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

Art. 9º As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de, pelo menos, metade de seus membros efetivos.

§ 1º Se na hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, será aguardado durante 15 (quinze) minutos a composição do número legal.

§ 2º Esgotado o prazo referido no § 1º deste artigo, sem que haja quorum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e no máximo de 72 (setenta e duas) horas.

§ 3º A reunião de que trata o § 2º deste artigo será realizada com qualquer número de membros presentes.

Art. 10. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

#### CAPÍTULO VII DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 11. A ordem dos trabalhos será a seguinte:

- I - expediente;
- II - comunicações do Presidente;
- III - ordem do dia;
- IV - leitura, votação e assinatura da ata da reunião.

Art. 12. O expediente se destina à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art. 13. A ordem do dia corresponderá à discussão, bem como a execução das atribuições do Conselho, conforme estabelecido em lei e neste Regimento.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISCUSSÕES

Art. 14. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Art. 15. As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo único. Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vista da matéria em debate.

Art. 16. Durante as discussões qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe este Regimento ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Art. 17. Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para encaminhamento da votação.

#### CAPÍTULO IX DAS VOTAÇÕES

Art. 18. Encerrada a discussão, a matéria será submetida a votação.

Art. 19. As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

§ 1º A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os membros do Conselho que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 2º A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer membro, aprovada pelo plenário.

§ 3º A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários a proposição.

Art. 20. Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votaram favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 21. Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

#### CAPÍTULO X DAS DECISÕES

Art. 22. As decisões do CAE serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Art. 23. As decisões do Conselho serão registradas em ata.

#### CAPÍTULO XI DAS ATAS

Art. 24. A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

Parágrafo único. As atas devem ser redigidas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

Art. 25. As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes na reunião.

#### CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O PNAE será executado com:

I - recursos próprios do Município, consignados no orçamento anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

Art. 27. Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Concórdia, SC, 11 de novembro de 2

#### **Portaria Nº 198/2010, de 13 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 198/2010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GIOVANE ANDRE MOY, ocupante do cargo de Odontólogo, a partir do dia 16 de dezembro de 2010;

II - MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN, ocupante do cargo de Escrevente, no período de 13 a 19 de dezembro de 2010;

III - MARTA DAHMER, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa, a partir do período vespertino do dia 23 de dezembro de 2010;

IV - NATALINO LOI TIBOLLA, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Lixo e Aterro Sanitário, no período de 16 a 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 199/2010, de 15 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto nos Editais de Processos Seletivos Públicos nºs. 6/2010 a 10/2010, de 5 de novembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados nos Processos Seletivos Públicos, objeto dos Editais nºs. 6/2010, 7/2010, 8/2010, 9/2010 e 10/2010, de 5 de novembro de 2010, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 2

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

**ANEXO ÚNICO**

Nr. Edital...: 6/2010		Área...: Primeiro Ano EF		Disciplina...: 32. 1º ANO		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000499	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS	4	5	292,25	
00002	000000324	NEUSA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES	4	5	283,75	
00003	000000242	SIRLEI MIRANDA MARQUETTI	4	5	225,13	
00004	000000671	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	4	5	210,63	
00005	000000075	JANDIRA PAVIANI LORENSETTI	4	5	193,70	
00006	000000016	LISE MARA SCHWINGEL	4	5	158,75	
00007	000000454	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	155,45	
00008	000000079	MARITÂNIA POLETO	4	5	153,75	
00009	000000369	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	116,75	
00010	000000123	SÔNIA PIZZATTO RODIO	4	5	113,25	
00011	000000380	GELSI TRENTIN NIERO	4	5	103,83	
00012	000000426	FRANCIELI GUGEL VARELA	4	5	88,75	
00013	000000246	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA	4	5	69,25	
00014	000000175	SINTIA MARA HERPICH	4	5	60,75	
00015	000000046	DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA	4	5	55,75	
00016	000000037	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	42,75	
00017	000000509	GRACIELA APARECIDA BENINI	4	5	37,73	
00018	000000245	VANIA CARBONERA	4	5	24,75	
00019	000000437	ARLENE MARIA PIGATTO	4	5	19,75	
00020	000000241	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4	5	15,25	
00021	000000628	ROSELAINÉ LORENZETTI	4	7	118,50	
00022	000000352	CARLINE FÜCKLER	4	7	28,75	
00023	000000338	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	7	18,25	
00024	000000464	CÁTIA LUCIANE FRIGO	4	7	15,25	
00025	000000165	MARGARIDA MORESCO DA SILVA	4	7	11,75	
00026	000000568	FABIANA LANFREDI	4	7	11,25	
00027	000000468	ANA PAULA GUIMARAES	4	7	6,10	
00028	000000355	FABIANE LOHMANN PEINHOPF	4	7	2,73	
00029	000000693	ALEXANDRA GODIN	4	7	2,55	
00030	000000284	MARLENE TIRLEI KOLDEHOFF LAUERMANN	4	7	0,20	
00031	000000007	DELCE SCHMITT SCHWINGEL	4	7	0,00	
00032	000000736	CAROLINE NEVES MATOSO	2	3	11,04	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 3

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 1. Língua Portuguesa			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000598	MARIANÊS SOLIGO	4	5	209,25	
00002	000000180	ELIANE APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	4	5	126,25	
00003	000000236	ADRIANA PALUDO	4	5	125,75	
00004	000000786	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4	5	114,75	
00005	000000305	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	4	7	1,38	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 4

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 2. Matemática			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000219	CLEUNICE MARIA BACCIN	4	5	202,70	
00002	000000632	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI	4	5	134,15	
00003	000000716	ELISABELE MARIA DE OLIVEIRA	1	1	7,75	
00004	000000359	JAQUELINE EDUARDA SIPP	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 5

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral		Disciplina...: 4. Geografia		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000018	NAURI MARTINI MERLINI	4		6	116,75



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 6

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral		Disciplina...: 5. Ciências		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000155	EUNICE GHENO		4	5	88,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 7

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 6. História			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000136	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK	4	5	100,75	
00002	000000283	ELIANE REGINA SUZIN	4	5	63,25	
00003	000000563	JULCILEI CLAUDIA PAVIANI	4	5	55,75	
00004	000000391	MAICO RODRIGO CESCO	4	5	22,00	
00005	000000728	LIDIANE MARIA COLUSSI	4	5	19,50	
00006	000000595	LAIRTES KIRSTEN	4	7	19,25	
00007	000000457	MIRIAN JULIANA TAVARES RIMOLDI	4	7	3,29	
00008	000000653	SUSIMARA DE MARCO PETROLI	3	3	1,88	
00009	000000439	WANDERLEI ALVES RIBEIRO	1	3	2,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 8

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 7/2010		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 8. Língua Espanhola		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000520	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO SANTORI		4	5	206,35

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 9

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 7/2010		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 10. Ed. Física		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000505	RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI	4	3	0,00	
00002	000000339	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	57,25	
00003	000000408	SIDNEI TURMINA	4	5	21,40	
00004	000000311	TANIA MARIA GITRONE BREMM	4	5	17,00	
00005	000000161	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	5	11,29	
00006	000000783	CINTIA MARA BURALI	4	7	5,40	
00007	000000657	CAMILA ECKER	4	7	0,13	
00008	000000529	EDISON DE MATTOS MACIEL	1	7	0,00	
00009	000000256	ALEXANDRE MATHEI	1	7	0,00	
00010	000000483	BEATRIZ BALBINOT	1	7	0,00	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 10

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 11. Séries Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000121	ALDETE GASPARETTO	4	5	241,75	
00002	000000034	ELISABETE RUVIARO THOME	4	5	119,25	
00003	000000664	MARGARET VARELA	2	8	98,75	
00004	000000089	DIRLEI OLKOSKI	1	3	0,00	
00005	000000147	IRENE ELAINE SAATKAMP	1	4	11,68	
00006	000000149	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	1	5	1,88	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 11

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 7/2010		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 12. Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000354	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO		4	5	99,30
00002	000000459	MONICA LUCIA COSTA FELL		4	5	84,75
00003	000000619	LIZIANE DE SOUZA VIEGAS		4	7	32,25
00004	000000171	VILMA CAROLINA BROETO		4	7	31,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 12

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 16. Lit. Dramatizada/Expressão			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000195	ELIANE APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	4	5	126,25	
00002	000000134	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4	5	114,75	
00003	000000172	ELISETE WITT STACHOVSKI	4	5	54,25	
00004	000000662	VANESSA KIST	4	5	44,50	
00005	000000142	FRANCIELE FANTIN	4	7	45,13	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 13

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 7/2010		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 17. Dança		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000604	LISANDRA ZUANAZZI		4	5	38,00
00002	000000169	SILVANA DE VARGAS		4	7	64,65
00003	000000267	NÁDIA ROSANE PALMA MIOLLO		4	7	41,65

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 14

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 7/2010		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 20. Artesanato/Pintura			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000364	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER	4	7	30,75	
00002	000000114	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	2	8	134,75	
00003	000000569	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN	2	8	56,50	
00004	000000099	LETICIA FERNANDA LAWRENZ	1	7	0,00	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 15

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral		Disciplina...: 30. Laboratório Pedagógico		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000487	ELAINE GRANDO VOIDILA		4	5	136,25
00002	000000030	GERUSA CLAUDIA RÓDIO		4	5	87,75
00003	000000462	ELIANE DECARLI NOSSAL		4	5	80,75
00004	000000071	RAQUEL CATERINE GREBINSKY		4	6	48,25
00005	000000494	DENISE CLARA SCHUCK		4	7	52,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 16

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 7/2010		Área... Educação Integral	Disciplina...: 31. Esporte Coletivo/Dança			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000777	JULIANO PRAVATO	4	5	118,75	
00002	000000412	TAYSON SANDER BASEGGIO	4	5	109,05	
00003	000000690	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	4	5	62,08	
00004	000000065	ELISABETE PALUDO SANDI	4	5	60,75	
00005	000000189	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	31,75	
00006	000000251	FERNANDO JOSE COLOMBO	4	5	21,75	
00007	000000652	MOACIR CORADI JUNIOR	4	7	0,38	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 17

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 8/2010		Área... EJA	Subárea.....: 1. Ciências Naturais e Exatas			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000429	MARIA APARECIDA R. DA CONCEIÇÃO PASTORE	4	5	99,65	
00002	000000547	ELEANDRA ANTONIA PINTRO	4	5	87,25	
00003	000000539	JANETE DA SILVA	4	5	74,15	
00004	000000718	SANDRA MARIA GUERRA GOMES	4	7	36,25	
00005	000000699	FERNANDA MARIA QUARESMA	4	7	16,50	
00006	000000531	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	4	7	15,75	
00007	000000286	ALEXANDRA MATIOLO	4	7	9,15	
00008	000000686	PRISCILA CASSIANO DE ALMEIDA	4	7	0,00	
00009	000000675	ALESSANDRA NITSCHKE	1	7	2,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 18

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 8/2010		Área... EJA	Subárea.....: 2. Linguagem e Expressão			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000709	DENISE CORDEIRO DA SILVA	4	5	304,60	
00002	000000424	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	139,50	
00003	000000069	RAQUEL COSTENARO	4	5	42,15	
00004	000000606	MARIA ANGELA GARGHETTI	4	5	34,25	
00005	000000209	GLEICI MARA DREHER	4	5	19,75	
00006	000000197	ADRIANA RUPPENTHAL	4	7	47,15	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 19

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 8/2010		Área... EJA	Subárea.....: 3. Diversificadas			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000333	CLEUZA BEATRIZ SPANHOL	4	5	217,55	
00002	000000334	MAURA PIERINA BACCIN	4	5	203,40	
00003	000000623	VANIA PERUZZO	4	5	200,75	
00004	000000535	MADALENA MODOLON FERRI	4	5	175,20	
00005	000000775	ELIANE SALETE BARP	4	5	168,75	
00006	000000379	ANA ROSE SILVA	4	5	126,25	
00007	000000625	MARIA VIERA	4	5	63,90	
00008	000000556	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4	5	53,75	
00009	000000357	PATRICIA BENDER	4	5	38,25	
00010	000000024	FRANCIELE CRISTINA SANTANA	4	5	20,88	
00011	000000054	FRANCIELI AGUSTINI	4	5	16,75	
00012	000000788	ALEX DE LIMA ROSA	4	7	43,50	
00013	000000036	MADRISON NUNES SARTORI	1	2	1,03	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 20

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 8/2010		Área...: EJA	Subárea.....: 4. Ciências Sociais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000268	CARLOS FERNANDO COMASSETTO	4	3	4,70	
00002	000000377	MARLENE CORDEIRO	4	5	277,80	
00003	000000669	CLEONICE BISON	4	5	182,25	
00004	000000559	LENIR CORDEIRO	4	5	146,05	
00005	000000667	LAURI DO PRADO VARGAS	4	5	125,68	
00006	000000519	ROSA ANGELA BALDISSERA	4	5	108,75	
00007	000000418	CASSIANO BOITA	4	5	97,75	
00008	000000255	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA	4	5	41,80	
00009	000000636	LUCIMARA TOCHETTO	4	5	35,15	
00010	000000106	IVANIR BALDASSO	4	5	28,93	
00011	000000186	NELSI KLUMB COLASSO	4	5	22,25	
00012	000000081	CLAUDEMAR KNECHT	4	5	10,75	
00013	000000772	ELENO ADAO VENDRUSCULO	4	5	9,50	
00014	000000328	MAYKO KOCK	4	6	20,20	
00015	000000192	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER	4	7	20,60	
00016	000000542	MARIA LUIZA FAVASSA	4	7	3,00	
00017	000000420	LUCIA MARA PRIOR	4	7	0,50	
00018	000000207	MARCIO JUNGLOS	4	7	0,00	
00019	000000557	CASSIANO POZZA	1	3	0,88	
00020	000000057	ANA PAULA PEREIRA	1	4	9,35	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 21

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 8/2010		Área...: EJA	Subárea.....: 5. Séries Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000527	ELIZIA SALETE AZEREDO	4	5	326,55	
00002	000000681	NEURA MORA	4	5	318,43	
00003	000000152	MARILENE RUBINI	4	5	176,80	
00004	000000215	MARISETE MACHADO KERN	4	5	66,90	
00005	000000127	MICHELLY PIEGUES	4	6	23,00	
00006	000000285	MARLENE TIRLEI KOLDEHOFF LAUERMANN	4	7	0,20	
00007	000000402	DIANE LAZAROTTO	1	4	0,00	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 22

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...	9/2010	Área... Anos Iniciais - 2º ao 4º ano	Disciplina...: 11. Séries Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000583	MARIA BERNARDETE POLETTI LORENZETTI	4	5	371,45	
00002	000000744	MARINES GIRARDI	4	5	345,95	
00003	000000265	GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA	4	5	335,75	
00004	000000203	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	322,75	
00005	000000010	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	4	5	310,55	
00006	000000341	MARIA ROSARIA FASOLO MAXREITER	4	5	298,10	
00007	000000325	NEUSA MARIA ANTONIOLLI GONÇALVES	4	5	283,75	
00008	000000097	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	4	5	270,25	
00009	000000243	SIRLEI MIRANDA MARQUETTI	4	5	225,13	
00010	000000502	SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS	4	5	220,25	
00011	000000212	VALDEREZA KRUGER	4	5	217,75	
00012	000000672	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	4	5	210,63	
00013	000000124	SIMONE CRISTINA ROMANI	4	5	208,00	
00014	000000501	LURDES MARIA TURMENA SIEGA	4	5	197,70	
00015	000000528	ELIZIA SALETE AZEREDO	4	5	196,05	
00016	000000074	JANDIRA PAVIANI LORENSETTI	4	5	193,70	
00017	000000120	ALDETE GASPARETTO	4	5	183,75	
00018	000000295	MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI	4	5	180,25	
00019	000000153	MARILENE RUBINI	4	5	176,80	
00020	000000447	ELIANE MATTIELLO ROSSETTO	4	5	172,75	
00021	000000537	ZENAIDE KINNER	4	5	172,30	
00022	000000234	AQUILINO LUIZ ARTIFON	4	5	155,25	
00023	000000187	ZULAMAR MARIA COSTA	4	5	153,75	
00024	000000078	MARITÂNIA POLETO	4	5	153,75	
00025	000000292	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	152,23	
00026	000000049	VANIA POZZEBON	4	5	150,68	
00027	000000021	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	4	5	150,50	
00028	000000302	NILVA MARIA REBELATTO	4	5	139,80	
00029	000000361	LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN	4	5	131,75	
00030	000000092	IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER	4	5	130,25	
00031	000000677	MARISTELA ISGANZERLA SCHWINGEL	4	5	127,75	
00032	000000617	VANUSA DONATI	4	5	122,70	
00033	000000232	GENI DE VARGAS ZOTTIS	4	5	118,75	
00034	000000122	SÔNIA PIZZATTO RODIO	4	5	113,25	
00035	000000702	LEILA RIZOLLI	4	5	113,25	
00036	000000138	ELISETE PINTO DE ARRUDA	4	5	106,75	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 23

## PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00037	000000488	ELAINE GRANDO VOIDILA	4	5	104,25
00038	000000329	ANDREIA CADORIN SCHIAVINI	4	5	101,10
00039	000000033	ELISABETE RUVIARO THOME	4	5	90,25
00040	000000427	FRANCIELI GUGEL VARELA	4	5	88,75
00041	000000516	ARLETE CRISTINA MENEGAT	4	5	86,25
00042	000000214	MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO	4	5	80,75
00043	000000029	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	4	5	78,75
00044	000000344	DAIANE FRIGO	4	5	75,20
00045	000000411	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	4	5	71,75
00046	000000641	SILVANEA FORNER	4	5	70,65
00047	000000512	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	67,75
00048	000000353	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	64,30
00049	000000008	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	4	5	61,75
00050	000000689	VANUSA APARECIDA HIRT	4	5	60,75
00051	000000174	SINTIA MARA HERPICH	4	5	60,75
00052	000000263	CASSIANE BIZOLO KIEKOW	4	5	57,75
00053	000000740	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS	4	5	52,25
00054	000000273	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	51,75
00055	000000553	ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA	4	5	48,75
00056	000000639	GIANE MARTELLO	4	5	48,25
00057	000000216	MARISETE MACHADO KERN	4	5	47,45
00058	000000307	KELLI ROSA BOMBANA	4	5	45,75
00059	000000759	CATIA PEDROTE	4	5	43,75
00060	000000038	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	42,75
00061	000000289	MARITÂNIA FERRAZZO MINUSCOLI	4	5	37,75
00062	000000510	GRACIELA APARECIDA BENINI	4	5	37,73
00063	000000367	ADRIANE DANNENHAUER	4	5	28,75
00064	000000200	ELAINE REDIN	4	5	23,25
00065	000000179	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	4	5	21,35
00066	000000130	IVETE PRESOTTO COLOSSI	4	5	20,75
00067	000000615	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	17,75
00068	000000526	ELISIANE FÁTIMA PIRES DA SILVA	4	5	15,00
00069	000000206	ELISETE ILHA	4	5	14,75
00070	000000002	FABIANA BEAL	4	5	9,50
00071	000000660	CLAUDIMARA AMABILE SALINI SANDI	4	5	8,25
00072	000000090	MARIELE MONTEIRO	4	5	3,75
00073	000000346	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	3,75
00074	000000640	SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR	4	5	3,65
00075	000000601	MARTA INES DE MELLO SCHMIDT	4	6	106,50
00076	000000322	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	4	6	94,75
00077	000000735	ANDREA SBARDELLA DANIEL	4	6	54,50

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 24

## PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00078	000000264	NALU TEREZINHA FARINA	4	7	249,75
00079	000000629	ROSELAINÉ LORENZETTI	4	7	118,50
00080	000000725	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	4	7	91,25
00081	000000571	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	4	7	55,25
00082	000000400	VANESSA CRISTINA CMIEL MOREIRA	4	7	45,75
00083	000000104	JULIANE MARTINS	4	7	38,25
00084	000000496	LISIANE CRISTINA SANTORI	4	7	32,00
00085	000000184	VANESSA PAULA DALBOSCO	4	7	23,75
00086	000000276	ANDREIA RECH GONÇAVES	4	7	19,00
00087	000000164	MARGARIDA MORESCO DA SILVA	4	7	11,75
00088	000000238	JUCILÉIA CADORIN	4	7	11,40
00089	000000734	ELAINE FIGUEIRA SCHNEIDER	4	7	10,34
00090	000000395	TANIA FACHI	4	7	8,50
00091	000000469	ANA PAULA GUIMARAES	4	7	6,10
00092	000000774	TEREZINHA TAVARES	4	7	3,75
00093	000000493	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4	7	3,75
00094	000000780	SUZANA ZAMBONI	4	7	3,75
00095	000000326	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	7	3,75
00096	000000452	ROMILDA KADES SCHOSSLER	4	7	1,20
00097	000000755	MICHELI FURMANN COMARELLA	4	7	0,85
00098	000000443	ADELAR GONCALVES	4	7	0,75
00099	000000363	VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN	4	7	0,00
00100	000000091	RACHEL RESE	4	7	0,00
00101	000000481	MARA LUCIA KUNTZE	3	3	48,75
00102	000000272	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	2	1	30,25
00103	000000466	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI	2	3	27,25
00104	000000014	MIRIELE FAVERO	2	4	31,75
00105	000000674	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO	2	4	17,00
00106	000000310	ROSEMERI LUISA FINGER	2	4	13,75
00107	000000708	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI	2	5	4,75
00108	000000384	ELIANE ROSA ERIG KLASSMANN	2	7	66,25
00109	000000222	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	2	7	19,95
00110	000000281	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	7	9,60
00111	000000248	VILMA ALLIEVI DOS SANTOS	2	8	271,75
00112	000000540	MARGARET VARELA	2	8	98,75
00113	000000577	JULIANO FERREIRA DE MORAES	2	8	59,25
00114	000000722	MARLI DA SILVA CADORE	2	8	4,50
00115	000000062	SOLANGE ALMEIDA BASTOS	2	8	4,00
00116	000000028	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	2	8	4,00
00117	000000609	ELISE HELENA OLCHOVI	2	8	1,50
00118	000000490	MARINDIA POZZA	2	8	0,00



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 25

**PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

00119	000000582	JANE DE LURDES SIMONI	1	2	49,25
00120	000000434	MARCIANE KOZA	1	2	1,50
00121	000000562	JUSSARA ELIZA SIMONI	1	3	17,75
00122	000000388	JULIETE ZIMMER FRIGO	1	3	14,50
00123	000000566	MICHELE JAQUELINE WEIRICH KUSSLER	1	3	4,81
00124	000000043	JÂNIA PAULA BONASSI BET	1	3	1,73
00125	000000587	LEDIR INÊS ADAMS	1	3	0,50
00126	000000088	DIRLEI OLKOSKI	1	3	0,00
00127	000000227	JULIANE PIMENTEL	1	4	13,63
00128	000000260	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	1	4	10,75
00129	000000370	FRANCIELI DE SOUZA	1	4	7,25
00130	000000005	DANIELA LAZARINI	1	4	6,20
00131	000000450	SIMONE LAZAROTTO	1	4	3,00
00132	000000349	ALINE BINSFELD	1	4	1,46
00133	000000474	CLARICE GUIMARÃES	1	4	0,85
00134	000000477	DAIANE GOMES BORGES	1	4	0,15
00135	000000787	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	1	4	0,00
00136	000000401	DIANE LAZAROTTO	1	4	0,00
00137	000000150	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	1	5	1,88
00138	000000743	EDIMARA RIGO	1	6	3,25
00139	000000111	FERNANDA SCHNEIDER	1	6	2,50
00140	000000627	SONIA SILVA DE ALMEIDA FALOSSE	1	6	0,90
00141	000000684	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	1	6	0,40
00142	000000145	GRACIELE MORTARI	1	7	9,75
00143	000000764	MARILOIVA REGINATO DA SILVA	1	7	6,25
00144	000000316	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	7	5,00
00145	000000198	LUANA SCATOLIN GERMANO	1	7	4,50
00146	000000575	KATIA REGINA PATZLAFF	1	7	1,24
00147	000000144	ROSANGELA COSER FANTIN	1	7	0,50

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 26

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 1. Língua Portuguesa			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000321	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	4	5	236,75	
00002	000000252	EDIMAR FERREIRA DA SILVA	4	5	213,80	
00003	000000679	ADELAR JOSE HERMES	4	5	210,25	
00004	000000707	DENISE CORDEIRO DA SILVA	4	5	208,60	
00005	000000749	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	4	5	203,35	
00006	000000425	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	139,50	
00007	000000086	FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS	4	5	133,75	
00008	000000066	ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO	4	5	101,80	
00009	000000580	MARIA VIERA	4	5	63,90	
00010	000000259	EDIANEZ RODRIGUES RIOS	4	5	58,54	
00011	000000170	ELISETTE WITT STACHOVSKI	4	5	54,25	
00012	000000592	MAGALI APARECIDA DE SOUZA	4	5	53,75	
00013	000000440	EMANUELE PECCIN SOARES	4	5	46,75	
00014	000000040	LIAMARA APARECIDA ROTTA	4	5	36,85	
00015	000000072	DIVANIA INÊZ BOTECA CASADEI	4	5	35,95	
00016	000000607	MARIA ANGELA GARGHETTI	4	5	34,25	
00017	000000666	ARLETE BALESTRIN	4	5	31,75	
00018	000000068	RAQUEL COSTENARO	4	5	30,75	
00019	000000663	VANESSA KIST	4	5	30,50	
00020	000000382	MORGANE CESCO BATTISTELLA	4	5	30,25	
00021	000000210	GLEICI MARA DREHER	4	5	19,75	
00022	000000599	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	12,75	
00023	000000414	LILUANA BERNARDI	4	5	12,75	
00024	000000753	VIVIAN LELY FASOLO MAXREITER	4	5	6,38	
00025	000000714	JANE CATARINA GRANDO	4	7	179,50	
00026	000000732	NEIDI MARA JANKE	4	7	134,70	
00027	000000761	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	4	7	112,30	
00028	000000162	MARGARETE D'AGHETTI	4	7	86,75	
00029	000000196	ADRIANA RUPPENTHAL	4	7	46,70	
00030	000000141	FRANCIELE FANTIN	4	7	27,63	
00031	000000025	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC	4	7	19,75	
00032	000000306	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	4	7	1,38	
00033	000000444	ELIANE FATIMA AZEREDO	1	5	72,75	
00034	000000578	SIMONE VERENICE HOLLMANN TAVARES	1	6	0,00	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 27

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 2. Matemática			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000682	INES LIAMAR WOLFF PEREIRA ROGOVSKI	4	3	71,00	
00002	000000403	NAIR IVETE KLASSMANN	4	5	272,30	
00003	000000220	CLEUNICE MARIA BACCIN	4	5	202,70	
00004	000000417	AGENI TEREZINHA TURMENA	4	5	193,20	
00005	000000696	PAULO AFONSO PIOVEZAN	4	5	128,00	
00006	000000633	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI	4	5	115,15	
00007	000000544	RONEIDE ANDREOLA DA ROSA	4	5	92,25	
00008	000000548	ELEANDRA ANTONIA PINTRO	4	5	87,25	
00009	000000428	MARIA APARECIDA R. DA CONCEIÇÃO PASTORE	4	5	62,35	
00010	000000655	ALINE LABA DE SOUZA PINTO	4	5	60,10	
00011	000000405	ELIANE ZANIN	4	5	55,60	
00012	000000157	ADRIANO FAVERO BEDIN	4	5	3,75	
00013	000000373	NELSON DOMINGOS COREZZOLLA	4	6	169,35	
00014	000000442	NEIVA AULER SIMON	4	6	117,25	
00015	000000233	LOURDES FATIMA LORENZETTI KOWACIC	4	6	37,75	
00016	000000181	VANESSA DERETTI	4	7	18,25	
00017	000000449	SIMONE LAZAROTTO	4	7	3,00	
00018	000000058	CLAUDETE GOSSENHEIMER	3	2	89,25	
00019	000000397	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI	3	2	46,15	
00020	000000390	SANDRA MARA BACCIN PALUDO	3	3	105,50	
00021	000000177	MARISTELA CERUTTI PRUDENTE	3	3	54,15	
00022	000000719	SANDRA MARIA GUERRA GOMES	3	3	36,25	
00023	000000588	FRANCIELE BARATO	3	3	6,50	
00024	000000472	ANGELITA FAEZ	3	3	5,00	
00025	000000717	ELISABELE MARIA DE OLIVEIRA	1	1	7,75	
00026	000000297	JOICE ALICE DIAS SCHNEEBERGER	1	7	38,10	
00027	000000676	ALESSANDRA NITSCHKE	1	7	2,00	
00028	000000765	ROBERTO CARLOS FINGER	1	7	0,00	
00029	000000360	JAQUELINE EDUARDA SIPP	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 28

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 4. Geografia			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000695	LÚCIO FLÁVIO KESSLER	4	4	114,56	
00002	000000020	CRISTINA SOARES	4	4	39,00	
00003	000000318	EDI TRINDADE	4	5	205,58	
00004	000000518	ROSA ANGELA BALDISSERA	4	5	108,75	
00005	000000004	MARILENE DE BONA	4	5	101,95	
00006	000000419	CASSIANO BOITA	4	5	43,75	
00007	000000773	ELENO ADAO VENDRUSCOLO	4	5	9,50	
00008	000000176	EDACIR SALETE ROMANI FERREIRA	4	5	8,50	
00009	000000017	NAURI MARTINI MERLINI	4	6	107,75	
00010	000000327	MAYKO KOCK	4	6	20,20	
00011	000000056	ANA PAULA PEREIRA	1	4	9,35	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 29

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...	9/2010	Área...: 5º a 8º Série	Disciplina...: 5. Ciências			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000372	NELSON DOMINGOS COREZZOLLA	4	5	169,35	
00002	000000470	RONEIDE ANDREOLA DA ROSA	4	5	92,25	
00003	000000059	CLAUDETE GOSSENHEIMER	4	5	89,25	
00004	000000110	VIVIANA CEMBRANI KERBER	4	5	61,35	
00005	000000661	JANETE DA SILVA	4	5	59,75	
00006	000000404	ELIANE ZANIN	4	5	55,60	
00007	000000154	EUNICE GHENO	4	5	50,25	
00008	000000398	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI	4	5	46,15	
00009	000000156	EDINA DE SOUZA DA SILVA	4	5	42,25	
00010	000000497	ROSEMILDA PERUZZO	4	5	22,75	
00011	000000576	JULIANO FERREIRA DE MORAES	4	6	59,25	
00012	000000389	SANDRA MARA BACCIN PALUDO	4	7	105,50	
00013	000000332	ANELISE GERHARDT	4	7	59,75	
00014	000000055	MARIA PATRICIA RIGO	4	7	55,35	
00015	000000178	MARISTELA CERUTTI PRUDENTE	4	7	54,15	
00016	000000287	ALEXANDRA MATIOLO	4	7	9,15	
00017	000000700	FERNANDA MARIA QUARESMA	4	7	8,50	
00018	000000151	DIANA MICHELE AVALOS KROHN	4	7	7,80	
00019	000000532	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	4	7	7,75	
00020	000000589	FRANCIELE BARATO	4	7	6,50	
00021	000000473	ANGELITÁ FAEZ	4	7	5,00	
00022	000000685	PRISCILA CASSIANO DE ALMEIDA	4	7	0,00	
00023	000000613	TAISA ZANFONATO	1	7	1,41	



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 30

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 6. História			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000269	CARLOS FERNANDO COMASSETTO	4	3	4,70	
00002	000000560	LENIR CORDEIRO	4	5	146,05	
00003	000000376	MARLENE CORDEIRO	4	5	145,80	
00004	000000668	CLEONICE BISON	4	5	93,25	
00005	000000282	ELIANE REGINA SUZIN	4	5	63,25	
00006	000000137	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK	4	5	61,75	
00007	000000564	JULCILEI CLAUDIA PAVIANI	4	5	55,75	
00008	000000254	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA	4	5	41,80	
00009	000000637	LUCIMARA TOCHETTO	4	5	35,15	
00010	000000107	IVANIR BALDASSO	4	5	29,25	
00011	000000185	NELSI KLUMB COLASSO	4	5	22,25	
00012	000000392	MAICO RODRIGO CESCO	4	5	22,00	
00013	000000729	LIDIANE MARIA COLUSSI	4	5	19,50	
00014	000000080	CLAUDEMAR KNECHT	4	5	10,75	
00015	000000193	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER	4	7	20,60	
00016	000000596	LAIRTES KIRSTEN	4	7	19,25	
00017	000000182	CARINA SANDI	4	7	18,00	
00018	000000456	MIRIAN JULIANA TAVARES RIMOLDI	4	7	3,29	
00019	000000541	MARIA LUIZA FAVASSA	4	7	3,00	
00020	000000471	LUCIA MARA PRIOR	4	7	0,50	
00021	000000485	CLAUDIOMIRO LOPES	3	3	0,25	
00022	000000750	MARINEZI MEZACASA REFOSCO	1	2	3,75	
00023	000000751	LUCIANA ESPICH	1	2	1,38	
00024	000000438	WANDERLEI ALVES RIBEIRO	1	3	2,00	
00025	000000654	SUSIMARA DE MARCO PETROLI	1	3	1,88	
00026	000000703	TAIS REGINA DEITOS	1	3	1,50	
00027	000000558	CASSIANO POZZA	1	3	0,88	
00028	000000105	MARILICE FRANSNELLI SCHIO	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 31

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 9/2010		Área...: 5º a 8º Série		Disciplina...: 7. Artes		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000381	ILEANE JUCELENE ESSING	4	5	202,00	
00002	000000335	MAURA PIERINA BACCIN	4	5	184,40	
00003	000000769	GLAUCIA MARIA FERASO	4	7	41,10	
00004	000000129	ALESSANDRA ZANINI BUNDCHEN TRAMONTINI	4	7	32,00	
00005	000000365	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER	4	7	30,75	
00006	000000394	KARLA DEMARCHI	1	3	13,25	
00007	000000050	DAIANE COMIN	1	4	0,90	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 32

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 8. Língua Espanhola			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000253	EDIMAR FERREIRA DA SILVA	4	5	213,80	
00002	000000525	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO SANTORI	4	5	167,35	
00003	000000597	MARIANÊS SOLIGO	4	5	152,25	
00004	000000085	FRANCIELE JUSTI LOPES GROSS	4	5	133,75	
00005	000000067	ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO	4	5	101,80	
00006	000000237	ADRIANA PALUDO	4	5	88,75	
00007	000000713	KATIA KIRST	4	5	79,10	
00008	000000646	SILVANA PERUZZO MAZIERO	4	5	63,25	
00009	000000784	MARCIA BEATRIZ SANTANA GOMES	4	5	51,75	
00010	000000441	EMANUELE PECCIN SOARES	4	5	46,75	
00011	000000039	LIAMARA APARECIDA ROTA	4	5	36,85	
00012	000000073	DIVANIA INÊZ BOTECA CASADEI	4	5	35,95	
00013	000000415	LILUANA BERNARDI	4	5	12,75	
00014	000000258	EDIANEZ RODRIGUES RIOS	4	7	58,54	
00015	000000386	DANIELE MINUSCOLI	4	7	0,25	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 33

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 9/2010		Área...: 5º a 8º Série		Disciplina...: 9. Língua Italiana		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000704	FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA	4	6	173,75	
00002	000000762	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	4	7	112,30	
00003	000000163	MARGARETE D'AGHETTI	4	7	86,75	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 34

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5º a 8º Série	Disciplina...: 10. Ed. Física			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000506	RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI	4	3	0,00	
00002	000000670	CLEIDE REGINA BARON	4	5	238,90	
00003	000000350	VOLMIR CASAGRANDE ZILLI	4	5	206,90	
00004	000000461	LEANDRA DARGAS SLONGO	4	5	197,45	
00005	000000249	MARISTELA ARRUDA AYRES	4	5	191,90	
00006	000000536	MADALENA MODOLON FERRI	4	5	175,20	
00007	000000776	ELIANE SALETE BARP	4	5	168,75	
00008	000000336	EDISON DOS SANTOS	4	5	165,30	
00009	000000045	FABIANO SANTA-HELENA	4	5	148,75	
00010	000000095	FABIANA PAULA PICININ	4	5	139,75	
00011	000000378	ANA ROSE SILVA	4	5	126,25	
00012	000000603	FERNANDA FUHR	4	5	115,95	
00013	000000143	CRISTINA ZOTTI	4	5	106,98	
00014	000000022	JANETE KUHN DOS SANTOS RIGO	4	5	99,75	
00015	000000513	ELIZANGELA SALETE CARISSIMI	4	5	93,75	
00016	000000778	JULIANO PRAVATO	4	5	80,75	
00017	000000642	PRISCILA GRIGOL SILVA	4	5	79,75	
00018	000000701	ALEX DALBOSCO	4	5	73,75	
00019	000000538	EDSON CHAGAS	4	5	70,24	
00020	000000413	TAYSON SANDER BASEGGIO	4	5	66,05	
00021	000000611	ALUANA COSTA	4	5	65,75	
00022	000000534	MARLENE SALVADOR	4	5	61,25	
00023	000000421	ELISANDRA GOZZI	4	5	60,55	
00024	000000317	FADIA MARA ROSSI	4	5	58,95	
00025	000000340	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	57,25	
00026	000000087	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	4	5	53,75	
00027	000000555	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4	5	53,75	
00028	000000375	ANDERSON CECCHIN	4	5	49,00	
00029	000000064	ELISABETE PALUDO SANDI	4	5	41,75	
00030	000000003	ANDRE RAMOS RIZELO	4	5	40,75	
00031	000000399	FRANCIELE FÁTIMA STEDILLE	4	5	39,75	
00032	000000358	PATRICIA BENDER	4	5	38,25	
00033	000000387	TATIANA CARLA BICCA CALDEROLLI	4	5	37,00	
00034	000000748	LIAMARA KLEIN	4	5	36,25	
00035	000000188	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	31,75	
00036	000000084	CARINE INÊS TURMENA	4	5	29,75	



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 35

## PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00037	000000102	FELIPE MACHADO	4	5	26,75
00038	000000605	LISANDRA ZUANAZZI	4	5	25,75
00039	000000250	FERNANDO JOSE COLOMBO	4	5	21,75
00040	000000117	ANDREIA PETRY	4	5	21,75
00041	000000190	ROMIELE FRIEBEL	4	5	21,75
00042	000000409	SIDNEI TURMINA	4	5	21,40
00043	000000218	KATLIN CARINA FELISBERTO	4	5	20,75
00044	000000023	FRANCIELE CRISTINA SANTANA	4	5	18,75
00045	000000312	TANIA MARIA GITRONE BREMM	4	5	17,00
00046	000000645	LEONARDO GASPAROTTO	4	5	17,00
00047	000000118	JAQUELINE ZANELLA	4	5	16,75
00048	000000053	FRANCIELI AGUSTINI	4	5	16,75
00049	000000712	IZABELA TROIAN	4	5	16,75
00050	000000031	CRISTIELE ANA FINGER	4	5	15,75
00051	000000507	ANA PAULA DEITOS	4	5	15,75
00052	000000160	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	5	11,29
00053	000000294	KARINA BERGHAHN	4	5	1,18
00054	000000730	SANDRA GILVANA PIOLA BALDISSERA	4	5	0,00
00055	000000644	BRUNO SANGOI	4	5	0,00
00056	000000202	PERLA VIVIAM DA SILVA	4	5	0,00
00057	000000591	JANE JOST	4	6	50,00
00058	000000208	CLAUDIOMIR HOECKLER	4	7	101,80
00059	000000319	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4	7	60,50
00060	000000766	ALEX DE LIMA ROSA	4	7	43,50
00061	000000727	RENAN FRACASSO	4	7	24,13
00062	000000614	PAULO EDUARDO BENDER	4	7	21,75
00063	000000279	MAURICIO JOSE KIRST	4	7	6,75
00064	000000782	CINTIA MARA BURALI	4	7	5,40
00065	000000738	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	3,75
00066	000000423	WALQUIRIA BENETTI ZAVORSKI	4	7	0,86
00067	000000650	VERIDIANA PERES LOPES	4	7	0,38
00068	000000651	MOACIR CORADI JUNIOR	4	7	0,38
00069	000000658	CAMILA ECKER	4	7	0,13
00070	000000299	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	4	7	0,00
00071	000000407	TAIRAN ROMANI FERREIRA	1	1	0,00
00072	000000035	MADRISON NUNES SARTORI	1	2	1,03
00073	000000659	ILVO LUÍS POZZO JÚNIOR	1	3	3,55
00074	000000648	NIVALDO DE S. FERNANDES DA SILVA JUNIOR	1	3	3,00
00075	000000533	NATAN JOSE GARGHETTI	1	5	0,35
00076	000000530	EDISON DE MATTOS MACIEL	1	7	0,00
00077	000000342	TIAGO DA SILVA	1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 36

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00078	000000257	ALEXANDRE MATHEI
00079	000000484	BEATRIZ BALBINOT

1	7	0,00
1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 37

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... 5° a 8° Série	Disciplina...: 15. Ens. Religioso			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000687	MARCELO MARASCA	3	2	12,25	
00002	000000486	CLAUDIOMIRO LOPES	3	3	0,25	
00003	000000465	TÂNIA IRENE MUNARETTO	2	7	69,50	
00004	000000489	BETANIA MACHADO DA SILVA PIZATO	1	7	4,50	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 38

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...	9/2010	Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000015	LISE MARA SCHWINGEL	4	5	158,75	
00002	000000293	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	152,23	
00003	000000546	ZENILDA GUAREZI SALINI	4	5	149,80	
00004	000000301	NILVA MARIA REBELATTO	4	5	139,80	
00005	000000231	GENI DE VARGAS ZOTTIS	4	5	118,75	
00006	000000368	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	116,75	
00007	000000458	GELSI TRENTIN NIERO	4	5	103,83	
00008	000000549	JULYANA APARECIDA PETRY	4	5	95,25	
00009	000000517	ARLETE CRISTINA MENEGAT	4	5	86,25	
00010	000000213	MARISA APARECIDA CAVALLI POZZO	4	5	80,75	
00011	000000460	MONICA LUCIA COSTA FELL	4	5	76,75	
00012	000000410	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	4	5	71,75	
00013	000000290	CLAUDIANE SUNTI DO PRADO	4	5	71,25	
00014	000000523	ROSELEI DA SILVA PISSAIA	4	5	69,75	
00015	000000431	DILEMA PERKA KIRST	4	5	67,25	
00016	000000247	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA	4	5	63,25	
00017	000000047	DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA	4	5	55,75	
00018	000000585	INES ANGELINA SAVARIS	4	5	54,25	
00019	000000274	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	51,75	
00020	000000554	ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA	4	5	48,75	
00021	000000638	GIANE MARTELLO	4	5	48,25	
00022	000000754	REJANE LUDVIG KLEIN	4	5	46,75	
00023	000000308	KELLI ROSA BOMBANA	4	5	45,75	
00024	000000132	GRACIELE CAMILLO	4	5	44,25	
00025	000000011	EDIMAR GUGEL	4	5	44,20	
00026	000000508	RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO	4	5	41,25	
00027	000000296	JOICE ALICE DIAS SCHNEEBERGER	4	5	38,10	
00028	000000288	MARITÂNIA FERRAZZO MINUSCOLI	4	5	37,75	
00029	000000300	FABIANE PINTO	4	5	37,75	
00030	000000052	SILVANA DE ALMEIDA	4	5	36,25	
00031	000000608	MARCIA PAULINA FREISLEBEN BURGET	4	5	30,25	
00032	000000366	ADRIANE DANNENHAUER	4	5	28,75	
00033	000000201	ELAINE REDIN	4	5	23,25	
00034	000000131	IVETE PRESOTTO COLOSSI	4	5	20,75	
00035	000000060	SILVIA BERNARDI KAIBER	4	5	20,50	
00036	000000436	ARLENE MARIA PIGATTO	4	5	19,75	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 39

## PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00037	000000113	MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG	4	5	19,75
00038	000000785	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA	4	5	19,50
00039	000000616	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	17,75
00040	000000573	TEREEZINHA GODINSKI FIORINI	4	5	15,25
00041	000000205	ELISETE ILHA	4	5	14,75
00042	000000001	FABIANA BEAL	4	5	9,50
00043	000000119	MARIELE MONTEIRO	4	5	3,75
00044	000000347	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	3,75
00045	000000224	IVONE MULLER	4	5	0,00
00046	000000726	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	4	7	91,25
00047	000000572	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	4	7	51,50
00048	000000451	VANESSA CRISTINA CMIEL MOREIRA	4	7	45,75
00049	000000173	VILMA CAROLINA BROETO	4	7	22,25
00050	000000620	LIZIANE DE SOUZA VIEGAS	4	7	21,25
00051	000000634	LIDIA TEREZINHA DE PINHO ALMEIDA	4	7	20,75
00052	000000721	MARIA HELENA POSSENTI	4	7	19,75
00053	000000275	ANDRÉIA RECH GONÇALVES	4	7	19,00
00054	000000771	ELIANE KUHN LEVANDOWSKI	4	7	16,70
00055	000000503	DENISE KUSSLER MAUSOLF	4	7	15,75
00056	000000239	JUCILÉIA CADORIN	4	7	11,40
00057	000000567	FABIANA LANFREDI	4	7	11,25
00058	000000552	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4	7	10,55
00059	000000396	TANIA FACHI	4	7	8,50
00060	000000515	PATRICIA MASIERO	4	7	3,95
00061	000000770	TEREZINHA TAVARES	4	7	3,75
00062	000000492	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4	7	3,75
00063	000000779	SUZANA ZAMBONI	4	7	3,75
00064	000000270	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	7	3,75
00065	000000356	FABIANE LOHMANN PEINHOPF	4	7	2,65
00066	000000694	ALEXANDRA GODIN	4	7	2,55
00067	000000345	ADRIANA ALBERTI PAGIOCHI	4	7	1,75
00068	000000756	MICHELI FURMANN COMARELLA	4	7	0,85
00069	000000362	VIVIANE PALKEWITCH HOFFMANN	4	7	0,00
00070	000000271	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	2	1	30,25
00071	000000139	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	2	2	3,75
00072	000000467	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI	2	3	27,25
00073	000000737	CAROLINE NEVES MATOSO	2	3	11,04
00074	000000013	MIRIELE FAVERO	2	4	31,75
00075	000000673	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO	2	4	17,00
00076	000000309	ROSEMERI LUISA FINGER	2	4	13,75
00077	000000710	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI	2	5	4,75

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 40

## PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

00078	000000115	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	2	6	115,75
00079	000000313	VANDERLEIA SALETE CADORIN	2	7	6,25
00080	000000767	MARILAINÉ MARTINS	2	8	243,75
00081	000000630	MARTA ELISABETE HOLDEFER	2	8	10,60
00082	000000280	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	8	9,60
00083	000000723	MARLI DA SILVA CADORE	2	8	4,50
00084	000000061	SOLANGE ALMEIDA BASTOS	2	8	4,00
00085	000000610	ELISE HELENA OLCHOVI	2	8	1,50
00086	000000063	ELISANE FÁTIMA GRANA MARTELLO	2	8	1,40
00087	000000491	MARINDIA POZZA	2	8	0,00
00088	000000108	NADIA SALETE PIVA	1	1	10,00
00089	000000225	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	1	1	0,75
00090	000000303	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	1	2	3,05
00091	000000435	MARCIANE KOZA	1	2	1,50
00092	000000656	SIMONE HOFFMANN	1	3	13,25
00093	000000565	MICHELE JAQUELINE WEIRICH KUSSLER	1	3	4,81
00094	000000044	JÂNIA PAULA BONASSI BET	1	3	1,73
00095	000000586	LEDIR INÊS ADAMS	1	3	0,50
00096	000000228	JULIANE PIMENTEL	1	4	13,63
00097	000000706	JUSSARA DETONI	1	4	7,25
00098	000000371	FRANCIELI DE SOUZA	1	4	7,25
00099	000000006	DANIELA LAZARINI	1	4	6,20
00100	000000374	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	1	4	2,10
00101	000000348	ALINE BINSFELD	1	4	1,46
00102	000000229	SIRLEI REGINATO PERIN	1	4	1,13
00103	000000475	CLARICE GUIMARÃES	1	4	0,85
00104	000000100	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	1	4	0,00
00105	000000076	NEUSA SCHERER DANDOLINI	1	5	8,75
00106	000000277	JUSTINA INES BRESIANI TAFFAREL	1	5	2,75
00107	000000041	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	1	5	2,50
00108	000000746	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	1	5	2,50
00109	000000167	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	1	5	1,50
00110	000000446	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	1	5	1,50
00111	000000159	ELIANE KLEIN	1	5	1,10
00112	000000112	FERNANDA SCHNEIDER	1	6	2,50
00113	000000626	SONIA SILVA DE ALMEIDA FALOSSE	1	6	0,90
00114	000000432	CHAIANE BATTISTELLA	1	6	0,88
00115	000000683	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	1	6	0,40
00116	000000758	TEREZINHA OLIVIA MEZACASA PINCEGHER	1	6	0,00
00117	000000146	GRACIELE MORTARI	1	7	9,75
00118	000000315	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	7	5,00



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 41

**PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

00119	000000199	LUANA SCATOLIN GERMANO	1	7	4,50
00120	000000478	SIMONE TOERHORST BALENA	1	7	2,00
00121	000000574	KATIA REGINA PATZLAFF	1	7	1,24
00122	000000692	ROSEMAR BOTECA FABRIS	1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 42

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... Escolas do Campo	Disciplina...: 13. Escolas do Campo			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000204	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	642,65	
00002	000000096	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	4	5	539,20	
00003	000000082	ROSENELI RADIN MUNARETTO	4	5	414,05	
00004	000000416	GEMA BARATER BEDIN	4	5	249,95	
00005	000000618	VANUSA DONATI	4	5	243,65	
00006	000000330	ANDREIA CADORIN SCHIAVINI	4	5	175,10	
00007	000000235	AQUILINO LUIZ ARTIFON	4	5	155,25	
00008	000000012	EDIMAR GUGEL	4	5	87,15	
00009	000000522	ROSELEI DA SILVA PISSAIA	4	5	78,75	
00010	000000223	IVONE MULLER	4	5	0,00	
00011	000000720	MARIA HELENA POSSENTI	4	7	19,75	
00012	000000453	ROMILDA KADES SCHOSSLER	4	7	1,20	
00013	000000498	ROSEMILDA PERUZZO	2	8	22,75	
00014	000000622	MARCIA BALBINOT SCHWEITZER	2	8	18,35	
00015	000000042	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	1	5	2,50	
00016	000000158	ELIANE KLEIN	1	5	1,10	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 43

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 9/2010		Área... Educação Especial	Disciplina...: 50. Educação Especial			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000093	IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER	4	5	130,25	
00002	000000678	MARISTELA ISGANZERLA SCHWINGEL	4	5	127,75	
00003	000000550	JULYANA APARECIDA PETRY	4	5	91,75	
00004	000000291	CLAUDIANE SUNTI DO PRADO	4	5	71,25	
00005	000000430	DILEMA PERKA KIRST	4	5	67,25	
00006	000000019	CRISTIANA ERTHAL	4	6	37,95	
00007	000000760	TEREZINHA LUCIA GHIDORSI	4	6	6,50	
00008	000000103	JULIANE MARTINS	4	7	38,25	
00009	000000495	DENISE CLARA SCHUCK	4	7	36,25	
00010	000000183	VANESSA PAULA DALBOSCO	4	7	23,75	
00011	000000048	VANIA POZZEBON	3	1	151,25	
00012	000000323	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	3	1	94,75	
00013	000000741	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS	3	1	52,25	
00014	000000133	GRACIELE CAMILLO	3	1	44,25	
00015	000000240	ARIANE BONATTO MUNARETTO	3	1	15,25	
00016	000000126	MICHELLY PIEGUES	3	1	11,50	
00017	000000448	ELIANE MATTIELLO ROSSETTO	3	2	172,75	
00018	000000545	ZENILDA GUAREZI SALINI	3	2	149,80	
00019	000000262	CASSIANE BIZOLO KIEKOW	3	2	57,75	
00020	000000584	INES ANGELINA SAVARIS	3	2	54,25	
00021	000000757	CATIA PEDROTE	3	2	43,75	
00022	000000051	SILVANA DE ALMEIDA	3	2	36,25	
00023	000000244	VANIA CARBONERA	3	2	24,75	
00024	000000635	LIDIA TEREZINHA DE PINHO ALMEIDA	3	3	20,75	
00025	000000337	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	3	3	18,25	
00026	000000551	LUCIANA PAULA RIBEIRO	3	3	10,55	
00027	000000543	IVANETE CECCHIN PICHETTI	3	3	8,25	
00028	000000351	CARLINE FÜNKLER	2	3	28,75	
00029	000000331	ANELISE GERHARDT	2	4	59,75	
00030	000000385	ELIANE ROSA ERIG KLASSMANN	2	7	66,25	
00031	000000221	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	2	7	19,95	
00032	000000314	VANDERLEIA SALETE CADORIN	2	7	6,25	
00033	000000026	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC	2	8	19,75	
00034	000000631	MARTA ELISABETE HOLDEFER	2	8	10,60	
00035	000000581	JANE DE LURDES SIMONI	1	2	49,25	
00036	000000304	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	1	2	3,05	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 44

**PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

00037	000000561	JUSSARA ELIZA SIMONI	1	3	17,75
00038	000000521	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI	1	4	17,75
00039	000000148	IRENE ELAINE SAATKAMP	1	4	11,68
00040	000000261	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	1	4	10,75
00041	000000705	JUSSARA DETONI	1	4	7,25
00042	000000230	SIRLEI REGINATO PERIN	1	4	1,13
00043	000000476	DAIANE GOMES BORGES	1	4	0,15
00044	000000697	JAQUELINE GARGHETTI	1	5	3,75
00045	000000278	JUSTINA INES BRESIANI TAFFAREL	1	5	2,75
00046	000000166	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	1	5	1,50
00047	000000742	EDIMARA RIGO	1	6	3,25
00048	000000763	MARILOIVA REGINATO DA SILVA	1	7	6,25
00049	000000479	SIMONE TOERHORST BALENA	1	7	2,00
00050	000000691	ROSEMAR BOTECA FABRIS	1	7	0,

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 45

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...	10/2010	Área... Oficinas Sócio-Educativas	Disciplina...: 16.	Lit. Dramatizada/Expressão		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000624	VANIA PERUZZO	4	5	286,00	
00002	000000647	SILVANA PERUZZO MAZIERO	4	5	219,50	
00003	000000383	MORGANE CESCO BATTISTELLA	4	5	55,25	
00004	000000593	MAGALI APARECIDA DE SOUZA	4	5	53,75	
00005	000000665	ARLETE BALESTRIN	4	5	46,75	
00006	000000752	VIVIAN LELY FASOLO MARXREITER	4	5	6,38	
00007	000000715	JANE CATARINA GRANDO	4	7	179,50	
00008	000000731	NEIDI MARA JANKE	4	7	134,70	
00009	000000027	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	4	7	4,00	
00010	000000781	CHARLENE MARCHESI	2	8	99,55	
00011	000000393	KARLA DEMARCHI	1	3	101,75	
00012	000000579	SIMONE VERENICE HOLLMANN TAVARES	1	6	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 46

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 10/2010		Área...: Oficinas Sócio-Educativas	Disciplina...: 17. Dança			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000480	SANDRA MARIA LISBOA REBELLATTO	4	5	264,80	
00002	000000643	PRISCILA GRIGOL SILVA	4	5	151,75	
00003	000000094	FABIANA PAULA PICININ	4	5	139,75	
00004	000000612	ALUANA COSTA	4	5	106,75	
00005	000000422	ELISANDRA GOZZI	4	5	60,55	
00006	000000083	CARINE INÊS TURMENA	4	5	30,35	
00007	000000101	FELIPE MACHADO	4	5	26,75	
00008	000000711	IZABELA TROIAN	4	5	25,75	
00009	000000217	KATLIN CARINA FELISBERTO	4	5	24,50	
00010	000000116	ANDREIA PETRY	4	5	21,75	
00011	000000191	ROMIELE FRIEBEL	4	5	21,75	
00012	000000032	CRISTIELE ANA FINGER	4	5	9,75	
00013	000000747	SANDRA GILVANA PIOLA BALDISSERA	4	5	0,00	
00014	000000590	JANE JOST	4	6	50,00	
00015	000000168	SILVANA DE VARGAS	4	7	216,65	
00016	000000320	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4	7	60,50	
00017	000000266	NÁDIA ROSANE PALMA MIOLLO	4	7	56,65	
00018	000000739	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	7,50	
00019	000000298	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	4	7	0,00	
00020	000000406	TAIRAN ROMANI FERREIRA	1	1	0,00	
00021	000000649	NIVALDO DE S. FERNANDES DA SILVA JUNIOR	1	3	3,00	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 47

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 10/2010		Área... Oficinas Sócio-Educativas	Disciplina...: 20. Artesanato/Pintura			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000768	GLAUCIA MARIA FERASO	4	7	41,10	
00002	000000128	ALESSANDRA ZANINI BUNDCHEN TRAMONTINI	4	7	32,00	
00003	000000570	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN	2	8	46,50	
00004	000000098	LETICIA FERNANDA LAWRENZ	1	7	0,80	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 48

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 10/2010		Área... Oficinas Sócio-Educativas		Disciplina...: 25. Fanfarra		
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo Pontos
00001	000000724	WILSON ROBERTO PEDROZO SOUQUE			4	6 227,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 49

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 10/2010		Área...: Oficinas Sócio-Educativas		Disciplina...: 28. Produção Orgânica		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000109	VIVIANA CEMBRANI KERBER	4		5	119,40

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 50

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital... 10/2010		Área...: Oficinas Sócio-Educativas	Disciplina...: 30. Laboratório Pedagógico			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000455	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	240,45	
00002	000000125	SIMONE CRISTINA ROMANI	4	5	208,00	
00003	000000009	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	4	5	164,75	
00004	000000463	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	133,75	
00005	000000194	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	4	5	110,35	
00006	000000511	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	83,75	
00007	000000688	VANUSA APARECIDA HIRT	4	5	78,75	
00008	000000343	DAIANE FRIGO	4	5	75,20	
00009	000000524	ELISIANE FATIMA PIRES DA SILVA	4	5	15,00	
00010	000000602	MARTA INES DE MELLO SCHMIDT	4	6	106,50	
00011	000000070	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	29,25	
00012	000000482	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	48,75	
00013	000000504	DENISE KUSSLER MAUSOLF	4	7	15,75	
00014	000000733	ELAINE FIGUEIRA SCHNEIDER	4	7	10,34	
00015	000000514	PATRICIA MASIERO	4	7	3,95	
00016	000000594	JOSIANE BRITO KERBER	4	7	0,00	
00017	000000140	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	2	2	3,75	
00018	000000226	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	1	1	0,75	
00019	000000500	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI	1	4	47,75	
00020	000000698	JAQUELINE GARGHETTI	1	5	71,75	
00021	000000745	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	1	5	68,50	
00022	000000077	NEUSA SCHERER DANDOLINI	1	5	24,75	
00023	000000445	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	1	5	1,50	
00024	000000433	CHAIANE BATTISTELLA	1	6	54,88	
00025	000000600	DANIELE PEGORER FAZZIONI	1	6	12,75	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 51

PORTARIA Nº 199/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nr. Edital...: 10/2010		Área...: Oficinas Sócio-Educativas		Disciplina...: 51. Informática Educacional		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000680	ADELAR JOSE HERMES		2	8	210,25
00002	000000621	MARCIA BALBINOT SCHWEITZER		2	8	24,75

**Portaria Nº 200/2010, de 15 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 200/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 034/2010, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 980/2010, de 15 de dezembro de 2010, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, no mês de dezembro de 2010, à servidora SEDIANA ZANELLA, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, Adicional de Insalubridade, grau máximo, correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 201/2010, de 15 de Dezembro de 2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 201/2010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 44/2010, de 19 de fevereiro de 2010, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**R E S O L V E :**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - AMARILDO ANTONIO SAIBEL, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a partir do dia 16 de dezembro de 2010;

II - PAULO HENRIQUE VICARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 13 a 26 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 33/2010, de 16 de Dezembro de 2010**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 33/2010, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 804/2010, de 31 de agosto de 2010, e considerando:

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;

- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a partir do dia 1 de Janeiro de 2011, horário especial de trabalho a servidora JANETE FIGUEIRÓ SECCO, ocupante do cargo de Auxiliar Artístico, da seguinte forma:

I - segunda-feira, das 13h às 17h e das 18h às 22h;

II - terça-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 18h;

III - quarta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 18h;

IV- quinta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 18h;

V- sexta-feira, das 7h às 12h .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 34/2010, de 17 de Dezembro de 2010**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 34/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2010, as gratificações concedidas à servidores pelas Portarias nºs. 3/2009, de 8 de janeiro de 2009; 6/2009, de 4 de maio de 2009 e 26/2010, de 1º de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Edital de Concorrência Nº 14/2010 PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 14/2010 - PMC

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações de 1 (uma) sala no Terminal Rodoviário Municipal, para vendas de bilhetes de passagem.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 02 de fevereiro de 2011.

Abertura: dia 02 de fevereiro de 2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Edital de Tomada de Preços Nº 29/2010 PMC**

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2010 - PMC



Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de reforma e ampliação do Grupo Escolar Municipal Nova Brasília.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 24 de janeiro de 2011.

Abertura: dia 24 de janeiro, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Edital de Tomada de Preços Nº 31/2010 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Getúlio Vargas, em Três de Outubro e Rua dos Pássaros, Bairro Colibri, neste município de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 13h45min do dia 17 de janeiro de 2011.

Abertura: dia 17 de janeiro, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Concorrência Nº 12/2010 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 12/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de construção do "espaço multiuso" no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o projeto básico constante no anexo "D" do Edital.

#### **EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA - ME, sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 1.388.130,00 (um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, cento e trinta reais), e na segunda classificação a licitante DECC

CONSTRUÇÕES LTDA, com o preço global de R\$ 1.458.832,54 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e em terceira colocada ENGEDI SOLUÇÕES DE ENGENHARIA LTDA com preço global de R\$ 1.467.869,74 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sintam prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 21 de dezembro de 2010.

LUIS CARLOS JAROMINEK

Presidente da C.P.L.

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 1/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 1/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA

Valor: R\$42.000,00 (Quarenta e dois mil reais.)

Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009

Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia do Contrato nº 1/2010.

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 10/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 10/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA CONCÓRDIA LTDA

Valor: R\$270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais.)

Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009

Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de Hemoterapia do Contrato nº 10/2010.

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 11/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 11/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: PHYSIUS-CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA LTDA

Valor: R\$8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais.)

Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009

Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia do Contrato nº 11/2010.

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 2/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 2/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: CLINICA CORPUS FISIOTER. E REABIL. LTDA.

Valor: R\$48.000,00 (Quarenta e oito mil reais.)

Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009

Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia do Contrato nº 2/2010.

### **Extrato 1º TA Contrato Nº 3/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 3/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: LABORATORIO ANAL. CLÍNICAS MORI LTDA  
Valor: R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de Análises Clínicas/Patologia Clínica do Contrato nº 3/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 4/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 4/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: NEO DIAGNOSTICO LTDA  
Valor: R\$72.000,00 (Setenta e dois mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de Anatomopatologia e Citopatologia do Contrato nº 4/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 5/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 5/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: LABORATÓRIO ANALIC LTDA  
Valor: R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de Análises Clínicas/Patologia Clínica do Contrato nº 5/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 6/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 6/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: CENTRO UNIFICADO DE REABILITACAO LTDA  
Valor: R\$9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia do Contrato nº 6/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 7/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 7/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: ASSOC. PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS CDIA - APAE  
Valor: R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia e procedimentos ambulatoriais de média complexidade do Contrato nº 7/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 8/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 8/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: FAVERO & FAVERO LTDA  
Valor: R\$36.000,00 (Trinta e seis mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de fisioterapia do Contrato nº 8/2010.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 9/2010 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 9/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde  
Contratada: LABORATORIO ANAL CLÍN.CONCÓRDIA S/S LTDA  
Valor: R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais.)  
Vigência: Início: 16/12/2010 Término: 31/12/2011  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2009  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, bem como prorrogação do prazo de prestação de serviços de Análises Clínicas/Patologia Clínica do Contrato nº 9/2010.

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Nº 938/2010**

LEI Nº 938/2010

"REVOGA O ART. 3. DA LEI N. 004, 14 DE JANEIRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições, qu me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 004, de 14 de janeiro de 1993, que "Dispõe sobre a filiação do Município de Cordilheira Alta, a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC e a respectiva contribuição".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2010.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

**Lei Nº 939/2010**

LEI Nº 939/2010

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Aprovar o PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS do Município de Cordilheira Alta, nos termos da Resolução n. 002/2010 do Conselho Gestor de Caráter Deliberativo do Fundo Municipal de Habitação de Cordilheira Alta.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2010.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto Nº126/2010**

DECRETO N º 126/2010

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2010 PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal ,

DECRETA:

Art. 1.o Fica fixado ponto facultativo aos servidores públicos municipais nos dias 24/12/2010 e 31/12/2010, e nos dias 27, 28, 29 e 30 não haverá atendimento ao público apenas expediente interno nas repartições públicas, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

Art. 2.o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.o Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de dezembro de 2010.

Registrado e publicado em data supra

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto Nº127/2010**

DECRETO No 127/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.179,21 para a seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal de Educação

04.01 - Secretaria Municipal de Educação

04.01.12.361.2506.2.023-3.3.90.00 - 01.61 - 12 - Aplicações Diretas 5.669,43

04.01.12.362.2506.2.023-3.3.90.00 - 01.61 - 99 - Aplicações Diretas 2.509,78

Art. 2o Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do repasse dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### **Decreto Nº128/2010**

DECRETO No 128/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.466,65 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.2505.2.019-3.1.90.00 - 01.64 - 13 - Aplicações Diretas 4.466,65

Art. 2o Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do repasse dos recursos da Atenção Básica.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

## Forquilha

### PREFEITURA MUNICIPAL

### **Extrato do Termo Aditivo FMS 08/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 08/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 031/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA - CRICIGÁS LTDA ME

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, aquisição de 8.000 m³ (oito mil metros cúbicos) de oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde do município de Forquilha-SC, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2011.

DO PRAZO - Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO do período do Contrato Nº 031/FMS/2009 de 05/05/2009, que previa o término em 31/12/2010, para 31/12/2011, com base

no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93.

DO VALOR - O valor do contrato terá um reajuste passando de R\$ 9,00 (nove reais) o m³ para R\$ 10,00 (dez reais) o m³, totalizando R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para o exercício de 2011, com base no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 61/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 109/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PRESTADORA DE SERVIÇOS MANDELLI LTDA ME

DO OBJETO - Prestação de serviços na segunda etapa da construção do Centro Comunitário do Bairro Nova York, obra em andamento na Rua São José, em alvenaria com área construída de 709,73 m², município de Forquilha/SC compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias,

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o acréscimo em R\$ 2.186,48 (dois mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) do Contrato nº 109/PMF/2010, haja vista que, por modificação do projeto e necessidade de obras, se faz necessário o aumento de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 09/12/2010

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 65/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 65/2010

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 118/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO - serviços para execução das obras de construção da 1ª etapa do Complexo Desportivo, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC, com urbanização de área na Rua Bonifácio Back; implantação de uma pista de atletismo; área para salto em distância; dois campos gramados e um de areia para futebol suíço; arquibancada; vestiários; área de lazer com churrasqueira; passeios calçados; áreas de paradas com bancos e estacionamentos, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato 118/2009 será prorrogado de 19/12/2010 para 19/03/2011

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 13/11/2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 66/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 178/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

DO OBJETO O objeto do presente contrato consiste na execução, de serviços especializados de recepção e disposição final de resíduos sólidos urbanos do Município de Forquilha, em aterro sanitário da CONTRATADA devidamente licenciado, durante o exercício de 2011.

DO PRAZO - O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses com início em 03/01/2011 e término em 31/12/2011.

DO VALOR - O valor por tonelada terá um reajuste de 5,83% (cinco virgula oitenta e tres por cento), passando de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) para 69,84 (sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). O valor total do contrato é de R\$ 209.520,00 (duzentos e nove mil quinhentos e vinte reais) para o ano de 2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 13 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº 0378/2010**

DECRETO Nº 0378, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0023, de 11 de novembro de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. A homologação da classificação dos Códigos 7, 9 e 10 deixaram de ser realizadas por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0379/2010**

DECRETO Nº 0379, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:



10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (147)  
R\$ 19.500,00

Total R\$ 19.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.1.71.00.00 - Transf. a Consórcios Publico - Rec. 0.1.0200 (144)  
R\$ 9.500,00  
3.3.71.00.00 - Transf. a Consórcios Publico - Rec. 0.1.0200 (146)  
R\$ 10.000,00

Total R\$ 19.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Fraiburgo, 21 de Dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0380/2010**

DECRETO Nº 0380, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

#### **DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento  
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento  
3.3.50.00 - Transf. a Instit. Priv. S/ Fins Lucrativos 0.1.0200 (18)  
R\$ 200,00

Total R\$ 200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento  
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento  
3.3.71.00.00 - Transf. a Consórcios Publico - Rec. 0.1.0200 (20)  
R\$ 200,00

Total R\$ 200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do PREFEITO.  
FRAIBURGO, 21 DE DEZEMBRO DE 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 1**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

***CrITÉRIOS de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	ROSILANE APARECIDA DOS SANTOS	13	10	3	0	0	NÃO	11/2/1987
2	88	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	11	2	5	4	2	NÃO	1/9/1959
3	43	SANDRA MALIKOWSKI PENNING	10	4	4	2	1	NÃO	9/12/1976
4	124	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	10	2	5	3	1	NÃO	23/11/1969
5	125	MAGALI DOS SANTOS	9	2	5	2	1	NÃO	7/2/1971
6	34	FRANCIELI APARECIDA LORENCINI	8	2	5	1	1	NÃO	3/1/1985
7	35	ROBERTA PEDROSO LEANDRO	7	6	1	0	0	NÃO	17/6/1981
8	101	NELI NAVARRO DA SILVA	7	4	1	2	1	NÃO	10/11/1975
9	19	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA	7	2	4	1	2	NÃO	18/2/1955
10	44	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	7	2	4	1	1	NÃO	30/5/1977
11	106	MARLI MARQUES RICHTER	7	2	0	5	1	NÃO	5/7/1968
12	116	MARINEZ DA ROSA VAZ	7	0	5	2	3	NÃO	14/7/1975
13	129	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	7	0	5	2	0	NÃO	25/5/1963
14	67	GISLAINE DA SILVA CARACHO	6	2	4	0	0	NÃO	10/6/1986
15	81	SOLANGE BUSSATTO	6	2	0	4	4	NÃO	29/9/1975
16	93	GERDA SOARES DA SILVA DOS REIS	5	2	0	3	2	NÃO	1/4/1969
17	77	JUCELE APARECIDA PALHANO FURTADO	5	0	4	1	1	NÃO	2/6/1972
18	73	IVONETE PINHEIRO DA ROSA	5	0	0	5	2	NÃO	26/3/1972
19	13	LEONIR DA SILVA MATUSIAK	5	0	0	5	0	NÃO	17/12/1958
20	98	MARIA ANGELA TOMIN	4	2	0	2	2	NÃO	11/3/1979
21	21	ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO	4	2	0	2	2	NÃO	11/2/1981
22	74	NELI TEREZINHA DE ASSIS DISKA	4	2	0	2	1	NÃO	30/12/1964



23	58	ALICE DOMINGOS DO AMARAL	4	2	0	2	1	NÃO	18/8/1966
24	68	MARIANGELA BEONI	4	0	4	0	0	NÃO	13/11/1966
25	109	DEISI MARA PIRES DE LIMA	3	2	0	1	4	NÃO	19/1/1979
26	57	MARINES MARCONDES	3	2	0	1	2	NÃO	21/11/1974
27	56	ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA	3	2	0	1	2	NÃO	8/6/1982
28	38	JANETE ESQUINCA	3	2	0	1	1	NÃO	21/9/1976
29	42	MARGARIDA BOGO TELLE	3	2	0	1	0	NÃO	1/9/1956
30	50	JESSICA MUSSOLIN	3	0	3	0	0	NÃO	10/8/1991
31	117	ROSELI MATIAS	2	0	0	2	0	NÃO	26/6/1969
32	26	MARIA JOSÉ GARCIA DO NASCIMENTO		0	0	0	4	NÃO	12/7/1971
33	126	LUCIANA DOMINGUES		0	0	0	3	NÃO	3/12/1980
34	91	ANGELITA BORGES DA ROSA PEREIRA		0	0	0	2	NÃO	2/10/1978
35	10	IRENE FERNANDES		0	0	0	2	NÃO	6/2/1979
36	82	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO		0	0	0	1	NÃO	23/5/1962
37	20	NICELI GOMES SCOLARO		0	0	0	0	NÃO	5/7/1952
38	96	NEUZA RODRIGUES RICARDO		0	0	0	0	NÃO	8/8/1958

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 11**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "X DE NOVEMBRO"**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***CrITÉRIOS de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	MARIZETE APARECIDA DA SILVA	5	2	0	3	2	NÃO	2/1/1972



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

## Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 12

### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**

Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

#### *CrITÉrios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	46	ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA	4	2	0	2	2	NÃO	6/7/1972
2	51	TEREZINHA THIBES DE SOUZA	4	2	0	2	1	NÃO	23/10/1956



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 13****EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VI - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "POMIFRAI"**

Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***CrITÉrios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	9	OLEDIR FERREIRA CORREA		0	0	0	2	NÃO	25/3/1971



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 14****EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **VII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "MACIEIRA"**

Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

***CrITÉrios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	DENISE VENTURA DOS SANTOS	2	0	1	1	1	NÃO	3/5/1978

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 15**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **VII - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "MACIEIRA"**

Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***Critérios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	119	DEBORA PROENCIO DE SOUZA	8	6	0	2	0	NÃO	16/3/1991
2	5	MARIZETE DOS SANTOS	4	2	0	2	2	NÃO	6/3/1979
3	45	DINALVA DOS SANTOS ORTIZ		0	0	0	2	NÃO	6/9/1981
4	120	DEBORA PRISCILA BARBOSA		0	0	0	0	NÃO	20/3/1992



**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 2**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***CrITÉRIOS de Desempeate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	64	JACIRA MENDES DOS SANTOS	15	8	2	5	1	NÃO	19/8/1973
2	85	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	12	8	0	4	2	NÃO	30/10/1979
3	110	LEONEIA APARECIDA MARCONDES	12	4	5	3	1	NÃO	19/9/1977
4	107	ANGELA ROSELI MACIEL PRATES	12	2	5	5	2	NÃO	4/10/1962
5	95	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	12	2	5	5	1	NÃO	5/2/1983
6	78	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	11	8	1	2	2	NÃO	5/9/1979
7	33	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	11	6	4	1	4	NÃO	14/2/1978
8	37	LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA	11	2	4	5	1	NÃO	4/7/1984
9	31	JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA LEITE DE ALMEIDA	11	2	4	5	0	NÃO	3/4/1970
10	83	SUSAN CORRÊA	10	2	5	3	1	NÃO	3/1/1988
11	27	ZENIR DA APARECIDA GODOI DE ALMEIDA	10	0	5	5	1	NÃO	28/9/1971
12	121	ANA PAULA DE MORAES	9	6	1	2	0	NÃO	28/4/1989
13	118	ALINE MAYARA DE MORAIS	9	4	5	0	2	NÃO	4/5/1989
14	32	MARCIANE APARECIDA HUNING	9	4	0	5	2	NÃO	9/1/1980
15	24	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	9	2	5	2	2	NÃO	4/9/1974
16	49	MARIA ROZENA DA CRUZ	9	0	4	5	1	NÃO	12/2/1973
17	1	ADRIANA KRAUS	8	8	0	0	0	NÃO	2/6/1987
18	40	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	8	4	3	1	0	NÃO	22/2/1989
19	87	SILMARA APARECIDA OLIVIO BARBOSA	8	2	1	5	1	NÃO	27/9/1982
20	86	GISELI DE PROENÇA DA SILVA	8	2	1	5	1	NÃO	2/2/1984
21	28	ANDRESSA CATARINA CONTE DE OLIVEIRA	7	2	3	2	1	NÃO	23/12/1985
22	100	MARILENE APARECIDA PALHANO	7	2	1	4	3	NÃO	11/8/1978

23	114	DORACI RIBEIRO DO PRADO	7	2	0	5	2	NÃO	27/11/1962
24	22	CLARICE APARECIDA CRESTANI MELLO	7	2	0	5	1	NÃO	22/2/1968
25	61	ELISETE CIRINO DE FREITAS PASSOS	7	2	0	5	1	NÃO	7/6/1969
26	2	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	7	2	0	5	1	NÃO	8/5/1972
27	84	MARCIA ALVES	7	2	0	5	1	NÃO	12/2/1977
28	69	MARILUCI LEITE DE ALMEIDA	7	2	0	5	0	NÃO	10/1/1984
29	39	GRASIEL APARECIDA LORENCINI	6	6	0	0	1	NÃO	3/1/1985
30	65	MARILENE COSTA	5	4	0	1	1	NÃO	28/10/1976
31	76	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA	5	2	0	3	1	NÃO	29/9/1964
32	70	ZELIA APARECIDA MOREIRA	5	2	0	3	1	NÃO	13/11/1967
33	25	TEREZINHA DOS SANTOS	5	2	0	3	0	NÃO	4/12/1945
34	54	ANDRÉIA APARECIDA LOPES	5	0	5	0	0	NÃO	14/8/1983
35	52	MARCIA DO AMARAL RODRIGUES	5	0	0	5	3	NÃO	22/9/1974
36	111	JANETE APARECIDA RAMOS	5	0	0	5	2	NÃO	20/10/1970
37	97	MARILENA APARECIDA DA SOUZA RIBEIRO	5	0	0	5	1	NÃO	18/5/1968
38	30	FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS	5	0	0	5	1	NÃO	17/8/1985
39	123	NOELI TEREZINHA DOS SANTOS	5	0	0	5	0	NÃO	28/11/1961
40	6	SIRLEI LUCIA TOMAZ CORDEIRO PEREIRA	5	0	0	5	0	NÃO	25/2/1962
41	62	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	5	0	0	5	0	NÃO	23/11/1985
42	75	NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES	4	2	0	2	1	NÃO	3/1/1972
43	63	GISLAINE LEMES	4	2	0	2	1	NÃO	27/4/1989
44	94	AGUIDA REGINA DRUN	4	0	1	3	1	NÃO	12/2/1979
45	71	ELISA LARA DA ROSA	4	0	0	4	2	NÃO	28/10/1980
46	66	MARIA SERLEI HOLEK	4	0	0	4	0	NÃO	2/9/1957
47	89	GECIANE XAVIER	3	2	1	0	0	NÃO	8/4/1992
48	128	NEIVA PIRES DE SOUZA CAETANO	3	2	0	1	2	NÃO	18/7/1971
49	53	JURACI MARTINS VICENTE ANDRADE	3	0	3	0	0	NÃO	14/8/1969
50	36	ZILMA MACHADO DOS SANTOS	3	0	0	3	1	NÃO	30/9/1973
51	60	JULIANA APARECIDA NUNES MASSENHANI	3	0	0	3	1	NÃO	19/3/1979
52	16	KATIA APARECIDA DA SILVA	3	0	0	3	0	NÃO	14/11/1969
53	127	SILVANA APARECIDA ANTUNES DE LIMA	2	2	0	0	1	NÃO	21/8/1984
54	99	ILGA MARIA WORMA DE SOUZA	2	2	0	0	1	NÃO	21/12/1985
55	112	GENECI DE MORAES	2	0	2	0	0	NÃO	8/2/1987
56	105	FRANCIELE DALAGNOL	2	0	0	2	2	NÃO	21/9/1980
57	48	JANETE GARIPUNA DOS SANTOS	2	0	0	2	1	NÃO	4/10/1974
58	103	GESSI FERREIRA	2	0	0	2	0	NÃO	25/6/1973
59	79	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	2	0	0	2	0	NÃO	31/7/1985

60	59	MARGARETE DE OLIVEIRA	1	0	0	1	2	NÃO	4/12/1972
61	102	VANILDA DIAS DE ALMEIDA		0	0	0	3	NÃO	21/4/1958
62	14	TEREZINHA CATARINA RIBEIRO DA SILVA		0	0	0	3	NÃO	29/11/1972
63	113	MARTA DA APARECIDA DOS SANTOS		0	0	0	2	NÃO	18/6/1976
64	92	MARIVONE MORAIS		0	0	0	2	NÃO	11/5/1979
65	108	JOSIANE DE FÁTIMA DA ROSA		0	0	0	2	NÃO	1/5/1980
66	11	CRISTIANA SALES SATLA		0	0	0	2	NÃO	8/6/1987
67	12	MARIZETE GOMES		0	0	0	1	NÃO	28/9/1984
68	8	JULIANA FERREIRA DE PAULA		0	0	0	0	NÃO	12/12/1986



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

### Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 3

### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Masculino)**

#### *Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	47	MARCO ANTONIO DE SOUZA	5	0	0	5	2	NÃO	7/4/1971
2	29	FABIANO DE JESUS	4	0	0	4	1	NÃO	10/11/1981
3	122	NELSON RIBEIRO DA SILVA PIRES	2	0	0	2	0	NÃO	4/9/1975
4	17	GILBERTO LUIZ KOMINKIEWICZ	1	0	1	0	1	NÃO	25/5/1974
5	115	FRANCISCO DE ASSIS PRATES	1	0	0	1	2	NÃO	23/7/1957

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 4**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS DOMINGUES"**  
Código: **4** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

***CrITÉrios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	55	CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI	10	2	4	4	0	NÃO	5/9/1963



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 5****EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "FAXINAL DOS DOMINGUES"**

Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***Critérios de Desempate***

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	90	RENICE PRATES	8	2	5	1	1	NÃO	19/8/1979





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

### Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 6

### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **III - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO “SÃO CRISTÓVÃO”**  
Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

#### *CrITÉrios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	41	NOELI PRATES SILVEIRA	12	2	5	5	0	NÃO	6/9/1959
2	15	EUNICE DE FATIMA DOS SANTOS	10	2	5	3	2	NÃO	11/10/1970



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

## Anexo Decreto nº 0378/2010 - Código 8

### EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

#### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL PARA INSCRIÇÃO "LAU MELLO"**  
Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminino)**

#### *CrITÉrios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	18	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ	5	0	5	0	1	NÃO	4/1/1979
2	104	IONI GEPFRICH DE MELLO	4	2	0	2	0	NÃO	3/12/1957
3	3	NELITA DAIANA MEURER	4	0	4	0	0	NÃO	28/11/1983
4	80	JOZIANE RIBEIRO DAMACENO	2	2	0	0	0	NÃO	8/12/1989
5	23	JACIRA DOS SANTOS		0	0	0	2	NÃO	27/9/1977

**Portaria Nº 2638/2010**

PORTARIA Nº 2.638 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado de Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de SIBELE GODOY CAMINSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 021.974.279-03, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 27 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2639/2010**

PORTARIA Nº 2.639, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ELIANE GERLACH, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 023.348.749-22, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SE-TOR, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2640/2010**

PORTARIA Nº 2.640, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 004, de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ARQUITETO, para atender excepcional interesse público, na área da Administração e Planejamento;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor RICARDO GHIZZI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 059.537.719-08, na função de ARQUITETO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de março de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2641/2010**

PORTARIA Nº 2.641, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 004, de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENGENHEIRO CIVIL, para atender excepcional interesse público, na área da Administração e Planejamento;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.330.749-36, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de março de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2642/2010**

PORTARIA Nº 2.642, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 026, de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENGENHEIRO CIVIL, para atender excepcional interesse público, na área da Administração e Planejamento;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ANDRE CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 760.940.909-00, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2643/2010**

PORTARIA Nº 2.643, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 010, de 22 de março de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor FRANCISCO DE ASSIS PRATES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 437.085.609-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2644/2010**

PORTARIA Nº 2.644, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 013, de 19 de abril de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor ITOR NUNES GONÇALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 430.271.999-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2645/2010**

PORTARIA Nº 2.645, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária nº 013, de 19 de abril de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JOSE SANTILIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 439.314.729-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2646/2010**

PORTARIA Nº 2.646, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 011 de 24 de março de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o contrato do servidor RUDE RICHTER, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 219.813.109-91, contratado em caráter temporário no cargo de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, por 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2647/2010**

PORTARIA Nº 2.647, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 013 de 19 de abril de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, para atender excepcional interesse público, na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor CIDINEI MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.980.349-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2648/2010**

PORTARIA Nº 2.648, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 018 de 19 de agosto de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público,

na área da Agropecuária e Meio Ambiente; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor JOÃO MARIA PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.624.729-20, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2649/2010**

PORTARIA Nº 2.649, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora SAMANDA GOMES FROZZA, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 009.451.609-09, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2650/2010**

PORTARIA Nº 2.650 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GISLAINA FABICHAK RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.508.969-42, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Instrução Normativa 001/2010

FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010

DISCIPLINA A CONCESSÃO E RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA E DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AOS ESTABELECIMENTOS DE EMPREGADORES E AOS ESCRITÓRIOS OU CONGÊNERES DOS AGENTES OU TRABALHADORES AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 608 DO DECRETO-LEI Nº 5452/43

O Secretário da Fazenda Pública do Município de Fraiburgo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 644 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, considerando as decisões prolatadas junto aos Mandados de Segurança nº 024.10.000020-0 e 024.10.004482-8, impetrados contra esta municipalidade,

#### RESOLVE:

Art. 1º. O Departamento de Tributos exigirá, para efeito de concessão ou renovação do alvará de licença para localização ou funcionamento, a prova da quitação da contribuição sindical para os estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nos exatos termos do artigo 608 da CLT.

Art. 2º. Poderá ser concedido o registro ou renovação de alvará à pessoa jurídica optante de regime especial de tributação, independentemente da apresentação da prova da quitação da contribuição sindical, desde que o Sindicato da classe a qual pertence, forneça declaração eximindo-a do recolhimento do tributo.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2010.  
OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Finanças

**Garopaba**

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei N.º 1.493/2010

LEI N.º 1.493, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AMA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE PARA ECOLOGIA O DESENVOLVIMENTO E O TURISMO SUSTENTÁVEIS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a AMA - Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente para ecologia o desenvolvimento e o turismo sustentáveis, com sede no município de Garopaba/SC.

Art. 2º. A entidade, mencionada no artigo primeiro, ficam assegurados todos os direitos e deveres decorrentes da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### Lei N.º 1.494/2010

LEI N.º 1.494, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
INSTITUI A POLÍTICA DE INCENTIVO AO USO DA BICICLETA NA CIDADE DE GAROPABA/SC.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores do Município de Garopaba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a política de incentivo ao uso da bicicleta no âmbito municipal.

Parágrafo Único. O incentivo ao uso da bicicleta, como forma de mobilidade urbana, tem por objetivo proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, por meio da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizado.

Art. 2º. A implementação da política de que trata esta Lei garantirá:

- I - O desenvolvimento de atividades relacionadas com o sistema de mobilidade cicloviária e de pedestres;
- II - A promoção de ações e projetos em favor de ciclistas, pedestres e cadeirantes, a fim de melhorar as condições para o deslocamento;
- III - A melhoria da qualidade de vida na cidade, por intermédio de ações que favoreçam a caminhar e o pedalar;
- IV - A eliminação de barreiras urbanísticas aos ciclistas e cadeirantes;
- V - A implementação de infra-estrutura cicloviária urbana, como ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas, bicicletários, e sinalização específica;
- VI - A integração da bicicleta ao sistema de transporte público existente;
- VII - A promoção de campanhas educativas voltadas para uso da bicicleta.
- VIII - A criação da semana da bicicleta, sempre no início da primavera, promovendo eventos esportivos de variadas modalidades e de recreação.

Art.3º. São objetivos desta Lei, entre outros:

- I - Possibilitar o aumento da consciência dos efeitos indesejáveis da utilização do automóvel nas locomoções urbanas;
- II - Possibilitar a redução do uso do automóvel nas viagens de curtas distâncias e aumento de sua ocupação;
- III - Estimular o uso da bicicleta como meio de transporte alternativo;
- IV - Criar atitude favorável aos deslocamentos cicloviários;
- V - Promover a bicicleta como modalidade de deslocamento urbano eficiente e saudável;
- VI - Estimular o planejamento espacial e territorial com base nos deslocamentos cicloviários e de cadeirantes;
- VII - Estimular o desenvolvimento de projetos e obras de infra-estrutura cicloviária;
- VIII - Implementar melhorias de infra- estrutura que favoreçam os deslocamentos cicloviários;
- IX - Incentivar o associativismo entre os ciclistas e usuários dessa





modalidade de transporte;  
X - Estimular a conexão com outras cidades, por meio de rotas seguras para o deslocamento ciclovitário, voltadas para o turismo e o lazer.

Art. 4º. Ações de implementação da política ciclovitária e do uso da bicicleta serão coordenadas pelo Poder Executivo, garantida a participação de usuários, representantes da sociedade civil organizada e profissionais com atuação nessa área.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá instituir campanha publicitária de educação para implementação da política ciclovitária, especialmente no que à aplicação de normas de uso da bicicleta.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a custas de dotações orçamentárias próprias e serão suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Decreto N.º 207/2010**

DECRETO N.º 207, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 39.313,99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 39.313,99 (trinta e nove mil e trezentos e treze reais e noventa e nove centavos) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 613,99  
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 613,99  
3.3.90.0.1.22.001003 - Aplicações Diretas 613,99

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 10.000,00  
23695512.029 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo 10.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 16.000,00  
2884500.063 - Contribuição ao PASEP 16.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 16.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 12.700,00  
10301251.072 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidade de Saude 12.700,00  
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 12.700,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 39.313,99 (trinta e nove mil e trezentos e treze reais e noventa e nove centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração

### **Resolução CMEG 06/2010**

Resolução CMEG 06/2010  
Estabelece diretrizes para a elaboração do projeto pedagógico

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que estabelece o art.12 da Lei 9394/96, os Arts. 4º e 5º da Lei 1116/2006, alínea a) do inciso III do art. 3º e inciso XI do art. 15 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo decreto 03/2010 e considerando o Parecer 03/2010 e Projeto de Resolução apresentado RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer diretrizes para a elaboração do projeto pedagógico no âmbito do sistema municipal de ensino de Garopaba.  
Art. 2º - O Projeto Pedagógico é o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa com a finalidade de orientar suas práticas para o fortalecimento de sua autonomia e construção do conceito de qualidade de ensino a ser promovido para atender às necessidades da comunidade em que está inserida.

Art. 3º - O Projeto Pedagógico é constituído a partir dos seguintes princípios:

I - Princípio da democratização do acesso e permanência do aluno;  
II - Princípio da relação escola-comunidade;  
III - Princípio da gestão democrática;  
IV - Princípio da autonomia da escola;  
V - Princípio da qualidade do ensino;  
VI - Princípio da organização curricular;  
VII - Princípio da valorização dos profissionais da educação.

Art. 4º - O processo de elaboração do Projeto Pedagógico deve considerar, dentre outros, os seguintes elementos constitutivos:

I - Diagnóstico Escolar;  
II - Papel da Escola;  
III - Proposta Curricular;  
IV - Organização escolar;  
V - Recursos financeiros;  
VI - Recursos Físicos;  
VII - Processo de Avaliação.

Par. 1º - A elaboração do Projeto Pedagógico deve ser coordenada por uma equipe escolhida pela comunidade escolar.

Par. 2º - O Projeto Pedagógico que deve ser enviado ao Conselho Municipal de Educação no prazo de até 180 dias a partir da publicação desta Resolução pode adotar o roteiro, em anexo.

Art. 6º - Esta Resolução entre em vigência na data de sua publicação na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Garopaba e/ou mural do Conselho Municipal de Educação de Garopaba.

João Pacheco de Souza  
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Garopaba

ANEXO  
ROTEIRO

1. Apresentação

Descrever as características da instituição de modo sucinto, seu histórico, origem e valores da clientela atendida, objetivo geral,

as expectativas educacionais para determinado período. É fundamental destacar NÚMEROS que demonstrem os resultados concretos obtidos pela escola nos últimos 04 (quatro) anos, (dados de repetência, evasão e relação idade/série) e as estratégias para recuperação dos alunos de baixo rendimento.

## 2. Papel da Escola

Posicionamento político-pedagógico dos docentes e profissionais da educação que, permeada pela fundamentação teórica e legal, definirá a intencionalidade da prática educativa, os objetivos e prioridades da escola, as ações a serem desenvolvidas e as pessoas ou segmentos que irão realizar as ações.

## 3. Proposta curricular

Objetivos, matriz curricular, conteúdos curriculares e sua adequação às diretrizes curriculares e padrões de qualidade; metodologia de ensino e sistema de avaliação ensino-aprendizagem relação alunos/docente; relação disciplina/docente.

## 4. Dimensão administrativa

Descrever:

- aspectos gerais da organização escolar;
- formação acadêmica e profissional do corpo docente e diretivo;
- condições de trabalho, inclusive o plano de valorização dos profissionais da educação;
- forma de atendimento aos alunos.
- Proposta de Avaliação Institucional.

## 5. Dimensão financeira

Descrever as alternativas de captação e aplicação dos recursos financeiros para melhorar a permanência do aluno na escola.

## 6. Dimensão física

Descrever:

- instalações gerais, biblioteca (espaço físico, acervo, serviços oferecidos);
- instalações, condições materiais e laboratórios específicos para, no mínimo, atender ao primeiro ano de funcionamento do(s) curso(s) proposto(s);
- condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- áreas de convivência e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais;
- local de alimentação e de oferta de serviços.

## 7. Metas, ações e responsáveis

Descrever:

- metas por dimensão;
- ações para atingir as metas;
- responsáveis pelas ações;
- período de desenvolvimento;
- resultado esperado;
- avaliação final.

## 8. Consolidação do Projeto Pedagógico

Aprovação em Assembléia Geral da Comunidade com aporte de assinaturas.

## **Resolução CMEG 08/2010**

RESOLUÇÃO CMEG 08/2010

ESTABELECE NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE REGIMENTO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 9.394/96, Lei nº 479/94, Lei 1116/06, inciso XI do art. 15 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de

Garopaba, resolve:

Art. 1º - Estabelecer normas para a elaboração do Regimento Escolar das instituições integrantes do sistema municipal de ensino de Garopaba.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, integram o Sistema Municipal de Ensino de Garopaba as instituições de ensino que oferecem a Educação Básica mantidas pelo poder público municipal e as de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Art. 2º O Regimento Escolar é o instrumento normativo que estabelece as competências internas da instituição de ensino, a organização administrativa, pedagógica e disciplinar, assim como as relações entre os diversos segmentos que constituem os públicos interno e externo.

§ 1º A redação do Regimento Escolar deve ser clara, sucinta, objetiva e de fácil compreensão, cabendo à instituição de ensino a definição da estrutura e os conteúdos nele abordados.

§ 2º Deve-se constituir em instrumento de liberdade, requisito de equilíbrio e justa medida do exercício da autonomia, da participação e da criatividade da instituição de ensino.

§ 3º Devem-se observar as determinações prescritas na legislação educacional, no Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação trabalhista e demais legislações pertinentes.

§ 4º Deve ser elaborado por representantes da comunidade escolar e levado em assembléia geral para discussão, com participação do diretor da instituição de ensino, dos professores e funcionários, dos pais ou responsáveis e dos alunos matriculados maiores de 14 anos de idade.

Art. 3º O Regimento Escolar deve originar-se da Proposta Pedagógica, conferindo-lhe embasamento legal, incorporando no processo da elaboração, os aspectos legais pertinentes, as inovações propostas pelo sistema de ensino e as decisões exclusivas da instituição de ensino no concernente à estrutura e funcionamento.

§ 1º Deve-se observar que a autonomia de elaboração da Proposta Pedagógica representa para a instituição de ensino a possibilidade de revelar a compreensão própria das finalidades da tarefa educativa numa sociedade democrática e o compromisso da instituição de ensino em executá-la.

§ 2º Conforme conveniência da instituição de ensino, em qualquer época, a Proposta Pedagógica poderá ser alterada, devendo, neste caso, o Regimento Escolar adequar-se às alterações introduzidas.

Art. 4º O Regimento Escolar e suas respectivas alterações, de existência obrigatória na instituição de ensino, deve ser aprovado:

- I - pela Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de instituição de ensino, mantida pelo poder público municipal;
- II - pela mantenedora da instituição de ensino, quando mantida pela iniciativa privada.

§ 1º O Regimento Escolar aprovado deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação/CME, para conhecimento.

§ 2º A instituição de ensino pode, em qualquer época, proceder a alteração de seu Regimento Escolar, com vigência a partir da data de aprovação desse Regimento.

§ 3º A instituição de ensino será responsável pelos termos contidos no Regimento Escolar para todos os fins.

§ 4º Para efeito jurídico-educacional, o Regimento Escolar é elemento normatizador da instituição de ensino.

Art. 5º A instituição de ensino deverá providenciar cópias do Regimento Escolar e da Proposta Pedagógica, à disposição da clientela escolar, na biblioteca, secretaria escolar, direção, sala dos professores e nos demais serviços existentes na instituição de ensino.

Art. 6º O Regimento Escolar é organizado em Títulos e Capítulos, sendo os últimos divididos em Seções, dependendo das

necessidades.

§ 1º O conteúdo é distribuído em artigos, subdivididos, quando for o caso, em incisos e/ou parágrafos, podendo o inciso ser subdividido em alíneas e estas em itens.

§ 2º Os artigos são numerados em sequência, do princípio ao fim do Regimento, apresentados pela expressão "Art.", iniciando-se o texto com letra maiúscula e encerrando com ponto, salvo os casos que contiverem os incisos, quando deverá terminar por dois-pontos.

§ 3º A indicação de artigo será separada do texto por um espaço em branco, sem traços ou outros sinais.

§ 4º Os artigos e parágrafos serão apresentados por numerais ordinais até o 9º, e do artigo e parágrafo dez em diante usa-se numeral cardinal, acompanhado de ponto.

§ 5º Os parágrafos são apresentados pela expressão "Parágrafo único" ou pelo símbolo §, quando se tratar de mais de um parágrafo, tendo, neste caso, a numeração reiniciada em cada artigo que os contiver.

§ 6º O texto deve iniciar com letra maiúscula e encerrar-se com ponto, salvo se for desdobrado em alíneas, caso em que deverá findar com dois-pontos.

§ 7º O inciso serve para divisão imediata do artigo e deve ser designado por algarismo romano, seguido de hífen e iniciado por letra minúscula, exceto se a primeira palavra for própria.

§ 8º Os incisos são pontuados com ponto-e-vírgula, exceto o último, que se encerra em ponto; aquele que contiver desdobramento em alíneas encerra-se com dois-pontos.

§ 9º As alíneas são os desdobramentos dos incisos ou dos parágrafos, e deverão ser grafadas com letra minúscula, em ordem alfabética sequencial, seguida de parênteses de fecho.

§ 10 Quando houver a necessidade de desdobramento de alíneas, os números deverão ser grafados em algarismos arábicos, seguidos de ponto, e o texto termina com ponto-e-vírgula, salvo o último que deverá ser encerrado por ponto.

§ 11. O Regimento Escolar tem suas folhas numeradas por números cardinais e um índice dos assuntos, em conformidade com sua organização e paginação.

Art. 7º Quando da instrução de processos referentes ao Credenciamento e Autorização de Funcionamento de instituição de ensino, deverá ser anexado o Regimento Escolar, devidamente aprovado.

Art. 8º Dos atos que denegarem aprovação ao Regimento Escolar, ou alterações regimentais, cabe recurso ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º As normas regimentais são de cumprimento obrigatório, nos termos da lei.

Art. 10 - As Instituições integrantes do sistema municipal de ensino que já tem o seu regimento devem fazer a sua adequação a esta resolução no prazo de cento e oitenta (180) dias e as instituições que ainda não tem o seu regimento devem proceder a sua elaboração no mesmo prazo.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba/SC, 10 de junho de 2010.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Garopaba

### **Resolução CMEG Nº. 05/2010**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GESTÃO 2009/2011

Resolução CMEG Nº. 05/2010

Fixa normas para a autorização de funcionamento, credenciamento, avaliação, supervisão, mudança de sede e de denominação de instituições educacionais integrantes do sistema municipal de ensino.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos incisos IV, V, VI e VII do art. 2º e parágrafo único do art. 4º da Lei 1116 de 2006, dos incisos XIII e XIV do artigo 6º da Lei 1347 de 2009, no inciso VI do artigo 3º, no inciso I do artigo 12 e nos incisos VI e XI, do art. 15 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo decreto 003/2010, e tendo em vista, o parecer e o projeto de resolução apresentado RESOLVE:

Art. 1º - Fixar normas para a autorização, credenciamento, avaliação, supervisão, mudança de sede e de denominação de instituições educacionais integrantes do sistema municipal de ensino.

### **CAPITULO I**

#### **Da Autorização, Avaliação e Recurso**

#### **Seção I**

##### **Da Autorização**

Art. 2º - A autorização é o ato pelo qual se concede o credenciamento para o funcionamento de instituições educacionais integrantes do sistema municipal de ensino.

Art. 3º - O pedido de autorização de funcionamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido ao Prefeito Municipal subscrito pelo representante legal do (a) mantenedor (a);

II - Identificação do (a) mantenedor (a) e da Unidade Escolar com endereço completo;

III - Aspectos Pedagógicos:

a) cópia do Projeto Pedagógico nos termos da Resolução própria do Conselho;

b) relação do corpo docente, diretivo e técnico-pedagógico com as respectivas comprovações de habilitação, de acordo com os artigos 62 e 64 da Lei 9394/96;

c) relação do acervo bibliográfico específico para o curso pretendido, equipamentos e materiais de laboratórios;

d) descrição dos procedimentos de registro escolar e do controle de identificação de alunos;

IV - Aspectos Físicos:

a) comprovação de propriedade, mediante certidão de Registro do imóvel ou contrato de sua locação ou cessão de uso;

b) planta baixa dos espaços e dependências, comprovando atendimento às especificações técnicas e legais;

c) memorial descritivo das condições físicas, ambientais e mobiliárias para a implantação pretendida, com dependências existentes e/ou projetos de ampliação, destacando: salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas-ambiente, área para atividade esportiva, recreação e lazer e dependências administrativas;

d) meios de acesso e permanência aos alunos portadores de necessidades especiais;

e) laudos técnicos expedidos pelos órgãos de Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros e Alvará Municipal de funcionamento, comprovando as condições adequadas do imóvel para os fins educacionais.

Par. 1º - As instituições privadas deverão comprovar o registro do (a) mantenedor (a) do estabelecimento junto ao Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial do Estado e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e instruir certidão negativa do cartório de distribuição pertinente com validade na data da apresentação do pedido.

Par. 2º - Além do previsto no parágrafo anterior, as instituições privadas deverão apresentar documentação que possibilite verificar a capacidade de autofinanciamento e prova de idoneidade econômico-financeira da entidade mantenedora e de seus sócios.

Art. 3º - Recebido o pedido de autorização a Secretaria Municipal de Educação deverá exarar relatório de verificação prévia, a partir

da data do pedido de autorização pela instituição educacional.

Par. 1º - O Secretário Municipal de Educação deve encaminhar o processo de pedido de autorização acompanhado do relatório de verificação prévia.

Art. 4º - O Presidente tomará as providências para a tramitação e deliberação do processo no âmbito do Conselho Municipal de Educação.

## SEÇÃO II

### Da Avaliação

Art. 5º - A avaliação é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação verifica as condições de oferta dos níveis e/ou modalidades de educação devidamente autorizados a funcionar.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Educação avaliará, obrigatoriamente, até o final do quinto ano de funcionamento o nível e/ou modalidade e autorizará, a partir desta Resolução.

Art. 7º - Cabe ao Conselho Municipal de Educação definir, através de instrumento próprio, os padrões de qualidade a serem observados na avaliação das instituições educacionais.

Art. 8º - Identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a seis meses, haverá reavaliação.

Parágrafo Único - Constatada a permanência das deficiências e irregularidades resultará na suspensão temporária ou desativação do nível ou modalidade.

## SEÇÃO III

### Do Recurso

Art. 9º - Negada ou revogada a autorização, o (a) mantenedor (a) poderá recorrer da decisão fundamentando o pedido com novos fatos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da respectiva publicação da decisão.

## Capítulo II

### Da Mudança de Sede e Denominação de Mantenedor

Art. 10 - A mudança de mantenedor (a) e/ou sede deverá ser submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação, através de processo, assim instruído:

I - Quanto à Mudança de Mantenedor (a):

a) atender ao dispositivo nos incisos I, II e alínea "a" dos incisos III e IV do artigo 3º da presente Resolução;

b) previsão orçamentária do estabelecimento para a manutenção do ensino pretendido;

c) cópia da documentação do ato jurídico que legalizou a transferência;

d) relação dos níveis de ensino em funcionamento com cópias dos atos de autorização que integrarão a nova mantenedora;

II - Quanto à mudança de sede o (a) mantenedor (a) deverá atender o disposto nos incisos I, II e IV do artigo 3º desta Resolução;

III - Quanto à mudança de denominação o (a) mantenedor (a) deverá oficializar ao Conselho Municipal de Educação e aos demais órgãos competentes.

## CAPÍTULO III

### Da Desativação

Art. 11 - Desativação é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação determinará a paralisação temporária ou definitiva, total ou parcial de unidade escolar e/ou curso autorizado, constatada a inobservância do artigo 209 da Constituição Federal e do artigo 7º, inciso II, da Lei 9394/96.

Parágrafo Único - Do ato de desativação definitiva, caberá pedido de reconsideração à autoridade que o determinar, dentro do prazo de sessenta dias, a partir da publicação.

Art. 12 - A desativação das atividades educacionais dos estabelecimentos educacionais ou de cursos de níveis e/ou modalidades,

autorizados a funcionar poderá ocorrer:

I - por decisão da entidade mantenedora, entendida como desativação voluntária;

II - por determinação da autoridade competente, entendida como desativação compulsória.

Parágrafo Único - A desativação das atividades, em ambas as formas previstas neste artigo, poderá ocorrer em caráter:

I - temporário ou definitivo;

II - parcial, quando se tratar de curso, de série ou período e de modalidade;

III - total, quando se tratar de estabelecimento.

Art. 13 - A desativação voluntária dar-se-á a partir da decisão do (a) mantenedor (a) que encaminhará, no prazo prévio de 6 (seis) meses, processo próprio ao Conselho Municipal de Educação, instruído de:

I - justificativa;

II - cronograma de desativação;

III - descrição dos procedimentos relativos à continuidade da oferta regular de ensino até a desativação;

IV - comprovação de regularidade de escrituração e arquivo através de termo de responsabilidade firmado pela autoridade competente;

V - cópia da ata da reunião de comunicação aos alunos, pais ou responsáveis quanto à desativação.

Art. 14 - A desativação compulsória dar-se-á quando constatado a inobservância dos preceitos estabelecidos no inciso II, do artigo 209 da Constituição Federal e inciso II, do artigo 7º da Lei 9394/96.

Parágrafo Único - A desativação compulsória:

I - será aplicada pela autoridade competente, mediante parecer aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação;

II - O Parecer referido no inciso anterior tomará por base as informações contidas no relatório de verificação, exarado por Comissão especialmente constituída para esta finalidade.

Art. 15 - São competentes para aplicar a pena da desativação compulsória:

I - O Conselho Municipal de Educação quando se tratar de desativação parcial e temporária;

II - O Prefeito municipal quando se tratar de desativação definitiva seja parcial ou total;

III - Ministério Público.

Par. 1º - No caso de desativação temporária de um determinado curso, série ou modalidade, a documentação ficará sob a guarda da unidade escolar.

Par. 2º - No caso de desativação definitiva, a documentação escolar será encaminhada à Secretaria de Educação para efeito de arquivamento.

Art. 16 - Durante o período de desativação temporária de curso, série ou modalidade, o (a) mantenedor (a) poderá requerer à autoridade competente, a reativação do curso mediante a autorização anteriormente concedida, desde que não ultrapasse 2 (dois) anos.

## Capítulo IV

### Da supervisão

Art. 17 - A supervisão corresponde ao acompanhamento sistemático do funcionamento das unidades escolares integrantes do sistema municipal de ensino e será exercida pela

secretaria municipal de educação a quem cabe zelar pela observância da legislação educacional e das decisões do Conselho Municipal de Educação.

## Capítulo V

### Das Disposições Finais

Art. 18 - Os processos que tratam de autorização de cursos em instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino deverão ser protocolados na secretaria Municipal de Educação.

Art. 19 - As instituições educacionais autorizadas anteriormente a



esta Resolução ficam sujeitas ao processo de avaliação previsto na Seção II, do capítulo I, desta Resolução.

Parágrafo Único - As instituições educacionais em funcionamento e que não dispõem de ato de autorização deverão protocolar processo para a sua obtenção no prazo de até 1 (um) ano após a publicação desta Resolução.

Art. 20 - Os casos omissos e excepcionais serão analisados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 21 - esta Resolução entre em vigência após a homologação do Prefeito e sua publicação no mural do Conselho Municipal de Educação e ou Diário Oficial dos Municípios.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Garopaba

### **Resolução CMEG03/2010**

RESOLUÇÃO CMEG03/2010

Fixa calendário das reuniões ordinárias do Plenário e das Comissões Permanentes

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GAROPABA, no uso de suas atribuições, de acordo com art. 10 da Lei 479/2004, do par. 2º do art. 7º da Lei 1347/2009, do art. 33 e do inciso XI do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação homologado pelo dec. 03/2010 e tendo em vista a deliberação do Plenário, RESOLVE:

Art. 1º - O calendário de reuniões ordinárias do Plenário do Conselho Municipal de Educação de Garopaba para o ano de 2010 ocorrerá na primeira quarta-feira de cada mês, a partir das 18,30 horas, em local definido em cada convocação.

Art. 2º - O calendário de reuniões ordinárias das Comissões Permanentes ocorrerá na terceira quarta-feira de cada mês.

Par. Único - O horário das reuniões de cada Comissão será definido em comum acordo entre os respectivos presidentes.

Art. 3º - Esta Resolução entre em vigência após a sua publicação no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Garopaba e no mural do Conselho Municipal de Garopaba.

JOÃO PACHECO DE SOUZA

Presidente

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.109**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 33/2010; Processo nº. 109/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: CPR Informática; Objeto: O presente aditivo tem por objeto acrescentar a Ata Registro de Preço nº. 33/2010, de 06/10/2010, o valor de R\$ 1.323,31 (hum mil trezentos e vinte e três reais e trinta e um centavos), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 08/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.111**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 17/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 10/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.111 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 09/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 10/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.25**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 18/2010; Processo nº. 25/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Resamb Reciclagem e Limpeza Ambiental Ltda. - EPP.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.28**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 10/2010; Processo nº. 28/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Wania Kalas Torraca; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.57**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 34/2010; Processo nº. 57/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: A. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda. Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 34/2010, de 21/06/2010 o valor de R\$ 197.220,72 (cento e noventa e sete mil duzentos e vinte reais e setenta e dois centavos), referente ao aumento quantitativo do objeto licitado, visando melhor atender o interesse público da contratação, conforme especificações constantes no ofício encaminhado pela Secretaria de M. Planejamento Territorial e Meio Ambiente, deste município; Data da Assinatura: 08/12/2010.

### **Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.05 fms**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 01/2009; Processo nº. 05/2009; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Maria Aparecida de Souza Marcon; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.28 fms**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 10/2010; Processo nº. 28/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Wania Kalas Torraca; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.29**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 20/2010; Processo nº. 29/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Josimar Santino de Assis; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 02.Proc.57**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 34/2010; Processo nº. 57/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: A. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda. Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra por 30 dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, deste município; Data da Assinatura: 17/12/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 03.Proc.47**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 67/2008; Processo nº. 47/2008; Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Garopaba - IPREGOBA; Contratada: Krause Consultores Associados S/S Ltda.; Objeto: Fica prorrogado até 30/05/2011, a contar de 01 de janeiro de 2011, o prazo contratual firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, referente ao Contrato nº. 2-2008 - 67/2008, de 30/05/2008, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICO-PREVIDENCIÁRIA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**Aviso de Extrato de Termo Aditivo 03.Proc.49**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 28/2009; Processo nº. 49/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Florentino Manoel Pereira; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2011 até 31/12/2011; Data da Assinatura: 15/12/2010.

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA MUNICIPAL****Extratos de Contrato 133-2010 Construtora de Angelo**

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 133/2010.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: CONSTRUTORA DE ANGELO LTDA-EPP. OBJETO: Contratação de empresa para construção com fornecimento de material da unidade básica de saúde em Palmas, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária.. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 12/06/2011. VALOR: R\$ 260.583,15 (Duzentos e sessenta mil quinhentos e oitenta e três reais e quinze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos, 15 de dezembro de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

**Guaramirim****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Aditivo Contrato 44/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SECRETARIA DESENV. SOCIAL

Processo 03/2010

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 44/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Contratada: ERALDO DIAS ME

Objeto: Fica aditivado o Contrato nº. 44/2010 do processo licitatório nº. 03/2010( Aquisição Leite em PÓ ), no valor de R\$ 1.492,50 ( Hum mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos ).

Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Eraldo Dias

Guaramirim-SC, 30 de novembro de 2010

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 174/2010**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 174/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratada: S R IND. E COM. DE BOLSAS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 4000 ( QUATRO MIL ) MOCHILAS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO).

Valor: R\$ 74.000,00 ( Setenta e quatro mil reais )

Vigência: INÍCIO: 27/08/2010 TÉRMINO: 31/12/2010

Licitação: Convite nº 111/2010





Guaramirim-SC, 03 de Setembro de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 197/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 197/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
Contratada: EMMENDORFER COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Valor: R\$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais)  
Vigência: INÍCIO: 25/11/2010 TÉRMINO: 31/12/2010  
Licitação: Pregão Presencial nº 147/2010

Guaramirim-SC, 21 de dezembro de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 198/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 198/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
Contratada: SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA,  
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Valor: R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)  
Vigência: INÍCIO: 25/11/2010 TÉRMINO: 31/12/2010  
Licitação: Pregão Presencial nº 147/2010

Guaramirim-SC, 21 de dezembro de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

**Extrato Empenhos Processo 130/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO  
EXTRATO EMPENHO  
PREGÃO 130/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: CONSERV DE MUSICA ICLEIA F. DELLAGIUSTINA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A CASA DA CULTURA .  
Valor: R\$ 7.413,00 ( Sete mil quatrocentos e treze reais )  
Vigência: INÍCIO: 01/10/2010 TÉRMINO: 31/12/2010 Licitação:  
Pregão Presencial nº. 130/2010 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Vitor Hugo Dellagiustina  
EMPENHO Nº 8065 - 8066

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: Mauricio Machado de Souza e Cia Ltda ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A CASA DA CULTURA .  
Valor: R\$ 15.210,00 ( Quinze mil duzentos e dez reais )  
Vigência: INÍCIO: 01/10/2010 TÉRMINO: 31/12/2010 Licitação:  
Pregão Presencial nº. 130/2010 Signatários: pelo Contratante,

Nilson Bylaardt e, pela contratada : Cléberson José Pavi  
EMPENHO Nº 8067 - 8068

Guaramirim, 01 de Outubro, 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

## Herval do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Portaria Nº 923/2010**

PORTARIA Nº 923/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Alterar a redação da Portaria Nº. 115/1999, a qual Concede Licença Prêmio ao Servidor HERCULANO MARTINS (Matr. 188), onde se lê: referente ao período aquisitivo de 18 de abril de 1990 a 17 de abril de 1995, leia-se: referente ao período de 04 de agosto de 1987 a 03 de agosto de 1992.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 20 de Dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 924/2010**

PORTARIA Nº 924/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio, ao servidor HERCULANO MARTINS, (Matr. 188), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/J, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79, e seus parágrafos, da Lei Complementar Nº. 191/2005, referente ao período aquisitivo de 04 de agosto de 1992 a 03 de agosto de 1997, para serem gozadas a partir de 20 de dezembro de 2010 a 20 de março de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 20 de Dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 926/2010**

PORTARIA Nº 926/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Retorno ao Trabalho a partir de 20 de dezembro de 2010, à Servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO, (Matr. 1523), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora - Readaptada, Nível/Referência - 6/E, do anexo III, 40 horas semanais, para exercer suas atividades na Secretaria de Educação, junto à Biblioteca Pública Municipal. Sendo que seu Regime de Trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 20 de Dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 927/2010**

PORTARIA Nº 927/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 03 de dezembro de 2010, por prazo indeterminado, à Servidora LUCIANE APARECIDA FERRARI (Matr. 2827), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 065/2010**

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 00125/2010  
Pregão nº 0038/2010  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratada: Sperandio Máquinasd e Equipamentos Ltda.  
Objeto : Aquisição de dois tratores Agrícolas zero Km ano 2010  
Valor: R\$ 139.400,00 (cento e trinta e nove mil e quatrocentos reais),  
Dotação Orçamentária: Conta: 09.0901.20.601.0028.1009. LOA nº 2764/2009.  
Recursos Financeiros : Convênio e Contrapartida Municipal

Herval d'Oeste, em 17 de dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

SALMIR CARDOSO CRISTIANO  
Contatada

**Extrato de Contrato Nº 066/2010**

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 00128/2010  
Tomada de Preços nº 0011/2010  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
Contratada: Construlacer Comércio e Construções Lacerdópolis Ltda.

Objeto : Construção Unidade Básica de Saúde Bairro São Jorge  
Valor: R\$ 236.331,48 (Duzentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos),  
Dotação Orçamentária: Conta: 10.1001.10.301.0032.2037-. LOA nº 2764/2009.  
Recursos Financeiros : Próprios e repasse Federal

Herval d'Oeste, em 17 de dezembro de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor FMS

ELSON LEONI CHAVES  
Construlacer

**Termo Aditivo Nº 0011/2010, de 17 de Dezembro de 2010**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"  
CNPJ/MF:82.939.430/0003-08  
TERMO ADITIVO Nº 0011/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Adair José Ceron, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, portador do CPF nº 400.687.069-87, resolve por este instrumento, PRORROGAR os contratos abaixo referidos pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Proc. Licit.	Modalidade	Nº Contrato	Contratada
0031/2010	Inexig. 0003/2010	0016/2010	HUST
0100/2010	Pregão 0031/2010	0059/2010	Auto Volks
0106/2010	Inexig. 0017/2010	TC 0010/2010	Clinica Femina
0098/2009	Dispensa 0029/2009	0014/2009	Vivo S.A
0041/2008	Inexig. 0003/2008	0001/2008	Cunha e Cunha Serv. Médicos
0117/2007	Inexig. 0013/2007	TC 0001/2008	Consórcio Interm. De Saúde.
0123/2007	Inexig. 0014/2007	0017/2007	SIIM - Serviços de Imagens.
0053/2007	Inexig. 0008/2007	0006/2007	HUST
0107/2006	Inexig. 0012/2006	0063/2006	CEPAC
0069/2006	Inexig. 0005/2006	0049/2006	Hospital São Roque
0067/2006	Inexig 0003/2006	0046/2006	Laboratório Pasteur

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todos os demais itens e cláusulas dos Contratos acima referidos e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor do FMS  
CPF: 400.687.069-87

Testemunhas:  
DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0012/2010, de 17 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"  
CNPJ/MF:12.816.323/0001-37  
TERMO ADITIVO Nº 0012/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Quênia Brinckmann, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, portadora do CPF nº 008.744.639-12, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0029/2010, referente ao Processo Licitatório nº 0057/2010, Dispensa de Licitação nº 0019/2010, com a Empresa Comércio e Transportes Giusti Ltda, inscrita no CNPJ nº 83.414.342/0001-85, pelo período de 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

#### **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.  
QUÊNIA BRINCKMANN  
Gestor do FMAS  
CPF: 008.744.639-12

Testemunhas:  
DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0013/2010, de 17 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"  
CNPJ/MF:82.939.430/0001-38  
TERMO ADITIVO Nº 0013/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR os contratos abaixo referidos pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Proc. Licit.	Modalidade	Nº Contrato	Contratada
0037/2010	Convite 0010/2010	0019/2010	Alexsandra dos Santos ME
0044/2010	Inexigibilidade 05/2010	0020/2010	Epagri
0052/2010	Dispensa 0018/2010	0022/2010	Limger Sist. Segurança Ltda

0090/2010	Dispensa 0027/2010	0042/2010	Limger Sist. Segurança Ltda
0092/2010	Convite 0018/2010	0049/2010	CPL
0081/2010	Inexigibilidade 13/2010	TC 0004/2010	Aline Andrés ME
0080/2010	Inexigibilidade 12/2010	TC 0005/2010	Luciano Justi ME
0079/2010	Inexigibilidade 11/2010	TC 0006/2010	Jacilda Aurora Zago Schmitt ME
0071/2009	Dispensa 0021/2009	0001/2009	Alessio e Heberle Sistema Ltda
0079/2009	Tomada Preço 07/2009	0045/2009	ARG Industrial Ltda
0034/2009	Inexigibilidade 01/2009	0017/2009	Liz Serviços On Line
0088/2008	Convite 0024/2008	0070/2008	L.G.C.R Comperv
0131/2006	Pregão 0034/2006	0001/2007	Vivo S.A
0033/2006	Convite 0014/2006	0047/2006	FAEE Suprim. Loc. Sistemas

Parágrafo único - Fica desde já estabelecido que se no decurso do ano ocorrer o encerramento do limite de valor previsto para a modalidade de licitação objeto dos contratos acima referidos, os mesmos serão encerrados pela Contratante sem qualquer ônus a nenhuma das partes.

#### **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todos os demais itens e cláusulas dos Contratos acima referidos e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:  
DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0014/2010, de 17 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"  
CNPJ/MF:82.939.430/0001-38  
TERMO ADITIVO Nº 0014/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR os contratos abaixo referidos pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 30 de Abril de 2011.

Proc. Licit.	Modalidade	Nº Contrato	Contratada
0069/2010	Pregão 0021/2010	0043/2010	Agro Máquinas Luzerna
0069/2010	Pregão 0021/2010	0044/2010	Agriculte

0069/2010	Pregão 0021/2010	0045/2010	Silva Máquinas Agrícolas
0069/2010	Pregão 0021/2010	0046/2010	Industrial Agrícola Chiumento
0115/2010	Tom. Preço 0007/2010	0060/2010	Viga Pavimentações e Obras

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todos os demais itens e cláusulas dos Contratos acima referidos e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

DAIANE LORINI

CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

**Termo Aditivo Nº 0015/2010, de 17 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"

CNPJ/MF: 82.939.430/0001-38

TERMO ADITIVO Nº 0015/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0083/2007, referente ao Processo Licitatório nº 0121/2007, Modalidade de Concorrência nº 0004/2007, com a Empresa Tucano Obras e Serviços Ltda, pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - Será concedido reajuste ao Contrato acima citado, no aporte de 10,27% (Dez virgula vinte e sete por cento). Este reajuste é concedido com base na Lei Federal 8.666, que institui o índice IGPM para reajuste de contratos, conforme cláusula do contrato original.

Item	Serviços	Unid.	Valor Atual	Taxa IGPM	Valor c/ Reajuste
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos.	Ton/mês	R\$ 86,42	10,27%	R\$ 95,29
02	Disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais com operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário.	Ton/mês	R\$ 63,15	10,27%	R\$ 69,63

03	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde.	Ton/mês	R\$ 1.999,12	10,27%	R\$ 2.204,42
----	---	---------	--------------	--------	--------------

Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011. Podendo receber novo reajuste somente após o término deste prazo.

Cláusula Segunda - O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

Cláusula terceira - Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido que não foram modificadas por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

JAIME JOSÉ D'AGOSTINI

Sócio

CPF: 469.381.689-20

Testemunhas:

DAIANE LORINI

CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

**Termo Aditivo Nº 0016/2010, de 17 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"

CNPJ/MF: 82.939.430/0003-08

TERMO ADITIVO Nº 0016/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Adair José Ceron, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, portador do CPF nº 400.687.069-87, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0064/2006, referente ao Processo Licitatório nº 0101/2006, Modalidade de Convite nº 0045/2006, com a Empresa Inovadora Sistemas de Gestão, pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - Será concedido reajuste ao Contrato acima citado, no aporte de 10,27% (Dez virgula vinte e sete por cento). Este reajuste é concedido com base na Lei Federal 8.666, que institui o índice IGPM para reajuste de contratos, conforme cláusula do contrato original.

O valor do contrato que era de R\$ 615,54 (Seiscentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, com o reajuste passa a ser de R\$ 678,75 (seiscentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos) mensais.

Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011, prazo em que se encerra a validade para renovação do Contrato entre as partes.

Cláusula Segunda - O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

Cláusula terceira - Todos os demais itens e cláusulas do Contrato



acima referido que não foram modificadas por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 17 de Dezembro de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor do FMS  
CPF: 400.687.069-87

ANA CRISTINA LINK  
Gerente Administrativa  
CPF: 774.833.599-00

Testemunhas:

DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0017/2010, de 21 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"  
CNPJ/MF: 82.939.430/0003-08  
TERMO ADITIVO Nº 0017/2010, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Adair José Ceron, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, portador do CPF nº 400.687.069-87, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0005/2010, referente ao Processo Licitatório nº 0009/2010, Inexigibilidade 0001/2010, com a Empresa Inovadora Sistemas de Gestão, pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - Será concedido reajuste ao Contrato acima citado, no aporte de 10,27% (Dez virgula vinte e sete por cento). Este reajuste é concedido com base no Decreto Municipal nº 2866/2010, que institui este índice como sendo o oficial adotado pelo Município para o exercício de 2011. O valor do contrato que era de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais, com o reajuste passa a ser de R\$ 937,30 (novecentos e trinta e sete reais e trinta centavos) mensais. Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011. Conforme contrato um novo reajuste somente poderá ocorrer após 12 meses.

Cláusula Segunda - O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

Cláusula terceira - Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido que não foram modificadas por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 21 de Dezembro de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor do FMS  
CPF: 400.687.069-87

ANA CRISTINA LINK  
Gerente Administrativa  
CPF: 774.833.599-00

Testemunhas:

DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0018/2010, de 21 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"  
CNPJ/MF: 82.939.430/0003-08  
TERMO ADITIVO Nº 0018/2010, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Adair José Ceron, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, portador do CPF nº 400.687.069-87, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0001/2009, referente ao Processo Licitatório nº 0017/2009, Modalidade de Dispensa de Licitação nº 0007/2009, com Ivam Rover, Corretor de Imóveis, inscrito no CRECI/SC nº 8986-f, portador do CPF nº 346.109.369-68, pelo período compreendido entre 01 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011.

Cláusula Primeira - Será concedido reajuste ao Contrato acima citado, no aporte de 10,27% (Dez virgula vinte e sete por cento). Este reajuste é concedido com base no Decreto Municipal nº 2866/2010, que institui este índice como sendo o oficial adotado pelo Município para o exercício de 2011. O valor do contrato que era de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) mensais, com o reajuste passa a ser de R\$ 1.654,05 (Hum mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos) mensais.

Cláusula Segunda - O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

Cláusula terceira - Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido que não foram modificadas por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 21 de Dezembro de 2010.  
ADAIR JOSÉ CERON  
Gestor do FMS  
CPF: 400.687.069-87

IVAM ROVER  
Corretor de Imóveis  
CPF: 346.109.369-68

Testemunhas:  
DAIANE LORINI  
CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

### **Termo Aditivo Nº 0019/2010, de 21 de Dezembro de 2010.**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE  
Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE"  
CNPJ/MF: 82.939.430/0001-38  
TERMO ADITIVO Nº 0019/2010, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nelson Guindani, Prefeito, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve por este instrumento, PRORROGAR o Contrato nº 0021/2010, referente ao Processo Licitatório nº 0038/2010, Convite nº 0011/2010, com a Empresa Luzerna Instalações Elétricas Ltda ME, inscrita no CNPJ nº 07.336.749/0001-53, pelo período de

01 de Janeiro de 2011 até 30 de Abril de 2011.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato acima referido e que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 21 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

DAIANE LORINI

CPF: 004.534.269-56

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

#### Ordem de Serviço Nº 018/2010 de 20 de Dezembro de 2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0101/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: E. U. ESPAÇO URBANO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C .

ORDEM DE SERVIÇO Nº 018/2010 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e RICARDO JOSÉ NODARI, Gestor do Fundo Municipal de Habitação, no uso de suas atribuições, autorizam a empresa E. U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C, a iniciar as atividades de assessoria e consultoria para, para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS.

Localização: Todo o território do município de Herval d'Oeste (SC)  
Características: Conforme Termo de Referência, envolvendo recursos humanos, logística, equipamentos de trabalho e mecanismos de participação popular por meio de realização de oficinas, seminários, audiências ou consultas públicas.  
Prazo de Conclusão: 6 meses (180 dias)

HERVAL D'OESTE (SC) 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

RICARDO JOSÉ NODARI

Gestor do Fundo Municipal de Habitação

FÁTIMA MARIA FRANZ HERMES

E. U. Consultoria e Planejamento S/C

### IPREVI/HO

#### Resolução - Concessão de Aposentadoria de Américo Chaves

RESOLUÇÃO Nº 014/2010

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO

SERVIDOR AMÉRICO CHAVES."

DIVO PEDRO PALUDO, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pelo servidor Américo Chaves em 24.11.2010;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 645/2010, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 898 de 01.12.2010;

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003 e nos termos do artigo 35 da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor Américo Chaves, ocupante do Cargo de Provento Efetivo de Agente Operacional, Nível - 2, Referência "K", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 01 de dezembro de 2010;

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 29 de novembro de 2010.

JAQUELINE RAZERA DIVO PEDRO PALUDO

Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

#### Resolução de Homologação do Resultado das Eleições IPREVI-HO 2010

RESOLUÇÃO Nº 017/2010

"HOMOLOGA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE - MANDATO 2011 / 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME PREVISTO NA LEI Nº 0179/2005 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES."

DIVO PEDRO PALUDO, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto no art. 23 da Lei Complementar nº 0179/2005;

Considerando o Edital de Convocação IPREVI-HO nº 003 de 08.11.2010;

Considerando as Resoluções IPREVI-HO nº 015 de 06.12.2010.

RESOLVEM:

Art. 1º - Registrar o resultado do processo de escrutínio dos votos oriundos do processo de eleições diretas com urnas lacradas itinerantes, deflagrado diante da presença da Diretoria Executiva, Conselheiros, Candidatos e Segurados de um modo geral, cujos procedimentos foram registrados no Livro Geral de Atas sob o nº 102 de 10.12.2010;

Art. 2º - Arquivar as documentações pertinentes ao processo eleitoral e complementares junto dos assentamentos oficiais do Instituto para consulta e/ou conferência a qualquer tempo por qualquer um dos segurados;



Art. 3º - Classificar os candidatos segundo o número de votos recebidos, classificando-os como membros eleitos e/ou suplentes para ambos os Conselhos do IPREVI-HO; sendo:

COMPOSIÇÃO: Conselho de Administração - Representante dos ativos:

TOTAL DOS VOTOS: 283 votos.

TOTAL DE VAGAS: 03 vagas para eleição.

1º) Sadir Rovêa - 126 votos;

2º) Kátia Fátima Giacomelli Hack - 53 votos;

3º) Leila Bottega de Col - 38 votos;

4º) Aparecida Milani Slongo - 24 votos - 1º suplente;

5º) Wilson Roberto de Matos - 19 votos - 2º suplente;

6º) Maria Margarete Bordin da Rosa - 06 votos - 3º suplente.

COMPOSIÇÃO: Conselho de Administração - Representante dos inativos:

TOTAL DOS VOTOS: 283 votos.

TOTAL DE VAGAS: 01 vaga para eleição.

1º) Iraci Maria Salvi Danielli - 188 votos.

COMPOSIÇÃO: Conselho Fiscal - Representante dos ativos e inativos:

TOTAL DOS VOTOS: 283 votos.

TOTAL DE VAGAS: 05 vagas para eleição.

1º) Márcia Jussara Steffani Zagonel - 81 votos;

2º) Charlene Rampazzo - 69 votos;

3º) Cleimar Piovesan - 41 votos;

4º) Paulo Cezar Dolejal Berté - 36 votos;

5º) Marlene Maria de Oliveira - 23 votos;

6º) Fátima Dirley Pereira Paganini - 20 votos - suplente.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 14 de dezembro de 2010.

JAQUELINE RAZERA DIVO PEDRO PALUDO

Diretora Administrativa Presidente do Conselho de Administração

## Relatório de Prestações de Contas Novembro/2010.

PRESTAÇÃO DE CONTAS NOVEMBRO / 2010

RECEITAS – ARRECADAÇÃO		R\$
	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (OUTUBRO/2010)	117.080,28
	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR (NOVEMBRO/2010)	59.005,24
	RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	111.050,44
	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA / INSS	5.890,94
	TOTAL DA RECEITA	293.026,90
DESPESAS		R\$
Folha	FOLHA DE PAGAMENTO DO IPREVI	71.433,58
	PAGTO. SAL. FAMÍLIA, SAL.MATER., AUXÍLIO-DOENÇA.	12.877,65

DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO IPREVI	PAGTO. DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA / INSS	175,76
	ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA E FINANCEIRA	550,00
	PROGRAMA DE INFORMÁTICA E CONTABILIDADE	280,00
	ASSIMPASC	100,00
	PASEP	2.195,00
	REVISÃO DOS COMPUTADORES	60,00
	CURSO/SEMINÁRIO ABIPEM	1.835,73
TOTAL DA DESPESA		89.507,72
RECURSOS APLICADOS		R\$
	BANCO DO BRASIL	3.956.544,25
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	8.210.058,74
	BANCO DO BRASIL/BESC	191.685,79
	BANCO ESPÍRITO SANTO	422.274,01
	BANCO DO BRASIL COMPENSAÇÃO PREVIDENC.	790.052,62
	BANCO HSBC	779.504,77
	BANCO SANTANDER	766.585,70
	BANCO BRADESCO	310.702,33
	BANCO BANRISUL	306.982,09
	CONTA MOVIMENTO BB/BESC	68.766,93
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	263.153,65
	TOTAL DE RECURSOS APLICADOS	16.066.310,88
	RETORNO DO BANCO SANTOS ATÉ A PRESENTE DATA, PERCENTUAL DE 31,57% QUE ESTÃO APLICADOS NO BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	194.803,49

OBS.: Quaisquer dos dados aqui apresentados podem ser verificados junto ao IPREVI e ou Contabilidade do Instituto, a qualquer tempo.

E-mail: funser@softline.com.br / iprevho@hervaldoeste.sc.gov.br.

HERVAL D' OESTE (SC), 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

SIDNEY DALLA VECCHIA

Cont.CRC/SC16379/0-5

LÚCIA V. GUARAGNI

Dir. Financeira

JAQUELINE RAZERA

Dir. Administrativa

DIVO P. PALUDO

Pres. Conselho

**Imbituba**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

## Decreto PMI Nº 193.2010

DECRETO PMI Nº 193, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de maio de 2011, o prazo para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, para o exercício de 2011, relativo ao pagamento em Cota Única.

Parágrafo único. Ficam fixadas as datas para os casos em que o contribuinte opte pelo pagamento de forma parcelada, conforme segue:

- I - Primeira parcela: 10 de maio de 2011;
- II - Segunda parcela: 10 de junho de 2011;
- III - Terceira parcela: 08 de julho de 2011;
- IV - Quarta parcela: 10 de agosto de 2011;
- V - Quinta parcela: 09 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 194.2010**

DECRETO PMI Nº 194, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado para o dia 02 de maio de 2011, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2011, relativo ao pagamento em Cota Única.

Parágrafo único. Ficam fixadas as datas das demais parcelas conforme segue:

- I - Primeira parcela: 10 de maio de 2011;
- II - Segunda parcela: 10 de junho de 2011;
- III - Terceira parcela: 08 de julho de 2011;
- IV - Quarta parcela: 10 de agosto de 2011;
- V - Quinta parcela: 09 de setembro de 2011.

Art. 2º O contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento), se recolher o Imposto em sua totalidade até o dia 02 de maio de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 396/2010**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 396, de 20 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando o disposto no Processo n.º 9409, de 21 de julho de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor BRAZ CUSTODIA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 521.048.859-49, admitido em 02 de abril de 2003, contrato nº 1991, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.12.2010 a 28.02.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 151.2010**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 151, de 17 de dezembro de 2010.

Designa Comissão para proceder a Tomada de Contas Especial tendo em vista a omissão do dever de prestar contas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

CONSIDERANDO o teor do processo PMI 11765;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 15915/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Comissão para proceder a Tomada de Contas Especial, com objetivo de apurar fatos alegados pelo Sr. Sérgio de Oliveira, sobre o processo licitatório nº 078/89, tendo como objeto locações de caminhões, bem como, a identificação dos responsáveis, constituídas pelos seguintes servidores:

- I - Maurício Mazzoca Pires, matrícula nº 396, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que a presidirá; e
- II - Patrícia da Rosa Teixeira, matrícula nº 1723, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral e Planejamento - CGM relatório detalhado sobre a análise desenvolvida no decorrer dos trabalhos e parecer conclusivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI Nº 152.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 152, de 17 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO o teor dos processos PMI 9625 e 9638;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 15853/2010;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a suposto descumprimento do prazo de entrega de prestação de contas.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Nilo Pittigliani de Carvalho, matrícula nº 420/1.214, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que a presidirá;

II - Marivone Mendonça Damazio, matrícula nº 924, Assistente Social, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul; e

III - Andréia Pacheco da Rosa Candido, matrícula nº 49/2027, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## Iomerê

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto 1084/2010

DECRETO Nº. 1084 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 100,00 (cem reais), na seguinte dotação orçamentária.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 100,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
101.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Educação  
R\$ 100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 20 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto 1085/2010

DECRETO Nº. 1085 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 5416,14 (cinco mil quatrocentos e dezesseis reais e quatorze centavos), na seguinte dotação orçamentária.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
122.00 Transferência Convênios da Educação  
R\$ 79,06

33900000 Aplicações Diretas  
161.00 Programa Nacional Apoio Transporte Escolar PNATE  
R\$ 5.337,08

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação na fonte de Recurso 61 - Programa Nacional Apoio ao Transp. Escolar - PNATE e também pela anulação da seguinte dotação.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 79,06

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 20 de dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Editais de Tomada de Preços 0003/2010**

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Edital de Tomada de Preços 0003/2010

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços para Aquisição de Sêmen.. A abertura das propostas se dará no dia 11/01/2011 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 20 de dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

### **Editais de Tomada de Preços 0004/2010**

Prefeitura Municipal de Iomerê  
Edital de Tomada de Preços 0004/2010

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços para Aquisição de Pedra Brita. A abertura das propostas se dará no dia 12/01/2011 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 20 de dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

## **Irineópolis**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Decreto N.º 2059/2010.**

"ESTABELECE RECESSO EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO as comemorações e confraternizações que acontecem a cada final de ano;

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido recesso das atividades dos servidores municipais no âmbito da Administração Direta nos períodos compreendidos entre os dias 23/12/2010 e 24/12/2010 e 30/12/2010 à 31/12/2010.

Parágrafo único. Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades para que seja preservado e mantido o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência de cada Secretaria ou órgão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 06 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N.º 351/2010**

DISPENSA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

#### **R E S O L V E :**

Dispensar o servidor MARCIO RAFAEL DAMS do exercício do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Projetos, para a qual foi nomeado através da Portaria nº. 201/2010 de 15/06/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK  
Secretário Municipal da Infraestrutura.

#### **Portaria N.º 350/2010.**

DESIGNA MEMBROS PARA compor A COMISSÃO DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN,



usando da competência que lhe conferem os itens VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001 e obedecendo as disposições do Art. 2º, incisos IV e VI, letra b, da LC 013/03 de 25/06/2003, com alterações dadas pelas Leis Complementares nºs 022/05, de 19/05/2005 e 040/08, de 18/11/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. - DESIGNAR, os membros a seguir relacionados, para sob a presidência do primeiro, acompanharem e coordenarem todas as etapas relativas ao Teste Seletivo Simplificado Edital nº 002/2010 da Prefeitura Municipal de Irineópolis e ao Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 005/2010, para a seleção de servidores a serem admitidos em caráter temporário:

- I. Rosane de Cassia dos Santos Correa Prust
- II. Ana Paula Martins Reichardt
- III. Maria Joana Bueno Popia
- IV. Lillian Eliane Batschauer
- V. Eliane de Fatima Neppel Wagner

Art. 2º. - A instituição designada para a realização dos Testes Seletivos será Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE, sendo responsável por todos os atos.

Art. 3º. - Os membros ora designados são responsáveis pelo acompanhamento e supervisão de todos os atos relativos aos Testes Seletivos.

Art. 4º. - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 29 de novembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 354/2010.**

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

CONCEDER licença maternidade, à Conselheira Tutelar FERNANDA ELI SUCKOW CARDOSO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 356/2010**

DISPENSA SERVIDOR À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Dispensar pedido, o servidor Valmor Grosskopf, Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, para a qual foi nomeado através da Portaria nº 0101/2010, de 01/03/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 353/2010**

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 288/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de Dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 355/2010**

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria nº 134/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 15 de Dezembro de 2010.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 357/2010**

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

PRORROGAR até a data de 20/12/2010, os efeitos da Portaria 338/2010 de 01/11/2010, que Contrata em caráter Temporário a servidora DANICE DOS SANTOS, nascida em 22/06/1982, portadora do CPF nº 048.038.089-96, RG. nº 4.775.299-8, SESP/SC, para exercer as atividades de Professora ACT (40h/Sem), para atuar em substituição a professora efetiva MARCIA EDILA PRUST, que se encontra em gozo de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Dezembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

#### Contrato nº 83/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 83/2010

2º. Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2010, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Supermercado Bahniuk - Clemente Bahniuk & Cia Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º., da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Decima Sexta do Contrato nº. 19/2010, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Clausula Primeira do Contrato nº. 19/2010. CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 463,10 (quatrocentos e sessenta e três reais e dez centavos) conforme abaixo discriminado:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
1	Frasco	200	Água sanitária embalagem plástica de 1 litro	Universal	1,04	208,00
6	Unidade	100	Esponja dupla face	Brilhus	0,45	45,00
17	Pacote	50	Sabão em pó embalagem de 1 kg	Belga	3,15	157,50
45	Rolo	20	Embalagem plástica para alimentos 5 kg - com 50 unidades	Frezzer	2,63	52,60

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2010.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Contratante

Supermercado Bahniuk - Clemente Bahniuk & Cia Ltda

Clemente Bahniuk

Contratada

#### Contrato Nº 84/2010 - PM

CONTRATO Nº. 84/2010

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 77/2010 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa METALMOVEIS SIQUEIRA LTDA - ME.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa MetalMoveis Siqueira Ltda - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida Manoel Ribas nº. 157 – sala, Centro, na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.919/0001-90, neste ato representada pelo senhor Valdir Siqueira, portador do CPF nº. 348.063.429-04 e RG nº. 6024973643 SSPRS, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 34/2010, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2010, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e parágrafo 1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Sexta do Contrato nº. 77/2010, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira do Contrato nº. 77/2010.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 5.775,00 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	75	Unidade	Cadeira fixa estofada, empilhável, com altura mínima de 800mm, sendo a altura mínima do chão ate o assento de 450mm, estrutura em tubo de aço redondo industrial no mínimo de 7/8, com ponteiros em polipropileno injetado, pintado em epoxi, com soldagem em todas as junções pelo processo mig, metal tratado contra ferrugem, assento e encosto anatômico, no mínimo com 15mm de espessura, recoberta com espuma injetada de no mínimo 35mm, recoberto com tecido (polipropileno/poliéster), na cor marron, e acabamento em perfil de pvc da mesma cor, assento de no mínimo de 410 x 400mm, e encosto de no mínimo 330 x 300mm, fixados à estrutura com parafusos porta garras.	Metal Moveis	77,00	5.775,00

A empresa compromete-se a entregar o objeto conforme descrito



acima, em estrutura em tubo de aço redondo industrial no mínimo de 7/8, com parede de 1,5mm.

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06(seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2.010.

Município de Irineópolis	MetalMoveis Siqueira Ltda. – ME
Wanderlei Lezan	Valdir Siqueira
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Jessica Luana Nicoluzzi	Nome: Lucio Flavio Lima
CPF: 088.201.929-50	CPF: 024.793.129-25

## Joaçaba

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 4.070 de 16 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.070 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Joaçaba para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 72.579.500,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos reais), sendo R\$ 50.433.690,30 (cinquenta milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa reais e trinta centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 22.145.809,70 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e nove reais e setenta centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura Municipal de Joaçaba	20.000,00
Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS	2.315.445,00
Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA	21.400,00

Instituto de Previdência Servidores Públicos - IM-PRES	7.471.684,12
Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos - PLASS	2.345.073,28
Fundo Municipal de Saúde - FMS	9.972.207,30
TOTAL	22.145.809,70

#### DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 72.579.500,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 51.280.535,60 (cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 21.298.964,40 (vinte e um milhões, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	71.343.919,60
1.1. Receita Tributária	13.313.816,48
1.2. Receita de Contribuições	3.218.010,00
1.3. Receita Patrimonial	3.490.808,44
1.6. Receita de Serviços	9.093.843,75
1.7. Transferências Correntes	40.857.815,93
1.9. Outras Receitas Correntes	1.369.625,00
9.0. Deduções da Receita Corrente	-5.807.130,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.250.000,00
2.1. Operações de Crédito	2.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	10.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	240.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.792.710,40
TOTAL	72.579.500,00

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	3.000.000,00
02. Gabinete do Prefeito	4.925.570,00
03. Gabinete do Vice-Prefeito	148.200,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa	1.285.500,00
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira	6.045.436,40
07. Secretaria Municipal de Educação	13.065.023,23
09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	9.051.446,75
10. Conselho Tutelar	92.520,00
11. Procuradoria Geral do Município	963.700,00
12. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos	7.471.684,12
13. Fundação Municipal de Cultura e Esporte	1.874.560,00
14. Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	9.607.647,00
15. Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos	2.345.073,28
16. Fundo Municipal de Assistência Social	2.315.445,00
17. Fundo Municipal de Infância e Adolescência	51.000,00
18. Fundo Municipal de Saúde	9.972.207,30



19. Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	344.486,92
99. Reserva de Contingência	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.579.500,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	3.000.000,00
04. Administração	8.124.494,00
06. Segurança Pública	1.523.586,92
08. Assistência Social	2.313.465,00
09. Previdência Social	3.169.100,00
10. Saúde	9.972.207,30
11. Trabalho	2.225.623,28
12. Educação	13.065.023,23
14. Direitos da Cidadania	94.850,00
15. Urbanismo	8.563.887,75
16. Habitação	20.000,00
17. Saneamento	9.340.032,53
18. Gestão Ambiental	95.000,00
20. Agricultura	382.391,00
23. Comércio e Serviços	82.800,00
26. Transporte	1.240.990,00
27. Desporto e Lazer	1.868.560,00
28. Encargos Especiais	3.268.304,87
99. Reserva de Contingência	1.130.500,00
99. Reserva do RPPS	3.098.684,12
<b>TOTAL</b>	<b>72.579.500,00</b>

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. Legislativo em Ação	3.000.000,00
0002. Gestão Administrativa Financeira	6.049.117,00
0003. Segurança Pública	1.523.586,92
0004. Respeito ao Cidadão	2.463.965,00
0005. Joaçaba com Saúde	9.972.207,30
0006. Educação Básica de Qualidade	11.600.639,10
0007. Apoio ao Consumidor	94.850,00
0008. Alimentação Escolar	456.020,00
0009. Ações Judiciais	868.850,00
0010. Obras e Serviços Públicos	7.628.677,75
0011. Utilidade Pública	215.600,00
0012. Comunicação Social e Eventos	899.900,00
0013. Programa Habitar	20.000,00
0014. Meio Ambiente	95.000,00
0015. Promoção e Extensão Rural	789.689,00
0016. Turismo em Potencial	82.800,00
0017. Cultura e Arte	215.360,00
0018. Joaçaba Mais Luz	900.600,00
0019. Modernização da Frota Municipal	1.110.000,00
0020. Esporte e Lazer Coletivo	1.659.200,00
0021. Transporte Escolar	1.008.364,13
0022. Transferência a Consórcio Público	25.895,49
0024. Plano de Saúde e Assistência Social do Servidor	2.244.573,28
0025. Previdência Social do Servidor	6.471.684,12
0026. Amortização de Dívida	2.642.207,40
0029. Saneamento Responsável	9.410.213,51
9999. Reserva de Contingência	1.130.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.579.500,00</b>

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	56.937.863,73
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	30.799.022,30
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	1.000.000,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	25.138.841,43
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	11.412.452,15
4.4.00.00 Investimentos	10.849.436,87
4.5.00.00 Inversões Financeiras	5.000,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	558.015,28
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.229.184,12
9.9.00.00 Reserva do RPPS	3.098.684,12
9.9.00.00 Reserva de Contingência	1.130.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.579.500,00</b>

## DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2011 estima a receita em R\$ 49.168.994,68 (quarenta e nove milhões, cento e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos) e fixa a despesa em R\$ 35.597.396,38 (trinta e cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos) proporcionando um superávit de R\$ 13.571.598,30 (treze milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	52.724.324,68
1.1. Receita Tributária	12.850.500,00
1.2. Receita de Contribuições	895.600,00
1.3. Receita Patrimonial	436.600,00
1.6. Receita de Serviços	91.214,75
1.7. Transferências Correntes	37.416.289,93
1.9. Outras Receitas Correntes	1.034.120,00
7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária	500,00
(-) Deduções da Receita Corrente	-5.805.830,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.250.000,00
2.1. Operações de Crédito	2.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	10.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	240.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>49.168.994,68</b>

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	4.925.570,00
03. Gabinete do Vice-Prefeito	148.200,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa	1.285.500,00
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira	6.045.436,40
07. Secretaria Municipal de Educação	13.065.023,23
09. Secretaria Municipal de Infraestrutura	9.051.446,75
10. Conselho Tutelar	92.520,00

11. Procuradoria Geral do Municipal	963.700,00
99. Reserva de Contingência	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>35.597.396,38</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	7.813.094,00
06. Segurança Pública	1.179.100,00
08. Assistência Social	97.520,00
12. Educação	13.065.023,23
14. Direito da Cidadania	94.850,00
15. Urbanismo	8.563.887,75
16. Habitação	20.000,00
18. Gestão Ambiental	95.000,00
20. Agricultura	382.391,00
23. Comércio e Serviços	82.800,00
26. Transporte	1.240.990,00
28. Encargos Especiais	2.942.740,40
99. Reserva de Contingência	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>35.597.396,38</b>

## III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	29.249.040,75
4.0.00.00 - Despesas de Capital	6.328.355,63
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>35.577.396,38</b>
Reserva de Contingência	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>35.597.396,38</b>

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder e receber Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

### I - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	
Câmara Municipal	3.000.000,00
Fundação Municipal de Cultura e Esporte	1.810.560,00
Fundo Municipal de Assistência Social	1.771.953,00
Fundo Municipal de Infância e Adolescência	30.000,00
Fundo Municipal de Saúde	6.942.085,30
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	17.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.571.598,30</b>

### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2011 fixa a despesa orçamentária em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

§ 1º - A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	3.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	1.850.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital	1.150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.000.000,00</b>

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2011 estima a receita em R\$ 3.030.122,00 (três milhões, trinta mil, cento e vinte dois) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 9.972.207,30 (nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, duzentos e sete reais e trinta centavos), proporcionando um déficit de R\$ 6.942.085,30 (seis milhões, novecentos e quarenta e dois mil, oitenta e cinco reais e trinta centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, de receita patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.030.122,00</b>
1.1. Receita Tributária	201.000,00
1.3. Receita Patrimonial	13.570,00
1.7. Transferências Correntes	2.815.252,00
1.9. Outras Receitas Correntes	300,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.030.122,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	9.972.207,30
<b>TOTAL</b>	<b>9.972.207,30</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	9.342.207,30
4.0.00.00 - Despesas de Capital	630.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.972.207,30</b>

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 543.492,00 (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.315.445,00 (dois milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.771.953,00 (um milhão setecentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>543.492,00</b>
1.3. Receita Patrimonial	7.218,00

1.7. Transferências Correntes	536.274,00
<b>TOTAL</b>	<b>543.492,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	2.186.345,00
09. Previdência Social	129.100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.315.445,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	2.218.187,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital	97.258,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.315.445,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Infância e Adolescente - FIA para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, multas, transferência correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	34.000,00
1.3. Receita Patrimonial	3.000,00
1.7. Transferências Correntes	30.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>34.000,00</b>

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	29.600,00
04. Administração	21.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>51.000,00</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	48.200,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital	2.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>51.000,00</b>

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - FUNREBOM para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 314.486,92 (trezentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 344.486,92 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), proporcionando um déficit de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	272.486,92
1.1. Receita Tributária	262.316,48
1.3. Receita Patrimonial	10.170,44
7.9. Receita Corrente Intra-Orçamentária	42.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>314.486,92</b>

§ 2º - A Despesa do FUMREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	344.486,92
<b>TOTAL</b>	<b>344.486,92</b>

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	133.935,92
4.0.00.00 - Despesas de Capital	210.551,00
<b>TOTAL</b>	<b>344.486,92</b>

#### DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

Art. 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FMCE para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.874.560,00 (um milhão, oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.810.560,00 (um milhão, oitocentos e dez mil, quinhentos e sessenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de capital, outras receitas correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	64.000,00
1.3. Receita Patrimonial	4.000,00
1.7. Transferências Correntes	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>64.000,00</b>

§ 2º - A Despesa da FMCE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:



**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
27. Desporto e Lazer	1.868.560,00
28. Encargos Especiais	6.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.874.560,00</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	1.549.560,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital	325.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.874.560,00</b>

**DO ORÇAMENTO DO PLANO DE SAÚDE ASSIST. SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS -PLASS**

Art. 10. - O Orçamento do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 2.345.073,28 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, setenta e três reais e vinte e oito centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.737.573,00
1.2. Receita de Contribuições	811.018,00
1.3. Receita Patrimonial	926.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	555,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	607.500,28
7.2 Receita de Contribuições	449.485,00
7.9 Outras Receitas Correntes	158.015,28
<b>TOTAL</b>	<b>2.345.073,28</b>

§ 2º - A Despesa do Plano de Saúde Assistencial Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11. Trabalho	2.225.623,28
28. Encargos Especiais	18.950,00
99. Reserva de Contingência	100.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.345.073,28</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	2.204.573,28
4.0.00.00 - Despesas de Capital	40.000,00
9.0.00.00 - Reserva de Contingência	100.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.345.073,28</b>

**DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS- IMPRES**

Art. 11. - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 7.471.684,12 (sete milhões quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.373.000,00 (três

milhões, trezentos e setenta e três mil reais), proporcionando uma reserva para pagamento de benefícios futuros no montante de R\$ 4.098.684,12 (quatro milhões, noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e doze centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	3.476.392,00
1.2. Receita de Contribuições	1.511.392,00
1.3. Receita Patrimonial	1.900.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	65.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	3.995.292,12
7.2. Receita de Contribuições	2.911.100,00
7.9. Outras Receitas Correntes	1.084.192,12
<b>TOTAL</b>	<b>7.471.684,12</b>

§ 2º - A Despesa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	290.000,00
09. Previdência Social	3.040.000,00
28. Encargos Especiais	43.000,00
99. Reserva de Contingência RPPS	4.098.684,12
<b>TOTAL</b>	<b>7.471.684,12</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	3.353.000,00
4.0.00.00 - Despesas de Capital	20.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3.373.000,00</b>
Reserva do RPPS	3.098.684,12
Reserva de Contingência	1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.471.684,12</b>

**DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL SIMAE**

Art. 12. - O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 9.607.647,00 (nove milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais) e fixa a Despesa Orçamentária em igual valor.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	9.460.229,00
1.3. Receita Patrimonial	190.250,00
1.6. Receita de Serviços	9.001.329,00
1.9. Outras Receitas Correntes	268.650,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	147.418,00
7.6. Receita de Serviços	147.318,00
7.9. Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	100,00
TOTAL	9.607.647,00

§ 2º - A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - JHL SIMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	9.340.032,53
28. Encargos Especiais	257.614,47
99. Reserva de Contingência SIMAE	10.000,00
TOTAL	9.607.647,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - Despesas Correntes	6.959.159,48
4.0.00.00 - Despesas de Capital	2.638.487,52
Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	9.607.647,00

Art. 13. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 4.028 de 08 de outubro de 2010, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes - PREFEITURA	20.000,00
Passivos Contingentes - SIMAE	10.000,00
Eventos Fiscais Imprevistos - PLASS	100.500,00
Passivos Contingentes - RPPS	1.000.000,00
Eventos Fiscais Imprevistos - RPPS	3.098.684,12
TOTAL	4.229.184,12

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os passivos contingentes previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 14. - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joaçaba - IMPRES, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 15. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 17. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 18. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 19. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 20. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 21. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 22. - Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.



Art. 23. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 24. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como, UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM e AMMOC.

Art. 25. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo Único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

Art. 26. - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2011, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011.

Joaçaba, SC, 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **Lei Complementar N.º 201 de 17 de Dezembro de 2010.**

LEI COMPLEMENTAR N.º 201 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/09 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### **LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º. Fica criada a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, a ser inserida no rol das Secretarias Municipais Sistêmicas de que trata a Lei Complementar nº 173/09.

Parágrafo único. Fica criado no Gabinete do Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável um cargo de Gerente de Desenvolvimento com atribuições de executar atividades de expediente e de apoio operacional.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I - estabelecer e coordenar a execução das diretrizes básicas do desenvolvimento municipal nas áreas da indústria e do comércio;
- II - atuar no planejamento e desenvolvimento de projetos e programa de apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica;
- III - executar projetos de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e de prestação de serviços;
- IV - implantar e desenvolver áreas industriais;
- IV - Atuar junto ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico na definição de políticas públicas prioritárias e ações de desenvolvimento, expansão e crescimento do Município;
- VI - Implantar a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, mediante a concessão de incentivos econômicos para implantação, expansão e reativação de empreendimentos industriais em Joaçaba, visando o desenvolvimento econômico-social, na forma da Lei 3.721/07 e alterações.

Art. 3º. Ficam incluídos ao Anexo I da Lei Complementar nº 173/09, os cargos abaixo:

#### **ANEXO I**

#### **CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**

Cargos	Qtidade	Código
Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável	01	CC-1
- Gerente de Desenvolvimento	01	CC-3

Art. 4º. O artigo 23, XII da Lei Complementar nº 173/09 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 ( )

XII - XII - executar projetos de incentivo ao desenvolvimento agrícola."

Art. 5º. Fica revogado o inciso XIII do artigo 23 da Lei Complementar nº 173/09.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### **Lei Complementar Nº 198 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 198 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
"DÁ NOVA REDAÇÃO E INSERE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº. 31/97 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, QUE ESPELIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### **L E I COMPLEMENTAR:**

Art. 1º Ficam alterados o artigo 94, parágrafo único, inciso IV e o artigo 101 da Lei Complementar nº. 31/97, passando os mesmos a vigorarem com a seguinte redação:

"Art. 94 ( )

Parágrafo único - ( )

IV - a cessão de direitos ao usucapião."

"Art. 101A base de cálculo será na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens penhorados, o preço pago, atualizado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo até a data da efetivação do pagamento."

Art. 2º Fica inserido o artigo 106A na Lei Complementar nº. 31/97 com a seguinte redação:

"Art. 106A Os tabeliães e oficiais de Registro de Imóveis ficam obrigados a apresentar ao órgão fazendário competente, até o último dia útil do mês seguinte, a relação de imóveis que, no mês anterior, tenham sido objeto de transmissão ou cessão, onerosa ou não, contendo as seguintes informações:

I - a data do evento;

II - o nome e CPF ou CNPJ do transmitente, do adquirente ou cedente;

III - o número do registro do imóvel e a inscrição imobiliária;  
IV - o valor pago pelo imóvel;  
V - a identificação e o valor do imposto pago, ou a informação relativa à isenção, não incidência ou imunidade do imposto."

Art. 3º Ficam revogados incisos I e II do art. 101 da Lei Complementar nº. 31/97.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Lei Complementar Nº 199 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 199 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JOAÇABA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### **L E I COMPLEMENTAR: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º - A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JOAÇABA tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade de saúde, saneamento público e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e, fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade do saneamento.

Parágrafo Único - O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual, os Planos, Programas e Projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta Lei.

Art.2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;

III- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

### **CAPÍTULO II DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Art.3º - A POLÍTICA E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JOAÇABA abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a Política Nacional de Saneamento Básico de acordo com a Lei Federal n.º11.445/2007, com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - Universalização do acesso;

II - Integralidade, compreendida como conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - Disponibilidade, na área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VI - Eficiência e sustentabilidade econômica;

VII - Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VIII - Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

IX - Controle social;

X - Segurança, qualidade e regularidade;

XI - Integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art.4º - O Município de Joaçaba poderá realizar Programas conjuntos com a União e o Estado, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a:

I - Assegurar a operação e a administração eficiente do serviço de saneamento básico que seja de interesse local e da competência do Município;

II - Implantação progressiva de modelo gerencial descentralizado que valoriza a capacidade municipal de gerir suas ações;

III - Assistência técnica e o apoio institucional da União e Estado ao Município poderão ser prestados por meio de convênios de cooperação técnica.

### **CAPÍTULO III DO INTERESSE LOCAL**

Art.5º - Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas

ambientalmente sustentáveis;

II - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;

III - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

IV - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;

V - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos sanitários;

VI - a drenagem e a destinação final das águas;

VII - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

VIII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos.

#### CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art.6º- A execução da POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, será realizada pela Administração Direta Centralizada do Município ou pela Autarquia SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto dos Municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

Parágrafo Único - São instrumentos de execução da política de saneamento básico, os convênios, os contratos de consórcio, os contratos de programas e outros instrumentos previstos em Lei.

#### CAPITULO V DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art.7º - Esta Lei institui o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, no Município de Joaçaba, em conformidade com o que estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art.8º - O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE Joaçaba é composto de diagnóstico, prognóstico, projeções, programas, ações e projetos para atendimento das metas necessárias para atender aos objetivos estabelecidos.

Parágrafo Único - Fica definido o tempo de 01 (um) a 03 (três) anos para ações imediatas, de 04 (quatro) a 09 (nove) anos para as ações de curto prazo, 10 (dez) a 15 (quinze) anos para as ações de médio prazo e 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) anos para as ações de longo prazo, conforme estabelecido no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - Anexo I, parte integrante desta lei.

Art.9º - O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO foi elaborado para um horizonte de 20 anos, nos termos do §2º, art.52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§1º - O Plano Municipal de Saneamento, instituído por esta Lei será avaliado anualmente e revisto a cada 04 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual nos termos do §2º, inciso II, art.52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§2º- O Poder Executivo Municipal encaminhará a proposta de revisão do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do Plano anteriormente vigente.

§3º- Qualquer alteração no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

#### CAPÍTULO VI DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Art.10 - A gestão da política do saneamento básico no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na política do saneamento, abrangendo os órgãos públicos, operadoras do serviço de saneamento básico, o conselho do meio ambiente, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - Criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão do saneamento, visando, prioritariamente, assegurar proteção a saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural.

II - Promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de saneamento, com entidades públicas, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

III - Estruturação de um sistema de informações sobre saneamento, articulado ao Sistema de Informação Municipal.

Art.11 - A participação da população e de entidades relacionadas com a questão do saneamento básico deve permear cada etapa da implementação e avaliação do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, através da institucionalização de canais de participação e controle social, através de Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único - A Conferência Municipal de Saneamento Básico ocorrerá ordinariamente a cada 04 (quatro) anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art.12 - São objetivos da Conferência Municipal de Saneamento Básico:

I - Assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da política pública de saneamento do Município;

II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da política de saneamento do Município;

III - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - Integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

VI - Avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como medidas prioritárias nele detalhadas.

#### CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.13 - A Secretaria de Infraestrutura será responsável pela gestão do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JOAÇABA.

Art. 14 - Integra esta Lei o Anexo I - PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE JOAÇABA.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Lei Complementar Nº 200 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 200 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

#### **LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º. A Prefeitura de Joaçaba, a Câmara de Vereadores e SIMAE, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 63/2002, efetuarão aportes adicionais mensais ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, com objetivo de estabelecer o necessário equilíbrio atuarial desse instituto, tendo em vista a Insuficiência Técnica apurada através de cálculo atuarial, apresentado em março de 2010.

§ 1º. A insuficiência técnica de que trata o caput deste artigo, apurada em dezembro de 2009 em R\$ 24.300.459,24 (vinte e quatro milhões, trezentos mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), será atualizada financeiramente considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) publicado pelo IBGE, e juros de 6% ao ano, capitalizados mensalmente, no período que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2010, tendo em vista a data base do cálculo realizado e o mês que antecede o pagamento da primeira prestação, respectivamente.

§ 2º. O valor do passivo atuarial previdenciário atualizado pela inflação e juros até 31 de julho de 2010 é de R\$ 25.973.087,17 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e três mil, oitenta e sete reais e dezessete centavos), devendo ser aplicado os índices e juros e correção monetária até dezembro de 2010, anteriormente ao pagamento da primeira parcela, conforme parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º. Após início do pagamento das prestações, o saldo devedor será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) publicado entre janeiro e dezembro de cada exercício, bem como em função da taxa de juros de 6% ao ano, capitalizados mensalmente, e das amortizações mensais realizadas ao longo do exercício.

§ 4º. Os aportes adicionais mensais mencionados no caput deste artigo ocorrerão em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no décimo dia de cada mês.

Art. 2º. O passivo atuarial será parcelado em 35 (trinta e cinco) anos, a contar de janeiro de 2011, sendo que os aportes adicionais mensais, para fins de amortização do passivo atuarial apurado, serão equivalentes à:

I - R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil) a ser recolhido no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2011;  
II - R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais) mensais entre janeiro e dezembro de 2012, sendo as parcelas crescentes, à razão de 10%

(treze por cento) ao ano, percentual este aplicável sempre no mês de janeiro de cada ano, até o ano de 2023, e a partir de 2024, a atualização será pelo método Price, até o ano 2045.

§ 1º. O saldo devedor apurado ao final de dezembro de 2023, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo primeiro, será amortizado pelo Sistema Francês de Amortização (Método PRICE) em 264 (duzentos e sessenta e quatro) prestações mensais, sendo a última prestação, para total amortização do saldo devedor, em dezembro de 2045.

§ 2º. Os aportes adicionais mensais se darão na forma do Demonstrativo do Planejamento Financeiro para a Amortização da Insuficiência Técnica constante do Anexo I, parte integrante da presente lei complementar, devendo sofrer as atualizações dispostas no artigo 1º.

Art. 3º. Os aportes adicionais mensais, de que trata o art. 2º, necessários para amortização do saldo devedor, serão rateadas entre a Prefeitura de Joaçaba, Câmara de Vereadores e SIMAE, proporcionalmente à provisão matemática de seus servidores, apurada atuarialmente.

§ 1º. A Prefeitura Municipal, a Câmara e o SIMAE amortizarão a Insuficiência Técnica atualizada, seguindo as disposições do caput, através de aportes adicionais, nas seguintes proporções:

I - a Prefeitura de Joaçaba deverá contribuir com 83,43% da prestação mensal apurada;  
II - a Câmara de Vereadores deverá contribuir com 2,40% da prestação mensal apurada;  
III - o SIMAE deverá contribuir com 14,17% da prestação mensal apurada.

§ 2º. O valor da insuficiência técnica apurada referente aos servidores da Câmara de Vereadores, no montante correspondente ao seu aporte adicional, será transferido mensalmente à Prefeitura, que procederá o pagamento da parcela mensal ao IMPRES.

Art. 4º. A Prefeitura de Joaçaba, a Câmara e o SIMAE deverão implementar medidas a fim de minimizar os riscos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Art. 5º. O valor do déficit previdenciário apurado poderá ser revisado a cada 02 (dois) anos, através de cálculo atuarial, procedendo-se a adequação dos valores dos aportes financeiros, bem como da proporcionalidade das parcelas.

Art. 6º. O artigo 10 da Lei Complementar nº 63/2002 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. O MUNICÍPIO efetuará a partir do ano de 2011 (dois mil e onze) e por período de 35(trinta e cinco) anos, aportes adicionais para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Joaçaba, referente ao déficit previdenciário calculado atuarialmente, conforme Anexo, parte integrante desta Lei, e que será recalculado atuarialmente a cada ano, conforme determinação legal.

Art. 7º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, de 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE



**Lei Nº 4.062 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.062 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À UNIÃO DA MELHOR IDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio para repasse financeiro à entidade União da Melhor Idade que presta Serviços de Proteção Social Básica para os Idosos do Município que freqüentam os grupos de convívio nos bairros, localidades do interior ou no Centro de Referência da Melhor Idade.

§ 1º. Os repasses realizados pelo Município serão utilizados para custear despesas de ações/atividades desenvolvidas nos grupos de idosos e, suas representações em eventos esportivos, recreativos e culturais cujo objetivo seja a representatividade do Município de Joaçaba, incluindo gastos com alimentação, transporte e hospedagem.

§ 2º Nos meses onde houver etapa regional e estadual dos jogos o repasse será em valor maior.

Art. 2º. O Município de Joaçaba, dos meses de fevereiro a novembro de 2011, realizará repasses de 08 (oito) parcelas de R\$ 2.000,00, 01 (uma) parcela de R\$ 4.000,00 no mês de realização dos jogos municipais e regionais do Idoso e 01 (uma) parcela de R\$ 8.000,00 no mês de realização dos jogos estaduais do Idoso.

Art.3º A prestação de contas deverá ocorrer no prazo de trinta dias contados a partir da liberação do recurso.

Parágrafo único - A liberação de nova parcela ficará vinculada à prestação de contas da parcela anterior.

Art. 4º. Caberá ao CMI - Conselho Municipal do Idoso a fiscalização da aplicação correta dos recursos, emitindo parecer a cada prestação de contas.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Lei Nº 4.063 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.063 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 1.040/82, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º - Altera a redação do art. 1º, da lei 1.040/82, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, desta cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Lei Nº 4.064 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.064 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"INSTITUI PRÊMIO EDUCADOR, DIRETOR/COORDENADOR DESTAQUE, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica instituído, a partir do ano de 2011, o Prêmio Educador, Diretor/Coordenador Destaque, que é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação do Município de Joaçaba que visa identificar, valorizar e divulgar experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas por professores, diretores/coordenadores pedagógicos em escolas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação, através de Resolução, editará o Regulamento definindo as regras aplicadas na premiação.

Art. 2º Ficam fixados os seguintes valores à título de premiação:

I - R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o 1º lugar Professor Destaque de 2011 de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Diretor e/ou Coordenador Pedagógico.

II - R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o 2º lugar Professor Destaque de 2011 de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Diretor e/ou Coordenador Pedagógico.

III - R\$ 1.000,00 (mil reais) para o 3º lugar Professor Destaque de 2011 de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Diretor e/ou Coordenador Pedagógico.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

**Lei Nº 4.065 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.065 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER ACORDO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar acordo judicial no MANDADO DE SEGURANÇA nº 037.10.002254-1 que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de

Joaçaba (SC), movida por GL Construtora e Incorporadora Ltda contra ato do Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Art. 2º O acordo judicial consiste no pagamento, por parte da Empresa GL Construtora e Incorporadora Ltda, do valor total de R\$ 8.541,00 (Oito mil quinhentos e quarenta e um reais), em única parcela, até o dia 22 de dezembro de 2010.

Parágrafo Único - Caberá à Empresa GL Construtora e Incorporadora Ltda o pagamento das custas processuais.

Art. 3º O acordo judicial proposto deverá ser reduzido a termo e posteriormente encaminhado para homologação judicial.

Art. 4º Realizado o pagamento em sua totalidade, o feito deverá ser extinto, com a exclusão (baixa) do valor excedente inscrito em dívida ativa, lançada em virtude da aplicação de penalidade no Processo Licitatório nº 60/2009 - Tomada de Preços nº 2/2009 - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Lei Nº 4.066 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.066 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE CIGARROS, CARTILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS, OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DE DERIVADO OU NÃO DO TABACO EM AMBIENTES FECHADOS DE USO COLETIVO PRIVADO OU PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º É proibido, no Município de Joaçaba, o uso de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos, narguilés, ou quaisquer outros produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, em recintos de uso coletivo, públicos ou privados, total ou parcialmente fechados com cobertura e paredes ou divisórias, onde haja permanência ou circulação de pessoas, assim considerados, entre outros:

I - instituições de saúde e educacionais de todos os níveis;

II - áreas comuns de hotéis, motéis, pensões e similares;

III - restaurantes, lanchonetes e similares;

IV - bares, cafés e similares;

V - as casas de música e de espetáculos, boates, danceterias e similares;

VI - os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas, cinemas, salas de exposições de qualquer natureza e locais onde se realizam espetáculos circenses;

VII - mercados, supermercados e demais locais fechados de venda de alimentos;

VIII - ginásios esportivos e academias;

IX - ambientes de trabalho coletivos, sejam eles de natureza comercial, de serviço ou industrial e de manufatura, públicos ou privados;

X - áreas comuns de edifícios e condomínios edifícios comerciais e de serviços;

XI - áreas comuns de condomínios edifícios residenciais;

XII - igrejas, templos e outras edificações de culto religioso;

XIII - veículos de transporte de passageiros, tais como táxis, vans, micro-ônibus e ônibus;

XIV - sedes de clubes sociais e de associações recreativas;

XV - elevadores;

XVI - postos de gasolina e demais ambientes que, mesmo abertos, tenham elevado potencial de combustão, incluindo garagens

públicas ou comerciais e dos condomínios edifícios;

XVII - estabelecimentos voltados à locação de computadores e máquinas para acesso à internet e utilização de programas e de jogos eletrônicos, conhecidos como cyber-cafés ou lan houses.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no caput, entende-se por ambiente fechado aquele dotado de cobertura e de paredes ou divisórias, provisórias ou permanentes, em todas as suas laterais, ainda que existentes janelas e portas.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no caput, entende-se por ambiente parcialmente fechado aquele dotado de cobertura e de pelo menos duas paredes ou divisórias, provisórias ou permanentes.

§ 3º Os estabelecimentos referidos nos incisos III, IV, V, XIV e XVII do caput poderão dispor de espaços destinados exclusivamente aos fumantes, desde que devidamente identificados e dotados de mecanismos de exaustão e ventilação, e sem comunicação aberta com o restante do estabelecimento.

§ 4º Nos espaços referidos no § 3º, não será permitida a comercialização de alimentos e bebidas, nem a entrada ou permanência de crianças e adolescentes.

§ 5º A inexistência de espaços previamente delimitados, e devidamente identificados, na forma do § 3º, implica proibição total de fumo no ambiente.

Art. 2º Os estabelecimentos abrangidos pelo disposto no artigo 1º desta Lei deverão fixar, em locais visíveis ao público, cartazes e/ou adesivos indicativos da proibição, os quais deverão fazer menção expressa à presente Lei e aos números de telefone pelos quais poderão ser feitas denúncias e reclamações à autoridades competentes.

§ 1º Para dar cumprimento ao disposto neste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a confeccionar materiais publicitários para distribuição gratuita aos interessados, observada a existência de dotação orçamentária.

§ 2º A não disponibilização de materiais publicitários pelo Poder Público não desobriga os estabelecimentos do cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Compete ao órgão municipal de Vigilância Sanitária a fiscalização do cumprimento da presente Lei.

Parágrafo Único - Os titulares ou representantes dos recintos de que trata o artigo 1º são solidariamente responsáveis pelo estrito cumprimento do disposto nesta Lei, a eles competindo advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante auxílio da força policial.

Art. 4º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão municipal de Vigilância Sanitária o descumprimento do disposto nesta Lei.

§ 1º O relato de que trata o caput deste artigo conterá:

I - a exposição do fato e suas circunstâncias;

II - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;

III - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º O relato feito nos termos deste artigo constitui início de prova, apto a ensejar a abertura de procedimentos investigativo para imposição de sanção.

Art. 5º O disposto no artigo 1º desta Lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

II - às vias públicas, aos espaços ao ar livre, e aos espaços que não se caracterizem como fechados ou parcialmente fechados, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 1º;

IV - às residências;



V - aos estabelecimentos especificamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, conhecidos como tabacarias ou charutarias, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada;

VI - nos quartos de hotéis, motéis, pensões e similares, desde que a administração do estabelecimento admita a utilização de produtos fumígenos;

VII - aos locais previamente delimitados para consumo de produtos fumígenos, na forma do § 3º do artigo 1º.

§ 1º Nos locais indicados nos incisos I, II, e V deste artigo, deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta Lei.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso VI, o estabelecimento deverá manter, em local de fácil visualização junto à recepção, informativo a respeito da possibilidade ou não de utilização de produtos fumígenos nas áreas privativas de hospedagem.

Art. 6º A infração ao disposto nesta lei sujeitará os infratores às seguintes sanções:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão do alvará de licença para localização e funcionamento;

IV - cassação do alvará de licença para localização e funcionamento.  
§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas mediante a lavratura de Auto de Infração pelo órgão competente, em decorrência de constatação da infração in loco, ou de prévio procedimento investigativo.

§ 2º Nos procedimentos investigativos, o órgão de fiscalização poderá se utilizar de todos os meios de prova legalmente permitidos, notadamente fotografias, filmagens e relatos de testemunhas.

§ 3º A pena de advertência escrita será aplicada ao estabelecimento por ocasião da constatação da primeira infração ao disposto nesta Lei.

§ 4º A pena de multa, em valor equivalente a 02 (duas) URM's (Unidades de Referência Municipal) será aplicada ao estabelecimento que voltar a infringir o disposto nesta lei após ter recebido advertência escrita.

§ 5º A cada reincidência na infração ao disposto nesta Lei, o valor da multa referida no § 4º será duplicado.

§ 6º Caso o estabelecimento infrinja, por seis vezes, os termos desta Lei, ser-lhe-á aplicada a pena de suspensão do alvará de licença para localização e funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, após encaminhamento de expediente do órgão de fiscalização ao setor competente para tal no Município.

§ 7º Se, após a aplicação da penalidade prevista no § 6º, o estabelecimento voltar a infringir o disposto nesta Lei, por novo encaminhamento de expediente do órgão de fiscalização ao setor competente para tal no Município, ser-lhe-á aplicada a pena de cassação do alvará de licença para localização e funcionamento, sendo vedada a abertura de novo estabelecimento da mesma natureza no mesmo local, ainda que sob razão social diferente, pelo prazo de dois anos, a contar da data da aplicação da penalidade.

§ 8º Quando as circunstâncias do fato permitirem a adequada identificação do fumante responsável pela infração às vedações previstas nesta Lei, ser-lhe-á aplicada, sem prejuízos das sanções aplicadas ao estabelecimento, multa em valor equivalente a 01 (uma) URM (Unidades de Referência Municipal).

§ 9º Àqueles que forem penalizados será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo que o prazo para recurso será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Auto de Infração.

§ 10. A autoridade competente para o julgamento do recurso de que trata o § 9º deste artigo é o Secretário Municipal de Saúde.

§ 11 O valor da multa aplicada e não quitada será inscrito em dívida ativa.

Art. 7º Nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, o Poder Público Municipal deverá promover campanhas educativas de conscientização quanto aos riscos e malefícios decorrentes do consumo do tabaco, e de divulgação do teor da presente Lei.

Parágrafo Único - Durante o prazo previsto no caput, os órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento da presente lei atuarão de forma preventiva, orientativa e educativa, abstendo-se de aplicar as penalidades previstas no artigo 6º.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública do Município, assistência terapêutica e medicamentos antibagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### **Lei Nº 4.067 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.067 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa para posterior alienação dos bens patrimoniais adquiridos pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, por meio do Convênio de Trânsito, a seguir elencadas:

01 - Motocicleta Honda NXR 150 BROS MIX ESD - ano/modelo 2010 -

Placa MID 2178 - CHASSI Nº 9C2KDO510ARO37674 R\$ 9.860,00

01 - Motocicleta Honda NXR 150 BROS MIX ESD - ano/modelo 2010 -

Placa MID 2178 - CHASSI Nº 9C2KDO510ARO36716 R\$ 9.860,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar à 1ª Cia/26º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, os bens relacionados e mencionados no Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### **Lei Nº 4.069 de 16 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.069 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA BAIXA DE MATERIAL CONSIDERADO INSERVÍVEL DA CÂMARA DE VEREADORES COM POSTERIOR DOAÇÃO, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica autorizada a baixa patrimonial de equipamentos da Câmara de Vereadores, conforme tabela abaixo:

ORDEM	EQUIPAMENTO	Nº PATRIMÔNIO
01	Monitor Samsung 15" LCD	07556

02	Aquecedor de Ar James	07573
03	Aquecedor de Ar James	07574
04	Armário em Madeira com Duas Portas	07575
05	Armário em Madeira com Duas Portas	07576
06	Mesa de Madeira com Seis Gavetas	07578
07	Armário em Madeira com Duas Portas	07584
08	Aparelho de Fax Sharp UXP 100	07461
09	Ventilador de Mesa Arno	07462
10	Estabilizador Energetic	07524
11	Data show Sony	07402

Parágrafo Único - Os equipamentos acima relacionados poderão ser utilizados na Rede Municipal de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º Fica autorizada a baixa patrimonial por inservível, sem possibilidades de utilização, os equipamentos da Câmara de Vereadores, conforme tabela abaixo:

Nº de Ordem	EQUIPAMENTO	Nº PATRIMÔNIO
01	Scanner Genius 1200XE	07554
02	Impressora Matricial Epson FX 1170	07590
03	Estabilizador Energetic	07524
04	Estabilizador SMS	07507

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Lei Nº 4.071 de 17 de Dezembro de 2010.**

LEI Nº 4.071 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros em parcela única, às entidades a seguir identificadas, provenientes da campanha de restituição do imposto de Renda "Tributo à Cidadania" depositados na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, destinado ao pagamento de despesas da entidade, em conformidade com projeto aprovado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Entidade Valor  
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO FUTSAL DE JOAÇABA / CNPJ 12.783.836/0001-99 R\$ 1.799,30

Art. 2º A prestação de contas deverá acontecer no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Extrato TP 19/2010/PMJ - PL 111/2010/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2010/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2010/PMJ

Objeto: Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação asfáltica em C.A.U.Q.- concreto asfáltico usinado a quente nas Ruas Dorvilio Balan e Mariano Alberguini, no Município de Joaçaba. Data da abertura: Dia 13/01/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 13/01/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### **Termo Homologação PL 14 FAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2010/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2010/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 13/2010/FAS

- Objeto: aquisição de Móveis de escritório, equipamentos de informática e áudio visual destinados à manutenção dos serviços prestados pelo CRAS/IGD do Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba (SC), em conformidade com o anexo I do edital.

- Empresas Vencedoras:

ELIDIANE TOMACHESKI-ME

- Valor Total: R\$ 906,00 (novecentos e seis reais)

NEW POINT INFORMÁTICA LTDA (CONCÓRDIA)

- valor total: R\$ 4.510,00 (quatro mil e quinhentos e dez reais)

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

- valor total R\$ 1.342,00 (hum mil, trezentos e quarenta e dois reais)

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes. Joaçaba (SC), 17 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito e Gestor do Fundo

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2010/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2010/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 13/2010/FAS

- Objeto: aquisição de Móveis de escritório, equipamentos de informática e áudio visual destinados à manutenção dos serviços prestados pelo CRAS/IGD do Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba (SC), em conformidade com o anexo I do edital.

- Empresas Vencedoras:

ELIDIANE TOMACHESKI-ME

- Valor Total: R\$ 906,00 (novecentos e seis reais)

NEW POINT INFORMÁTICA LTDA (CONCÓRDIA)

- valor total: R\$ 4.510,00 (quatro mil e quinhentos e dez reais)  
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
- valor total R\$ 1.342,00 (hum mil, trezentos e quarenta e dois reais)  
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.  
Joaçaba (SC), 17 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE  
Prefeito e Gestor do Fundo

### Extrato de Termo de CESSÃO de USO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO  
O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CEDENTE  
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI -CESSIONÁRIO,  
AMPARADOS NO ART. 8º E 158 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO  
DE JOAÇABA(SC) E A LEI Nº 3.984 DE 17 DE SETEMBRO DE 2010,  
RESOLVEM, CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CESSÃO DE USO:

#### OBJETO E DESTINAÇÃO

OBJETIVA O PRESENTE TERMO A CESSÃO DE USO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) PARA O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, DE UM TERRENO URBANO COM ÁREA TOTAL DE 3.261,00M² (TRÊS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E UM METROS QUADRADOS) SITUADOS NO LOTEAMENTO SANTO ANTÔNIO, REGISTRADO SOB OS Nº 27.986, NO REGISTRO GERAL DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE JOAÇABA-SC.

O BEM PATRIMONIAL, OBJETO DESTA CESSÃO DE USO, TEM POR FINALIDADE A CONSTRUÇÃO, E POSTERIOR UTILIZAÇÃO, PELO CESSIONÁRIO, DE UMA COZINHA INDUSTRIAL.

PRAZO A CESSÃO DE USO É OUTORGADA PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) ANOS, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO SE DO INTERESSE DAS PARTES.

Joaçaba(Sc), em 29 De Novembro de 2010.  
RAFAEL LASKE PREFEITO  
Hermes Tomedi Superintendente do Sesi

### SIMAE

### Homologação CV 05/10

Protocolo 3042/2010  
Convite JHL 0005/2010

#### DESPACHO:

1- Homologo o Julgamento da Comissão de Licitações para a empresa Branpix Detonações e Exploração de Minérios Ltda e encaminhado ao SMT, para a emissão das Notas de Empenho para exercício 2011 dos seguintes materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VLR TOTAL
001	Detonação em rocha para implantação de redes de agua	200mt	8.308,00
002	Detonação em rocha para implantação de redes de esgoto	200mt	8.308,00

2- Comunique-se.

Joaçaba-SC, 21 de dezembro de 2010.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretor Presidente do SIMAE

### Tomada de Preços JHL 002/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0061/2010  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS JHL Nº 0002/2010  
PROTOCOLO JHL 3093/2010

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0002/2010 - Licitação 0061/2010, TIPO MELHOR TÉCNICA E PREÇO, que trata de:

Objeto: Contratação de Empresa para Serviços de Engenharia de Pessoa Jurídica, visando a prestação de serviços de Assessoria Técnica, na Área de Engenharia Mecânica e Hidráulica, para o SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 24/01/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 24/01/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba - SC, 21 de dezembro de 2010.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

## Luzerna

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto 1296

DECRETO Nº 1296 de 17 de dezembro de 2010.  
"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CME DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.4º da Lei nº 016 de 05.03.1997, e

CONSIDERANDO a Ata nº 042 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CME, em 06 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/CME DE LUZERNA(SC), parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUZERNA - CME

#### TÍTULO I

Da Caracterização e da Finalidade

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Luzerna, instituído pela Lei nº 016 de 05 de março de 1997, reger-se-á por este Regimento Interno, observadas as normas e disposições da legislação vigentes.

Art.2º- O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de

Luzerna, tem por finalidade:

- I - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;
- II - propor diretrizes educacionais;
- III- assessorar o Governo Municipal na formulação de políticas e planos educacionais;
- IV- propor escala de prioridades na elaboração da proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- V - emitir pareceres sobre questões de natureza educacional no âmbito da rede municipal de escolas e, para as demais redes, com base nas suas competências.

## TÍTULO II

### Da Organização

#### CAPÍTULO I

##### Da Composição

Art.3º- O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Luzerna é composto por 9 (nove) membros, nomeados pelo Prefeito, por um período de 02 (dois) anos, sem prejuízo de recondução por mais dois anos, e escolhidos conforme segue:

- I - 04 (quatro) representantes da área da educação; dois docentes da rede municipal e dois da rede estadual;
- II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- III - 01 (um) representante das APPs - Associação de Pais e Professores da rede pública;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria de Educação Cultura e Esporte (redação alterada pela Lei nº 823 de 19 de fevereiro de 2009);
- V - 01 (um) representante do IFC - Instituto Federal Catarinense (redação alterada pela Lei nº 934 de 26 de outubro de 2010);
- VI - 01 representante do SENAI.

§1º- Para a designação dos membros representantes de entidades de classe, o Prefeito solicitará às respectivas entidades que indiquem representantes, titulares e suplentes.

§2º- A eleição de nova diretoria na entidade de classe permitirá a substituição dos representantes, titular e suplente, que completarão o mandato do conselheiro substituído.

§3º- Para cada representante titular caberá um suplente, da mesma fonte de indicação, com presença e palavra asseguradas em todas as reuniões do CME, e voto, quando no exercício da titularidade.

§4º- O desempenho da função de membro do CME será gratuito e considerado de relevância para o Município.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Órgãos de Deliberação e Apoio

Art.4º- Para o desempenho de suas atividades, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Luzerna funcionará em Conselho Pleno e disporá de comissões permanentes e temporárias.

#### SEÇÃO I

##### Do Conselho Pleno

Art.5º- O Conselho Pleno, constituído por todos os conselheiros titulares e, na falta, pelos respectivos suplentes, instala-se com a presença da maioria simples de seus membros, número legal para deliberação e votação.

Parágrafo único. O quorum será apurado no início da sessão pela assinatura dos conselheiros na lista de presença.

#### SUBSEÇÃO I

##### Das Reuniões

Art.6º- O Conselho Pleno reunir-se-á, mensalmente, em caráter ordinário cuja data será definida ao final de cada reunião, e extraordinariamente, sempre que for convocado, com antecedência mínima de 03(três) dias, pelo Prefeito Municipal, por seu Presidente

ou, ainda, por um terço dos seus membros.

§1º- As reuniões do Conselho são sempre de caráter reservado, salvo as solenes e as de cunho técnico-pedagógico, ou de caráter sigiloso quando a matéria assim o exigir.

§2º- As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes na reunião.

#### SEÇÃO II

##### Da Diretoria Executiva

Art. 7º - O CME será administrado por uma Diretoria Executiva composta de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário.

§1º- O CME será presidido por um dos conselheiros, eleito pelos seus membros com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleito por mais um mandato.

§2º- O Conselho elegerá, também, dentre os seus membros, um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas faltas e impedimentos.

§3º- Nos impedimentos e faltas do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá o Conselho o membro titular mais idoso.

§4º- O Conselho contará com um Secretário também eleito dentre seus membros.

#### SEÇÃO III

##### Das Comissões

Art.8º- Poderão ser designadas comissões permanentes e temporárias, constituídas por no mínimo 03 (três) membros, escolhidos pelo Presidente, ouvido o Conselho Pleno.

§1º- Às comissões caberá a escolha dos respectivos Presidentes.

§2º- As comissões poderão solicitar a colaboração de profissionais especializados para a realização de suas tarefas específicas, que serão designados pelo Presidente do CME.

#### TÍTULO III

##### Das Competências

#### CAPÍTULO I

##### Do CME e dos Conselheiros

Art.9º- Ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME de Luzerna compete:

I - Na esfera administrativa:

- a) elaborar seu Regimento;
- b) exercer as funções que lhe são conferidas pelas leis e decretos federais, estaduais e municipais;
- c) manter intercâmbio com os Conselhos congêneres do país;

II - Na esfera técnica:

- a) desempenhar as atribuições referidas no art. 2º, deste Regimento;
- b) prestar orientação normativa;
- c) opinar ou deliberar sobre todas as matérias que lhe forem atribuídas, explícita ou implicitamente, por normas federais, estaduais e municipais;
- d) promover e divulgar estudos sobre a Política Municipal de Educação;
- e) propor medidas destinadas a modernizar a estrutura e o procedimento da Administração na área da educação;
- f) colaborar na realização de palestras e cursos sobre assuntos pertinentes à área da educação.
- g) emitir pareceres sobre questões de natureza educacional que lhe são afetas e submetidas a análise;
- h) Regularmentar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos educacionais no Município de Luzerna, dentro de sua competência.

Art.10 - Aos conselheiros compete:

- a) participar das reuniões mensais do Conselho, com direito à voz e voto;



- b) executar as tarefas que lhes forem afetas nas comissões;
- c) representar oficialmente o CME quando designados pelo Presidente;
- d) informar regularmente ao setor que representa sobre as atividades e deliberações do CME.
- e) convocar reuniões extraordinárias do CME, mediante subscrição de um terço de seus membros;
- f) manter conduta ética compatível com as atividades do CME

#### SEÇÃO I

##### Do Conselho Pleno

#### SEÇÃO II

##### Da Diretoria Executiva

Art. 11 - No desempenho de seu mandato, cabe à Diretoria:

- a) reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que se faça necessário, cabendo ao Presidente convocar os demais membros que a compõem.
- b) zelar pelos interesses do CME;
- c) prestar obediência ao Regimento e fazer com que o cumpram;
- d) estudar e propor ao Conselho Pleno as reformas que julgar necessárias ao Regimento do CME.

#### SUBSEÇÃO I

##### Do Presidente

Art. 13 - Compete ao Presidente:

- a) representar oficialmente o CME;
- b) convocar e presidir reuniões e encontros promovidos pelo Conselho;
- c) aprovar a pauta das reuniões;
- d) resolver questões de ordem;
- e) exercer direito de voto e voto de qualidade, nos casos de empate;
- f) baixar atos relativos à composição das comissões;
- g) determinar a realização de estudos solicitados pelo Conselho Pleno;
- h) ter sob sua responsabilidade toda a documentação legal do CME.
- i) convidar, como colaboradores do CME, representantes de entidades;
- j) solicitar, das comissões de estudos, pareceres, consultas e qualquer outra tarefa relacionada com a competência do CME, nas áreas administrativas e técnica;
- k) assinar documentos e deliberações do CME;
- l) encaminhar ao Prefeito comunicado de exclusão de membro do Conselho, por inobservância ao Regimento Interno (após decidido pelo Conselho Pleno), bem como pedido de designação de outro representante;
- m) elaborar, ao final do mandato, relatório circunstanciado das atividades do CME, durante sua gestão;
- n) participar dos demais atos que forem indispensáveis ao fiel cumprimento dos objetivos do CME.

#### SUBSEÇÃO II

##### Do Vice-Presidente

Art.14 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) substituir o Presidente em caso de ausência ou impedimento.

#### SUBSEÇÃO III

##### Do Secretário

Art. 15 - Compete ao Secretário:

- a) secretariar as sessões ordinárias e extraordinárias do CME;
- b) providenciar lavraturas de atas das sessões e dos expedientes necessários ao cumprimento das deliberações do CME;
- c) acompanhar a execução das decisões tomadas pelo CME, mantendo seus membros informados;
- d) assessorar o Presidente do CME;

- e) preparar as proposições que serão levadas ao Conselho Pleno;
- f) exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Conselho ou pelo Presidente;

Parágrafo Único - O apoio técnico ao Secretário do CME será prestado pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

#### SEÇÃO II

##### Das Comissões

Art.16 - Às comissões permanentes e temporárias compete, desde que solicitado pelo Presidente do CME:

- a) realizar estudos;
- b) emitir pareceres;
- c) responder consultas;
- d) desempenhar qualquer outra tarefa relacionada com a competência do Conselho Municipal de educação nas áreas administrativa e técnica.

#### TÍTULO IV

##### Das Disposições Gerais

Art.17 - O conselheiro que tiver de se ausentar, ou não puder comparecer à reunião mensal, deverá comunicar o impedimento com antecedência de 03 (três) dias, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente.

§1º- Nas hipóteses previstas neste artigo, os processos de que for relator poderão ser redistribuídos a outro conselheiro.

§2º- Não havendo possibilidade de comparecimento do conselheiro na reunião mensal e sendo o prazo para a reunião inferior a 03 (três) dias, caberá ao próprio conselheiro faltante a comunicação ao seu suplente.

Art.18 - Perderá o mandato, o conselheiro que não comparecer a 03 (três) reuniões injustificadamente ou, ainda que justificadas, não providenciar a convocação de seu suplente, na forma do artigo antecedente.

§1º- A perda do mandato importa em exclusão do faltante do quadro de conselheiros do CME e impedirá que este venha novamente a participar do mesmo, em qualquer qualidade.

§2º- A perda do mandato de que trata este artigo será oficializada mediante aprovação do Conselho Pleno e comunicação ao excluído mediante expedição de correspondência registrada.

§3º- O ato será imediatamente comunicado ao Prefeito Municipal que, no caso de tratar-se de representante do Poder Público indicará e designará novo conselheiro e no caso de outra entidade caberá ao órgão que indicou o excluído fazer a indicação de novo nome, ocasião em que o Presidente o enviará para o Prefeito Municipal para nomeação.

§4º- Sendo o membro excluído titular, o suplente automaticamente assumirá a vaga deixada pelo mesmo.

Art.19 - O Presidente do Conselho convocará os conselheiros suplentes, quando necessário, para participarem de todos os trabalhos, com direito a voto.

Art.20- As normas complementares de funcionamento do CME aprovadas pelo Conselho Pleno, constituirão anexo ao presente Regimento, sob a forma de deliberações.

Art.21 - Os casos omissos serão decididos em reunião do Conselho Pleno.

Art.22 - O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros do CME

Art.23 - O Regimento Interno, depois de aprovado pelo Prefeito Municipal, deverá ser publicado na imprensa oficial do Município.

Luzerna(SC), 06 de dezembro de 2010.

MARIA REGINA FALCHETTI  
Presidente do CME de Luzerna

### **Decreto 1297**

DECRETO Nº 1297 de 17 de dezembro de 2010.

"NOMEIA O CONSELHO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - O CONSELHO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), na forma do art. 3º da Lei nº 017 de 05.03.97, ficando assim constituído:

- I - Prefeito;
  - II - Vice-Prefeito;
  - III - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores;
  - IV- Líderes dos Partidos Políticos com representação na Câmara Municipal de Vereadores;
  - V - Secretários Municipais;
  - VI - Cidadãos nomeados pelo Prefeito:
    - \* NÉLSON GIACOMIN;
    - \* MÁRCIO DALLA LANA;
    - \* GUNTHER KNOLSEISEN;
- Cidadãos eleitos pela Câmara de Vereadores:
- \* RAFAEL KRATOCHVIL;
  - \* DAVI ANTÔNIO CERON;
  - \* GERALDO CERON

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

### **Decreto 1303**

DECRETO Nº 1303 de 17 de dezembro de 2010.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES/COMEN DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 909 de 18 de maio de 2010, e

CONSIDERANDO a Ata nº 002 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES/COMEN, em 08 de novembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES/COMEN DE LUZERNA(SC), parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES DE LUZERNA

### **TÍTULO I**

Da Caracterização e da Finalidade

Art.1º- O Conselho Municipal de Entorpecentes de Luzerna - COMEN, instituído pela Lei nº 909 de 18 de maio de 2010, é órgão normativo, de deliberação coletiva, com a finalidade de formular a política municipal de entorpecentes, em obediência as diretrizes dos Conselhos Federal e Estadual de Entorpecentes, bem como auxiliar e cooperar com as atividades de orientação, planejamento e prevenção ao uso indevido de drogas e recuperação de dependentes de substâncias entorpecentes que causem dependência física e psíquica, no Município de Luzerna.

Art.2º- O Conselho Municipal de Entorpecentes de Luzerna - COMEN, tem por finalidade:

- I - formular diretrizes, avaliar, adequar, referendar e acompanhar a política municipal de educação preventiva, tratamento, assistência e reinserção social e laboratorial da dependência de substâncias psicoativas, compatibilizando-a com a política nacional;
- II- promover e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas nas áreas de educação, prevenção, tratamento e recuperação da dependência de substâncias psicoativas;
- III- firmar convênios, contratos, acordos e termos de cooperação técnica com entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, visando à implantação de seus objetivos.
- IV- cadastrar, apoiar, orientar e auxiliar as entidades que desempenham atividades relacionadas e afins.

### **TÍTULO II**

Da Organização

#### **CAPÍTULO I**

Da Composição

Art.3º- O Conselho Municipal de Entorpecentes de Luzerna - COMEN, é composto por 7 (sete) membros, designados pelo Prefeito, por um período de 02 (dois) anos, sem prejuízo de recondução por mais dois anos, e escolhidos conforme segue:

- I - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social;
- II - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- III - Associação de Pais e Professores da rede pública;
- IV - Polícia Militar;

V- Polícia Civil

VI - Conselho Tutelar;

VII - Hospital São Roque Sociedade Beneficente.

§1º- Para a designação dos membros representantes de entidades de classe, o Prefeito solicitará às respectivas entidades que indiquem representantes, titulares e suplentes.

§2º- A eleição de nova diretoria na entidade de classe permitirá a substituição dos representantes, titular e suplente, que completarão o mandato do conselheiro substituído.

§3º- Para cada representante titular caberá um suplente, da mesma fonte de indicação, com presença e palavra asseguradas em todas as reuniões do COMEN, e voto, quando no exercício da titularidade.

§4º- O desempenho da função de membro do COMEN será gratuito e considerado de relevância para o Município.

#### **CAPÍTULO II**

Dos Órgãos de Deliberação e Apoio

Art.4º- Para o desempenho de suas atividades, o Conselho Municipal de Entorpecentes de Luzerna - COMEN funcionará em Conselho Pleno e disporá de comissões permanentes e temporárias.

#### **SEÇÃO I**

Do Conselho Pleno

Art.5º- O Conselho Pleno, constituído por todos os conselheiros titulares e, na falta, pelos respectivos suplentes, instala-se com a presença da maioria simples de seus membros, número legal para



deliberação e votação.

Parágrafo único. O quorum será apurado no início da sessão pela assinatura dos conselheiros na lista de presença.

#### SUBSEÇÃO I

##### Das Reuniões

Art.6º- O Conselho Pleno reunir-se-á, mensalmente, em caráter ordinário cuja data será definida ao final de cada reunião, e extraordinariamente, sempre que for convocado, com antecedência mínima de 03(três) dias, pelo Prefeito Municipal, por seu Presidente ou, ainda, por um terço dos seus membros.

§1º- As reuniões do Conselho são sempre de caráter reservado, salvo as solenes e as de cunho técnico-científico, ou de caráter sigiloso quando a matéria assim o exigir.

§2º- As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes na reunião.

#### SEÇÃO II

##### Da Diretoria Executiva

Art. 7º - O COMEN será administrado por uma Diretoria Executiva composta de:

- a) Presidente.
- b) Vice-Presidente.
- c) Secretário.

§1º- O COMEN será presidido por um dos conselheiros, eleito pelos seus membros com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleito por mais um mandato.

§2º- O Conselho elegerá, também, dentre os seus membros, um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas faltas e impedimentos.

§3º- Nos impedimentos e faltas do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá o Conselho o membro titular mais idoso.

§4º- O Conselho contará com um Secretário também eleito dentre seus membros.

#### SEÇÃO III

##### Das Comissões

Art.8º- Poderão ser designadas comissões permanentes e temporárias, constituídas por no mínimo 03 (três) membros, escolhidos pelo Presidente, ouvido o Conselho Pleno.

§1º- Às comissões caberá a escolha dos respectivos Presidentes.

§2º- As comissões poderão solicitar a colaboração de profissionais especializados para a realização de suas tarefas específicas, que serão designados pelo Presidente do COMEN.

#### TÍTULO III

##### Das Competências

#### CAPÍTULO I

##### Do COMEN e dos Conselheiros

Art.9º- Ao Conselho Municipal de Entorpecentes de Luzerna - COMEN compete:

I - Na esfera administrativa:

- a) elaborar seu Regimento;
- b) exercer as funções que lhe são conferidas pelas leis e decretos federais, estaduais e municipais;
- c) manter intercâmbio com os Conselhos congêneres do país;

II - Na esfera técnica:

- a) desempenhar as atribuições referidas no art. 2º, deste Regimento;
- b) prestar orientação normativa e supervisão técnica aos demais órgãos do sistema de prevenção a entorpecentes, sem prejuízo da subordinação administrativa destes às Unidades e cujas estruturas estiverem integrados;
- c) opinar ou deliberar sobre todas as matérias que lhe forem atribuídas, explícita ou implicitamente, por normas federais, estaduais

e municipais;

d)promover e divulgar estudos sobre a política municipal de prevenção a entorpecentes;

e)propor medidas destinadas a modernizar a estrutura e o procedimento da Administração nas áreas de prevenção, repressão e fiscalização de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência psíquica e/ou física, bem como na recuperação de dependentes, buscando seu constante aperfeiçoamento e eficiência;

f) controlar a realização de palestras e cursos sobre assuntos pertinentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência psíquica e/ou física;

g) credenciar palestrantes.

Art.10 - Aos conselheiros compete:

- a) participar das reuniões mensais do Conselho, com direito à voz e voto;
- b) executar as tarefas que lhes forem afetas nas comissões;
- c) representar oficialmente o COMEN quando designados pelo Presidente;
- d) informar regularmente ao setor que representa sobre as atividades e deliberações do COMEN;
- e) convocar reuniões extraordinárias do COMEN, mediante subscrição de um terço de seus membros;
- f) manter conduta ética compatível com as atividades do COMEN.

#### SEÇÃO I

##### Do Conselho Pleno

Art.11- Ao Conselho Pleno compete deliberar sobre matéria de caráter geral, relacionada com a prevenção, repressão e fiscalização de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência psíquica e/ou física, sobre matéria especial que lhe for submetida e, ainda, sobre assuntos de suas atribuições, estabelecidas por normas federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Compete, ainda, ao Conselho Pleno, decidir quanto a exclusão de seus membros que não cumprirem com o presente Regimento ou disposições do COMEN.

#### SEÇÃO II

##### Da Diretoria Executiva

Art. 12 - No desempenho de seu mandato, cabe à Diretoria:

- a) reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que se faça necessário, cabendo ao Presidente convocar os demais membros que a compõem.
- b) zelar pelos interesses do COMEN.
- c) prestar obediência ao Regimento e fazer com que o cumpram.
- d) estudar e propor ao Conselho Pleno as reformas que julgar necessárias ao Regimento do COMEN.

#### SUBSEÇÃO I

##### Do Presidente

Art. 13 - Compete ao Presidente:

- a) representar oficialmente o COMEN;
- b) convocar e presidir reuniões e encontros promovidos pelo Conselho;
- c) aprovar a pauta das reuniões;
- d) resolver questões de ordem;
- e) exercer direito de voto e voto de qualidade, nos casos de empate;
- f) baixar atos relativos à composição das comissões;
- g) determinar a realização de estudos solicitados pelo Conselho Pleno;
- h) ter sob sua responsabilidade toda a documentação legal do COMEN.
- i) convidar, como colaboradores do COMEN, representantes de entidades;
- j) solicitar, das comissões de estudos, pareceres, consultas e qualquer outra tarefa relacionada com a competência do COMEN, nas áreas administrativa e técnica;

- k) assinar documentos e deliberações do COMEN;
- l) encaminhar ao Prefeito comunicado de exclusão de membro do Conselho, por inobservância ao Regimento Interno (após decidido pelo Conselho Pleno), bem como pedido de designação de outro representante;
- m) elaborar, ao final do mandato, relatório circunstanciado das atividades do COMEN, durante sua gestão;
- n) participar dos demais atos que forem indispensáveis ao fiel cumprimento dos objetivos do COMEN.

#### SUBSEÇÃO II

##### Do Vice-Presidente

Art.14 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) substituir o Presidente em caso de ausência ou impedimento.

#### SUBSEÇÃO III

##### Do Secretário

Art. 15 - Compete ao Secretário:

- a) secretariar as sessões ordinárias e extraordinárias do COMEN;
- b) providenciar lavraturas de atas das sessões e dos expedientes necessários ao cumprimento das deliberações do COMEN;
- c) acompanhar a execução das decisões tomadas pelo COMEN, mantendo seus membros informados;
- d) assessorar o Presidente do COMEN;
- e) preparar as proposições que serão levadas ao Conselho Pleno;
- f) exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Conselho ou pelo Presidente;

Parágrafo Único - O apoio técnico ao Secretário do COMEN, será prestado pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

#### SEÇÃO II

##### Das Comissões

Art.16 - Às comissões permanentes e temporárias compete, desde que solicitado pelo Presidente do COMEN:

- a) realizar estudos;
- b) emitir pareceres;
- c) responder consultas;
- d) desempenhar qualquer outra tarefa relacionada com a competência do Conselho Municipal de Entorpecentes nas áreas administrativa e técnica.

#### TÍTULO IV

##### Das Disposições Gerais

Art.17 - O conselheiro que tiver de se ausentar, ou não puder comparecer à reunião mensal, deverá comunicar o impedimento com antecedência de 03 (três) dias, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente.

§1º- Nas hipóteses previstas neste artigo, os processos de que for relator poderão ser redistribuídos a outro conselheiro.

§2º- Não havendo possibilidade de comparecimento do conselheiro na reunião mensal e sendo o prazo para a reunião inferior a 03 (três) dias, caberá ao próprio conselheiro faltante a comunicação ao seu suplente.

Art.18 - Perderá o mandato, o conselheiro que não comparecer a 03 (três) reuniões injustificadamente ou, ainda que justificadas, não providenciar a convocação de seu suplente, na forma do artigo antecedente.

§1º- A perda do mandato importa em exclusão do faltante do quadro de conselheiros do COMEN e impedirá que este venha novamente a participar do mesmo, em qualquer qualidade.

§2º- A perda do mandato de que trata este artigo será oficializada mediante aprovação do Conselho Pleno e comunicação ao excluído mediante expedição de correspondência registrada.

§3º- O ato será imediatamente comunicado ao Prefeito Municipal

que, no caso de tratar-se de representante do Poder Público indicará e designará novo conselheiro e no caso de outra entidade caberá ao órgão que indicou o excluído fazer a indicação de novo nome, ocasião em que o Presidente o enviará para o Prefeito Municipal para nomeação.

§4º- Sendo o membro excluído titular, o suplente automaticamente assumirá a vaga deixada pelo mesmo.

Art.19 - O Presidente do Conselho convocará os conselheiros suplentes, quando necessário, para participarem de todos os trabalhos, com direito a voto.

Art.20- As normas complementares de funcionamento do COMEN aprovadas pelo Conselho Pleno, constituirão anexo ao presente Regimento, sob a forma de deliberações.

Art.21 - Os casos omissos serão decididos em reunião do Conselho Pleno.

Art.22 - O presente Regimento Interno somente poderá ser alterado por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros do COMEN.

Art.23 - O Regimento Interno, depois de aprovado pelo Prefeito Municipal, deverá ser publicado na imprensa oficial do Município.

Luzerna(SC), 08 de novembro de 2010.

ORLANDO FÁVERO

Presidente do COMEN de Luzerna

#### **Aviso Dispensa de Licitação pml.025.2010**

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0101/2010

PREFEITURA DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA Nº 025/2010

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0101/2010

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pela Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal de Luzerna e seus Fundos Especiais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) Valor total contratado: R\$ 2.688,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso XVI.

Luzerna (SC), 21 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito

#### **Extrato de Contrato Nº: pml.019.10 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.019.10 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.019.10, devido a não liberação até o momento, por parte da FUNASA, dos recursos decorrentes do Convênio nº 0688/2007, Programa Sistema de Esgotamento Sanitário, firmado entre o Município de Luzerna e o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, prorrogando por mais 03 (três) meses, passando a vigência de 06 (seis) meses para 09 (nove) meses, e conseqüentemente alterando a Cláusula Oitava

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2010.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SIMAR JOSÉ ROSA  
ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA  
CONTRATADA

### **Extrato da Ata de Registro de Preços FMS 0009/2010**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
FMS 0009/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº fms.0021/2010  
Órgão Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde  
Modalidade: Pregão Presencial nº fms.0021/2010  
Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços  
Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração  
Órgãos Participantes:  
SULMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA  
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
PRO-DIET FARMACÊUTICA LTDA  
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA  
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME  
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA  
1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORT. E EXPORT. DE MEDICAM. LTDA  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA  
S & R DISTRIBUIDORA LTDA  
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA  
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) no link Licitações.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2010.  
ORLANDO FÁVERO  
Gestor do FMS

### **Extrato da Ata de Registro de Preços FMS 0010/2010**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
FMS 0010/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº fms.0022/2010  
Órgão Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais odontológicos, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Programa de Saúde da Família - PSF  
Modalidade: Pregão Presencial nº fms.0022/2010  
Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços  
Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração  
Órgãos Participantes:  
OTRIALA COM. ATAC. MEDIC. E PRO. MÉDICOS  
CIRÚRGICA ERECHIM LTDA  
SILMEI'S COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME  
PRHODENT COM. E REPRES. DE PROD. HOSP. E DENT. LTDA  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA  
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA  
CIRURGICA FERNANDES COM. DE MAT. CIR. E HOSP. LTDA  
CIRURGICA MASTER LTDA ME

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) no link Licitações.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2010.  
ORLANDO FÁVERO  
Gestor do FMS

## **Massaranduba**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Complementar Nº 034/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2010

Dispõe sobre a contribuição de melhoria sobre imóveis valorizados em decorrência de obras públicas municipais e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### **DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A contribuição de melhoria, prevista na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art. 2º A Contribuição de Melhoria tem como limite total o custo da obra e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para o imóvel beneficiado.

§ 1º- No custo das obras serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução, financiamento e outras de praxe em financiamento ou empréstimo.

§ 2º- O custo das obras terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficiente de correção monetária.

#### **CAPÍTULO II INCIDÊNCIA**

Art. 3º A incidência da Contribuição de Melhoria e seu lançamento serão pela execução de qualquer das obras a seguir relacionadas que resulte benefício, direta ou indiretamente, para uma zona ou localidade, que decorra valorização dos imóveis atingidos pelo incremento comprovado das condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte, ou outros elementos básicos de progresso:

- I - aberturas;
- II - alargamento;
- III - pavimentação;

IV - iluminação;  
V - arborização e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos.

### CAPÍTULO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 4º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis valorizados em virtude de obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas ou viabilizadas pelo Município de Massaranduba, por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

§ 1º - Consideram-se, também, lindeiros, os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

§ 2º - Considera-se viabilizada pelo Município a execução da obra por empresa privada, pelo regime de mutirão e as realizadas diretamente pelo município.

§ 3º - Tendo em vista que a hipótese de incidência do tributo não é a propriedade, mas a realização da obra, a Contribuição também é devida, a critério da repartição competente:

I - por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II - por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

§ 4º - O disposto nos parágrafos anteriores aplica-se ao espólio das pessoas referidas.

§ 5º - No caso de enfiteuse responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 6º - Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário, a juízo da Administração, cabendo àquele que for lançado à faculdade prevista no § 4º do Art. 8º do Decreto - Lei Federal nº 195/67.

### TÍTULO III

#### CÁLCULO

Art. 5º O cálculo da Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública, e como limite individual o acréscimo do valor que da obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo e em função de fatores individuais de valorização apurados.

§ 1º - O valor da contribuição de melhoria será calculado por meio da seguinte fórmula:

$$CM = A \cdot Vi/Vtr$$

§ 2º - Para os fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo, entende-se por:

I - CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

II - A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

III - Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela

comissão;

IV -Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados.

a - A valorização do imóvel será apurada após o término da obra, sendo a diferença entre dois momentos: o primeiro, o valor do imóvel antes da obra ser iniciada, valor este obtido através da planta genérica de valores do município; e o segundo, o valor do imóvel após a conclusão da obra.

b - Para obter o valor do imóvel após a conclusão da obra, será observado pela comissão a porcentagem de valorização do imóvel verificando a zona de influência, a situação do imóvel, a ocupação, valor este que será acrescido no valor inicial do imóvel.

§ 3º - Para a elaboração dos laudos previstos no artigo anterior o Poder Executivo Municipal formará comissão, composta por profissionais do ramo da engenharia e/ou imobiliário que subscreverão conjunta ou individualmente os documentos, os quais gozam da presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário:

I - um representante da Secretaria de Administração e Finanças;  
II - um representante da Gerência de Tributação;  
III - um representante da Secretaria de Planejamento;

IV - dois representantes dos Corretores de imóveis de Massaranduba;

§ 4º - Os membros da Comissão não perceberão qualquer remuneração por seu trabalho, que será considerado de relevante interesse para o Município.

§ 5º - Os órgãos técnicos do Município fornecerão todas as informações solicitadas pela Comissão, para o fiel cumprimento de seus objetivos.

§ 6º - Os laudos de que trata este artigo não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria, mas sim para efetivação da valorização imobiliária ocorrida, tendo por base o valor venal constante da planta genérica de valores do Município, antes e depois da realização da obra pública, e de outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, abaixo elencados:

I - valor médio extraído das guias de recolhimento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para as transações de imóveis na região;

II - os preços correntes das transações no mercado imobiliário, coletados por meio de pesquisas a imobiliárias e anúncios;

III - os valores das desapropriações realizadas na região onde se encontra o imóvel.

§ 7º - Além do disposto no artigo 2º desta lei, a apuração do quantum de valorização levará em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolada ou cumulativamente, o que será devidamente motivado.

§ 8º - Correrão por conta do Município de Massaranduba:

I - as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos da Contribuição de Melhoria;

II - as importâncias que se referirem à área de benefício comum.



§ 9º - A unidade municipal competente da Secretaria de Planejamento deverá comunicar a Gerência de Tributação da Prefeitura Municipal, acerca da realização da pavimentação antes e após a conclusão das obras para que sejam elaborados os laudos de avaliação de que trata este artigo.

#### TÍTULO IV DO EDITAL

Art. 6º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria deverá ser publicado Edital, em jornal de circulação regional, mural público, dentre outros, contendo os seguintes elementos:

I - delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

V - determinação do fator de absorção do benefício se houver.

Art. 7º O contribuinte será cientificado do lançamento por um dos seguintes meios:

I - Pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso de lançamento;

II - Pelo correio, com aviso de recepção;

III - Por órgão de imprensa escrita de veiculação no Município;

IV - Por edital afixado na Prefeitura Municipal.

V - Pelo correio eletrônico (e-mail), com aviso de recepção (leitura).

Art. 8º Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do edital referido no artigo anterior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único - A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

#### CAPÍTULO VI

##### DO LANÇAMENTO

Art. 9º A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes dos cadastros municipais, aplicando-se, no que couberem, as normas estabelecidas para os Impostos sobre a Propriedade Territorial Urbana.

Art. 10 Far-se-á o levantamento cadastral:

I - mediante informação prestada, em formulário próprio, pela repartição do Município encarregada do Cadastro Imobiliário;

II - por declaração do proprietário do imóvel ou de seu possuidor, através de petição e preenchimento de formulário, que será encaminhada à repartição competente;

III - de ofício, através de verificação no local.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II deverá ser procedida verificação no local, para a eliminação de erros.

§ 2º - Na hipótese de divergência entre os dados de cadastro e os verificados no local, dar-se-á ciência ao cadastro imobiliário.

Art. 11 O sujeito passivo será notificado do lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata esta lei pela entrega do aviso, no local do imóvel, a qualquer das pessoas de que trata o artigo 5º, ou aos seus familiares, representantes, prepostos, empregados ou inquilinos, contendo informações quanto:

I - o montante do crédito tributário;

II - forma e prazo de pagamento;

III - elementos que integram o cálculo do montante;

IV - prazo concedido para reclamação.

Art. 12 O prazo para a reclamação de que trata o inciso IV do artigo anterior é de 30 (trinta) dias, contados da ciência da notificação; e suspenderá os efeitos do lançamento até decisão.

Art. 13 A não reclamação do lançamento da contribuição de acordo com o artigo anterior implicará no lançamento para o contribuinte. Podendo a prefeitura a qualquer momento fazer-se a da notificação de cobrança, nas formas estabelecidas.

Art. 14 A Contribuição de Melhoria de que trata esta lei constitui ônus real acompanhando o imóvel ainda após a sua transmissão.

Art. 15 Os requerimentos de impugnação ou reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, serão sempre dirigidos ao titular da unidade administrativa encarregada da cobrança do tributo, cabendo, na hipótese de indeferimento, recurso à junta de recursos administrativos, no prazo de cinco dias contados da data da intimação do indeferimento.

Parágrafo Único - Se procedente a reclamação ou o recurso, a Administração atenderá ao contribuinte, no todo ou em parte, restituirando o seu direito.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS ISENÇÕES

Art. 16 Ficam isentos da Contribuição de Melhoria:

I - os templos de qualquer culto, as entidades esportivas, os sindicatos, as de assistências sociais, os partidos políticos e outras entidades sem fins lucrativos que atendam aos requisitos da legislação federal;

II - os imóveis pertencentes à União, ao Estado e suas autarquias e fundações que concederem ao Município tratamento recíproco;

III - as famílias que se enquadrem nas seguintes condições:

§ 1º - O contribuinte carente, assim considerado após análise efetuada pela Secretaria de Assistência Social e Planejamento do Município de Massaranduba, poderá, também, a critério do Setor de Tributos satisfazer os critérios que possuam um único imóvel, que comprovem renda familiar até dois salários mínimos e que não possuam veículo.

§ 2º - para soma da renda familiar serão computados todos os indivíduos que residam de forma direta ou indireta.

§ 3º - constatada a efetiva impossibilidade econômica de o contribuinte cumprir o disposto no parágrafo anterior, o Setor de Tributos mediante a instauração de procedimento administrativo,

poderá conceder parcial ou integral isenção tributária, lavrando parecer motivado.

§4º - O benefício fiscal disposto no inciso I será concedido até o limite de 50 (cinquenta) metros lineares fronteirços para a edificação da respectiva entidade, desde que estas atendam ao disposto no art.14 do Código Tributário Nacional.

§ 5º - A isenção deverá ser procedida de requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei. A isenção será efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa competente após análise dos documentos apresentados.

## CAPÍTULO VII DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 17 A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação e recapeamento de pavimento, de alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos e de colocação de guias e sarjetas;

II - em relação aos imóveis cujos proprietários tenham efetivamente aderido ao Programa de Pavimentação pelo Regime de Mutirão, conforme estabelecido em lei.

## CAPÍTULO VIII DA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO

Art. 18 O imóvel localizado na área rural com a finalidade de exploração agrícola terá um redutor de 20% (vinte) do valor da contribuição de melhoria.

§1º - O contribuinte que quiser se utilizar das faculdades previstas neste artigo deverá comprovar junto a Prefeitura que existe exploração agrícola, como fonte de renda econômica; estar inscrito no INCRA, efetuar o pagamento do ITR, apresentar nota de Produtor Rural com movimentação econômica desta propriedade como pessoa física.

§2º - O contribuinte perderá efeitos deste artigo assim que a propriedade perder as características de atividade agrícola explorável, transferência para pessoa jurídica e outros empreendimentos que descaracterizem como zona rural;(loteamentos, parque industrial, etc);

Art. 19 Para usufruir ao benefício o contribuinte deverá efetuar a comprovação, definida no parágrafo único do artigo anterior em 30 dias após a publicação do edital.

Art. 20 Imóveis em de nome de pessoa jurídica não tem o benefício do art.18.

## CAPÍTULO VIII DO PAGAMENTO

Art. 21 O pagamento da Contribuição de Melhoria de que trata esta lei será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Art. 22 O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, a contribuição lançada, com redução conforme a tabela a seguir:

### TABELA DE PAGAMENTO

SALDO DEVEDOR (CAPITAL)	FORMA DE PAGAMENTO	DESCONTO
100%	A VISTA	20%

75%	ENTRADA	15%
50%	ENTRADA	10%
25%	ENTRADA	5%

§ 1º O contribuinte que comprovar que é produtor rural poderá optar via requerimento conforme previsto neste artigo, a critério do setor de tributos, pleitear o seu débito em pagamento bimestral, trimestral, semestral ou anual, conforme a comprovação de renda apresentada pelo contribuinte, sem direito ao desconto previsto neste artigo, corrigidos de monetariamente.

§ 2º O contribuinte que não quiser se utilizar das faculdades previstas neste artigo poderá, a critério do Setor de Tributos, pleitear o parcelamento do seu débito, em até 36 (trinta e seis) prestações, expressas em modelo constitucional, corrigidas mensalmente de acordo com o índice oficial de correção monetária mais juros simples à razão de 1% (um) ao mês.

Art. 23 A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará cobrança de:

I - multa moratória de 3% (três por cento) ao mês, até atingir 30 (trinta) dias do vencimento;

II - multa moratória de 6% (seis por cento) ao mês, após atingir 30 (trinta) dias do vencimento;

III - juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do vencimento, contando-se como mês completo, não fracionado, acumulativo;

IV - atualização monetária.

Parágrafo único: A atualização monetária incidirá sobre o valor integral do crédito tributário.

## TÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Das certidões referentes à situação fiscal de qualquer imóvel constarão sempre os débitos relativos à Contribuição de Melhoria de que trata esta lei.

Art. 25 O procedimento tributário relativo à Contribuição de Melhoria, que se iniciará com a impugnação do lançamento pelo sujeito passivo, obedecerá no que couber, ao previsto na legislação dos Impostos Predial e Territorial Urbano.

Art. 26 O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei complementar no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 27 Ficam revogados os artigos, 261, 262, 263, 264, 265,266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276 e 277, da Lei Complementar 562 de 23/12/1994.

Art. 28 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 20 de Dezembro de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças



**Lei Complementar Nº 035/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2010

Altera o Artigo 260 da Lei Complementar nº 562/1994 - Código Tributário Municipal.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 260 da Lei Complementar nº 562/1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 260 - A taxa de coleta de lixo em imóveis integrantes da área rural, beneficiada com o serviço, será de R\$ 120,00 (Cento e Vinte Reais) por ano ou R\$ 10,00 (Dez Reais) por mês.

§ 1º - Aplicam-se no que couber, à taxa de coleta de lixo, as disposições referentes ao imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, inclusive as hipóteses de isenção do pagamento do crédito fiscal, exceto a prevista no inciso III do art. 180 desta Lei.

§ 2º - Os valores referentes a coleta de lixo definidos no caput deste artigo serão cobrados a partir do exercício de 2011.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Complementar 25/2009.

Paço Municipal de Massaranduba em, 20 de Dezembro de 2010

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

**Decreto Nº 2082/2 de 16 de Novembro de 2010**

DECRETO Nº 2082 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

Regulamenta o Concurso nº 001/2010 do Município de Massaranduba.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O ingresso de pessoal, a qualquer título, no âmbito da Administração do Município, somente poderá ocorrer mediante classificação em concurso público.

& 1º - Os concursos para seleção de candidatos serão realizados sempre que a Administração julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas no presente regulamento.

Art. 2º - O prazo de validade do Concurso será de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação dos resultados podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Durante o prazo de validade do concurso o candidato será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo ou emprego público.

Art. 3º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação, mas este quando der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

**CAPÍTULO II - DO EDITAL**

Art. 4º - As normas gerais para realização de concurso público serão estabelecidas em Edital.

& 1º - O Edital de que trata este artigo deverá ser amplamente divulgado através da imprensa oficial.

& 2º - O Edital deverá conter:

- 1- Os cargos a prover, com os respectivos números;
- 2- Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
- 3- Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição e os que deverão ser apresentados pelos candidatos habilitados, no ato da posse;
- 4- As matérias com os respectivos programas, sobre as quais versarão as provas;
- 5- A época e o local de realização das provas;
- 6- Taxa de inscrição;
- 7- Critérios e desempate na classificação.

**CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS**

Art. 5º - Poderão candidatar-se aos cargos públicos do quadro de pessoal, todos os cidadãos do Município que atendam aos seguintes requisitos:

- 1- Ser brasileiro;
- 2- Estar em gozo dos direitos políticos;
- 3- Estar quite com as obrigações eleitorais;
- 4- Estar em gozo dos direitos profissionais;
- 5- Possuir habilitação profissional conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 491/93.

**CAPÍTULO IV - DAS INSCRIÇÕES**

Art. 8º - As inscrições efetuadas em datas, horários e local fixado no edital do concurso.

Art. 9º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário fornecido no local.

Art. 10 - No ato da inscrição o candidato não receberá cópia do pedido de inscrição, trazendo a identidade para o dia da realização das provas.

Art. 11 - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional.

Art. 12 - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

**CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE CONCURSO**

Art. 13 - Os trabalhos referentes aos concursos públicos serão conduzidos por uma comissão de concursos designada pelo Prefeito Municipal, que deverá elaborar, aplicar e julgar as provas.

Art. 14 - Caberá a Comissão de Concursos fiscalizar a duplicação das provas, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O município poderá contratar uma instituição especializada para elaborar as provas e efetuar a impressão das provas.

Art. 15 - A Comissão de Concurso será auxiliada por funcionários da Prefeitura, na qualidade de fiscais de prova, designados especialmente pelo Presidente da referida Comissão, 05 (cinco) dias antes da realização do concurso.

**CAPÍTULO VI - DAS PROVAS E DO SEU JULGAMENTO**

Art. 16 - O concurso público constará de provas e títulos e provas práticas, dependendo dos cargos em que se verifique a necessidade destas últimas.

Art. 17 - Todas as provas serão de caráter eliminatório.

Art. 18 - Tratando-se de provas e títulos, a Comissão de Concursos avaliará o "CURRICULUM VITAE", atribuindo-lhe valores conforme os critérios estabelecidos pelo Edital.

Art. 19 - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 20 - Será considerado aprovado o candidato que obtiver, na escala de zero a dez, média aritmética de todas as provas escritas, igual ou superior a cinco, e somados as notas da prova escrita e prática.

§ 1º - A prova escrita será composta de:

- a) 10 questões de Língua Portuguesa;
- b) 10 questões de Matemática;
- c) 10 questões de Conhecimentos Gerais;
- d) 10 questões de Conhecimento Específico.

§ 2º - Para o cálculo da média, o peso aplicado em cada questão da prova escrita corresponderá a:

- a) Língua Portuguesa - peso 0,20;
- b) Matemática - peso 0,20;
- c) Conhecimentos Gerais - peso 0,20;
- d) Conhecimentos Específicos - peso 0,40.

Art. 21 - A prova de títulos será computada ao resultado obtido na prova escrita, acrescentando a pontuação conforme segue:

- I - Doutorado - 0,6 pontos
- II - Mestrado - 0,4 pontos
- III - Publicação de livro na área específica - 0,4 pontos
- IV - Especialização - 0,2 pontos
- V - Publicação de artigo científico - 0,2 pontos

PARÁGRAFO ÚNICO - A titulação será acrescida uma única vez, não sendo possível a cumulação de titulação equivalente, exceto quando titulações diversas, limitando-se ao máximo em 2,0 pontos.

#### CAPÍTULO VII - DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 22 - A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente das médias ponderadas obtidas no conjunto.

Art. 23 - A homologação do concurso será feita por ato do Executivo Municipal mediante relatório sobre as fases do mesmo, preparado pela Comissão encarregada do Concurso.

Art. 24 - A Administração poderá, a seu critério, antes da homologação, suspender, alterar, anular ou cancelar o Concurso Público, não assistindo ao candidato direito a reclamação.

Art. 25 - Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Concursos Públicos.

Art. 26 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 16 de Novembro de 2010  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Contrato Nº. 42/2010**

CONTRATO Nº. 42/2010  
CONTRATO ADITIVO Nº. 42/1  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2010

MODALIDADE: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
OBJETO: Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões:  
- Alteração no projeto geométrico: o que acarretou diversos serviços de terraplanagem, com alto volume de aterros e cortes;  
- Alteração do projeto de drenagem: o que acarretou implantação de elementos de drenagem em toda a pista. O projeto original apresentava elementos em apenas alguns pontos da pista.  
DATA DA VIGENCIA: 27.11.2010 a 27.03.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº. 71/2010**

CONTRATO Nº. 71/2010  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 75/2010

MODALIDADE: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 75/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: PROJETER ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA  
OBJETO: contratação de empresa especializada em engenharia para execução do levantamento e atualização cadastral do perímetro urbano, com aquisição de imagem de satélite ortorectificada de no mínimo 100 km² do município de Massaranduba, com fornecimento e instalação de todo material, equipamentos e mão de obra necessária para a execução dos serviços  
VALOR: R\$ 122.000,00 (Cento e vinte dois mil reais).  
DATA DA VIGENCIA: 03.12.2010 a 04.04.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº. 72/2010**

CONTRATO Nº. 72/2010  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 76/2010  
MODALIDADE: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 76/2010  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: KANGAO DO BRASIL LTDA  
OBJETO: Reforma da arquibancada do ginásio Municipal Alfredo Jacobowski, com fornecimento de cadeiras, serviço de ampliação dos patamares existentes com preenchimento de concreto para aumentar as dimensões dos mesmos, serviço de pintura das arquibancadas e serviço de Pintura detalhada nas grades de proteção.

VALOR: R\$ 129.091,30 (Cento e vinte nove mil, noventa e um reais e trinta centavos).

DATA DA VIGENCIA: 06.12.2010 a 07.02.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### **Contrato Nº. 73/2010**

CONTRATO Nº. 73/2010  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 78/2010

MODALIDADE: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 78/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
CONTRATADO: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INERENTES A OBRA DE REFORMA DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ALTO LUIS ALVES, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO.  
VALOR: R\$ 124.000,00 (Cento e vinte quatro mil reais).  
DATA DA VIGENCIA: 09.12.2010 a 08.04.2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA DE VEREADORES**

### **Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal REF EXER. 2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571- (0XX 47) 9181-4036  
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina CNPJ: 83.539.668/0001-39 - SITE: WWW.cvmassaranduba.sc.gov.br  
DECRETO LEGISLATIVO Nº003/2010

Aprova a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal referente ao exercício de 2008

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, e com fundamento no artigo 16, inciso XII, da Lei Orgânica (LO) do Município de Massaranduba, combinado com o Art. 50, inciso XIII, DO Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o Presidente promulga o seguinte ,  
DECRETO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2008 (dois mil e oito), conforme processos PCP -09/00177900 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua aprovação e publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba (SC) em 07 de Dezembro de 2010.

INACIO BESEN  
Presidente.

PUBLICADO NO EXPEDIENTE DA DATA SUPRA

JAIR MCHELIZZI  
Assistente Legislativo

### **Portaria Nº061/2010**

P O R T A R I A Nº 061/2010  
DE 14/12/2010

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - SUBSTITUIR, o Funcionário, Sr. Almir Trevisani pelo Funcionário, Sr. Jair Micheluzzi para responder internamente pela função de Tesoureiro Geral da Câmara de Vereadores de Massaranduba, a contar do dia 14/12/2010, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba, 14 de Dezembro de 2010.  
INÁCIO BESEN  
Presidente

P O R T A R I A Nº 061/2010  
DE 14/12/2010

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - SUBSTITUIR, o Funcionário, Sr. Almir Trevisani pelo Funcionário, Sr. Jair Micheluzzi para responder internamente pela função de Tesoureiro Geral da Câmara de Vereadores de Massaranduba, a contar do dia 14/12/2010, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba, 14 de Dezembro de 2010.  
INÁCIO BESEN  
Presidente

P O R T A R I A Nº 061/2010  
DE 14/12/2010

INÁCIO BESEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - SUBSTITUIR, o Funcionário, Sr. Almir Trevisani pelo Funcionário, Sr. Jair Micheluzzi para responder internamente pela função de Tesoureiro Geral da Câmara de Vereadores de Massaranduba, a contar do dia 14/12/2010, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Massaranduba, 14 de Dezembro de 2010.  
INÁCIO BESEN  
Presidente

### **Balancete Financeiro REF. MES de Novembro/2010**

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA -Poder Legislativo  
Balanço Financeiro

AnexoAN -5

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Novembro /2010

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

R EC EIT A D ESPESA

TÍTULOS

TÍTULOS

ORÇAMENTÁRIA 0,00 ORÇAMENTÁRIA 61.001,83

Receitas Orçam entárias 0,00 Despesas Correntes 61.001,83

Receitas Correntes 0,00 31 -Pessoal e Encargos Sociais 51.194,61

Receita Tributária 0,00 32 -Juros e Encargos da Dívida 0,00

Receitas de Contribuições 0,00 33 -Outras Despesas Correntes 9.807,22

Receitas Patrim oniais 0,00 Despesas de Capital 0,00

Receitas Agropecuárias 0,00 44 -Inv estimentos 0,00

Receitas Industriais 0,00 45 -Inv ersoes Financeiras 0,00

Receitas de Serv iços 0,00 46 -Am ortização 0,00

Transf erências Correntes 0,00 Despesas Intra-Orçam entárias 0,00

Outras Receitas Correntes 0,00 Despesa Corrente Intra-Orçam entária 0,00

(-)Deduções da Receita Corrente 0,00 Despesa de Capital Intra-Orçam entária 0,00

Receita Intra-Orçam entária Correntes 0,00 Interferências Passiv as 0,00

(-)Ded. Rec. Intra-Orçam entária Correntes 0,00 Transf erências Financeiras Concedidas 0,00

Receitas de Capital 0,00

Operações de Crédito 0,00

Alienação de Bens 0,00

Am ortização de Empréstimos 0,00

Transf erências de Capital 0,00

Outras Receitas de Capital 0,00

(-)Deduções da Receita de Capital 0,00

Receita Intra-Orçam entária Capital 0,00

(-)Ded. Rec. Intra-Orçam entária Capital 0,00

Interferências Ativ as 50.000,00

Transferências Financeiras Recebidas 50.000,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA 70.668,69 EXTRA-ORÇAMENTÁRIA 68.816,76

Interf erências Ativ as 0,00 Interferências Passiv as 0,00

Realizáv el 0,00 Realizáv el 0,00

Créditos em Circulação 0,00 Créditos em Circulação 0,00

Valores Pendentes a Curto Prazo 0,00 Valores Pendentes a Curto Prazo 0,00

Depósitos Realizáv eis a longo Prazo 0,00 Depósitos Realizáv eis a longo Prazo 0,00

Créditos Realizáv eis a longo Prazo 0,00 Créditos Realizáv eis a longo Prazo 0,00

Depósitos 9.666,86 Depósitos 7.525,26

Consignações 0,00 Consignações 0,00

Depósitos em Div ersas Origens 9.666,86 Depósitos em Div ersas Origens 7.525,26

Restos a Pagar 61.001,83 Restos a Pagar 61.291,50

Obrigações a Pagar 61.001,83 Obrigações a Pagar 61.291,50

Serv iços da Dívida a Pagar 0,00 Serv iços da Dívida a Pagar 0,00

Operações de Crédito em Liquidação 0,00 Operações de Crédito em Liquidação 0,00

Outras Operações 0,00 Outras Operações 0,00

Valores Pendentes a Curto Prazo 0,00 Valores Pendentes a Curto Prazo 0,00

Depósitos Ex igív eis a Longo Prazo 0,00 Depósitos Ex igív eis a Longo Prazo 0,00

Outras Obrigações 0,00 Outras Obrigações 0,00

Acréscim os Patrim onias 0,00 Decréscim os Patrim onias 0,00

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 356.105,85 SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE 346.955,95

Caixa 0,00 Caixa 0,00

Bancos Conta Mov imento 356.105,85 Bancos Conta Mov imento

346.955,95

Bancos Conta Vinculada 0,00 Bancos Conta Vinculada 0,00

Aplicação Financ. de Recursos Próprios 0,00 Aplicação Financ. de Recursos Próprios 0,00

Aplicação Financ. de Recursos Vinculados 0,00 Aplicação Financ. de Recursos Vinculados 0,00

Inv estimentos do RPPS 0,00 Inv estimentos do RPPS 0,00

TOTAL 476.774,54 TOTAL 476.774,54

Fonte:

INACIO BESEN

Presidente da Camara

ALM IR TREVISANI

Diretor ADM

DIONISIO KEM CZYNSKI

Contador

C P F: 683.469.309-25

C R C : 026042/O-2/SC

**Renovação de Cadastro de Fornecedores**

Câmara Municipal de Massaranduba

Estado de Santa Catarina

RENOVAÇÃO DE CADASTRO

A Câmara Municipal de Massaranduba, cumprindo com o que estabelecido o art. 34 da nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará do dia 25/01/2011 o Registro e /ou Renovação de cadastro de fornecedores, para habilitações das empresas à participarem em licitações : Informações, sito rua Paulo Cardoso nº 166 Centro ou pelo fone : (047) 379-15-71 das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00 horas. Massaranduba, 16 de Dezembro de 2010

INÁCIO BESEN

Presidente da Câmara Mun. Massaranduba

**Paulo Lopes****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1427/2010**

LEI Nº 1427 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS no Município de Paulo Lopes e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município de que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Paulo Lopes, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a:

I - promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes relativos a tributos municipais em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2009, constituídos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos;

II - possibilitar a recuperação das empresas que atuam no Município, especialmente aquelas referidas no art. 179 da CF.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Parágrafo Único - O REFIS será administrado pelo Secretária Municipal de Finanças, através do Setor de Tributos, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município e observado o disposto neste regulamento.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa, sejam decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data desta opção.

Parágrafo Único - A opção poderá ser formalizada até 90 dias após a publicação desta lei.

Art. 3º - Os débitos relativos aos tributos poderão ser pagos em até 12 (doze) meses, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, a primeira vencendo no ato da opção e as demais no dia 10 dos meses subsequentes.

Parágrafo Único - As parcelas de que trata este artigo não poderão ser inferiores a R\$ 30,00 (trinta reais)

Art. 4º - A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável a dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos.

Parágrafo Único - A opção pelo REFIS sujeita ainda o contribuinte:

- a) ao pagamento regular do débito consolidado;
- b) ao pagamento regular dos tributos municipais com vencimento posterior a vigência desta lei, não podendo estar inadimplente com os tributos do exercício de 2010.

Art. 5º - A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte em formulário próprio, instituído pela Secretária Municipal de Finanças.

Art. 6º - O contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento e re-parcelamento em andamento.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato do Secretário Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II - constituição de crédito tributário lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o art. 4º desta lei, salvo integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornem definitivo;

III - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica.

IV - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou subtrair a receita do contribuinte optante;

V - inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 04 (quatro) meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente ao tributo abrangido pelo REFIS.

§ 1º - A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se ao montante devido os acréscimos legais

previstos na legislação municipal à época dos respectivos fatos geradores, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

§ 2º - A exclusão será precedida de consulta a Procuradoria Jurídica do Município, por intermédio do Secretário Municipal de Finanças, o qual emitirá parecer em 20 (vinte) dias orientando quanto a oportunidade de conveniência do ato da exclusão.

Art. 8º - A inclusão no REFIS fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas em recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia de direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda ação judicial ou o pleito administrativo.

Parágrafo Único - Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar as custas judiciais e, se cabíveis, também os honorários advocatícios arbitrados, que serão pagos integralmente, com o pagamento da primeira parcela.

Art. 9º - As obrigações dos contribuintes decorrentes da opção pelo REFIS, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos para efeitos de licitação pública no âmbito municipal.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2010.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 22 de dezembro de 2010

Zenita Feliciano da Silva  
Secretária M. de Administração

## **Decreto 66-2010**

DECRETO Nº 66/2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 109.410,00 (cento e nove mil, quatrocentos e dez reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 109.410,00  
12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 80.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.01 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 29.410,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 29.410,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação das fontes 0.1.00 no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), 0.1.01 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e 0.1.18 no valor de R\$ 29.410,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e dez reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2010.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 22 de dezembro de 2010

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Secretária M. de Administração

### **Decreto 67-2010**

DECRETO Nº 67/2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 86.720,00 (oitenta e seis mil, setecentos e vinte reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 86.720,00  
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 3.600,00  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 3.600,00  
10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 720,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 720,00  
10.301.0025.2.061 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica R\$ 400,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 400,00  
10.301.0025.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 2.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada e por conta do excesso de arrecadação da fonte 0.1.02 no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 6.720,00  
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 3.600,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 3.600,00  
10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 720,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 720,00  
10.301.0025.2.061 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica R\$ 400,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 400,00  
10.301.0025.2.063 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 2.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 22 de dezembro de 2010

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Secretária M. de Administração

### **Errata - TP 56/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Paulo Lopes

ERRATA - TOMADA DE PREÇOS Nº 56/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público a retificação da Tomada de Preços nº 56/2010, objeto a aquisição medicamentos para o ano de 2011. Na especificação do item 15 (quinze), onde se lê: Amoxilina + clavulanato 400 mg , lê-se Amoxilina + clavulanato 500 mg. Assim como no item nº 77(setenta e sete), onde se lê: Dramin B6 , lê-se: Dramin B6, IM, 1 ml . As quantidades dos mencionados itens e as demais especificações continuam inalteradas.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **Errata 2º Termo Aditivo ao Contrato 052-2008**

ERRATA DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 52/2008, de 03/12/2008 conforme Tomada de Preço nº 54/2008.

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Setep Construções Ltda., CNPJ nº 83.665.141/0001-50. Finalidade: readaptação e reestruturação das planilhas de serviços do referido contrato, conforme disposto na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, Onde se lê: "R\$ 298.344,49 (Duzentos e noventa e oito mil com trezentos e quarenta e quatro reais com quarenta e nove centavos)" leia-se: "R\$ 296.906,84 (Duzentos e noventa e seis mil novecentos e seis reais com oitenta e quatro centavos" e onde se lê: "R\$ 102.349,99" leia-se "R\$ 100.912,34".  
21 de dezembro de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Porto Belo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Aviso de Licitação PRG 037/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2010

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00h do dia 07/01/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Aoilto Motta Porto Marco Aurélio Pereira

Secretário de Administração Pregoeiro

Porto Belo - SC, 22 de dezembro de 2010.

### **Errata Tomada de Preço 001/2011**

ERRATA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2011

O Município de Porto Belo/SC, comunica aos interessados na Tomada de Preços 001/2011, que onde lia-se Tomada de Preços



001/2011, leia-se Tomada de Preços 10/2010.

Demais itens e prazos permanecem como consta.

Porto Belo, 21 de dezembro de 2010..

MARCO AURELIO PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitações

## Porto União

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 3.838/2010

LEI Nº 3.838, de 17 de dezembro de 2010.

Autoriza a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA FACIFIX LTDA., escriturar área de terras de acordo com a Lei Municipal nº 3.458, de 30 de abril de 2008, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARGAMASSA FACIFIX LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.021.455/0001-68, autorizada a escriturar área de terras de acordo com a Lei Municipal nº 3.458, de 30 de abril de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Portaria Nº 954/2010 - RH

PORTARIA Nº 954, de 08 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 08 de dezembro a 07 de fevereiro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alcemir José Leandro, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição ao servidor efetivo Marcos Alaor Santos que se encontra afastado para Tratamento de Saúde.

Art 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### Portaria Nº 955/2010 - RH

PORTARIA Nº 955, de 14 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 14 de dezembro de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora ANATALIA HESSA PITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### Portaria Nº 956/2010 - RH

PORTARIA Nº 956, de 16 de dezembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 16 de dezembro de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor ARLINDO HEINECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

#### Processo Licitatório 040/2010 Educação Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 040/2010

Pregão presencial 024/2010 Educação

**Termo de Homologação**  
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Famma Com de Veículos Ltda. Porto União SC, 17 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 041/2010 Educação Homologação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatorio 041/2010 Educação  
Pregão Presencial 025/2010  
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico as empresas Werber Com Materiais Elétrico Ltda, João Carlos Correa e Aligra Materiais Elétricos Ltda EPP. Porto União SC, 21 de dezembro de 2010

ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em exercicio

**Processo Licitatório 087/2010 Homologação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatorio 087/2010  
Tomada de Preços 011/2010  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Kerber Pré Moldados Ltda. Porto União SC, 20 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 088/2010 Revogação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatorio 088/2010  
Tomada de Preços 012/2010  
Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatorio, visto que o mesmo deu-se deserto com base no art 49 da lei 8.666/93. Porto União SC, 10 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Processo Licitatório 092/2010 Homologação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatorio 092/2010  
Pregão Presencial 052/2010  
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Bernadete Castilho de Oliveira ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda ME. Porto União SC, 21 de dezembro de 2010.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em exercicio

**Extrato de Contrato 098/2010 Educação**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina

**Extrato de Contrato 098/2010 Educação**  
Partes: Município de Porto União e Famma Comercio de Veículos Ltda  
Objeto: fornecimento de veiculo novo para Séc da Educação  
Valor total: R\$ 31.000,00 ( trinta e um mil reais)  
Base legal Pregão pr 024/2010 e lei 10.520/02  
Vigência: 12 meses

Porto União SC, 17 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

FAMMA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
Contratado

**Extrato de Contrato 162/2010**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 162/2010  
Sétimo Termo Aditivo ao contrato de Prestação de Serviços 243/2007  
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda  
Clausula Primeira - Do valor  
O contrato superior passa a ter o valor mensal de R\$ 7.381,94 ( sete mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos). As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 03 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA  
Contratada

**Extrato de Contrato 167/2010**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 165/2010  
Partes: Município de Porto União e kerber Pré Moldados Ltda  
Objeto: pavimentação de passeio em paver prensado  
Valor total: R\$ 63.996,43 ( sessenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos)  
Base legal TP 011/2010 e lei 8.666/93  
Vigência: 60 ( sessenta ) dias

Porto União SC, 20 de dezembro de 2010.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA  
Contratado

**Extrato de Contrato 167/2010**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 167/2010  
Partes: Município de Porto União e Bernadete Castilho de Oliveira  
Objeto: fornecimento de equipamentos de informática para Secretaria da Administração  
Valor total: R\$ 1.500,00 ( hum mil e quinhentos reais)  
Vigência: 12 meses ou a retirada total do material licitado  
Base legal: Pregão 052/2010 e lei 10.520/02

Porto União SC, 21 de dezembro de 2010  
ANÍSIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

BERNADETE CASTILHO DE OLIVEIRA ME  
Contatada

### Extrato de Contrato 168/2010

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 168/2010  
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda  
Objeto: fornecimento de equipamentos de informática diversos  
Valor total: R\$ 4.050,00 ( quatro mil e cinquenta reais)  
Base legal Pregão 052/2010 e lei 10.520/02  
Vigência: 12 meses ou a retirada total dos materiais licitados.

Porto União SC, 21 de dezembro de 2010  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal em exercício

FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA  
Contratada

## Rio do Sul

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Complementar nº 219/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 219, de 07 de dezembro de 2010.  
"ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."  
O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:  
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 4º e 5º ao art. 725 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, que "Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Rio do Sul", passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 725

§ 4º Excluem-se da obrigatoriedade da construção de calçadas prevista no caput do presente artigo os imóveis urbanos com destinação rural, com testada para as ruas pavimentadas superior a 15 (quinze) metros, desde que possuam cercas em bom estado de conservação delimitando o imóvel e mantenham limpas e roçadas a respectiva testada.

§ 5º As cercas de que trata o parágrafo 4º não poderão ser elétricas ou de arame farpado, dando-se preferência para as cercas de arame liso, bem como devem as áreas destinadas a calçadas possuírem grama ou brita, de forma a possibilitar a passagem e acesso de pedestres."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

#### Lei Complementar nº 220/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 220, de 21 de dezembro de 2010.

"ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a tabela do ANEXO 6 do TÍTULO IV da Lei Complementar nº 163 de 12 de dezembro de 2006, que passa a vigorar conforme o Anexo da presente Lei Complementar.

Art. 2º Altera o inciso I, do artigo 336 da Lei Complementar nº 163 de 12 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

I - rua possuir largura mínima de 10,00 m (dez metros), incluindo passeio  
(            )"

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal.

#### Lei Complementar nº 221/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 221, de 21 de dezembro de 2010.  
"ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI COMPLEMENTAR Nº 209 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta o Parágrafo Único à Lei Complementar nº 209 de 24 de Setembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 7º -

Parágrafo Único - Quando for requerido o parcelamento da medida compensatória nos termos do § 2º do art. 5º desta Lei Complementar, o município fornecerá o Alvará de Regularização do Imóvel e/ou o Habite-se no momento do pagamento da 1ª (primeira) parcela, desde que cumpridas as demais exigências impostas, quando houverem.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

#### Lei Complementar nº 222/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 222, de 21 de dezembro de 2010.  
"ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação dos incisos II e III e cria o Parágrafo Único, todos do artigo 75-A da Lei Complementar nº 110/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 75-A - ( )

( )

II - Os créditos consolidados, tributários ou não tributários, poderão ser parcelados por somente uma vez no âmbito administrativo, e uma vez na esfera judicial, observando-se os seguintes critérios:

a) Para contribuinte pessoa jurídica, o número de prestações não excederá a 60 (sessenta) parcelas, com vencimento mensal e consecutivo, devidamente atualizadas pela SELIC, não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 100,00 (cem) UFM's, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 300,00 (trezentas) UFM's;

b) Para contribuinte pessoa física, o número de prestações não excederá a 60 (sessenta) parcelas, com vencimento mensal e consecutivo, devidamente atualizadas pela SELIC, não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 30,00 (trinta) UFM's, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 60,00 (sessenta) UFM's;

c) Para as empresas enquadradas como microempresa, cuja receita bruta seja igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda, o número de prestações não excederá 60 (sessenta) parcelas, com vencimento mensal e consecutivo, devidamente atualizadas pela SELIC, não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 60 (sessenta) UFM's, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 120 (cento e vinte) UFM's;

d) Para as empresas enquadradas como de pequeno porte, com receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda, o número de prestações não excederá 60 (sessenta) parcelas, com vencimento mensal e consecutivo, devidamente atualizadas pela SELIC, não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 80 (oitenta) UFM's, e desde que, o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 160 (cento e sessenta) UFM's.

III - a falta de pagamento de 03 (três) prestações, implicará no cancelamento automático, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para cobrança executiva, vedado novo parcelamento administrativo, salvo se proveniente de acordo judicial.

Parágrafo único - Na hipótese de atraso no pagamento, sobre as parcelas vencidas de que trata o inciso II deste artigo incidirão os acréscimos legais, previstos no artigo 81 desta Lei Complementar.

Art. 2º Altera a redação do inciso V do artigo 81 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81 - ( )

( )

V - Para contribuinte pessoa física que atender as exigências do art. 198, inciso I, ou o contribuinte pessoa física de baixa renda

(de até três salários mínimos) beneficiado pelo resultado de entrevista sócio econômica, poderá ser concedido o pagamento parcelado da Taxa de Serviço Urbano de Coleta de Lixo (TCL), prevista no art. 376 e do Preço Público (PP), previsto no art. 419 (código 24), em até 06 (seis) parcelas, não podendo a parcela ser inferior a 10,00 (dez) UFM's (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 3º Altera o parágrafo único do artigo 89 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 89 - ( )

Parágrafo Único - A restituição vence juros de mora desde a data do pagamento indevido, tomando-se como base a taxa média de captação de recursos do Governo Federal através dos títulos da Dívida Mobiliária Federal Interna, percentual fixado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgado pelo Banco Central do Brasil, acumulado mensalmente, ou outro que venha substituí-lo.

Art. 4º Altera os incisos I e X e cria o § 10, todos no artigo 198 da Lei Complementar nº 110/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 198 - ( )

I - o único imóvel de uso residencial, de aposentados, assalariados ou pensionistas, inclusive a alimentícia definida mediante decisão judicial, desde que o somatório das rendas mensais dos membros da família residentes no imóvel não ultrapassem o valor de 3 (três) salários mínimos;

( )

X - os imóveis urbanos, destinados à atividade econômica rural, em área mínima de 5.000m², com exploração agrícola, pecuária, extrativa ou vegetal mínima de 60% da área do terreno cultivável e desenvolvida através de mão de obra familiar, cuja produção seja comercializada como meio de subsistência, apresentando nota de produtor rural do ano anterior (devidamente comprovada pela Secretaria Municipal de Agricultura) e o CCIR para imóveis com área superior a 30.000m²;

( )

§ 8º Na hipótese do contribuinte ser proprietário de 01 (um) imóvel de uso residencial, e de 01 (um) ou vários imóveis urbanos com características e destinação rural, somente será concedida a isenção para os imóveis de utilização rural.

§ 9º Inclui-se na isenção prevista no inciso X do presente artigo, os imóveis desmembrados de um mesmo proprietário, desde que preencham os requisitos do referido inciso e a gleba total da área seja igual ou superior a 5.000m².

§ 10 Não terão direito à isenção os imóveis urbanos com características e destinação rural arrendados para terceiros."

Art. 5º Acrescenta o inciso I ao parágrafo 1º e altera a redação do parágrafo 3º, todos do artigo 199 da Lei Complementar nº 110/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 199 - ( )

§ 1º - ( )

I - O lançamento e a arrecadação da penalidade mencionada no § 1º deste artigo será efetuada em parcela única, juntamente com a



arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano, ficando vinculada à data de vencimento da cota única, ou da 1ª (primeira) parcela deste imposto.

( )

§ 3º - Findo o prazo estipulado no § 1º deste artigo sem que o contribuinte tenha requerido a isenção e o crédito tributário já tenha sido constituído, é facultado ao Secretário da Fazenda proceder mediante despacho fundamentado, a remissão, desde que o imóvel esteja enquadrado nas situações previstas no artigo 198, incisos I a XIV, desta Lei, condicionado ao pagamento de penalidade, no valor de 15 (quinze) UFM's - (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 6º Acrescenta o § 7º ao artigo 210 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 210 - ( )

( )

§ 7º - Os novos imóveis advindos de parcelamento de solo aprovados de acordo com a Lei Complementar nº 163/2006 serão lançados junto a base do Cadastro Imobiliário Municipal e tributados de forma individualizada a partir da data da averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas.

Art. 7º Altera a redação do artigo 212, de seus §§ 2º, 3º e 4º, e acrescenta ao mesmo artigo os §§ 5º e 6º, todos da Lei Complementar nº 110/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 212 - Discordando dos dados cadastrais do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, até a data de vencimento da primeira parcela ou parcela única do IPTU, pedido de revisão fundamentado à Secretaria da Fazenda, para reavaliação.

§ 1º - ( )

§ 2º - Tratando-se a discordância a respeito de matéria jurídica, ou continuando em desacordo com a revisão efetuada, é facultado ao contribuinte encaminhar petição, na forma de reclamação à 1ª instância administrativa, impugnando os itens da notificação, expondo os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir.

§ 3º - Não será conhecido o pedido de revisão que verse sobre matéria jurídica, devendo para tanto, utilizar-se o contribuinte exclusivamente da reclamação.

§ 4º - A reclamação poderá ser interposta até a data de vencimento da primeira parcela ou parcela única do IPTU, ou, em caso de reclamação contra o resultado da revisão, o prazo será de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de ciência da resposta da revisão.

§ 5º - Discordando da decisão de 1ª instância administrativa, o contribuinte poderá encaminhar petição, na forma de recurso à 2ª instância administrativa, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão.

§ 6º - Nos casos de revisão, reclamação ou recurso contra o lançamento, os contribuintes serão comunicados e notificados através da via postal ( AR ) ou mediante comparecimento junto ao setor de Protocolo do Município.

Art. 8º Acrescenta os incisos I, II e III e sua alínea "a" ao parágrafo 1º, altera a redação dos parágrafos 3º, 4º e 5º, e acrescenta o

parágrafo 6º ao artigo 213, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 213 - ( )

§ 1º - ( )

I - A partir do exercício de 2011, excetuam-se do disposto no parágrafo 1º os contribuintes em cujo imóvel exista edificação irregular, para os quais o desconto para pagamento integral até a data do vencimento será de 10% (dez por cento).

II - A partir do exercício de 2011, excetuam-se do disposto no parágrafo 1º os contribuintes que estiverem inadimplentes com a Fazenda Municipal na data da ocorrência do fato gerador do IPTU e que não regularizarem os débitos pendentes até a data do vencimento do imposto em referência, para os quais o desconto para pagamento integral até a data do vencimento será de 15% (quinze por cento).

III - A partir do exercício de 2012, excetuam-se do disposto no parágrafo 1º os contribuintes cujo imóvel não possua muro e passeio em local que seja obrigatório, para os quais o desconto para pagamento integral até a data do vencimento será de 10% (dez por cento).

a) Excluem-se do disposto no inciso III os lotes integrantes de loteamentos que não possuam muro e passeio, enquanto não forem comercializados pelo loteador ou edificados.

( )

§ 3º - O não pagamento do imposto de que trata este Artigo, no prazo estipulado, além da perda do direito a eventual desconto concedido para o pagamento à vista, sujeitará o devedor à multa moratória de 0,33% ao dia, até o limite de 20% sobre o total do valor devido, sem prejuízo da cobrança da atualização do tributo pela SELIC.

§ 4º - Nos casos de mora ou inadimplemento, para os contribuintes que optaram pelo pagamento parcelado, sujeita o devedor ao pagamento de multa nos percentuais previstos no parágrafo anterior, calculados sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo da atualização do tributo pela SELIC, antes da inscrição do débito em dívida ativa.

§ 5º - O imposto não pago até a data do vencimento da última parcela, será inscrito em dívida ativa, devidamente atualizado pela SELIC e acrescido da multa de mora, a partir da data do vencimento da cota única.

§ 6º - Na hipótese do contribuinte impetrar pedido de revisão, reclamação, ou recurso, os respectivos créditos deverão ser quitados nos novos prazos estabelecidos.

Art. 9º Acrescenta o parágrafo único ao artigo 216 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 216 - ( )

Parágrafo Único - As unidades individuais resultantes de parcelamento de solo somente serão cadastradas junto ao Cadastro Imobiliário a partir da data da averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas.

Art. 10 Acrescenta o parágrafo 8º ao artigo 217 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 217 - ( )



( )

§ 8º - Ficam dispensados do recolhimento do preço público as alterações cadastrais.

Art. 11 Altera a redação do parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º no artigo 221 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 221 - ( )

( )

§ 2º - Os membros da comissão municipal de avaliação serão nomeados através de Decreto do Executivo Municipal e poderão receber a título de gratificação, o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por efetiva participação nas reuniões da comissão.

§ 3º - O Prefeito Municipal poderá, através de Decreto, nomear servidor para secretariar a presente comissão, o qual poderá receber a gratificação mencionada no parágrafo anterior, por efetiva participação nas reuniões da comissão.

Art. 12 Acrescenta o parágrafo 3º no artigo 235-A da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 235-A - ( )

( )

§ 3º - Por ocasião do lançamento, o contribuinte deverá apresentar a declaração do ITR atualizada e o respectivo recibo de entrega da última declaração a que esteja obrigado.

Art. 13 Altera o artigo 246-A da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 246-A - O imposto não pago no vencimento será atualizado pela SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, e acrescido de multa moratória de 0,33% ao dia, até o limite de 20%, sobre o total devido.

Art. 14 Altera o inciso II do artigo 251 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 251 - ( )

( )

II - multa de 0,33% ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento), quando constatado o não-cumprimento do disposto no art. 247 e seus incisos.

Art. 15 Acrescenta o inciso IV ao artigo 272 da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 272 - ( )

( )

IV - Os profissionais liberais regulamentados, não munícipes, atuantes na área da construção civil que prestarem serviços de execução, assessoria ou administração de obras no Município de Rio do Sul, deverão recolher o ISSQN pelo valor apurado nas ART's e Notas de Serviços, não podendo este ser inferior ao previsto na tabela abaixo:

Edificação de até 100,00m²

30 UFM's

De 100,01 m² a 250,00 m²

60 UFM's

De 250,01 m² a 500,00 m²

100 UFM's

A partir de 500,01 m²

200 UFM's

Art. 16 Altera o parágrafo único para § 1º, sem alteração na redação e acrescenta o § 2º, ambos no art 282 da Lei Complementar nº 110/2003, que passam vigorar com a seguinte redação:

Art. 282 - ( )

§ 1º - A comprovação de que trata os incisos I e II deste artigo deverá ser feita pelo prestador de serviços, através de apresentação de documento expedido pela repartição fiscal competente.

§ 2º - O disposto no inciso IV deste artigo não se aplica quando o serviço for tomado pelas pessoas jurídicas elencadas nos incisos I e II do artigo 276.

Art. 17 Altera o inciso II do artigo 283 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 283 - ( )

( )

II - de 0,33% ao dia até o limite máximo de 20% (vinte por cento) nos demais casos.

Art. 18 Altera o inciso III do artigo 290 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 290 - ( )

( )

III - O não pagamento do imposto no prazo estipulado, sujeitará o devedor à multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total do valor devido, sem prejuízo da cobrança da atualização monetária e de juros moratórios previamente calculados.

Art. 19 Altera o artigo 307 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 307 - Submeter tardiamente prestação tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio contribuinte, ou o devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação e antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

MULTA de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por cento ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do imposto.

Art. 20 Acrescenta o parágrafo único ao artigo 330-A da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 330-A - ( )

Parágrafo Único - A multa prevista no caput deste artigo será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando as informações de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária forem entregues fora do prazo estabelecido, desde que o atraso não ultrapasse 30 (trinta) dias, caso em que será aplicada a multa prevista no caput.

Art. 21 Altera o § 3º do artigo 356 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 356 - ( )

( )

§ 3º - O não pagamento da taxa nos prazos estipulados sujeitará o contribuinte a uma penalidade de 0,33% (zero virgula trinta e três) por cento do valor do débito ao dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total devido.

Art. 22 Cria o parágrafo único no artigo 358 da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 358 - ( )

Parágrafo Único - Ficam isentos ainda da TVCNM as empresas de tecnologia e de serviços instaladas dentro de pré-incubadoras e incubadoras de empresas vinculadas a instituições de ensino superior, no percentual de 100% (cem por cento) nos dois primeiros anos de atividade, e 50% (cinquenta por cento) de redução no terceiro ano.

Art. 23 Altera o § 2º do artigo 364 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 364 - ( )

( )

§ 2º - O não pagamento da taxa nos prazos estipulados sujeitará o contribuinte a uma penalidade de 0,33% (zero virgula trinta e três) por cento do valor do débito ao dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total devido.

Art. 24 Cria o parágrafo único no artigo 366 da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 366 - ( )

Parágrafo Único - Ficam isentos ainda da TVS as empresas de tecnologia e de serviços instaladas dentro de pré-incubadoras e incubadoras de empresas vinculadas a instituições de ensino superior, no percentual de 100% (cem por cento) nos dois primeiros anos de atividade, e 50% (cinquenta por cento) de redução no terceiro ano.

Art. 25 Altera o §§ 3º e 6º do artigo 378 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 378 - ( )

( )

§ 3º Os contribuintes interessados na coleta de lixo seletiva deverão formalizar requerimento junto ao Poder Público em data definida mediante Decreto.

( )

§ 6º - O não pagamento do tributo na data e forma estipulada, sujeitará o contribuinte a uma penalidade de 0,33% ao dia, até o limite máximo de 20% (vinte por cento).

Art. 26 Acrescenta os §§ 3º e 4º ao artigo 380 da Lei Complementar nº 110/2003, com a seguinte redação:

Art. 380 - ( )

( )

§ 3º - Serão isentos da COSIP os imóveis localizados totalmente em área non aedificandi, e/ou de Preservação Permanente;

§ 4º - Serão também isentos da COSIP os imóveis baldios pertencentes a entidades sem fins lucrativos, por um período máximo de 03 (três) anos, a partir do exercício de 2011, desde que apresentem cópia da declaração de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício e estejam cadastradas no cadastro mobiliário previsto no inciso II do art. 215 desta Lei Complementar.

Art. 27 Altera o inciso II do artigo 401 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 401 - ( )

( )

II - O pagamento parcelado será devidamente atualizado pela SELIC e o seu vencimento será mensal e consecutivo.

Art. 28 Altera o artigo 403 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 403 - Na hipótese de atraso no pagamento, sobre as parcelas vencidas incidirão os acréscimos legais, previstos no artigo 81 e multa moratória de 0,33% ao dia, até o limite de 20%.

Art. 29 Altera o artigo 432 da Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 432 - As penalidades pecuniárias serão corrigidas pela Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Art. 30 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso I do Art. 246-A e o § 5º do artigo 262 da Lei Complementar nº 110/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Complementar nº 223/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 223, de 21 de dezembro de 2010.  
"ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N.º 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Insere inciso VII no artigo 387 da Lei Complementar n.º 110 de 2003, tendo por conteúdo:

Art. 387 - ( )

I - ( )

II - ( )

III - ( )

IV - ( )

V - ( )

VI - ( )

VII - obras e melhoria de pavimentação de estradas de rodagem, ruas, inclusive passeios públicos (calçadas).

Art. 2º Revogando o parágrafo único do art. 388 da Lei Complementar n.º 110 de 2003, e inserindo no mesmo artigo os §§ 1º e 2º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 388 - ( )

§ 1º - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente a beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a estes imóveis beneficiados depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos da obra.

§ 2º - A Contribuição de Melhoria poderá, também, ser cobrada, quando as obras públicas ainda estejam em execução, desde que a parte executada justifique a valorização imobiliária a ser cobrada.

Art. 3º Altera a redação do § 2º e insere § 3º ao artigo 390 da Lei Complementar n.º 110 de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 390 - ( )

§ 1º - ( )

§ 2º - A percentagem do custo da obra a ser custeada pela contribuição de melhoria será medida pela relação entre a somatória da valorização imobiliária dos imóveis beneficiados e o custo total da obra.

§ 3º - Quando a somatória da valorização dos imóveis decorrentes de obra pública ultrapassar o seu custo, o valor a ser lançado aos proprietários beneficiados será o próprio custo da obra distribuído proporcionalmente ao acréscimo do valor imobiliário de cada imóvel.

Art. 4º Revogam-se os artigos 391 e 392 da Lei Complementar n.º 110 de 2003.

Art. 5º Altera o artigo 396 na Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 396 - ( )

I - delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de imóveis nelas compreendidos;

II - memorial descrito do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;

V - valorização imobiliária correspondente a cada imóvel beneficiado, conforme resultado da avaliação da comissão prevista no artigo 396-A;

VI - prazo para reclamação e impugnação.

Art. 6º Insere o artigo 396-A na Lei Complementar nº 110/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 396-A - A valorização de cada imóvel beneficiado direta ou indiretamente, decorrente da obra pública realizada, será apurado mediante trabalho da Comissão Municipal para avaliação e definição dos valores básicos do metro quadrado do terreno e das edificações, previstas no parágrafo primeiro do artigo 221 desta Lei Complementar.

Art. 7º Altera a redação do artigo 397, caput, e do seu § 1º e insere §§ 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 110/2003, passando os mesmos a serem assim redigido:

Art. 397 - Os proprietários, possuidores ou sucessores dos imóveis relacionados na forma do inciso I do artigo 396 desta Lei Complementar, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital de contribuição de melhoria para apresentar impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo

ao impugnante o ônus probatório.

§ 1º - A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e terá efeito suspensivo da cobrança da contribuição de melhoria.

§ 2º - Caso a impugnação verse acerca do valor referente a valorização imobiliária expostas no item V do artigo 396, o contribuinte deverá instruir a reclamação com duas avaliações contraditórias a apresentada no edital, emitidas por imobiliárias ou corretores de imóveis diferentes e legalmente habilitados.

I - não serão aceitos:

a) laudos de avaliação emitidos por corretores de imóveis ou imobiliárias vinculados à comissão de avaliação;

b) laudos de avaliação emitidos por corretores distintos, porém estabelecidos, ou que possuam relação de trabalho com a mesma imobiliária;

c) laudos de avaliação emitidos por corretores de imóveis ou imobiliárias que possuam relação de parentesco entre si ou com o contribuinte até 3º grau.

§ 3º - Nos casos em que a controvérsia verse acerca da valorização imobiliária a impugnação devidamente instruída nos termos do § 3º deste artigo, deverá ser encaminhada a comissão municipal para avaliação e definição dos valores básicos do metro quadrado e das edificações, prevista no artigo 221 desta Lei Complementar, que após análise, emitirá parecer fundamentado, manifestando-se pela manutenção ou retificação da valorização imobiliária publicada no edital.

§ 4º - A Procuradoria Geral do Município proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da interposição do recurso ou do recebimento do parecer conclusivo da comissão municipal para avaliação e definição dos valores básicos do metro quadrado e das edificações, considerando todos os elementos comprobatórios constantes no processo, bem como, o parecer exarado pela referida comissão.

Art. 8º Revoga o artigo 398 e seu Parágrafo Único da Lei Complementar nº 110/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal 5.087/2010**

LEI Nº 5.087, de 07 de dezembro de 2010.

“RESERVA PERCENTUAL DAS MORADIAS POPULARES E LOTES A SEREM COMERCIALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada, a partir da publicação desta Lei, a destinação de sete por cento (7%) das moradias populares, com as devidas adaptações, se necessárias, e lotes que vierem a ser comercializados pelo município às pessoas de baixa renda portadoras de deficiência.

Art. 2º O acesso ao benefício previsto por esta Lei será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, contando da publicação desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.088/2010**

LEI Nº 5.088, de 21 de dezembro de 2010.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DA AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS Nº 054.10.008579-6 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Ressarcimento de Danos nº 054.10.008579-6, oriunda da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º - O valor acordado que será pago à Danusa Aparecida Correia é de R\$ 2.169,72 (dois mil cento e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo Único. O pagamento descrito neste artigo incluem a quitação total do débito pelo município, incluído aí todas as custas judiciais existentes e honorários advocatícios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.089/2010**

LEI Nº 5.089, de 21 de dezembro de 2010.

"ALTERA O § 1º DO ARTIGO 34º DA LEI Nº 2.947 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1994 COM SUAS SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 5º da Lei nº 5.013, de 28 de julho de 2.010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.34

§ 1º - Fica estipulado que pelo exercício da função de Conselheiro Tutelar eleito, com jornada máxima de até 40 (quarenta) horas semanais, será pago a título de gratificação, o valor correspondente ao nível E - Agente Administrativo que integra o quadro de carreira da administração direta do Poder Executivo Municipal.

"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.090/2010**

LEI Nº 5.090, de 21 de dezembro de 2010.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO

**MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL"**

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 437.719,18 (quatrocentos e trinta e sete mil setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições sem fins Lucrativos  
R\$ 437.719,18  
TOTAL R\$ 437.719,18

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 437.719,18 (quatrocentos e trinta e sete mil setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.079 BLVGS - Vigilância Sanitária  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.455,26  
2.081 Programa Orçamento Criança - OCA  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 3.487,30  
2.085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.851,72  
2.086 BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 19.662,03  
2.087 BLVGS - Farmácia Básica  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 365000  
2.088 BLMAC - CAPS  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 5.799,02  
2.089 BLMAC - SAMU  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$7.463,85  
2.098 Consórcio Intermunicipal de Saúde  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS  
3.1.71.00 Transferências a consórcios públicos R\$ 5.000,00  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.71.00 Transferências a consórcios públicos R\$ 5.000,00  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
4.4.71.00 Transferências a consórcios públicos R\$ 5.000,00  
TOTAL R\$ 437.719,18

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.091/2010**

LEI Nº 5.091, de 21 de dezembro de 2010.

“CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO HOSPITAL E MATERNIDADE SAMÁRIA”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ao HOSPITAL E MATERNIDADE SAMÁRIA DE RIO DO SUL, entidade declarada de utilidade pública através.

Parágrafo único - O valor total da subvenção é referida no artigo 1º, será de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I - R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da presente Lei.

Art.2º Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

40.01.2078.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde..

Art. 3º A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao custeamento de despesas com manutenção e execução de programas sociais e manutenção da sede.

Art. 4º A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.092/2010**

LEI Nº 5.092, de 21 de dezembro de 2010.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A EXECUÇÃO DE OBRAS E MELHORAMENTOS PÚBLICOS DE FORMA SUBSIDIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a execução de obras ou melhoramentos públicos de forma subsidiada, que obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art.2º Para execução da obra ou melhoramento público de forma subsidiada de que trata a presente Lei, deverá haver concordância de no mínimo 70% (setenta por cento) dos proprietários dos

imóveis beneficiados com a referida obra ou melhoramento público.

Art. 3º A iniciativa do pedido de execução da obra ou melhoramento público de forma subsidiada poderá ser da própria Administração ou dos proprietários dos imóveis beneficiados, desde que respeitada a adesão mínima de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º - As obras e melhoramentos públicos requeridas pelos proprietários dos imóveis beneficiados na forma desta lei serão analisadas pelo Executivo Municipal, que realizará estudos de viabilidade de execução.

§ 2º - Concluído o estudo de que trata o parágrafo anterior, o Chefe do Executivo irá deferir ou indeferir a solicitação, de acordo com a conveniência e o interesse público.

§ 3º - Deferida a execução de obra ou melhoramento público, o Executivo elaborará o projeto, e o orçamento dos custos, que serão postos à disposição dos interessados, mediante edital, e os subsídios concedidos, especificando o valor do pagamento que compete a cada um dos imóveis beneficiados.

§ 4º - Para usufruírem da presente lei, os proprietários dos imóveis lindeiros à via da obra ou melhoramento público, deverão assinar termo de adesão a ser lavrada pela Secretaria da Fazenda e/ou Secretaria de Planejamento, concordando expressamente com os valores a serem lançados através de Contribuição de Melhoria, quando deverão optar pela forma de pagamento, que poderá ser à vista ou parcelado em prazo não superior a 36 (trinta e seis) parcelas mensais.

Art. 4º Para efeitos desta lei, são considerados subsídios, entre outros:

I - Fornecimento de Projetos e orientação técnica;

II - Abertura de valas necessárias para a drenagem e mão de obra para a colocação de tubos;

III - Regularização da cancha;

IV - Construção das respectivas caixas de captação e de redução;

V - Fornecimento da areia, brita ou rachão;

VI - Paralelepípedos ou lajotas sextavadas, retiradas de vias onde a pavimentação for substituída, quando em condições de serem reutilizadas.

Parágrafo Único - O executivo definirá por decreto, para cada obra realizada nos termos desta Lei o tipo de subsídio, que não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do custo total da obra.

Art. 5º Aos proprietários dos imóveis beneficiados com a obra ou melhoramento público e que não tenham requerido sua execução, será devido o custo total da obra, excluídos os subsídios de que trata o art. 4º desta Lei, rateados proporcionalmente entre todos os imóveis lindeiros as vias, de acordo com a testada do imóvel para a via beneficiada, observadas as disposições do § 4º do art. 3º da presente lei.

Art. 6º Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra ou melhoramento público e que não tenham aderido aos termos da presente lei, será obedecido o disposto nos arts. 386 e seguintes da Lei Complementar nº 110/2003, que institui o Código Tributário Municipal.

Art. 7º Os procedimentos visando o início das obras e melhoramentos públicos somente terão início após efetivados os pagamentos correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor que compete aos proprietários aderentes, conforme estipulado no art. 2º e § 4º do art. 3º da presente Lei.



Parágrafo Único - Os valores objetos do parcelamento, em caso de mora, serão reajustados somente pela SELIC, sendo que quanto a multa, a mesma somente incidirá após a conclusão da obra ou melhoramento público, respeitadas, no caso, o que dispõe a Lei Complementar nº 110/2003 - Código Tributário Municipal.

Art. 8º Os recursos provenientes dos depósitos realizados pelos proprietários aderentes, serão efetivados em conta vinculada para esta finalidade (contribuição de melhoria), permitida a identificação dos pagamentos dos contribuintes, bem como, datas e respectivos valores, por obra ou melhoramento público.

Art. 9º Os recursos para atender as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.452, de 15 de dezembro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal  
21 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1559/10**

DECRETO Nº 1.559, de 09 de dezembro de 2010.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2010-REGISTRO DE PREÇOS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 060 de 23/11/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde  
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.559/2010

Pregão Presencial nº 060/10 de 23.11.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de combustíveis para uso dos veículos da frota da Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor os licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

### **Decreto Nº 1560/10**

DECRETO Nº 1.559, de 09 de dezembro de 2010.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2010-REGISTRO DE PREÇOS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 060 de 23/11/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde  
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.559/2010  
Pregão Presencial nº 060/10 de 23.11.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de combustíveis para uso dos veículos da frota da Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor os licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

### **Decreto Nº 1561/10**

DECRETO Nº 1.559, de 09 de dezembro de 2010.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2010-REGISTRO DE PREÇOS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 060 de 23/11/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.559/2010

Pregão Presencial nº 060/10 de 23.11.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de combustíveis para uso dos veículos da frota da Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor os licitantes POSTO VERDE LTDA e POSTO CENTRO LTDA.

### **Decreto Nº 1562/10**

DECRETO Nº 1.562, de 10 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 Fundo Municipal de Saúde

2.095 BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a entidades sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 Fundo Municipal de Saúde

2.095 BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1563/10**

DECRETO Nº 1.563, de 10 de dezembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 10.710,00 (dez mil, setecentos e dez reais), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Governo Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.093 BLATB - AÇÕES AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

3.0.0.0.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.0.0.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.5.0.00 Transferências a entidades sem fins lucrativos

R\$ 10.710,00

TOTAL R\$ 10.710,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1564/10**

DECRETO Nº 1.564, de 10 de dezembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.178,00 (dois mil, cento e setenta e oito reais), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Governo Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

3.0.0.0.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.0.0.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.9.0.00 Aplicações Diretas R\$ 2.178,00

TOTAL R\$ 2.178,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 10 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1565/10**

DECRETO Nº 1.565, de 14 de dezembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE LEILÃO Nº 123/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1530/10, o resultado do Leilão N.º 123 de 11/11/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante MARIA CELESTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.565/2010

Edital de Leilão nº 123/10 de 11.11.2010

Objeto da Licitação: Venda de materiais recicláveis não tirados oriundos da coleta seletiva do município-Depto de Meio Ambiente-Sec. de Planejamento.

Preço: global

Participantes: CLAUDIO FRANCISCO BRAZ e MARIA CELESTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante MARIA CELESTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA.

**Decreto Nº 1566/10**

DECRETO Nº 1.566, de 14 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada o valor de R\$ 10.650,00 ( dez mil, seiscentos e cinquenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.03 Departamento de Recursos Humanos

2.018 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.650,00

TOTAL R\$ 10.650,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$

10.650,00 ( dez mil, seiscentos e cinquenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.03 Departamento de Recursos Humanos

2.018 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS

3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

R\$ 10.650,00

TOTAL R\$ 10.650,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1567/10**

DECRETO Nº 1.567, de 14 de dezembro de 2010.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5083, de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.040 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

TOTAL R\$ 85.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

2.113 Capacitação Permanentes dos Servidores Públicos Municipais

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal. 14 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1568/10**

DECRETO Nº 1.567, de 14 de dezembro de 2010.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO

**MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5083, de 14 de dezembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
2.040 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00  
TOTAL R\$ 85.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
2.113 Capacitação Permanentes dos Servidores Públicos Municipais  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00  
TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal. 14 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1569/10**

DECRETO Nº 1.569, de 14 de dezembro de 2010  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada o valor de R\$ 24.821,57 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 Gabinete do PREFEITO  
02.04 Departamento de Comunicação Social  
2.004 Manutenção do Departamento de Comunicação Social  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 24.821,57  
TOTAL R\$ 24.821,57

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 24.821,57 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e

cinquenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 Gabinete do PREFEITO  
02.04 Departamento de Comunicação Social  
2.004 Manutenção do Departamento de Comunicação Social  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 24.821,57  
TOTAL R\$ 24.821,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1570/10**

DECRETO Nº 1.570, de 14 de Dezembro de 2010  
"EXONERA O SERVIDOR OSMAR GUNTHER STOLL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 14/12/2010, o servidor municipal OSMAR GUNTHER STOLL, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Orçamento e Gestão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**VANDERLEI PETRI**

Secretário Municipal de Administração  
Vlrm

**Decreto Nº 1571/10**

DECRETO Nº 1.571, de 14 de dezembro de 2010  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 240.481,38 (duzentos e quarenta mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos), por conta do excesso de arrecadação nas receitas próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.0.0.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.0.0.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a entidades sem fins lucrativos



R\$ 136.167,38  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 104.314,00  
TOTAL R\$ 240.481,38

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1572/10**

DECRETO Nº 1.572, de 14 de dezembro de 2010  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.113,44 (vinte mil, cento e treze reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.113,44  
TOTAL R\$ 20.113,44

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.113,44 (vinte mil, cento e treze reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS  
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 20.113,44  
TOTAL R\$ 20.113,44

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1573/10**

DECRETO Nº 1.572, de 14 de dezembro de 2010  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.113,44 (vinte mil, cento e treze reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.113,44  
TOTAL R\$ 20.113,44

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.113,44 (vinte mil, cento e treze reais e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS  
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 20.113,44  
TOTAL R\$ 20.113,44

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1574/10**

DECRETO Nº 1.574, de 14 de dezembro de 2010  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta do excesso de arrecadação, nas receitas próprias, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:  
20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
20.01 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do sul  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 Pessoal e Encargos  
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
Total R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal



**Decreto Nº 1575/10**

DECRETO Nº 1.575, de 14 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

## DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 467.719,18 (quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 467.719,18  
TOTAL R\$ 467.719,18

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 467.719,18 (quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
40.01 Fundo Municipal de Saúde  
2.078 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 467.719,18  
TOTAL R\$ 467.719,18

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1576/10**

DECRETO Nº 1.576, de 14 de dezembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

## DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 116.700,00 (cento e dezesseis mil e setecentos reais), por conta do excesso de arrecadação, nas transferências financeiras recebidas, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
30.01 Fundação Municipal de Desportos  
2.073 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 3.700,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

Total R\$ 116.700,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1577/10**

DECRETO Nº 1.577, de 14 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

## DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul  
1.034 Descentralização Cultural - Próprios  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
Total R\$ 2.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul  
1.034 Descentralização Cultural - Próprios  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
4.4.00.00 Investimentos  
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1578/10**

DECRETO Nº 1.578, de 14 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.401,58 (um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

**20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL**

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.401,58

Total R\$ 1.401,58

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.401,58 (um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

**20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL**

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.401,58

TOTAL R\$ 1.401,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1579/10**

DECRETO Nº 1.578, de 14 de dezembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.401,58 (um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

**20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL**

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.401,58

Total R\$ 1.401,58

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.401,58 (um mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

**20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL**

20.01 Fundação Cultural de Rio do Sul

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

**4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL**

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.401,58

TOTAL R\$ 1.401,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1580/10**

DECRETO Nº 1.580, de 15 de dezembro de 2010.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Saúde, o veículo, conforme segue:

- O veículo Fiat Ducato, placa MDF-0155, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 9729, do dia 20 a 30 de dezembro de 2010, bem como o Motorista Veículo Leve, Sr. Carlos Alberto dos Anjos, matrícula 8602.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como a do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VABDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

**Decreto Nº 1581/10**

DECRETO Nº 1581, de 15 de dezembro de 2010.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 347/93

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto Nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula 700.5-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, JOSÉ DEOLA, matrícula 181.3-04, ocupante do cargo em comissão Diretor do Departamento de Compras e MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula 1828.7-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo. Como suplentes, BRUNA LIVRAMENTO, matrícula 3555.0-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RÚBIA CRISTINA

MOHR, matrícula 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador e MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula 4480-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de dezembro de 2010.  
MLTON HOBUS  
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração

### **Decreto Nº 1582/10**

DECRETO Nº 1582, de 15 de dezembro de 2010.

"DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município, DECRETA:

Art. 1º- Fica designado como Pregoeiro o Sr. MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios, como titular e o Sr. JOSÉ DEOLA, matrícula 181.3-04, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras, como suplente.

Art. 2º- Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os funcionários; DANTE FACHINI, matrícula 31216-01, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras; DIESON FERNANDO MARQUEZ, matrícula 3522.0-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, matrícula 3306.5-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º- O mandato do Pregoeiro bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal 15 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração

### **Portaria N.º 1505/RH**

PORTARIA N.º 1505/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores Eni José Garcia, matrícula n. 22691/02 e Elvis

Cristian Censi, matrícula n. 27812/01, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional aos servidores identificados no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

### **Portaria N.º 1509/RH**

PORTARIA N.º 1509/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor Aldo Felau, matrícula n. 29238/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.  
VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

### **Portaria N.º 1510/RH**

PORTARIA N.º 1510/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores Rodrigo Brandl, matrícula 25895/02 e Sandra Denise Fachini Sedrez, matrícula 25917/03, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional aos servidores identificados no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1511/RH**

PORTARIA N.º 1511/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor João Carlos de Andrade, matrícula n. 29114/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1512/RH**

PORTARIA N.º 1512/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Roberto Knoth, matrícula n. 30449/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1513/RH**

PORTARIA N.º 1513/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Os servidores Daiane de Brito Neves, matrícula 29149/01 e

Luis Carlos Voltolini, matrícula 1490/02, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional aos servidores identificados no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1514/RH**

PORTARIA N.º 1514/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Ilton Subtil de Oliveira, matrícula n. 29017/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Pediatra, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1515/RH**

PORTARIA N.º 1515/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula n. 21423/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI



Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1516/RH**

PORTARIA N.º 1516/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Roseli Tenfen, matrícula n. 30511/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a primeira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1519/RH**

PORTARIA N.º 1519/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º As servidoras Salete Cardoso, matrícula 17108/01 e Simone Zickuhr, matrícula 4740/01, ambas ocupantes do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional às servidoras identificadas no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1520/RH**

PORTARIA N.º 1520/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Olegário Darolt, matrícula n. 4138/01, ocupante

do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1521/RH**

PORTARIA N.º 1521/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Heitor Longo, matrícula n. 17531/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Mecânico, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1522/RH**

PORTARIA N.º 1522/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Marcus Fernando Woritovicz, matrícula n. 2135/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb



**Portaria N.º 1523/RH**  
PORTARIA N.º 1523/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Neli Aparecida Scheffer Visentainer, matrícula n. 16926/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a segunda Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1524/RH**  
PORTARIA N.º 1524/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Nilton Xavier, matrícula n. 94/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Calceteiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**PORTARIA N.º 1525/RH**

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Valdemiro Agostinho de Jesus, matrícula n. 2127/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Carpinteiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo

anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1526/RH**  
PORTARIA N.º 1526/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor João Lázaro Goedert, matrícula n. 17795/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1527/RH**  
PORTARIA N.º 1527/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor João Ferreira, matrícula n. 8079/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Detonador, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria N.º 1528/RH**

PORTARIA N.º 1528/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Rosane Gandin da Rosa, matrícula n. 4111/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1529/RH**

PORTARIA N.º 1529/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Pedro José da Silva, matrícula n. 9407/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Marteleiteiro, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1530/RH**

PORTARIA N.º 1530/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor André Marques Vieira, matrícula n. 5142/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão

Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1531/RH**

PORTARIA N.º 1531/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º O servidor Valdir Antônio Postais, matrícula n. 1783/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional ao servidor identificado no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1532/RH**

PORTARIA N.º 1532/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, RESOLVE:

Art.1º A servidora Catarina Filipone Meurer, matrícula n. 8273/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor I, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1533/RH**

PORTARIA N.º 1533/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Santina Aparecida Longo, matrícula n. 15903/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Recepcionista, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1534/RH**

PORTARIA N.º 1534/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Rosane Terezinha Eing, matrícula n. 14532/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1535/RH**

PORTARIA N.º 1535/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º A servidora Neiva Therezinha Lopes dos Santos Zeferino, matrícula n. 7170/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1536/RH**

PORTARIA N.º 1536/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Os servidores Natal Marchi, matrícula 15601/01 e Odilson César Bachmann, matrícula 1260/01, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional aos servidores identificados no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

**Portaria N.º 1539/RH**

PORTARIA N.º 1539/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Os servidores Darcy Vicari, matrícula 17124/01 e Silvino Stedile, matrícula 16071/01, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária, obtiveram aprovação na Avaliação de Desempenho no mês de outubro de 2010, referente ao triênio de 2007 a 2010.

Art. 2º Com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica concedida a terceira Progressão Por Desempenho Profissional aos servidores identificados no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de novembro de 2010, de acordo com o Art. 37 da lei complementar citada acima.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

## Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2010

Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2010

O Prefeito de Rio do Sul e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2010 e demais disposições legais aplicáveis, divulgam o resultado final da Progressão Funcional do Magistério.

Classificação Final para Progressão Funcional do Magistério 2010

### Educação Infantil

Nome do Candidato	Média Final
Magali Gardolin Vieira	9,70
Claudiane Andrea Feller Tonet	9,55
Marilize Passing Justino	9,55
Silvana Mara Costa	9,55
Andresa Cristina Fernandes	9,40
Enedi Fronza	9,40
Gilmara Wagner Morastoni	9,40
Judit Maria Bach Muller	9,40
Rubia Maria Knupfer	9,40
Vera Luci Roveda	9,40
Lilian Lucht da Silva	9,36
Ana Maria Buzzi	9,25
Rozani Althoff Loss	9,25
Simone Klehm	9,25
Vivian Lucht Sperckott	9,25
Nadia Cristina Martins Gonçalves	9,23
Beatriz Fronza	9,10
Celestina Laurete	9,10
Dalva Malkowski Froehner	9,10
Marina Leite	9,10
Marlene Israel Fronza	9,10
Rosana Luiza Bernardino	9,10
Rosangela Beltramini Nogas	9,10
Roseli Muller Petersen	9,10
Zenaide Kuster Pereira	9,10
Flamira de Carvalho Borgonovo	9,08
Isolete Versino	9,08
Ivone Guckert Schaffer	9,03
Aurea Grignani Harbs	8,95
Elisete Bechtold Pamplona	8,95
Fabiane Oliveira Gorges	8,95
Leocadia Bet	8,95
Leocadia Brito Muller	8,95
Marlene Vilani Mello	8,95
Roseli Strey	8,95
Sonia Regina Costa Luithardt	8,95
Marlice Stupp Salvador	8,93
Jucelia Correia de Santana	8,83
Dirce Preis	8,80

Edite Terezinha de Andrade Hoffmann	8,80
Maria Bernadete da Silva Branger	8,80
Marileusa Adriana Fronza Stolf	8,80
Marlene Sborz Molinari	8,80
Marli Kanitz Munzfeld	8,80
Michele Cristina de Oliveira Vignola	8,80
Sonia Aparecida Klettenberg Hiller	8,80
Tania Maria Garcia	8,80
Alda Neumann	8,74
Amélia Maria Perfol Strelow	8,65
Elenise Maria Beber Casatti	8,65
Josemeri Carvalho	8,65
Maria de Lourdes Machado	8,65
Maria Gorete de Souza	8,65
Marli Sborz Vicentin	8,65
Irene de Fátima Kowalski da Cruz	8,63
Dores Janke Stupp	8,50
Antônia Francisca Araújo	8,50
Evalci Zunino Fachner	8,50
Eliane Citadini	8,48
Regina Silvia Cardoso	8,43
Beatriz Neckel	8,37
Isonete da Silveira	8,35
Nadia Aparecida Erkmann Agostini	8,35
Nilva Wessner	8,20
Sandra Aparecida Mayerle Lamego	8,16
Maria Salete da Silva Figueiredo	8,07
Mafalda de Souza Sautner	8,06
Janara de Liz Filagrana	8,05
Leonilda Maria Tenfen Schmitt	8,05
Angelita Batista Correa	8,04
Ligia Helena Naschenveng Molinari	8,02
Ingrid Schlatter	7,81
Denise Ferreira Hoepers	7,45
Shirlei Aparecida Warmling de Andrade	7,41
Cintia Klaumann Ávila	7,29
Ana Maria de Ávila Souza	7,24
Adriana Alice Hoeller	7,05
Marisa Klaumann de Almeida	7,00
Luci Terezinha Bagatolli	5,97

### Séries Iniciais

Nome do Candidato	Média Final
Marcia Catarina Siqueira Fachini	9,40
Margarete Baldo	9,40
Marinei Aparecida Silva Costa	9,40
Raquel Maria May	9,40
Ana Claudia Demarch Franceschi	9,25
Ana Cristina Klauberg Dolzan	9,25
Silvana Ferrari Theis	9,25



Tania Mara Pessoa da Silva	9,25
Margarete Franz	9,10
Isolete Borgert	8,89
Edelise Lippel	8,80
Luzia Zonta Ertmann	8,80
Nelita Koslowski Constantino	8,80
Jacira Paladino Maia	8,72
Mariane Regina Machado	8,71
Patrícia Xavier Branco	8,50
Silvia Weiss	8,48
Maris Ines Paini	7,66

## Séries Finais

Nome do Candidato	Média Final
Ana Paula Rosa Gracioli	9,70
Aparecida das Graças Silva	9,70
Margarete Poffo Nau	9,70
Waldiria Knop	9,70
Ilson José Furtado	9,55
Devanir Nasato Kaestner	9,40
Klairy Simone Wutzon Strelow	9,40
Marineusa Doerner Olivo	9,40
Marlete Ribeiro Borges Tamanini	9,40
Jairo Roberto Constantino	9,25
Ereni Fátima Belino André	9,10
Silvio Tobias Brandalize	9,10
Valdemiro Poffo	9,00
Mateus de Andrade	8,95
Neusa Teresinha Girardi	8,95
Raquel Aparecida Wessner Froenhlich	8,80
Teresinha Perfol	8,80
Laura Eliane Longen Deluca	8,71
Cleyde Maria Guchert Weise	8,35
Diorgenes Xavier de Liz	8,34
Altair Fontanive	7,96
Maristela Luiza Fronza Marconsini	7,75
Afonso Carlos Nrvs	7,57
Valmira Rohling Ledra	7,33
Claudio Marcelino	6,39

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2010.

MILTON HOBUS	VANDERLEI PETRI
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 362/2010

DECRETO Nº 362/2010

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 942 de 10 a novembro de 2010,

Considerando que até a presente data não houve nenhum protocolo de requerimento e nem ao menos manifestação de interessados na concessão de que trata o Edital nº 01/2010, Considerando que em virtude de intempéries climáticas as instalações a serem concedidas ainda não estão totalmente concluídas, Considerando o interesse do município na implantação de empresa na área da concessão e a necessidade de geração de emprego e renda no Município a fm de garantir melhor qualidade de vida a população

## DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo para apresentação de requerimento e de documentos a que se refere o Edital de Chamamento nº 01/2010.

Art. 2º. As demais normas e disposições do Edital de Chamamento nº 01/2010 continuam inalteradas.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI  
Assessora de Planejamento  
Matricula nº 1022/7

### Edital de Chamamento Nº 01/2010

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, por seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados que, com base na Lei 942, de 10 de Novembro de 2010, está aberto para as empresas que possuem interesse na concessão de direito real de uso de espaço físico de imóvel destinado à implantação de Laticínio, localizado na Linha Boa Vista, interior do município, com área de terras de 60.000 m2 e benfeitorias existentes, o período para apresentação de requerimento e documentação a fim de que, após análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso - COMDEC seja escolhida a proposta que melhor atenda os interesses do Município.

Cláusula 1ª - O período de recebimento dos requerimentos será de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital.



Cláusula 2ª - O requerimento com a documentação deve ser apresentado junto a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), setor de protocolo, no horário normal de expediente.

Cláusula 3ª - As empresas interessadas na concessão de uso acima descrita deverão apresentar requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na Lei nº 942 de 10 de Novembro de 2010, apresentando ainda memorial descritivo com as seguintes informações e documentação: a. quantidade de metros quadrados de área de terra necessária para a implantação do empreendimento; b. quantidade de empregos a serem criados pela empresa já no início das atividades; c. atividade a ser desenvolvida; d. matéria prima utilizada e sua origem; e. início das atividades; f. cópia do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado; g. quantidade de metros quadrados de área a ser construída; h. cópia da ata de instituição, em se tratando de associação ou cooperativa; i. Declaração de faturamento anual estimado da empresa; j. Certidão Negativa de Débito, relativo a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal da empresa no município de sua localização e no Município de Santa Terezinha do Progresso, bem como de seus sócios; k. Observações gerais que a empresa julgar necessário, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais; l. Apresentação de Certidão Negativa de Protesto de Títulos; m. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) prova da regularidade para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS); n. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); p. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias. q. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Cláusula 4ª - A documentação exigida neste edital poderá ser apresentada em original, em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência, juntamente com o Requerimento para o cadastramento, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal. O COMDEC poderá, a seu critério e a qualquer momento, realizar diligências para comprovação das alegações do interessado. No caso de documentos expedidos via internet, os mesmos poderão ser objetos de confirmação de sua autenticidade pelo COMDEC. Os documentos, que não possuírem data de validade, serão aceitos se emitidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de entrega dos mesmos.

Cláusula 5ª - Os requerimentos e documentação serão analisados pelo COMDEC e a seleção da melhor proposta será feita pelo Poder Executivo, levando-se em consideração o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Cláusula 6ª - A qualquer tempo, o presente Edital de Chamamento Público poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Poder Executivo, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Cláusula 7ª - Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo das propostas encaminhadas depois de esgotado o prazo fixado para recebimento de propostas.

Cláusula 8ª - Não serão aceitas propostas enviadas com itens e/ou componentes incompletos, inadequados, com prazo de validade vencido ou em formato diferente do padrão estabelecido por este Edital, o que resultará na desclassificação da proponente.

Cláusula 9ª - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Edital. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado.

Cláusula 10ª - A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se

iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso.

Cláusula 11ª - Para Celebração do Termo de Concessão a Proponente deverá manter as mesmas condições exigidas para a participação neste Edital de Chamamento Público.

Cláusula 12ª - As disposições deste Edital de Chamamento Público, bem como a proposta da Proponente, farão parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

Cláusula 13ª - O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público, a participação da proponente implica na aceitação de todos os termos deste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria,

Cláusula 14ª - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital o da Comarca de Campo Erê, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução do presente Edital.

Cláusula 15ª - O resultado da seleção será amplamente divulgado, inclusive, com publicação em órgão oficial. Por sua vez, as regras da concessão serão disciplinadas no contrato de concessão de direito real de uso de bem público a ser formalizado com a empresa escolhida.

Cláusula 16ª - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC ou pelo telefone (49) 3657-0001.

Cláusula 17ª - Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital de Chamamento Público serão resolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - COMDEC

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 16 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 4.148, de 21 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº 4.148, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotações, no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso III,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações no orçamento programa, no valor de R\$ 42.258,01 (quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e um centavo), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 84 Aplicação Direta 26.406,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF  
07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF  
07.01.04.123.4504.2.011.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 72 Aplicação Direta 5.572,23

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 11 Aplicação Direta 10.279,78

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP  
 06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 85 Aplicação Direta 25.000,00  
 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 83 Aplicação Direta 1.406,00

07.00 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF  
 07.01 SEC. MUN. DE FAZENDA - SMF  
 07.01.04.123.4504.2.011.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 73 Aplicação Direta 3.662,23  
 07.01.04.123.4504.2.011.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 71 Aplicação Direta 1.910,00

10.00  
 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR  
 10.01.20.606.4507.2.025.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 12 Aplicação Direta 8.630,78  
 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 10 Aplicação Direta 1.649,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de dezembro de 2010.  
 TOMÉ FRANCISCO ETGES  
 Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.149, de 21 de Dezembro de 2010.**

DECRETO Nº 4.149, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.  
 Altera o Decreto 4.113, de 22 de outubro de 2010 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º O Artigo 1º, do Decreto nº 4.113, de 22 de outubro de 2010, que "nomeia os membros Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, do Município de São Lourenço do Oeste, SC e dá outras providências", passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

II - Nome do representante do órgão executivo municipal de trânsito:

Suplente - Lígia Fernanda Sotilli (servidora municipal).  
 "(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de Dezembro de 2010.  
 TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Timbó**

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Aviso de Revogação Edital 123**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 0000123/2010  
 TERMO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Tomada de Preços nº. 0000123/2010, do tipo menor preço, pelo total geral, que trata da contratação de serviços para Execução do Projeto da Rótula da rua Oscar Piske e Pomeranos, foi REVOGADO ao bem do interesse público, considerando a participação de única empresa participante com valor superior ao limite estabelecido no edital.

Data: 21/12/2010.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito Municipal

### **Edital de chamamento público para agricultura familiar**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
 O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2011, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009. Previsão de produtos e quantidades a serem adquiridos nesse período:

Item	Quantidade	Preço referência - R\$
Peixe de água doce (filé)	560kg	15,50
Banana caturra	9.010kg	0,65
Banana branca	1.105kg	0,95
Leite	26.175litros	1,30
Repolho	1.464un	1,87
Brócolis	396un	1,80
Vagem	300kg	3,00

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Timbó, cito a Av. Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC, até o dia 14 de janeiro de 2011. O período de vigência do fornecimento será de fevereiro a julho de 2011. Os produtos acima deverão ser entregues nas unidades de ensino municipais, de acordo com a programação repassada mensalmente pela Secretaria de Educação. Os proponentes deverão entregar os documentos abaixo relacionados para análise do setor competente.

#### **7.1. Documentação dos Grupos Informais:**

- prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar,

Seleção do projeto de venda

A seleção dos projetos de venda será realizada pela Comissão de Licitação:

- Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município;
- Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade;
- Sendo fornecedores do mesmo local deverá priorizar o Grupo formal, art. 23, § 4º.
- Compras até R\$ 100.000,00 poderão ser feitas de Grupos Formais e Informais; Acima de R\$ 100.000,00, somente de Grupos Formais;
- R\$ 9.000,00 (nove mil reais) limite individual por DAP/Ano. Não havendo propostas suficientes será admitido o valor de mais de R\$ 9.000,00 por DAP/Ano.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda e sexta no Departamento de Compras do Município de Timbó, av. Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó ou pelo fone 47 3382-3655 ramal 2038 e 2016.

Timbó, 20 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### **Extrato ata de abertura e julgamento propostas TP124-2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 0000124/2010

EXTRATO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento das propostas do Edital de Tomada de Preços nº. 000124/2010, do tipo menor preço, que trata da contratação de serviços para ampliação da Escola Nestor Margarida. Com base na análise dos documentos e pareceres a Comissão decide classificar as propostas das empresas CONSTRUTORA EROS LTDA, MULTI CONSTRUÇÕES LTDA E SOBERANA E SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. A Comissão declara ainda vencedora a empresa CONSTRUTORA EROS LTDA com o valor de R\$ 222.645,03. Ficam intimadas as empresas a apresentarem recursos a contar da publicação deste extrato. A Integra da Ata de julgamento encontra-se disponível no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Data: 21/01/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### **Extrato de Iluminação Pública 269-2010**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/ 269

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda

OBJETO: serviços e/ou materiais para a rede de iluminação pública de Timbó.

PRAZO: 60 dias.

VALOR TOTAL: 156.262,93 (Cento e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos)

Timbó, 20 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

## **Tunápolis**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Decreto Nº 1356/2010**

DECRETO Nº 1356/2010

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de Imóvel a ser utilizado para Área Industrial do Município de Tunápolis.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, dos seguintes lotes rurais:

- Parte do Lote rural nº 53, com 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados), de Propriedade de Romeu Michels;
- Parte da Chácara Rural nº 48, com 17.000 m² (dezesete mil metros quadrados), de Propriedade de Solange Brod;

Parágrafo Único: todas as confrontações, delimitações e áreas estão estipuladas no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será utilizado para fins de utilização como Área Industrial do Município de Tunápolis.

Art. 3º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 22 de dezembro de 2010.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este decreto foi publicado  
na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

#### **Decreto Nº. 1.357/2010**

DECRETO Nº. 1.357/2010

Desapropria parte do lote rural nº 53, da Linha Felipe Schmidt e parte da Chácara rural nº 48 da Linha Tunas, ambos a serem utilizados para Área Industrial do Município de Tunápolis e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado, por via amigável ou judicial, parte do LOTE RURAL Nº. 53, com 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados), localizado na Linha Felipe Schmidt, de propriedade do Sr. Romeu Michels, no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais); e parte da CHÁCARA RURAL Nº 48, com 17.000 m² (dezesete mil metros quadrados), localizada na Linha Tunas

e de propriedade da Sra. Solange Brod, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação pela comissão designada para este fim em apenso.

Parágrafo único: As medidas e delimitações dos imóveis de que trata este artigo primeiro estão estabelecidos no memorial descritivo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação, inclusive para o pagamento e Transferência do Imóvel.

Parágrafo único: No caso de pagamento amigável será celebrado Termo de pagamento e de Transferência do Imóvel.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 22 de dezembro de 2010.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em controladoria Interna

### **Processo de Licitação Nº 19/2010 FMS**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2010

Edital de Pregão Presencial nº 10/2010

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Pregão Presencial com seu julgamento menor preço por item, e entrega parcelada, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais visando a realização de exames de análises clínicas no atendimento das atividades da Unidade de Saúde.

Entrega das propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação até às 9h00min do dia 07/01/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, ou celular 91365329

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 21 de dezembro de 2010.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal da Saúde

### **Termo Aditivo ao Contrato Nº 096/2010 Reforma das Escolas**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 096/2010.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 096/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PRÉ- LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis por intermédio da Secretaria Municipal da Educação inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52 neste ato representada pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer e Secretario Municipal da Educação, Senhor, Vianeí Luis Hammerschmitt e de outro lado a empresa Pré Lajes Materiais de Construção Ltda, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.620.108/0001-40, estabelecida à Rua Bruno Dalmina, 75, Distrito Industrial, no Município de São Miguel do Oeste/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 096/2010

Considerando o contrato Administrativo nº 096/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis por intermédio da Secretaria Municipal da Educação, celebrado em nove de setembro de dois mil e dez, proveniente do Processo Licitatório nº 85/2010 e Edital Tomada de Preços 07/2010, com seus anexo PMT, em que consta como objeto a Execução de reforma geral das Escolas das Linhas São Pedro, Fátima e Pitangueira com 969.45 m<sup>2</sup> de reforma e 208,22 m<sup>2</sup> de ampliação.

Considerando o disposto na Cláusula 6ª, do contrato nº 096/2010-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano de 2010 conforme segue abaixo:

Órgão 03, Unid 02,Proj/Ativ 1.007 Fundamental

Órgão 04, Unid 03,Proj/Ativ 1.007 Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0105.0Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino.

4.4.90.00.00.00.00.00.0110-49Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino.

4.4.90.00.00.00.00.00.0114-0Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino.

4.4.90.00.00.00.00.00.0105.0Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a PRÉ- LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 096/2010 fica acrescido o valor de R\$ 8.596,66(oito mil quinhentos noventa e seis reais e sessenta e seis centavos) de acordo com a planilha orçamentária e justificativa anexa.

Cláusula Segunda - DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo previsto na clausula Quinta do contrato ora ditado, por mais 30(trinta) dias, a partir do prazo anteriormente fixado conforme solicitação e justificativa anexa.

Cláusula Terceira As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 01 de dezembro de 2010

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

PRÉ LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Contratada

VIANEI LUIS HAMMERSCHMITT

Secret. Municipal da Educação

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259-60



# Videira

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 2.450/10

LEI N.º 2.450/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir bem imóvel e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir um imóvel de propriedade do Sr. Dirceu Dallago, RG nº 798.823 SSP/PR e CPF nº 186.198.439-15, residente na Rua Aldo Mario de Almeida, n.º 745, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes, com as seguintes especificações:

“Uma parte de terras urbanas, com a área de 400,00 m2 (quatrocentos metros quadrados), sendo parte da chácara nº 8 (oito), com uma casa de madeiras, térrea, coberta de telhas de brasilite, medindo 4,00 x 8,00 metros, sitas no Bairro Triângulo da Rede Ferroviária, do lado par de uma rua sem nome oficial, 1º subdistrito do Município, cidade e comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 0942, com as seguintes confrontações: ao Sul com 20,00 metros, com a rua sem nome oficial, fundos; ao Norte, com a mesma medida da frente, com 20,00 metros, com terras de Antonio Corso; ao Nascente, com a chácara nº 7 (sete) de Plínio Salmória e Cia Ltda, e ao Poente, com terreno de Antonio Corso medindo 20,00 metros.”

§ 1º A área será destinada a ampliação da Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Videira - SC - APAE;

§ 2º O valor da aquisição do imóvel é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Art. 2º A aquisição do imóvel será feita mediante dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II e X, da Lei 8.666/93 e conforme processo de dispensa de licitação.

Art. 3º As despesas com a aquisição do imóvel, decorrentes da presente Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 90.000,00

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante o cumprimento das condições estabelecidas no art. 5º desta Lei, a doar o imóvel identificado no artigo primeiro à Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Videira - APAE, para destinação específica de ampliação de sua sede.

Parágrafo Único - A doação do bem imóvel será feita mediante dispensa de licitação, em conformidade com o artigo 17, I, “b” da Lei 8.666/93, e conforme processo de dispensa de licitação.

Art. 5º A donatária obriga-se :

I - não dar destinação diversa ao referido imóvel, senão para a contida no art. 4º desta Lei;

II - responder perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por qualquer outra obrigação que possa ou venha sobre ele cair;

III - com o ônus das despesas de manutenção do imóvel, como água, luz, limpeza e reparos,

Parágrafo Único - Qualquer alteração nas finalidades estatutárias, que implique em descaracterizá-la como entidade promotora do bem-estar social e defesa dos portadores de necessidades especiais ensejará a reversão do imóvel ao patrimônio do Município.

Art. 6º O descumprimento dos preceitos contidos no art. 5º desta Lei ocasionará a reversão da presente doação, voltando o imóvel ao Patrimônio Municipal com todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.

Art. 7º Na escritura pública de doação deverão constar, obrigatoriamente, todas as condições estabelecidas nesta Lei, ficando ao Município com o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o seu exato cumprimento.

Art. 8º As despesas com escrituração, registro imobiliário e outras incidentes sobre o imóvel, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Videira.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Lei Nº 2.451/10

LEI Nº 2.451/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, para o fim de realizar a XVIII Festa da Vindima, evento de caráter turístico-cultural, a realizar-se nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2011, com a importância de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4.320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;



II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.452/10**

LEI N.º 2.452/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, 02 (duas) partes dos bens imóveis, de propriedade de Ivo Testolin; matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 25.413, com as seguintes descrições:

“Uma área de terras com 2.867,67 m2 (dois mil, oitocentos e sessenta e sete metros e sessenta e sete decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 199.478,00 m2 (cento e noventa e nove mil e quatrocentos e setenta e oito metros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 25.413, com as seguintes confrontações: ao Norte, com 231,63 m com a área remanescente A; ao Sul, com 234,56 m com a área remanescente B; ao Leste, com 13,00 m com a continuação do acesso para Santa Lúcia que divide as áreas da escola Municipal e terras de Marcelo Andriani; ao Oeste, com 12,52m com a Rua que vai para o centro de Videira.”

“Uma área de terras com 1.211,05 m2 (um mil, duzentos e onze metros e cinco decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 199.478,00 m2 (cento e noventa e nove mil e quatrocentos e setenta e oito metros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 25.413, com as seguintes confrontações: ao Sudoeste, com 151,00 m em linha curva com a área remanescente B; e ao Nordeste, com 148,59 m com terras da Comunidade Linha Santa Lúcia.

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rodovia Municipal José Gheller, a ser mantida pelo donatário, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.453/10**

LEI N.º 2.453/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza baixar, desafetar e alienar, pela oferta de melhor preço, através de licitação pública, equipamentos e bens públicos inservíveis que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, desafetar do cadastro dos bens patrimoniais e alienar, com base em prévia avaliação, através de licitação pública, pela oferta de melhor preço e no estado em que se encontram, os seguintes bens:

1) 1 (uma) Motoniveladora HWB Dresser 205C

Ano: 1986

Frota: 85

Número do Patrimônio: 20.491

2) 1 (uma) Retroescavadeira Case 580L

Ano: 1998

Frota: 89

Número do Patrimônio: 20.492

3) 1 (um) Automóvel Fiat/Fiorino IE

Placa: MAB - 9202

Chassi: 9BD255424W8597991

Ano: 1998 Modelo: 1998

Capacidade: 05 Passageiros

Cor Predominante: Branca

Código Renavam: 697978010

Frota: 99

Número do Patrimônio: 20.493

4) 1 (um) Caminhão/Ambulância IvecoFiat/Daily3510 Van1

Placa: MGZ - 2070

Chassi: 93ZC3570148312668

Ano: 2003 Modelo: 2004

Capacidade: 1,7 T

Cor Predominante: Branca

Código Renavam: 819671592

Frota: 123

Número do Patrimônio: 20.501

5) 1 (uma) Semeadeira/Adubadeira, com 11 linhas para plantar sementes miúdas, marca FRANKAUSER

Ano: 2003

Número do Patrimônio: 20.503

6) Aproximadamente 20.000 Kg de Sucata de Ferro

Art. 2º Os critérios para a alienação dos bens descritos no art. 1º

da presente Lei obedecerão ao disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Art. 3º Os recursos resultantes da alienação dos bens, a que se refere a presente Lei, serão contabilizados e aplicados de acordo com as disposições legais pertinentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.454/10**

LEI Nº 2.454/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Cria cargos efetivos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, na Estrutura Administrativa do Município, além dos já existentes, mais 2 (dois) cargos de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior - E-PE-ANS- I-A, com as atribuições funcionais constantes do Anexo I que faz parte integrante desta lei.

§ 1º A investidura no cargo, a que se refere o caput deste artigo, dependerá de prévia aprovação em Concurso Público, nos termos da Legislação vigente.

§ 2º Para provimento dos cargos com concurso público em vigência, assegurar-se-á o direito de convocação aos candidatos aprovados, até a expiração do prazo do respectivo concurso, os quais serão convocados conforme a necessidade, obedecendo a ordem de classificação.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I

LEI Nº 2.454/10

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO	NÍVEL
TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR.	E-PE-ANS-I-A

### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Desenvolver atividades relacionadas à administração financeira, de recursos humanos, material, organização e métodos e demais áreas administrativas, elaborando pareceres, projetos e planos de ação, objetivando o aprimoramento das rotinas, procedimentos administrativos e o aumento da eficiência dos serviços, elaborar proposta orçamentária anual e plurianual de investimentos e de custeios de acordo com a realidade Municipal.

### **EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES**

Atribuições:

1. Executar atividades de administração e coordenação, relacionadas a levantamento, pesquisas, análises, interpretação de dados, elaborando pareceres, projetos e planos de ação concernentes à organização e métodos, administração financeira, material e de recursos humanos, além de outras atividades administrativas afins;
2. Analisar sistemas, métodos e rotinas de trabalho, elaborando, planos e desenvolvendo projetos para a simplificação e racionalização de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Coordenar, orientar e/ou elaborar estudos relativos a padronização e racionalização de impressos e formulários, recomendando sua implantação e prestando assistência aos usuários;
4. Orientar e/ou elaborar planos, desenvolver atividades relativas à movimentação de materiais, níveis de estoque, pontos de suprimentos, padronização de materiais, pesquisa de mercado, compras, arranjo físico do almoxarifado e patrimônio;
5. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plano plurianual de investimentos, a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira da Prefeitura;
6. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da programação financeira anual, calculando, especificando e fazendo previsão de receita e despesa;
7. Acompanhar a execução orçamentária, analisando o comportamento da receita e da despesa e propondo medidas corretivas, quando da ocorrência de desvios dos padrões estabelecidos;
8. Orientar e/ou elaborar planos e desenvolver atividades relacionadas à análise, descrição, especificação e avaliação de cargos, pesquisas salariais, redigindo as instruções necessárias para a implantação ou aperfeiçoamento de sistema de classificação de cargos, salários e carreiras;
9. Elaborar estudos pertinentes a recrutamento e seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas;
10. Fazer levantamento da capacidade ociosa da Prefeitura de modo a atender de forma eficiente as demandas atuais e futuras;
11. Coletar, estudar e conhecer a legislação e demais normas institucionais, ligadas à área em que atua;
12. Participar das atividades de previsão financeira durante as negociações salariais;
13. Verificar a solvência financeira e a capacidade de endividamento da Administração Municipal;
14. Desenvolver atividades relacionadas com administração e legislação de pessoal, administração patrimonial e de material, transportes internos, cadastro imobiliário, administração tributária, administração financeira, execução orçamentária, licitação e contratos.
15. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

### **ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

- Escolaridade: Nível Superior em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.
- Remuneração Inicial: R\$ 2.471,70.
- Carga Horária: 40 h (quarenta) semanais.

- Observação:

### **Lei Nº 2.455/10**

LEI Nº 2.455/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar Concessão de Uso de Bem Público, localizado na antiga Estação Ferroviária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira, SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar Concessão de Uso, nos termos dos arts. 125 e 191, incisos I e IV, da Lei Orgânica do Município, dos imóveis (edificações) abaixo discriminados:

I - Uma edificação (antiga Estação Ferroviária) localizada na Rua Nicolau Cavon, Centro, Município de Videira, totalizando 267,57m², constituída de:

- a) Sala 01: acesso principal pela Rua Nicolau Cavon e acesso secundário para área de abrigo (ao lado da via férrea), área de 62,10m² com acesso para Depósito de 12,57m²;
- b) Sala 02: acesso principal pela Rua Nicolau Cavon e acesso secundário para área de abrigo (ao lado da via férrea), área de 62,80m² com acesso para Depósito (A=12,75m²), Cozinha (A=19,50m²), Instalação Sanitária (A=4,45m²) e Mezanino (A=60,00m²);
- c) Instalação Sanitária externa (A=7,04m²), com acesso pelo abrigo dos fundos da edificação (ao lado da via férrea);
- d) Quiosque a construir (A= 9,00m²).

Parágrafo Único - O projeto a que se refere a edificação descrita na alínea "d", deverá ser apresentado para avaliação e aprovação da Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Turismo e Cultura, antes do início da execução do mesmo.

Art. 2º Para fins desta Lei, a concessão de uso do bem público é considerada de relevante interesse público e social, e visa a preservação e proteção da cultura e do desenvolvimento do turismo local e regional.

Art. 3º A concessão de uso de que trata o art. 1º desta Lei será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual prazo diante do interesse da Administração Municipal, com termo inicial contado a partir da assinatura do contrato administrativo.

Art. 4º Os imóveis, objeto da concessão de uso, serão utilizados para efetuar a exploração para o desenvolvimento da cultura e do turismo local e regional, dando-se ênfase à gastronomia típica e contemporânea.

Art. 5º A exploração econômica dos imóveis poderá ser efetuada pela concessionária e deverá obrigatoriamente atender os fins específicos de desenvolvimento e exploração do turismo e da cultura, em iguais condições de concorrência.

§ 1º Toda e qualquer exploração econômica deverá ser autorizada expressa e previamente pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º Os direitos e deveres da concessionária, bem como suas peculiaridades, serão elencados totalmente quando da confecção do contrato de concessão de uso.

Art. 6º Considerando-se o valor histórico e as condições propostas para sua conservação, não se poderá proceder a alterações, reformas ou ampliações nas dependências dos imóveis sem

expressa e prévia autorização do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Quando do término do contrato de concessão de uso, a concessionária desocupará os imóveis independentemente de notificação ou aviso prévio.

§ 1º As benfeitorias, de qualquer natureza, efetuadas nos imóveis objetos desta Lei, reverterão para o Município quando do término do contrato, sem que caiba à concessionária qualquer indenização, tampouco lhe outorga direito à retenção do bem.

§ 2º Os imóveis, findo o contrato, deverão ser restituídos nas mesmas condições em que se encontram sem qualquer ônus ao Município.

§ 3º A concessão de uso de que trata esta lei não propiciará qualquer ônus ao Município.

Art. 8º A presente concessão de uso deverá ser realizada através de concorrência pública.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.987/08, de 26 de março de 2008.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.456/10**

LEI Nº 2.456/10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,  
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com o Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2.011.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
LEI Nº 2456/10

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº , celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;

III - repassar o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;

II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;

III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;

IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:

- crescimento pessoal com fraternidade cristã;

- alimentação adequada;

- controle de doenças e tratamento das mesmas;

- cuidado com medicamentos usados;

- assistência médica e dentária;

- orientação e controle da higiene;

- controle de vacinação;

- recreação e exercícios físicos;

- incentivo aos trabalhos manuais;

- orientação e cultivo da horta;

- participação em encontros da 3ª idade.

V - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 do mês de dezembro de 2011.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de novembro de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA LAR O BOM SAMARITANO

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal Presidente

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**Decreto Nº 9.600/10**

DECRETO Nº 9.600/10, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Leis Municipais nº 343/97 e 2.413/10,

## DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Saúde:

## I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Titular: SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Suplente: MARCELO JOSÉ BORSATTI

b) 9ª Gerência de Saúde:

Titular: RENATO P. PADILHA

Suplente: IVANIR NAVA COAN

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: FLADENICE ZULEICA BRUCH

Suplente: TÂNIA REGINA CESCO

d) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Titular: EDIVANE DE JESUS

Suplente: ISABEL LUIZA LAZZARI

## II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

a) Hospital Divino Salvador:

Titular: VALMOR BUSNELLO

Suplente: IRMÃ DAISY ANTONINI ZANINI

b) Instituto de Patologia do Meio-Oeste Catarinense:

Titular: ALEXANDRE KIRSCHNICK

Suplente: DAIANE ESTREME

## III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

a) Profissionais da Medicina:

Titular: MAURÍCIO SILVEIRA MOZNA

Suplente: CARLOS HENRIQUE DE LIMA WINCK

b) Profissionais da Odontologia:

Titular: BÉTIMA LIANA HALBERSTADT GARCIA

Suplente: ISABELA FERREIRA ABILHOA

c) Profissionais de Farmácia:

Titular: MARCELO ALEXANDRO MATOS

Suplente: DAYSE LOCATELLI

d) Corpo de Bombeiros:

Titular: ANTONIO ROGÉRIO XAVIER BATALHA

Suplente: DIONISIO MOREIRA

e) Profissionais de Enfermagem:

Titular: MONICA SUSETTE ROMAN VANZ

Suplente: ANA PAULA GONÇALVES PINCULINI

f) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO10

Titular: JOÃO ARTUR GUSMÃO RODRIGUES

Suplente: JOSIANE WILMSEM

## IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV:

Titular: JACIR JOSÉ FÁVERO

Suplente: DIRCEU JOANIN BORTOLOZZO

b) União Videirense das Associações:

Titular: JOSÉ DIOMIR DE OLIVEIRA

Suplente: ALTANIR AUGUSTINHO ZAGO

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: CELSO FRANCISCO TESTOLIN

Suplente: ANTÔNIO TOCCOLINI

d) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústria de Alimentação e afins de Videira:

Titular: ANTONIO FOSCHIERA

Suplente: SELSO POSSERA

e) Sindicato dos Empregados do Comércio de Videira:

Titular: SILMARA B. BORDIGNON

Suplente: ANGELO RAIMUNDO RIZZI

f) Pastoral da Saúde:

Titular: MARIA MENEGOLLA

Suplente: FLÁVIA CARELLI

g) Associação da Terceira Idade:

Titular: ÂNGELO ANDREANI

Suplente: ASSUNTA DANIELI RIGO

h) Pastoral da Criança:

Titular: MARIA ELIZABET SOERGER ZARO

Suplente: ALICE GETASSI

i) Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Videira - SISMUVI:

Titular: IARA LICKS

Suplente: RUDIMIR TRAVASSO

j) Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Videira - UNOESC:

Titular: DANIELA RIES WINCK

Suplente: NEI CARLOS SANTIN

k) Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Videira:

Titular: WILSON SILVA DO AMARAL

Suplente: HENRIQUE SANTO DA ROSA

l) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico, nas Empresas Distribuidoras de Veículos Automotores, Oficinas Mecânicas e Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de Videira e Região:

Titular: NERI JOSÉ RUBINI

Suplente: PATRÍCIA GRANDO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.550/10, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2010.

Videira, 17 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**Decreto Nº 9.601/10**

DECRETO Nº 9.601/10, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

Homologa as Inscrições referentes ao Processo Seletivo - Edital nº 11/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao Disposto no Edital de Processo Seletivo nº 11/2010;

**DECRETA**

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos, por cargo e em ordem alfabética, conforme segue:

**01 – Auxiliar de Serviços Gerais**

Ordem	Nome	Número De Inscrição
1	Adelina Bridi	348
2	Adriana Bresciani	783
3	Adriana Fatima Pauli	234
4	Adriana Maia	732
5	Adriana Varela Oliverio Di Domenico	96
6	Adriananteles De Oliveira	310
7	Albertina De Matos	340
8	Alesandra Silvana Dias	363
9	Alessandra Candiago	377
10	Aline Grassi	2
11	Aline Taruhn Gheller	43
12	Alini Rissi	247
13	Ana Camila Ribeiro De Deus	453
14	Ana Carolina Lascoski	575
15	Ana Caroline Soares Dos Santos	299
16	Ana Joaquina Ribeiro Dos Santos	520
17	Ana Maria Lofagem	597
18	Ana Paula Da Costa De Castro	233
19	Ana Paula Raiz Antunes	759
20	Ana Paula Rodrigues	282
21	Ana Paula Rodrigues Dos Santos	115
22	Ana Paula Xavier De Oliveira	742
23	Anair Pelentir	374
24	Andrea Ferreira Pires	111
25	Andreia Aparecida Costa E Souza	194
26	Andreia Costa	580
27	Andréia Patricia Gomes	129
28	Anelis Da Rosa Zalewski	175
29	Anelize Rissardi	231
30	Angelita Dal Pizzol	326
31	Angelita "De "Fatima" "Godoi" "Gris"	291
32	Anita Reginato Pazini	245
33	Ansila Dey Silva Dos Santos	632
34	Antonia Miotelli Rissardi	400
35	Aparecida Fatima Deon Poli	227
36	Auzilia Dos Santos	619
37	Carine Terezinha Rosa	497
38	Carla Marlene Gasparello Rizzolli	473

39	Carla Michele Katschor	329
40	Carla Zemar Ramski Iurkevicz	459
41	Carmem Terezinha Weiss Zago	785
42	Carolina "Gonçalves"	85
43	Caroline Muhlbrandt	462
44	Cassandra Soares Balestieri	25
45	Cassiani Guedes De Freitas Pereira	523
46	Celia Donatti Maceda	116
47	Cinthia Aparecida Ribeiro	582
48	Cione Almeida De Carvalho	203
49	Cirlei Verana	141
50	Clarissa Maria Meisterlin	107
51	Claudia Medeiros	465
52	Claudia Moraes	335
53	Claudia Raquel Da Silva	534
54	Clemair Rodrigues Da Silva	206
55	Cleusa Maria Bogo	717
56	Creusa Das Chagas	460
57	Cristiane De Freitas Casagrande	671
58	Cristiane De Oliveira Menin	186
59	Cristiane Michele Moraes	417
60	Cristiane Munari	706
61	Cristina Candiago Xavier De Barros	136
62	Cristina Maria Caon Grando	550
63	Daiane Deicke	67
64	Daiane Maciel	743
65	Daiane Vosgrau Caliari	59
66	Daine Padilha	494
67	Daionara Costa Souza	456
68	Daluz Nunes Da Rosa	500
69	Daní Vicari Zager	102
70	Daniela Antunes De Castro	46
71	Daniela Queiroz Pereira	218
72	Daniella Biscolli Ribeiro	498
73	Deisi Fernanda Belegante Girioli	777
74	Delaize Trindade	638
75	Delires Terezinha Dos Santos	495
76	Denise Dos Santos	78
77	Denise Felchilcher	334
78	Derli Borges De Oliveira	150
79	Dienifer Pontes	614
80	Dirlei Alves Da Silva	211
81	Dirlei Zuffo	359
82	Dirlene Aparecida Thibes Alves Laidnes	336
83	Doraci Maria De Moraes	238
84	Dulcimar Terezinha Cardoso	69
85	Ediana Pinto Domingues	5
86	Edimara Petry	543
87	Édina Cordeiro Dos Santos	354
88	Eduarda Carolina Rei Jose	729

89	Egner Merluci Gomes De Oliveira	601
90	Elaine Brando	205
91	Elaine Cristina Malgarin Bresciani	450
92	Elaine Rambo Cantelli	467
93	Eleana Fatima Soares	139
94	Eli Patricia Vieira Machado Rosa	476
95	Eliane Alves Moreira Betiato	739
96	Eliane De Fatima Vaz Machado	602
97	Eliane De Miranda Girardi	251
98	Eliane De Oliveira Boava	703
99	Eliane Genelice Ribeiro	688
100	Eliane Rodrigues De Mello	343
101	Eliane Rute Andrin Alves	499
102	Eliane Salete Delazzari	29
103	Elizangela Aparecida Ribeiro	720
104	Elizete Antunes Moreira	608
105	Eunice Da Aparecida Sales	274
106	Eunice Daniela Hoier	229
107	Eva Catarina Padilha Dos Santos	672
108	Evandra Cristine França	344
109	Evanir Oliveira De Matos	480
110	Fabiane Suelyn Alves	242
111	Fabiani Brezolim	237
112	Fabiola Aparecida Valieri	488
113	Fatima De Jesus Barbosa	192
114	Fernanda Aparecida Scussiato	380
115	Fernanda De Oliveira	486
116	Flávia Maria Fresqui	761
117	Franciele Padilha Dos Santos	413
118	Francieli Fernanda Dos Santos	223
119	Franciely De Fatima Brancalione	754
120	Gabriela Vincenzi Mendes Pires	723
121	Gabriele Regina Sinigaglia	741
122	Generci Aparecida Ortigara Moro	696
123	Geovana Emanuele Sinigaglia	731
124	Gesica Pereira Ferreira	454
125	Géssica Aparecida Marques	376
126	Gilda Maria Sanchez	711
127	Giovani Terezinha Dos Santos	513
128	Gisela Aparecida Garcia	411
129	Gisele Carlise Souza Dos Santos	734
130	Gislaine Ferreira	626
131	Givana Cardoso Patricio	239
132	Glácia Guiomar Pereira Da Silva	3
133	Glacy Da Silva Freitas	673
134	Grazieli Souza Dos Santos	733
135	Haline Grutzmacher	529
136	Hellen Cristina Kunze	718
137	Ilze Wurster Lascoski	517
138	Iracema Moreira Paranna	606

139	Iraci Terezinha Colombelli Prigol	479
140	Ivane Padilha Dos Santos	618
141	Ivania Caregnato	66
142	Ivanilde Alves De Gois Dallariva	642
143	Ivete Aparecida Rodrigues Palermo	576
144	Ivete Beatriz Lins	412
145	Ivete Maria Ribeiro Da Silva De Meira	569
146	Jadete Perego Viero	420
147	Jane Medeiros Ferreira	508
148	Janete Cardoso De Souza	423
149	Janete Francisca Lemos	636
150	Janice Lira	82
151	Jaqueline Aparecida Medeiros Thibes Rissardi	204
152	Jeanara Gloria Pacheco	323
153	Jedina Miranda Bolsani	690
154	Jessica Aparecida Guindani Cordeiro De Lima	212
155	Jheniffer Lins Thibes	379
156	Jiane Cristina Mussatto	330
157	Joicy De Lima Bencke	475
158	Josiane Aparecida Zago	273
159	Josiane De Souza Borges	407
160	Josinéli Zancan	83
161	Jucélia Fabrício Donatti	121
162	Jucilene Maria Favarin	254
163	Jucimara Aparecida De Souza Borges	6
164	Juliana Eloisa Sinigaglia	30
165	Juliane Fattori Ceroni	410
166	Jussara Zanol	677
167	Kalme Aparecida Cordeiro	252
168	Katia Regina Masiero	9
169	Kelly Aparecida Brancalione	228
170	Kelly Serafini	628
171	Ketli Nunes Dos Santos	118
172	Laide Moreira	240
173	Laura Silvana Martinez Bello	4
174	Ledi Gloriette Dos Santos	490
175	Leila Bertuol Lorenzzi	293
176	Leila Oliveira Borges	522
177	Leonice Pimel Salgado	256
178	Leonilda Wuerzius	724
179	Liamar Maria Mattana	64
180	Lilian Regina Cordeiro	730
181	Lilianmaria Fernandes Da Silva	72
182	Lizamar De Faveri	258
183	Loini Correa	635
184	Loiri De Fatima De Oliveira Salgado	98
185	Lorines Terezinha Reolon	244
186	Lourdes Aparecida Pelentir	375
187	Lucas Lúcio Garbin	161

188	Lucena Zancanaro	484
189	Lucia Fernandes	117
190	Luciana Dalves Bevilaqua	248
191	Luciana Ramos Da Cunha	561
192	Luciana Xavier	615
193	Luciane Locatelli	110
194	Luciani Cristini Gomes	306
195	Lucimar Casagrande Dos Reis	154
196	Lucimara De Souza Borges	427
197	Luiza Fatima Deon	341
198	Magda Aparecida De Moraes Dos Santos	48
199	Maiara Centenaro	548
200	Mara Beatriz Kramer Costa	113
201	Marcia Aparecida De Moraes	54
202	Marcia Aparecida Iurkevicz Verones	408
203	Marcia De Souza Da Cunha	396
204	Marcia Miranda	683
205	Marcia Roseli Zismann	609
206	Marcia Simone Guzzi Rigo	295
207	Marcileia Aparecida Rodrigues Dos Santos	617
208	Maria Antonia Ribeiro Dos Santos	235
209	Maria Carmen Cordeiro Dos Santos	355
210	Maria Cristina Nunes Dos Santos	120
211	Maria De Souza Corrêa	674
212	Maria Elena Arconti	466
213	Maria Eliz Dias	65
214	Maria Eorelia Rissardi Piroli	300
215	Maria Joanete Grifante	621
216	Maria Leny Andrade De Ramos	588
217	Maria Luiza De Godoy	145
218	Maria Olga Att	250
219	Maria Salete Moriggi	140
220	Maria Salete Pin Morreira	652
221	Maribel Maria Carlesso	61
222	Marilde Fatima Dos Santos Prado	131
223	Marilea Cordeiro	725
224	Marileine Da Silva	58
225	Marilena Calza	90
226	Marilene Schimidt	366
227	Mariluci Aparecida Moraes	709
228	Marines Gomes	570
229	Marinete Fachi	284
230	Marisangela Gomes De Goes	264
231	Maristela Conceição Carlesso	190
232	Maristela Kleinert	226
233	Maristela Maciel	700
234	Marlei Moreira Cardoso	305
235	Marlene Weiss Pereira De Jesus	496
236	Marli Joana Pergher	316

237	Marli Moreira Cardoso	53
238	Marli Terezinha Gomes Mokfa	474
239	Marlise Gorete Pasquali Camargo	12
240	Marluci Paranna	699
241	Masiane Yurkevicz	416
242	Matilde Doraci Dos Santos	55
243	Meri Terezinha Alves Dos Santos Maci-mavicius	308
244	Mery Angella Mühlbrandt	646
245	Meurin Crislei Souza Moreira	418
246	Michele Bressan	276
247	Michele Catarina De Souza	302
248	Michele Kós	613
249	Miria Aparecida Guzi	748
250	Miria Fernandes Da Rocha	49
251	Miriam Rigo Demori	60
252	Mirian Luiza Pellin Bertuol	16
253	Misleine Terezinha Polezo Weiss	134
254	Mônica Paula Danielli	622
255	Nadiane Nazareth Pelintier	382
256	Nara Maria Rodrigues Ulrich	485
257	Natalina Gielinski	736
258	Neila Do Carmo Lemos	133
259	Neiva Perottoni Lopes Duarte	62
260	Nelsi Quagliotto	604
261	Neuser Bólico Joaquim	392
262	Nilseia Cossul Epeling	35
263	Noeli Fatima Botegal Peretti	34
264	Noemi Lanzana	369
265	Noranei Carmen Loof	8
266	Odete Maria Novello Ceron	255
267	Olinda Zanini Alves	191
268	Oscar Golim	370
269	Pamela Bolsani	389
270	Patricia De Oliveira	79
271	Patricia Fernanddes França	307
272	Patricia Vieira Albuquerque	503
273	Poliana Antunes De Lima	104
274	Raquel Da Silva	132
275	Renata Dos Anjos	768
276	Rita Salete Hafner	50
277	Rosana Rodrigues De Freitas	253
278	Rosane Pantera	458
279	Rosangela Gomes	424
280	Rosangela Maria Moresco Sonalho	433
281	Rose Fátima Ferreira	708
282	Rosecleia Maia Warakoski	598
283	Roseli Aparecida Cordeiro Bisol	319
284	Rosemari De Barros Silva	512
285	Rosemary Silva Lemes	138

286	Rosenilda Domingues De Souza	470
287	Sabrina Roberta Brunetta	399
288	Salete Bazei Franciscatto	481
289	Salete Boniatti Grassi	294
290	Samanta De Souza	755
291	Sandra Maria Cardoso De Lima	152
292	Sandra Morgan Melo	745
293	Sandra Roberti Demiciano	124
294	Sandriani Da Cunha Ferreira	103
295	Santina Olga Schneider	504
296	Sara Gonçalves Rybandt	144
297	Silmara Ferreira	45
298	Silvana Aparecida Pauli	159
299	Silvana Gomes Alves	721
300	Silvana Rodrigues Da Silva Muller	241
301	Silvia Aparecida Gomes	675
302	Silvia Machado De Quadros	385
303	Silviane Aparecida De Lima	202
304	Simone Aparecida Cordeiro	678
305	Simone Aparecida Ferreira Cantelli Zimermann	197
306	Simone Aparecida Garbosa	260
307	Simone Batista Alves De Oliveira	685
308	Simone Gonçalves Pereira	303
309	Sirlei Bolzan	611
310	Sirley De Deus De Campos	184
311	Soeli Aparecida Corrêa	670
312	Soeli Fátima Richardi	259
313	Solange Aparecida Paranna	681
314	Solavia Cristiana Dos Santos Lins	362
315	Sonia Maria Fernandes Da Rocha	630
316	Sonia Maria Paranna	682
317	Suelen Pires Fidencio	426
318	Sueli Samistraro Dalabrida	705
319	Suzete De Oliveira	610
320	Tassiane Alessandra Krinski	414
321	Tatiana Aparecida Moraes	425
322	Tatiana Zuffo De Castilha	357
323	Teresa Muller	514
324	Teresinha Santos De Oliveira	707
325	Terezinha Aparecida Borges De Oliveira	607
326	Terezinha Salete Bavaresco	114
327	Valdete Lucia Franzosi	127
328	Vanderleia Antunes Silveira	687
329	Vanessa Alves Dos Santos	686
330	Vanessa Da Costa Trevisol Da Silva	312
331	Vanessa Dos Santos	328
332	Vanilde Aparecida Cordeiro	716
333	Vera Lucia De Oliveira	468
334	Vera Lucia Ferreira	419

335	Verani Fiorelli Freire	268
336	Vilmair Olivo	236
337	Vinicius Henrique Cesco	737
338	Viviane Aparecida Grando	471
339	Viviane Meira Pedroso	195
340	Viviane Moraes Nunes	106
341	Wanusa Karine Medeiros Da Silva	198
342	Winy Kaiana Klann	130
343	Zilda Miranda Alves	92

## 02 - Especialista Educacional

Ordem	Nome	
1	Arielly De Kassia Durli Fonseca	149
2	Henelice Do Nascimento Simões	624
3	Hercilia Maria Correa Fragoso Gemo	631
4	Madalena Konrad	429
5	Maria Ines Colombo Oltramari	88
6	Marlene Malboni	676
7	Rosangela Maurer Kath	667

## 03 – Bibliotecário

1	Adriana De Lima Oliveira	03 - Bibliotecário	314
2	Diana De Fátima Gianello	03 - Bibliotecário	527
3	Francieli Aparecida Weigert	03 - Bibliotecário	409
4	Henrique Bauerle Zabot	03 - Bibliotecário	31
5	MARIA MELÂNIA PARIS MORGANTI	03 - Bibliotecário	781
6	Rosana Farias Costa	03 - Bibliotecário	371
7	Thais Peretti	03 - Bibliotecário	33

## 04 - Professor De Educação Infantil 0 a 5 Anos (HABILITADO)

1	Adelia Alves Da Cruz	541
2	Adriana Terezinha Da Silva Voidaleski	702
3	Ana Andrea Welicz Leoni	373
4	Ana Claudia Ribeiro	444
5	Andrea Juliana Gomes De Oliveira	629
6	Andrea Maria Fragoso Caldas	461
7	Andrea Vicente	511
8	Andreia Chaves Ferreira Krieguer.	780
9	Angela Antonia Moresco	166
10	Bernadete Melo Zenere	727
11	Ceres Midding	640
12	Clarisse De Oliveira	97
13	Claudete Batista Nunes	165
14	Claudia Juliana Morales Membrive	262
15	Daniela Gemelli	292
16	Daniela Medeiros Dos Santos Stedile	692
17	Daniela Schultz	722
18	Daniele Galli Bressan	752
19	Deisy Karine Juchen	572

20	Dirlei Fadani	571
21	Diva Maria Bom Guse	298
22	Drieli Finger Moresco	125
23	Edneia Maria Torquatto Da Silva	378
24	Elisangela Meira Dos Santos	37
25	Elizabete Canonica Rissardi	32
26	Elizéti Zani Frarão	151
27	Fabina Carniel Rigo	663
28	Geane Cristina Ferreira Mendes.	278
29	Giovana Alves De Barros Meira Dos Santos	167
30	Giselly Magyar Antunes Rigo	216
31	Gracieli Mezaroba	283
32	Ivana Regina Verza Horn	666
33	Ivanir Bridi Landsteiner	47
34	Ivanize Comerlato Gregolon	661
35	Janildete Leite Dos Santos	137
36	Jaqueline Cristina Schneider Da Costa	719
37	Jedeli Taiane Marcheti	148
38	Joice Fatima Borlin Grigolo	515
39	Josefina Grzegozeski Schneider	361
40	Josiane Francio Miranda	347
41	Jucione Aparecida José Petry	349
42	Julhana Cristina De Mattos	565
43	Juliana Lang	200
44	Juliana Salete De Moraes	788
45	Juliana Silva Domingos	620
46	Juseles Deon Ariotti	757
47	Jussara Aparecida Viêra Dresch	684
48	Karina Feitosa De Sousa	540
49	Leli Janaine Cenci	430
50	Lilian Denize Bogoni	23
51	Lisiane" Liz" Bataglion	657
52	Lourdes Felchicher	398
53	Luciana Maria De Oliveira	578
54	Maiuli Keli Da Silva	174
55	Márcia Aparecida Ferranti Gemelli	331
56	Marcia Eulina Luciano	564
57	Maria Aparecida Ribeiro Loss	342
58	Maria Celia Albuquerque Padilha	502
59	Maria Gorete Galon Martins	586
60	Maristela Dal'molin Perosa	442
61	Naiara Borin Thibes De Campos	651
62	Patricia Carmem Schneider Piccinin	327
63	Patricia Fabiula Bresciani	697
64	Patricia Gonçalves Dias	549
65	Renata Perin Dos Santos	662
66	Rita De Cassia Simões	625
67	Rose Schoffen Pergher	452
68	Roseli Alves De Brito	701

69	Roseli Aparecida Telles	405
70	Rosimar Aparecida Scapinello Pitt	689
71	Rosimar Pereira Da Silva	553
72	Santina G. Panazzolo	73
73	Sarita Karla Juchen	168
74	Sheila Regiane Staeger Malinoski	726
75	Sheila Rostirola	787
76	Silvana Aparecida Andrighetti	387
77	Simone Luiza Manenti Serafini	428
78	Sirlei Cristina Zago	516
79	Sirlei Leonilde Turco Vieceli	584
80	Solange Busanello Orth	288
81	Solange Terezinha Maso Chiapetti	406
82	Taciany Ribeiro Alves	402
83	Tânia Gonçalves Da Silva Bressan	712
84	Tatiane Aparecida Scuciato Mezarobba	455
85	Tatiane Ogliari	11
86	Vanessa Cátia Maffessoni	128
87	Veridiana Zanetti	533

## 05 - Professor De Educação Infantil 0 A 5 Anos (NÃO HABILITADO)

1.	Adriana Casagrande	22
2.	Anilde Anzanello De Bortoli	507
3.	Arianny Durlí Fonseca	583
4.	Bernardete Conceição Dos Santos	142
5.	Bernardina Antonia Da Silva	776
6.	Carolina Sipp	664
7.	Célia Terezinha Guzi Anzanello	105
8.	Derli De Oliveira Correa	592
9.	Eliani Trindade Thibes De Campos	650
10.	Enidir Leonor Zanini Padilha	760
11.	Eunice Aparecida Guarnieri	265
12.	Fabiana Ferreira Da Silva	224
13.	Fabiane Jardim	15
14.	Gisele Aparecida Carelli	160
15.	Gisele Pontes Boeira	179
16.	Ívete Bresolin	338
17.	Jéssica Zanotti Corent	321
18.	Jonassa Mezarobba	52
19.	Kelly Ana Mühlbrandt	146
20.	Marcia Holdefer	766
21.	Márcia Patrícia Vargas	594
22.	Marta Fernandes Da Rocha	750
23.	Mayara Munaro	762
24.	Meriane Bolzoni Cenci	401
25.	Miriam Fernandes Ferreira	482
26.	Pamela Regina Cambato	505
27.	Patrícia Bilhalva	509
28.	Rachel Simone Meneguzzi Manenti	448
29.	Sandra Aparecida Pereira Bavaresco	51



30.	Silvana Lins Bergamo	451
31.	Sirlei Aparecida Denari	320
32.	Sonia*Mara*Albuquerque* Padilha	767
33.	Talita Pelliciolli	691
34.	Vera Lucia De Oliveira	394

**06 - Professor De Ensino Fundamental Serie Iniciais 1º Ao 5º Ano (Habilitado)**

1	Adenir Zanotti Vieira D Souza	7
2	Aline Aparecida Da Silva Tedesco	566
3	Aline Perazzoli Buratto	649
4	Ana Carolini Gomes Vanz	372
5	Ana Maria Setti	596
6	Andréia G Simioni	393
7	Angela Olinda Stirma Demori	285
8	Antonia Maria Antunes	266
9	Beatriz Padilha Dos Santos	230
10	Berenice Peretti	388
11	Bruna Brandalise	277
12	Catherine Helene Louise Mayer	558
13	Claire Aparecida Nora	637
14	Claudia Regina Da Costa	272
15	Claudia Walber Novello	70
16	Cristiane Aparecida Rubini	539
17	Darcira Regina Gambato	506
18	Deise Adriane Carelle	704
19	Eliane Dos Santos De Souza Mezaroba	469
20	Elisangela Teodoro	296
21	Eliza Kozlow Nesi	162
22	Elizabeth Maziero	518
23	Fernanda Cristina Pozzan	581
24	Fernanda De Bortoli	301
25	Fernanda Isabel Bom Morando	178
26	Flaviane Marafon Balem	27
27	Francieli Zago	545
28	Gisele Trancoso Dos Santos	779
29	Glaci Busanello Ganasini	170
30	Graciela Aparecida Meisterlim	404
31	Ilse Maria Koroll Sõnego	163
32	Ivanir Salete Wartha Balbinot	501
33	Janice Marcon	449
34	Jiseli De Fatima Oliveira	789
35	Josiane Gheller	771
36	Lenita Aparecida Vicente Bonetti	217
37	Luciana Zago Slongo	176
38	Luciane Aparecida De Lima Cordeiro	756
39	Lucimara Aparecida Lentes	75
40	Marcele Ribeiro	18
41	Maria Salete Betttega	489
42	Maria Salete Maraschin Kramer	280

43	Marilene Pereira De Freitas	647
44	Marlene De Lima Grutzmann	360
45	Mayara Maria Ariotti	289
46	Mirte Poli	599
47	Monalisa Aparecida Batista	381
48	Neiva Dutra Borga	573
49	Neli Terezinha Ceron Da Rosa	89
50	Olivete Peroza De Mello	209
51	Patricia Fae Mendonca Bennemann	353
52	Patrícia Maia Zardo Sinzker	445
53	Rita De Cassia Heberle De Araujo	656
54	Rosana De Oliveira	10
55	Rosangela Zancan	544
56	Rosangela" Soares" Rubini	554
57	Roseli De Oliveira Dias Da Motta	1
58	Salete Rodrigues De Campos Werner	749
59	Sandra De Fatima De Souza	447
60	Sandra Rosilene Stoeckle	80
61	Silviane Regina Maboni Barichello	384
62	Sirlei Aparecida Dal Lago Cenci	94
63	Susana Salete Da Silva Sommer	633
64	Tais Crestani	20
65	Teolinda Padilha Schneider Kaul	579
66	Teresinha Lourdes Ceron	358
67	Vânia Rui Retore	694

**07 - Professor De Ensino Fundamental Series Iniciais 1º Ao 5º Ano (Não Habilitado)**

1.	Adaiana Camila Weiss Faletti	645
2.	Aline Mezaroba	39
3.	Camila Regina Rostirola	648
4.	Cibelle Ceron Da Rosa	644
5.	Cristiane** Fernandes**Thibes	547
6.	Elaine Aparecida Lesniesky Maus	668
7.	Eliane Ponte Zampronio	753
8.	Eliane Ribeiro	770
9.	Fabiana Ramos Pereira	763
10.	Fabiana Candido Bonez De Mello	559
11.	Fernanda Aparecida Ferreira De Deus	19
12.	Gilvani Aparecida Ramos De Souza Busanello	77
13.	Giovana Cardoso Patricio	740
14.	Gracieli Zago	546
15.	Inês Bavaresco	491
16.	Ivonete Aparecida Vicente	213
17.	Karina Veiga	457
18.	Kátia Gottselig	169
19.	Maria Elena Dalacosta Lenhani	538
20.	Nilseia Aparecida Lemos	552
21.	Paula Raquel Viergutz	568
22.	Renata Miozzo	525

23.	Sabrina Pessin	574
24.	Susan Correa	593
25.	Thays Cantelli	93
26.	Vanusa Aparecida Correa	199

**08 - Professor Ensino Fundamental Series Finais Lingua Portuguesa 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)**

1	Adriana Ramos De Souza Gusi	345
2	Beatriz Maria De Barba	665
3	Camillo Spinelli	271
4	Elenice Regina Mayer Viecele	492
5	Fabiane Berte	304
6	Joana Maria Correa Riegel	784
7	Letícia De Moraes Bertolino	210
8	Marceli Jakobezynski Brancher	364
10	Nadia Margarida Martins	659
11	Nilve Lucia Fantin Gottselin	172
9	Sonia Maria Dalla Costa Carletto	332
12	Vânia Regina Frizon	196

**09 - Professor Ensino Fundamental Series Finais Lingua Portuguesa 6º Ao 9º Ano/Serie (Não-Habilitado)**

1.	Marlova Ramos Mezalira	680
2.	Vanderléia Conceição De Oliveira	782

**10 - Professor Ensino Fundamental Series Finais Matematica 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)**

1	Claudio Miro Maciel De Oliveira	122
2	Daiane Nunes De Oliveira Mauricio	367
3	Elizabete Maria Lavratti	14
4	Leidi Cristina Knecht	232
5	Leonice Maria Coito	173
6	Marcia Juçara De Oliveira	350
7	Melita Sonia De Marco Misturini	215
8	Neiva Lucila Carelle	472
9	Osmarilda Cariolatto Lis	634
10	Rafaela Segalin	112
11	Ravel Ribeiro	510
12	Valdecir Baretta	208
13	Valéria Piacentini Di Domenico	639
14	Valeria Weiss Sommariva	532

**11 - Professor Ensino Fundamental Series Finais Matematica 6º Ao 9º Ano/Serie (Não-Habilitado)**

1.	Angela Maria Crotti Da Rosa	315
2.	Cesar Dacol	63
3.	Elisabele Maria De Oliveira	765
4.	Laís Boniatti	560

**12 - Professor Educação Infantil E Ensino Fundamental - Educação Física (Habilitado)**

1	Adalberto Baill De Andrade Segundo	297
2	Alex Bruno Gasparello Rizzolli	318
3	Ana Claudia Carvalho Dos Anjos	744
4	Ariela Fantin Cavalli	249
5	Camila Nodari Stirma	535
6	Carina De Souza Machado	751
7	Carla Padilha	403
8	Carla Santin Manenti	383
9	Edson De Souza	333
10	Eloise Scur Bridi	542
11	Emanuele Araldi	68
12	Endy Lucy Muller	24
13	Gabriele Baran	207
14	Jaqueline Maria Meneguzzi	157
15	João Marcos Locatelli	483
16	Laressa Pazin	290
31	Leonardo Pessin	219
17	Luciana Kramer	126
18	Mauricio Ciceri	76
19	Mayara Cordeiro	746
20	Mônica Maczewski	279
21	Mônica Rodrigues Machado	698
22	Ritchele Pires De Brito	352
23	Rosilene Maria Schneider	71
24	Sibele Santin	286
25	Solange Schuermann	183
26	Susana Danielewiz Zardo	119
27	Thaíse Zanotti	623
28	Thiers Melquiades Elias Filho	555
29	Willian Olivo De Souza	478
30	Wladdenize Bíscolli	257

**13 - Professor Educação Infantil E Ensino Fundamental - Educação Física (Não-Habilitado)**

1.	Ana Paula Mecabô	446
2.	Daniela Zago	493
3.	Josiane Bisol	17
4.	Juliana Barcaro Weiss	679
5.	Juliano Nunes Dos Santos	790
6.	Leonice Scapinello	562
7.	Marisleny De Paula Moraes De Oliveira	627
8.	Roselaine Maciel Martins	641
9.	Sabrina Do Amaral	221

**14 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Ciências 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)**

1	Daisy Nice Ugolini Rigo	524
2	Danielle Siqueira Clemonex	487
3	Edneia Ana Ungaratto	346

4	ELISANGELA DE FÁTIMA APARECIDA PARAVISI DUQUESNE	395
5	Francieli Martins	693
6	Gisele Hauwetter	556
7	Mônica Campos Weber	21

15 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Ciências 6º Ao 9º Ano/Serie (Não-Habilitado)

1. 8	Katiane Roberti	738
2. 9	Maria Cristiane Alves	243
3. 10	Viviane Santin	391

16 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Lingua Inglesa 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)

1	Ana Paula Michelon Menegon	589
2	Ana Paula Teixeira De Camargo	317
3	Graziéle Aparecida Novakoski De Oiveira	528
4	Luciane Balestieri Moura	477

17 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Lingua Inglesa 6º Ao 9º Ano/Serie (Não Habilitado)

1.	Jaqueli Thibes De Barros	84
2.	Mirian Terezinha Dellani	156

18 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Geografia 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)

1	Adriana Aparecida De Oliveira Oliari	101
2	Claudete De Quadros Santos	193
3	Edgar Pitt	772
4	Marlene Valesan	778
5	Monica Andres	585
6	Mônica Lopes Schneider	521
7	Naura Scur	86
8	Neusa Aparecida Gonçalves Lins Guzzi	654
9	Vandrelei Pires	531

20 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De História 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)

1	Cristóvão José Schneider	135
2	Daniele Weigert	356
3	Elias Machado	397
4	Gleci Fátima Lins Maurer	653
5	Jeferson Gaio	180
6	Karine De Souza	57

21 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De História 6º Ao 9º Ano/Serie (Não-Habilitado)

1	RAFAEL ASCARI	147
2	Robson Sartor	577

22 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Ensino Religioso 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)

1	Messias Consoni	436
---	-----------------	-----

23 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Ensino Religioso 6º Ao 9º Ano/Serie (Não Habilitado)

1	Moacir Canônica Sobrinho	28
---	--------------------------	----

24 - Professor Ensino Fundamental Series Finais De Artes 6º Ao 9º Ano/Serie (Habilitado)

1	ANA PAULA PONTEL	171
2	Clacir Stieven Araldi	443
3	IROMAR ANTONIO DOS SANTOS	434
4	Ivania Aparecida De Oliveira Schuck	155
5	Maria Luiza Deluque De Oliveira	123
6	SUELI PERAZZOLI TRINDADE	185

25- Professor Ensino Fundamental Series Finais De Artes 6º Ao 9º Ano/Serie (Não Habilitado)

1	Ana Carla Correa Da Rocha	220
2	SANDRA LUIZA CARLESSO	713

Art. 2º Ficam deferidos, pedidos de vagas para portadores de necessidades e condições especiais para realização das provas dos seguintes candidatos:

Nome	Cargo 1	Número Inscrição
Daiane Vosgrau Calari	01 - Agente de Serviços Gerais	59
Graciela Aparecida Meisterlim	06 - Professor de Ensino Fundamental Serie Iniciais 1º ao 5º ano (Habilitado)	404
Lucas Lúcio Garbin	01 - Agente de Serviços Gerais	161

Art. 3ª Ficam indeferidas, as inscrições abaixo relacionadas, em ordem de número da inscrição, por não apresentarem confirmação protocoladas na secretaria de educação.

36	56	87	91	95	172	181
187	188	189	219	222	246	275
304	309	311	313	322	324	337
339	364	365	390	415	421	422
431	432	437	439	441	464	505
519	526	530	551	567	587	590
591	595	600	603	605	612	616
643	655	660	669	695	710	747
758	764	769	773	774	775	786
791						

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1445/10**  
PORTARIA nº 1445/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5759/10,

RESOLVE  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a VERA MARIA SCHLOSSER TROST, Agente Operacional Especializado, CE04J, de 03 de janeiro de 2011 até 03 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 1º de março de 2001 até 28 de fevereiro de 2006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1446/10**  
PORTARIA nº 1446/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5276/10,

RESOLVE  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LUIZ CARLOS GARBIN, Agente Operacional Especializado II, CE07M, de 03 de janeiro de 2011 até 03 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1447/10**  
PORTARIA nº 1447/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5677/10,

RESOLVE  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SOLANGE SALETE PICCININ PERAZZOLI Auxiliar de Serviços Gerais - E-PE-SGE-I, de 03 de janeiro de 2011 até 03 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1448/10**  
PORTARIA nº 1448/10  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5275/10,

RESOLVE  
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ADÃO VALDERI GOMES, Agente Operacional Especializado II - CE07, de 03 de janeiro de 2011 até 03 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1449/10**

PORTARIA nº 1449/10

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5646/10,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JAQUELINE LUZIA TURKOT, Professora - MG02, de 04 de julho de 2011 até 04 de outubro de 2011, referente ao quinquênio de 15 de fevereiro de 1996 até 14 de fevereiro de 2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de julho de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1450/10**

PORTARIA nº 1450/10

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5648/10,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSI SALETE DA SILVA, Agente de Serviços Técnicos Administrativos II - CE02, de 1ª de fevereiro de 2011 até 1ª de maio de 2011, referente ao quinquênio de 30 de junho de 2004 até 29 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1451/10**

PORTARIA nº 1451/10

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5479/10,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARILEI REGINA FRESCHI, Professor de Ensino Fundamental - Séries Finais - 5ª a 8ª - E-PE-MAG-I, de 1º de fevereiro de 2011 até 1º de maio de 2011, referente ao quinquênio de 05 de fevereiro de 2003 até 04 de fevereiro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 17 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Dispensa de Licitação N. 24/2010 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2010 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2010 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 20/12/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.711(um mil, setecentos e onze) BRINDES DE NATAL, SENDO 01 (UMA) BOLSA TÉRMICA COM CAPACIDADE DE ATÉ 20 (VINTE) LITROS E 01 (UMA) AVE TIPO CHESTER OU ASSEMBLHADO COM PESO MÉDIO DE 3,3 KG, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA, CONFORME LEI MUNICIPAL nº 2.446/10 DE 24 DE NO- VEMBRO DE 2010.

CONTRATADA: BRF - BRASIL FOODS S.A.

VALOR: R\$ 56.497,22 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 20 de Dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal